



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E CULTURAS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CULTURAS – MAHIS

ANTÔNIA NATÁLIA DE LIMA

**AS VOZES QUE CONTAM: A TRAJETÓRIA DO CENTRO SOCIAL DE MONTE
GRAVE-MILHÃ/CE (1971 A 2000).**

FORTALEZA – CEARÁ
2015

ANTÔNIA NATÁLIA DE LIMA

AS VOZES QUE CONTAM: A TRAJETÓRIA DO CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE-
MILHÃ/CE (1971 A 2000).

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História (MAHIS), do Programa de Pós-Graduação em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Telma Bessa Sales

FORTALEZA – CEARÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Lima, Antônio Natália de.

As vozes que contam: a trajetória do Centro Social de Monte Grave-Milhã/CE (1971 a 2000) [recurso eletrônico] / Antônio Natália de Lima. - 2015.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 208 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: História e Culturas.

Orientação: Prof.^a Dra. Telma Bessa Sales.

1. Experiências. 2. História oral. 3. Memória. 4. Associação. 5. Movimento Social. I. Título.

ANTÔNIA NATÁLIA DE LIMA

**“AS VOZES QUE CONTAM: A TRAJETÓRIA DO CENTRO SOCIAL DE MONTE
GRAVE - MILHÃ/CE (1971 A 2000)”**

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

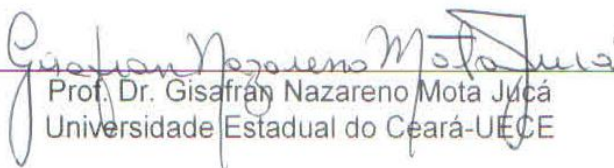
Área de Concentração: História e Culturas

Aprovada em: 09/02/2015.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Telma Bessa Sales (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Gisafra Nazareno Mota Jucá
Universidade Estadual do Ceará-UECE



Prof. Dr. Nilson Almino de Freitas
Universidade Vale do Acaraú – UVA

Aos meus pais Francisco Osvaldo de Lima e
Maria Osená Pinheiro de Lima por quem
devoto amor incondicional, e a “vida”, pela
singeleza com que me tomas toda manhã!

AGRADECIMENTOS

Essa trajetória de pesquisa foi perpassada pela presença de muitas pessoas que dividiram comigo muitas experiências. Todos me ajudaram nesse percurso, por vezes, prazeroso, por outros, bem espinhoso. Foram as palavras de incentivo e gestos calorosos que me fizeram trilhar esse caminho com determinação e otimismo. Agradeço em demasia a todos os que estiveram comigo.

Agradeço em particular aquele que move os meus passos e todos os meus desejos, a ti Senhor toda honra e toda glória. Durante essa trajetória sua voz nunca cessou de sussurrar: “Aquieta-vos e sabeis que eu sou Deus”. Por isso te agradeço meu Senhor por ser meu fiel escudeiro.

A minha família que é o meu abrigo certo. Aos meus pais Osená Pinheiro e Osvaldo de Lima pelo apoio e ternura em todos os momentos. Aos meus irmãos Gerson Lima e Robson Lima. E minhas cunhadas Mirian Maia e Simone Dantas por acreditarem no meu potencial. Aos meus sobrinhos Gabriel D. Lima e Lays M. Lima por conseguirem extrair o que há de melhor na minha essência me fazendo rir e viver de forma mais pura e leve.

A minha gratidão aos companheiros e amigos que dividiram comigo os pequenos detalhes do cotidiano, desde os fazeres domésticos até as discussões historiográficas. A Rok Sônia Naiária por me receber em sua casa durante o processo seletivo e depois de maneira efetiva quando do resultado positivo. Obrigada por permitir a reinvenção de nossa amizade. Ao Lucas Pereira sempre intenso e disponível a segurar minha mão nos momentos mais turvos. Obrigada por sua leal amizade e por permitir que eu acorde sem máscaras. A Elcelane Linhares por reconhecer as minhas virtudes a despeito da minha fragilidade humana e por dividir comigo bons e maus momentos. A nossa amizade queridos, tem o dom de se fazer e refazer por caminhos pouco convencionais, mas tem a grandeza de ser forte mesmo nas grandes tempestades. Que continuemos juntos!

A Gláucia Tavares por todo afeto, carinho e companheirismo que dedicastes a mim. Essa trajetória teria sido insustentável sem a sua presença. Você foi alguém que despretensiosamente invadiu o meu sótão e me convidou a sair. “Obrigada por me ver, eu me sinto bem menos sozinha”.

Aos meus amigos e colegas de graduação que mesmo não estando presentes fisicamente continuam do meu lado. O meu apreço a Livia Karolinny, Deane Queiroz, Samilly Gomes,

Suzana Barbosa, Luciana Fernandes, Michelle Maciel, Fernanda Cunha, Elmo Mayko, Elielma Rodrigues e Wilker Soares, espero que os nossos caminhos cruzem-se novamente.

Ao projeto Mais Educação da Escola Flávio Portella e Raimundo Marques de Quixadá, em especial aos colegas de trabalho que torceram por essa conquista, e, a coordenadora Gláucia Tavares pela força e maleabilidade em aceitar as minhas faltas durante o processo seletivo.

A Andréia Queiroz e Janaína Castro pela amizade partilhada. E a Geyska Brito pela amizade sincera e marcante.

Aos queridos amigos Herbster Alex, Débora Garcia e Silvane Passos e aos visitantes da *house colors* Erick Charles e Theresa Russo, pelas boas conversas e experiências partilhadas.

Aos professores da FECLESC/UECE que contribuíram para o meu amadurecimento na pesquisa historiográfica e me fizeram acreditar que eu podia ir além. A minha gratidão, em especial, a Sander Cruz (orientador da graduação) e Isaíde Bandeira (orientadora de IC).

Aos professores do Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) pelos apontamentos teórico-metodológicos norteadores para essa pesquisa. Em especial ao Coordenador Altemar Muniz e aos professores Jacinto Barbosa, Gleudson Passos, Gisafran Jucá e Willian Mello.

Aos funcionários do MAHIS, Neto, Rozilda e Sílvia.

A minha orientadora Telma Bessa Sales pela delicadeza, pelas orientações undergrounds, cheias de incentivo e empolgação. Obrigada por ajudar-me a encarar esse sonho.

A turma de mestrado 2013, Rafaela Moreira, Aryanna Amorin, Adaiza Gomes, Rafaela Lima, Cláudia Vidal, Ana Paula Gomes, Nathan Barbosa, Flávio Conceição, Alex Farias, Nonato Nogueira e, os já mencionados, Lucas Pereira e Elcelane Linhares, pela companhia nessa trajetória. Grata foi à surpresa de encontrar no caminho pessoas como vocês.

Agradeço, por fim, aos interlocutores dessa pesquisa, sem vocês tudo isso seria apenas um exercício retórico. São as suas experiências que dão sentido ao nosso estudo. Obrigada de novo e sempre.

Desejo que todos esses laços continuem firmes, que os abalos nunca sejam capazes de os desfazerem. E se isso, por ventura, acontecer tenho gravado em minha alma cada um dos apertos de mão que foram dados e cada abraço de afago que trocamos. As muitas histórias que virão só farão sentido porque fincamos laços e deixamos impregnado no ontem um pouco do nosso perfume...

“Os lugares que conhecemos não pertencem tampouco ao mundo do espaço, onde os situamos para maior facilidade. Não eram mais que uma delgada fatia de impressões contíguas que formavam a nossa vida de então; a recordação de certa imagem não é senão saudade de certo instante; e as casas, os caminhos, as avenidas são fugitivos, infelizmente, como os anos.”

(Marcel Proust)

RESUMO

Todo movimento social tem em seus liames a história de vida de muitos indivíduos que buscam na convivência social uma solução capaz de modificar as condições de sobrevivência de um dado meio. Sendo assim, o Centro Social de Monte Grave tem subjacente a sua trajetória, a história de muitos sujeitos que deram sentido a luta e a fizeram acontecer. Buscando dar visibilidade a essas experiências, discorreremos sobre a fundação do Centro Social de Monte Grave (CSMG), que foi constituída na década de 1970 na localidade de Monte Grave (Milhã/CE), atuando no âmbito da saúde, educação e outros serviços sociais. Importa-nos destacar o envolvimento dos sujeitos na organização da instituição, no estabelecimento de suas atividades e posteriormente no declínio desses projetos. A partir da metodologia da história oral percebemos que as formas de conseguir esses projetos não seguiu um modelo específico, mas antes acompanhava uma lógica contextual. As experiências vividas nessa espacialidade permitiu a aquisição de novos conhecimentos e um novo jeito de lutar por melhores condições de vida. E na busca por esse ideal, várias trajetórias foram se cruzando e entrecruzando e cada um foi construindo valores, modos de sobrevivência e diversas maneiras de experimentar o cotidiano a partir da convivência comunitária. Para dar suporte a essas concepções discutimos sobre o conceito de memória, oralidade numa perspectiva de uma história social dando visibilidade as experiências de sujeitos comuns.

Palavras-chave: Experiências. História oral. Memória. Associação. Movimento Social.

ABSTRACT

Every social movement has in its bonds the story of the lives of many individuals seeking in social life a solution that can change the living conditions of a given medium. Thus, the Centro Social de Monte Grave has underlying its history, the history of many individuals who gave meaning to fight and made it happen. Seeking to give visibility to these experiences, we discuss some of the foundation of the Social Center of Monte Grave (CSMG), which was formed in the 1970s in the town of Monte Grave (Milhã/CE), working in the health, education and other social services. It is worth noting the involvement of individuals in the organization of the institution, the establishment of its activities and later in the decline of these projects. From the oral history methodology realize that the ways to achieve these projects did not follow a particular model, but rather followed a contextual logic. The experiences in this spatiality, allowed the acquisition of new knowledge and a new way to fight for better living conditions. And in pursuit of this ideal, several paths were crossing and crisscrossing and each was building values, survival modes and different ways to experience the daily life from the community life. To support these concepts we discussed the concept of memory, speaking from the perspective of a social history of giving visibility to the common subject experiences.

Keywords: Experiences. Oral history. Memory. Association. Social movement.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Projetos Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) - São José aprovados e liberados entre 1993/96 e gerenciados pelo CSMG.....	169
--	-----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 01 – Certificado do Conselho Comunitário de Defesa Social de Francisco Osvaldo de Lima.....	60
Fotografia 02 – Família de Maria Geralda de Lima no Sítio Fazenda Nova em 1970.....	75
Fotografia 03 – Sítio Fazenda Nova na década de 1970.....	76
Fotografia 04 – Centro de Saúde de Monte Grave no início da década de 1980.....	83
Fotografia 05 – Mosaico de atividades desenvolvidas pelo CSMG.....	84
Fotografia 06 – Igreja de São Francisco em Monte Grave (Milhã/CE) na década de 1990..	142
Fotografia 07 – Missa de encerramento da Festa do Padroeiro São Francisco em Monte Grave s/d.....	143
Fotografia 08 – Reinauguração do Hospital Comunitário, 1992.....	147
Fotografia 09 – Fachada lateral do Hospital Comunitário de Monte Grave, na década de 1990.....	147
Fotografia 10 – Festa na casa do idoso, em meados da década de 1990.....	148
Fotografia 11 – Fachada da Casa do Idoso datada do final da década de 1990.....	148
Fotografia 12 – Bloco de casas construído no início dos anos 1990 na localidade de Monte Grave.....	150
Fotografia 13 – Casa de Artesanato Mineral. Curso básico de lapidação de pedras semipreciosas.....	151
Fotografia 14 – Pedras lapidadas pelo grupo de produção da Casa de Artesanato Mineral. Década de 1990.....	151
Fotografia 15 – Centro de Treinamento (Casa de Repouso). Década de 1990.....	152
Fotografia 16 – Curso de Aproveitamento de cascas de frutas para a fabricação de doces. Década de 1990.....	153
Fotografia 17 – Área de plantio de cajueiro e localização do apiário comunitário.....	154
Fotografia 18 – Fábrica de Processamento de castanha. Trabalhadores descascando a castanha, depois pré-cozida.....	154

Fotografia 19 – Fachada da Rádio Comunitária na década de 1990.....	156
Fotografia 20 – Espaço interno da Rádio FM do Povo de Monte Grave no final da década de 2000.....	156
Fotografia 21 – Parte externa da Creche Comunitária de Monte Grave, 1992.....	158
Fotografia 22 – Parte externa do Conselho Comunitária de Segurança, 1992.....	158
Fotografia 23 – Plantio de hortaliças comunitárias. Década de 1990.....	159
Fotografia 24 – Plantio de hortaliças comunitárias. Década de 1990.....	159
Fotografia 25 – Curso básico de computação oferecido pelo CSMG. Década de 1990.....	160
Fotografia 26 – Bordados produzidos no curso de crochê oferecido pelo CSMG na década de 1990.....	160
Fotografia 27 – Reinauguração do Hospital Comunitário. Década de 1990.....	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Ação Popular
AG	Assembleia Geral
AIH	Autorização de Internação Hospitalar.
CE	Ceará
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CSMG	Centro Social de Monte Grave
CEB's	Comunidade Eclesial de Base.
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
EUA	Estados Unidos
FUNRURAL	Fundo de Assistência Rural
HC	Hospital Comunitário
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IAPs	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MAHIS	Mestrado Acadêmico em História e Culturas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PP	Partido Progressista
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSF	Programa de Saúde da Família
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UECE	Universidade Estadual do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	CONTEXTO E FORMAÇÃO DO CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE....	34
2.1	“NÓS COMEÇAMOS DO ZERO”: A CONSTITUIÇÃO DO CSMG.....	36
2.2	ENTRE O LEGAL E O REAL: UMA ANÁLISE DO ESTATUTO.....	57
2.3	“DERRUBANDO MATAS”: O (RE)NASCIMENTO DE UMA COMUNIDADE.....	73
3	“FAREJANDO CARNE HUMANA”: OS SUJEITOS E SUAS AÇÕES NO CSMG.....	86
3.1	CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE COMO LUGAR SOCIAL.....	87
3.1.1	Os sócios fundadores e o desejo de alterar a realidade.....	88
3.1.2	Novos sócios e o papel das famílias no processo de adesão ao CSMG.....	104
3.1.3	CSMG: lugar de formação, capacitação e espaço de atuação profissional.....	111
3.2	O COTIDIANO NO CSMG: UMA LEITURA DAS EXPERIÊNCIAS DOS NARRADORES.....	121
4	DO APOGEU AO DECLÍNIO: MEMÓRIAS, SENTIDOS E EMOÇÕES.....	140
4.1	UMA CARTOGRAFIA IMAGÉTICA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CSMG.....	141
4.2	BATENDO AS PORTAS: O DECLÍNIO DOS PROJETOS DO CSMG.....	165
4.3	SENTIDOS E EMOÇÕES: A REPERCUSSÃO DA FALÊNCIA DAS ATIVIDADES DO CSMG.....	179
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	195
	ANEXOS.....	204

1 INTRODUÇÃO

“Por seres tão inventivo e pareceres contínuo tempo tempo tempo tempo és um dos deuses mais lindos...”.

(Caetano Veloso).

No movimento contínuo de construção e reconstrução da história que se move no e pelo tempo, as experiências sociais, e as subjetividades dos sujeitos não cessam de existir. Há sempre algo que fica, e o nosso *métier* de historiador(a) lança-nos a tarefa de tornar visíveis vivências singulares, possibilitando, assim, o conhecimento de outras histórias.

Sabe-se no mais das vezes que o que permanece, seja a lembrança ou a imagem, é um bloco de sensações, um combinado de percepções e afetos. Os anos idos escorrem como areia levada ao vento, e os pequenos grãos escondidos nos cantos de paredes, presos nas páginas do livro de folhas amareladas, não são somente resquícios do que já passou, são as impressões, são restos de experiências que permanecem vivas nas nossas mentes e que significativamente marcam o nosso presente.

Foi assim, com o pensamento permeado de lembranças vivas, de porquês sem respostas, que certa vez a história da Associação Centro Social de Monte Grave (CSMG),¹ me veio à cabeça em forma de problema. A minha infância na creche, a adolescência dos meus irmãos na escola de artesanato, as manhãs rurais animadas pela Rádio FM do Povo, foram então literalmente marcadas por ações desenvolvidas pelo CSMG. Experimentamos, sobretudo, na década de 1990 um modelo de Associação diferenciada se comparada com as outras instituições locais. O CSMG destacou-se com serviços prestados na área de saúde, educação e lazer. Até que em um dado momento tudo isso que vigorosamente marcava a vida de muitas famílias no interior do Sertão Central do Estado do Ceará, foi se estagnando, e os serviços antes mencionados deixando de serem prestados. Eu já não era mais a criança da creche e então algumas questões passaram a me intrigar, tais como: quem começou tudo isso? Quem fez o hospital? Por que o Presidente da Associação é sempre o mesmo? Quem escolhe

¹ A Associação Centro Social de Monte Grave fica localizada na zona rural do Município de Milhã, que por sua vez localiza-se na Região Sertão Central do Estado do Ceará.

os empregados? ... Enfim, eram tantos os questionamentos e nenhuma maturação para responder.

O tempo foi passando e a Associação ruindo mais e mais. Novas perguntas surgiam: por que um projeto nessa dimensão com tantos serviços prestados torna-se quase somente uma instituição de meras reuniões sem ações concretas? Quem contribuiu para esta falência nos serviços prestados? A população tinha opiniões divididas, alguns alegavam à politicagem municipal todas as mazelas da Associação, outros, porém, entendiam que, problemas internos de gestão somados a conjuntura da municipalização de recursos a partir da Constituição de 1988 e a falta de interesse de políticos municipais teriam afetado o bom andamento das atividades do CSMG. Versaremos sobre isso no Capítulo III, quando destacaremos as experiências de alguns sujeitos envolvidos na trajetória da Associação, demonstrando que o que levou o CSMG a perder toda a sua dinamicidade foi muito mais do que a falta de interesse de gestores da cidade Milhãense. Isso pode ter contribuído, mas foi somente um elemento a mais dentre tantos possíveis como, por exemplo, a falta de planejamento financeiro da Associação.

Ingressei no curso de história no ano de 2007, e quando fui escrever o projeto monográfico, ainda sem muita maturidade acadêmica, não pensei que as experiências dos sócios do CSMG despertasse interesse histórico. Ao longo dos anos de graduação fui entendendo a importância de compreender o emaranhado de vivências em torno da Associação de Monte Grave, mas já era tarde, já havia definido outro tema de investigação e dedicado meses de estudo na relação Ensino de História e Cinema. Graduei-me em março de 2012, e a partir de então passei a fazer leituras no âmbito da história social, história cultural, memória, História oral, cidade e outras temáticas que me ajudaram a entender e problematizar as experiências de sujeitos que tiveram suas vidas ligadas ao Centro Social de Monte Grave. Decidi então, tentar a seleção de Mestrado na Universidade Estadual do Ceará (UECE), especificamente no Mestrado Acadêmico em História e Culturas (MAHIS), com o projeto que visava à compreensão da trajetória da Associação CSMG. Fui aprovada na seleção e ingressei no Mestrado em março de 2013, desde então, o projeto já foi sendo revisado e maturado. Temos assim, como problemática central analisar como se deram o processo de organização e consolidação dos projetos geridos pelo CSMG e qual o papel dos sujeitos nessa trajetória?

Durante a pesquisa coletamos nove entrevistas, devidamente transcritas, desses sujeitos históricos. Faz parte ainda do nosso leque de fontes, alguns documentos escritos da

Associação tais como: três publicações em forma de livreto (um escrito e editado pela Diretoria da Associação, outros dois produzidos por Faustino Pinheiro); Estatuto do Centro Social de Monte Grave, que versa sobre a constituição, fins, duração, sede, foro, jurisdição, patrimônio e sócios; A ata de fundação, e uma outra ata de reunião costumeira; um atestado de registro do ano de 1996, junto ao Conselho Nacional de Assistência Social; uma carta enviada pelo CSMG ao *Comité Ejecutivo de Manos Unidas* e a resposta do mesmo à Associação (tratando de uma solicitação de apoio com recursos financeiros para projetos do Centro Social); uma nota de Utilidade Pública ao Centro Social de Monte Grave publicada no Diário Oficial do Estado; documentação do perfil e programação da Rádio Comunitária FM do Povo; um breve histórico do CSMG distribuído aos sócios; ofícios enviados ao Superintendente da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no Ceará, um no ano de 1990 e um segundo no ano de 1993. E por fim, compondo as *fontes imagéticas* temos um álbum de fotografias, selecionadas pela diretoria, dos projetos desenvolvidos pela Associação.

Apesar de contarmos com um número considerável de dados da Associação, privilegiamos na nossa pesquisa os depoimentos de sujeitos históricos que tiveram suas experiências marcadas pelo convívio e pelo estabelecimento de atividades ligadas ao CSMG. Não que as fontes escritas deixem de ter importância, porém, mais do que uma opção metodológica, a História oral é uma tomada de posição, pois cremos ser válido historicizar as vivências de sujeitos da história local, colocando-as em contato com os acontecimentos em âmbito estadual e nacional. Vemos assim, que o trabalho do historiador deve colocar em evidência trajetórias individuais e coletivas, dentro de processos históricos camuflados e/ou esquecidos pela história oficial - que particulariza a história contada em uma perspectiva mais elitista, com ênfase em acontecimentos mais expressivos, sem as devidas atenções aos diversos sujeitos sociais que permeiam todas as conjunturas. Entendemos assim, que a História oral, é uma veia de democratização da história em si mesma.

[...] a história oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis – isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato. Representações são tão reais quanto meios de transporte ou técnicas agrícolas, por exemplo. Quanto um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade etc., elas devem ser tomadas como fatos, e não como “construções” desprovidas de relação com a realidade. (ALBERTI, 2004, pág. 09).

Tomando emprestada essa visão de Verena Alberti referente à História oral, acreditamos que os documentos escritos também são conduzidos por uma visão de mundo de um determinado sujeito, que se situa em um espaço social, e tempo histórico específico. Assim, seja qual for a fonte é preciso atentar para a relação entre a sua produção e a realidade. Assim como a História oral, os documentos escritos também podem contribuir para a democratização da história, cada um a sua maneira.

Além disso, as fontes escritas coletadas nos permitem um diálogo claro entre o presente e o próprio documento. Tomando o documento como uma construção permanente, podemos extrair elementos que aparecem de maneira indireta, mas revelam traços do passado (KARNAL; TATSCH, 2012). No nosso caso, os documentos escritos, como, por exemplo, o Estatuto da Associação, nos permite entender o sistema organizacional do CSMG, dentre outros fatores.

Ainda no tocante a História oral, vemo-la como um modo peculiar de se construir o documento a ser analisado, onde o próprio pesquisador se torna também produtor da narrativa, podemos dizer assim, que a leitura histórica é embasada no diálogo entre entrevistador e entrevistado. Afinal o trabalho do historiador é ir à busca de conhecimento, e é o entrevistado que retém aquilo que buscamos conhecer ². Portanto, a entrevista no nosso entender permite que filtremos informações acerca da atuação individual e coletiva em torno da Associação. “A história oral também é uma oportunidade para narradores relativamente obscuros serem canonizados no discurso público: um relato público realizado por pessoas que raramente têm a oportunidade de falar publicamente” (PORTELLI, 2010, p. 186). Os relatos nos possibilitam a compreensão e análise de relações sociais, de processos culturais e do vaivém sempre conjugado entre sujeitos individuais e experiências sociais (KOFES, 1992).

No entanto, o sentar lado a lado numa conversa comum, parece desafiador para o entrevistado/narrador como para entrevistador/pesquisador. A pressa do pesquisador de querer saber tudo, de captar as sensações, de buscar aquela resposta, ou a ideia de querer ouvir as respostas “certas” definidas por ele mesmo, é desfeita nos primeiros minutos de conversa. O entendimento de que mais do que uma entrevista, o que se estabelece na verdade é um diálogo, uma busca por pedaços de tempos passados, uma garimpagem do que restou, do que ficou impregnado na lembrança sempre dilacerada, é, portanto, uma necessidade no trato com a História oral.

² Cf. PORTELLI (1997).

Como salienta Portelli (2010a), existe uma relação de força nesse diálogo. No entanto, cada um possui um tipo de força que lhe é comum. Estabelecer assim uma igualdade de forças diferenciadas. Segundo o mesmo autor

O historiador oral Michael Frisch fala da História Oral como uma *shared authority*, uma autoridade compartilhada. Porque podemos ser professores e catedráticos entrevistando uma analfabeta; porém, na entrevista, quem tem o saber de que se necessita é a analfabeta. Nós estamos ali porque não sabemos coisas que os entrevistados sabem. Trata-se de uma experiência de aprendizagem para nós, para o historiador, e é uma experiência em que a relação entre quem ensina e quem aprende se inverte, se troca. (PORTELLI, 2010:1, p. 05).

Apesar do entendimento de que o que há numa entrevista é uma autoridade compartilhada, sabemos que não é tão simples uma pessoa, de um nada, falar de si, de experiências pessoais, de sensações subjetivas para outrem. Não é uma tarefa comum permitir a leitura fria das páginas do diário pessoal, por meio da memória, por alguém que parece invadir o seu sótão. O entrevistado sabe, no mais das vezes, que ele, somente ele, pode dizer, falar para o entrevistador/pesquisador aquilo que ele tanto busca. O entrevistador, por sua vez, apesar de desconhecer os caminhos, possui agudezas que ajudam o entrevistado a sondar lugares recônditos da memória, e, sobretudo, é alguém que se dispõe a ouvir. É uma relação de troca, uma conversa. Como diz o mesmo Portelli (2010, p. 04), a entrevista “é um espaço compartilhado de narração”.

A narrativa é somente a tradução de uma gama de sensações despertadas, ressurgidas na conversa. O inclinar da cabeça que busca nas impressões guardadas na memória a lembrança exata, os gestos das mãos que parece rebobinar o tempo, o silêncio de quem percorre o trajeto do lembrar na busca incessante do fragmento perdido, para completar o quebra-cabeça... Todos esses gestos são buscas, são reações despertadas pela simbiose provocada pelo tempo. Numa conversa entre entrevistado e entrevistador, passado e presente parecem mesmo se contorcerem um ao outro, e o que surge nas várias expressões é fruto, é tradução limitada do que lentamente foi com o vento e do que finalmente ficou preso em algum canto da memória e ainda hoje se faz presente.

Essas constatações são reflexos da conversa estabelecida com Francisco Faustino Pinheiro, Manuel Ari do Nascimento, Rivânia Maria Pinheiro, Valmir Isidoro da Cunha, Gedileuza Pinheiro, Francisca Rocicleide Pinheiro, Luiz Fernando Nogueira, Francisco

Osvaldo de Lima e Cícero Pinheiro Neto, respectivamente presidente, colaborador, secretária/vice-presidente, diretor financeiro, auxiliar de enfermagem, coordenadora de setor/vereadora, radialista/artesão, sócio/conselheiro e gerente da cooperativa da Associação Centro Social de Monte Grave e interlocutores da pesquisa *As vozes que contam: a trajetória do Centro Social de Monte Grave - Milhã/CE (1971 a 2000)*.

A escolha dos entrevistados não ocorreu de maneira aleatória. Todos os entrevistados tiveram suas vidas de alguma maneira ligada ao CSMG, seja como presidente ou como sócio. A escolha de Francisco Faustino, Manuel Ari e Rocicleide Pinheiro deve-se ao fato de ambos terem sido sócios fundadores, nos possibilitando entender os primeiros passos da Associação. As falas de Valmir Isidoro, Gedileuza Pinheiro e Cícero Neto são importantes para percebermos como eram desenvolvidas as ações cotidianas da Associação já que estes desempenharam funções importantes na comunidade. Rivânia Maria, Fernando Nogueira e Francisco Osvaldo de Lima, além de desenvolverem funções sejam elas remuneradas ou não, fazem parte de uma grande parcela que aderiu a Associação após a filiação dos pais. Podemos visualizar a partir de seus relatos quais os objetivos ao tornarem-se sócios e compreender como várias gerações veem e sentem a importância da Associação na região. Ademais a pluralidade de narrativas nos permite ter um olhar ampliado sobre as experiências vivenciadas em torno do CSMG, enriquecendo a visão histórica de um movimento singular e ao mesmo tempo plural, que despertou sensações e sentimentos vários.

Eis os entrevistados que são interlocutores da pesquisa, com quem desenvolvemos um diálogo no processo de investigação desde o ano de 2012 até o momento.

Francisco Faustino Pinheiro nasceu em 14 de julho de 1944, na juventude participou ativamente na militância da Juventude Agrária Católica (JAC) entidade de caráter comunitário, ligada à Igreja Católica. Com a convivência nessas entidades Faustino Pinheiro absorveu as causas de lutas e junto com a comunidade de Monte Grave e região vizinha desenvolveu um trabalho de associativismo reconhecido a nível estadual. Ele foi presidente da Associação Centro Social de Monte Grave, durante o período que vai de 1973, ano de regulamentação da Associação, até 2013, ano de seu falecimento. Conversamos com Faustino Pinheiro em setembro de 2012 quando preparávamos o projeto para a seleção de Mestrado. Consideramos a sua fala pertinente porque as suas experiências pessoais, desde a militância na JAC e na Comunidade Eclesial de Base (CEB's), estiveram atreladas, até o final de sua vida, ao trabalho de líder comunitário desenvolvido no CSMG.

Manuel Ari do Nascimento contemporâneo de Faustino foi militante na CEB's e sócio fundador do Centro Social de Monte Grave. Ocupou dentre outros o cargo de vice-presidente da Associação. Atualmente é aposentado como agricultor e mora no Distrito de Monte Grave e se encontra desligado das atividades da Associação por opiniões políticas divergentes, derivadas da escolha política de Faustino Pinheiro nas eleições municipais de 2012. Este se coligou ao candidato do Partido Social Cristão (PSC) apoiado por Cláudio Dias, então Prefeito de Milhã, e Ari do Nascimento, resolveu apoiar a oposição ligada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ao Partido Progressista (PP). Abordaremos esses conflitos com a devida atenção no capítulo II de nossa pesquisa.

Rivânia Maria Pinheiro nasceu em 1965. Os seus pais foram sócios fundadores do Centro Social de Monte Grave. Desde a juventude Rivânia Maria participou dos eventos da Igreja e também se envolveu com os trabalhos sociais prestados pela Associação. Ocupou desde o cargo de Secretária, até a Presidência de forma interina. Hoje ela ocupa o cargo de Secretária de Agricultura do Município de Milhã/CE. E ainda continua sócia do CSMG, mesmo tendo se oposto com as escolhas políticas da Diretoria.

Valmir Isidoro da Cunha nasceu em 1970, fez Escola Agrícola no final da década de 1980 em seguida fez o curso técnico em Contabilidade. Apesar de ser natural de Piquet Carneiro/CE a família de Valmir Isidoro mudou-se para a Milhã. Após ter feito esses cursos em Lavras da Mangabeira/CE, passou a residir em Fortaleza, mas não teve muito êxito na obtenção de trabalho, fato que o levou a voltar para Milhã. Ao chegar foi convidado por Faustino Pinheiro para ser o contador da Associação. Além do cargo de contador Valmir Isidoro, assumiu também o cargo de Diretor do Hospital Comunitário. Ficou prestando serviço à Associação até 2002, quando ela entrou em declínio. Atualmente ele possui um escritório de contabilidade na cidade de Milhã, e continua como sócio do CSMG.

Francisca Gedileuza Pinheiro nascida em 1969 é filha de sócios do CSMG e cresceu concomitante ao desenvolvimento da Associação. Na juventude foi convidada a trabalhar no Hospital Comunitário como Auxiliar de Enfermagem, fez um curso na área proporcionado pelo CSMG. Apesar de ter se formado em Pedagogia não exerceu a profissão, seguiu carreira na área da saúde chegando a ocupar o cargo de Diretora do Hospital Municipal de Milhã nos anos de 2010 a 2012. Sua família ainda se mantém sócia da referida Associação. Hoje, Gedileuza ocupa o cargo de Promotora de vendas em uma empresa de imóveis.

Francisca Rocicleide Pinheiro foi pioneira ao lado de Faustino Pinheiro na construção da Associação. Assumiu na comunidade a função de ministra religiosa, vereadora (por 16 anos) e coordenadora da creche, coordenadora da casa do idoso (Dona Dindinha) e colaboradora na Administração do Hospital, atividades essas dirigidas pelo CSMG. Atualmente é concursada como Técnica de Enfermagem e trabalha no Programa de Saúde da Família (PSF) do Distrito de Monte Grave.

Luiz Fernando Nogueira nasceu em 1971, um ano antes do nascimento da Associação. Seus pais eram sócios do CSMG e também o engajaram na vida social da comunidade. Quando jovem fez cursos oferecidos pela Associação, ocupou mais tarde, quando já casado, os cargos de: pintor, sonoplasta na Rádio Comunitária, artesão na Escola de Artesanato, dentre outras funções. Hoje, ele não faz mais parte da Associação CSMG, ligou-se a Associação Maria Geralda de Lima na localidade de Fazenda Nova, vizinha ao Distrito. Trabalha como pedreiro e é concursado como Agente de endemias na Secretaria de Saúde do município Milhãense, atualmente assume o cargo de Diretor de Esportes na cidade de Milhã.

Francisco Osvaldo de Lima filho de sócios e dirigentes católicos nasceu em 1955. Desde jovem se tornou sócio e colaborador nos projetos sociais da região. Nunca trabalhou no CSMG ocupando cargos remunerados, mas desde o início da Associação prestou serviços voluntários. Fez parte do Conselho de segurança e foi fiscal da Diretoria. Hoje ele trabalha como agropecuarista e ainda continua sócio do CSMG.

Cícero Pinheiro Neto nasceu em 1967, natural de Senador Pompeu/CE, mas desde criança morou com os pais na localidade de Monte Grave. Fez curso de técnico agrícola e em seguida começou a trabalhar no CSMG a convite do então Presidente Faustino Pinheiro. Trabalhou na Associação até 1997 quando foi demitido pelo mesmo presidente. Hoje Cícero Neto, depois de ter sido vereador na cidade de Milhã, possui uma loja de produtos de agropecuária. Vale dizer, que a carreira efêmera de Cicero Neto na política é posterior a sua atuação como Técnico Agrícola no CSMG.

Os relatos dos entrevistados mostram que a comunidade experimentou algo inédito na região e até mesmo no município, de uma comunidade escondida, afastada da cidade, surge uma comunidade repleta de atividades que mudou o cotidiano da região significativamente. No entanto, é preciso lembrar que essa realidade não é exclusiva do Centro Social de Monte Grave, muitos outros modelos de Associação surgiram no mesmo

contexto com finalidades muito parecidas, sobretudo, sustentadas por projetos religiosos que recebiam ajuda de entidades estrangeiras. Assim o CSMG é fruto de seu tempo.

Com o olhar voltado para a transformação dos movimentos sociais em âmbito nacional, em específico para o surgimento de novos personagens nesse cenário social, é que surge a necessidade de entender e problematizar as experiências desses sujeitos numa perspectiva de uma história social que privilegia as várias dimensões do cotidiano, experimentado por eles. Sobre o conceito de experiência recorremos a Thompson (1981, p. 16) quando ele discute que,

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamentos. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o “ser” está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a “consciência” (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada, e essa experiência é *determinante* no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte de matéria prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências.

A partir dessa visão buscamos destacar a relação dessas vivências com as mudanças que ocorriam nos movimentos sociais da década de 1970 em diante. Entendemos que o interesse em participar com vivacidade no cenário político e a noção de luta, que aos poucos foi se fazendo presente na comunidade de Monte Grave, não pode ser explicada como um fenômeno efêmero e que surgiu do nada, antes, revela uma maturidade social fortalecida na cultura de embate e no entendimento do direito que possuíam. Tudo isso tem a ver com a conjuntura política da redemocratização, onde as novas diretrizes, sejam dos movimentos sociais ou outros segmentos, foram sendo renovadas a partir de experiências sociais (THOMPSON, 1998).

Sobre a atração pela História Social, aderimos às mesmas razões de outros historiadores, como Déa Fenelon (1993), por exemplo. Segundo a autora, a História Social se tornou referencial teórico por:

Se preocupar com a vida real mais que com as abstrações, por ver a “história vista de baixo” mais que a partir dos dominantes e tratar a experiência ou as vivências mais do que os eventos sensacionais, pela possibilidade de maior identificação e empatia com o passado, pela relação intimista que estabelece com os sujeitos históricos (FENELON, 1993, p.80).

É, portanto, nessa perspectiva que nos baseamos em estudos como o da autora citada dentre outros, para fortalecer o nosso estudo dando ênfase a experiências de homens e mulheres comuns, vendo nas práticas cotidianas uma possibilidade de ser entender a cultura. Dito de outra forma, buscamos perceber o papel determinante e fundamental dos fatores culturais (DAVIS, 1987). Baseamo-nos, ainda, em estudos que abordam a entrada de novos sujeitos no cenário histórico e que percebem a centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade. Os trabalhos de Éder Sader, Arim Soares do Bem, Viviane P. Bezerra, Nilson Almino, Elza Braga e Irllys Barreira, e outros nos permitem compreender a dinâmica e a importância das lutas sociais e a importância do protagonismo dos sujeitos sociais no contexto de nossa pesquisa.

Percebemos a partir dessas leituras que o momento de nascimento do CSMG comunga com uma frente popular entusiasmada com a emergência e mobilização do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e de outros movimentos sociais, que se articularam em meio à crise que se instalou no país após 1973. O milagre econômico dos anos anteriores mostrava a outra face da moeda. O desemprego nas grandes metrópoles, a inflação crescente, a luta contra a ditadura eram apenas algumas das razões que deram margem para a reconstrução da democracia brasileira. E foi nesse contexto que a Associação CSMG deu um salto nas conquistas de novos projetos e na obtenção de recursos para a melhoria da qualidade de vida de seus sócios.

A década de 1980, no entanto, apresenta peculiaridades nos movimentos sociais, tendo conquistado a democracia em 1985, a luta se configurava dentro de novos meandros. Houve assim uma pluralização dos movimentos sociais. Notamos que, o CSMG experimentou esse momento colocando em prática as muitas reivindicações suscitadas na década de 1970. Aproveitou ainda, o período em que a Igreja Católica passava também por mudanças de

paradigmas, após a Conferência de Medellín e o Concílio Vaticano II, que foi uma reunião de bispos do mundo inteiro em Roma, visando discutir os problemas pertinentes ao autoritarismo da Igreja Católica que se centralizava na figura papal. Durante o Concílio debatia-se a necessidade de uma postura mais aberta da Igreja ³. Nesse momento, em que a luta passou a ser centrada na justiça social, a Igreja também atuou como ponte no diálogo com instituições estrangeiras no apoio as lutas e para conseguir a obtenção de recursos.

Entender a dinâmica entre o que acontecia em âmbito nacional e local nos permite perceber através das entrevistas o processo do narrar e as várias facetas que envolvem o ato de lembrar, nos possibilitando visualizar os sentimentos e sentidos múltiplos dados ao passado. Entendemos que as narrativas se constituem em uma maneira peculiar de dizer o vivido a partir de escolhas subjetivas que está interligado com o olhar contemporâneo sobre fatos que já foram presente, mas que agora são somente imagens que compõem o mosaico, por vezes incompleto, da memória. Temos clara a necessidade de colocar em evidência a história de sujeitos comuns, e um dos caminhos mais propícios para encontrar histórias perdidas no tempo é recorrer à memória dessas pessoas, que materializam na fala um tempo que já não pode ser vivido. E na busca do lembrar exercem uma caçada permeada de sentimentos e sensibilidades (PESAVENTO, 2008).

Qualquer projeto historiográfico que lide com a História oral, que tem seu canal subsidiado pela memória, terá os grandes porquês da pesquisa envolvida em um gama de sentimentos que, se metamorfoseiam ao passar dos dias. Busca-se no mais das vezes preencher espaços, lacunas, do passado que por hora permanecem ocultos, é nas falas e/ou nos registros escritos que se encontram (ou se pode encontrar) as peças do quebra-cabeça. Ouvir as experiências de sujeitos testemunhos de um contexto, constituinte de uma formação de associativismo (como é o caso da pesquisa em estudo), é estar envolto nessas sensibilidades que perpassam o muro de instituições, isto é, de estruturas físicas.

Entendemos que pesquisar é desenvolver o exercício de dar passos à frente e por vezes caminhar em sentido contrário. É retomar caminhos quantas vezes for necessário. Isso porque as questões que buscamos refletir no presente dialogam com um passado cheio de conflitos, de querências, de sentimentos e sentidos múltiplos. Os relatos dos entrevistados não são imunes nem ao tempo de recordação nem tampouco ao presente, assim como também as nossas indagações, por isso o encontro de entrevistado e entrevistador é sempre uma troca

³ Cf. Mainwaring (2004).

mútua, um diálogo, de quem quer saber e daquele que sabe, mas que raramente expõe as suas vivências. A pesquisa com oralidade, desta maneira, desenvolve um trabalho de relação entre o presente e o passado, o falado e o escrito, o pesquisador e o narrador, apontando para as relações múltiplas, memórias plurais e particulares.

Ao iniciar a tarefa de garimpar pedaços do passado através do relato dos sujeitos, pertencente há um determinado contexto e espaço, podemos notar que o processo de lembrar, se faz carregado de subjetividades e sentimentos vários. Por exemplo, ao entrevistarmos pessoas ligadas a Associação Centro Social de Monte Grave (CSMG), como Francisco Faustino Pinheiro (Ex-Presidente e sócio fundador do CSMG), Rivânia M. Pinheiro (Vice-presidente do CSMG), Valmir Isidoro (ex-diretor do Hospital do CSMG) e outros, notamos que existia, junto às lembranças de momentos felizes, de dificuldades, de realizações pessoais, e etc., ressentimentos políticos, indignação, e diversas outras emoções.

Ao entrar em diálogo com os entrevistados, percebemos que dentro e fora do trabalho, a vida estava ligada à Associação. A partir dos relatos, observamos que após a fundação do CSMG, havia entre os trabalhadores uma tessitura de conflitos e solidariedades permeando suas trajetórias de vida: o modo como conseguiram o emprego; a mudança de cargo e de costumes, a permanência de hábitos; a busca por recursos para a manutenção das atividades e para novos projetos. Enfim, as suas vidas estavam ligadas a uma rede de pensamento e vivências que girava em torno da Associação.

As falas dos entrevistados eram conduzidas a partir de suas experiências frente aos projetos desenvolvidos pelo Centro Social de Monte Grave. Ao falar em projetos que se tornaram sucesso, e foram bem executados, sentimos que o tom das palavras saía envolto de sentimentos de satisfação, de glorificação, como quem diz: *a gente conseguiu vencer as adversidades sociais*. Saltava as palavras um sentimento de pertencimento há um grupo (Associação) bem-sucedido na realização de suas atividades. Para Halbwachs (2004), esse sentimento de pertencimento não é apenas físico, mas principalmente afetivo. No entanto, quando se tratava de projetos que não deram certo, o sentimento raramente parecia ser o de culpa, mas de raiva e até mesmo de rancor atribuído a pessoas (tais como políticos locais e outros) que inviabilizavam as atividades da Associação.

Essa gama de sentimentos pode ser percebida na maneira como as palavras são verbalizadas, no tom de voz, nas expressões faciais e até mesmo nas próprias falas. Ao

estabelecer esse diálogo com esses sujeitos, percebemos que as emoções escapadas em meios as palavras, sufocavam muito mais que um projeto individual, se constituía também em uma tradução de um sentimento comunitário.

Mesmo que o indivíduo verse sobre suas particularidades é possível a dedução das principais características de um grupo. As entrevistas mostram o que é estrutural e próprio de um grupo sem esgotar as possibilidades sociais, revelam ainda as sensações próprias de cada evento partilhado no social. Na pesquisa em questão, os sentimentos de indignação de raiva e sensações afins, são quase sempre atribuídos ao coletivo. Nessas condições como assinala Alberti (2004, p. 22):

É importante ter consciência dessa “vocalização totalizante” da história oral, em um mundo em que a fragmentação e a dissipação de significados, o desaparecimento do sujeito e o privilégio da superfície (em detrimento da profundidade) também estão na ordem do dia.

No entanto, por vezes, é preciso subtrair desse pensamento que se apresenta como coletivo, a subjetividade do falar. Ao dialogar com esses sujeitos sobre suas trajetórias em torno da Associação, vimos que a fala, ainda que fosse mediada por questionamentos nossos, eram conduzidas por escolhas subjetivas.

Partimos do princípio que quem diz, diz de algum lugar, e de alguma forma e também diz para alguém, socialmente e culturalmente definido. Assim ao passo em que as falas são individualizadas pelo modo de dizer, de contar e são atuais, porque são verbalizadas no agora, elas também falam de algum lugar, e de algum tempo passado e são subsidiadas por vários sentimentos. Isso significa dizer que as palavras, a maneira como as ideias são organizadas, o encadeamento dos fatos tem uma lógica que atende antes de tudo as escolhas dos entrevistados. E levam em conta também as escolhas do pesquisador. Nesse caso é preciso destacar que enquanto filha de sócios fui assistida pelas ações prestadas pelo CSMG. No entanto, já na vida adulta não me tornei sócia e nem tampouco prestei serviço ao Centro. Vale lembrar que mesmo não morando mais na região de Monte Grave ainda mantenho relações sociais com as pessoas da região. O nosso contato com os entrevistados se deu a partir de relações comunitárias já estabelecidas, mas sem nenhum grau de proximidade aprofundada. No entanto, sabemos que o fato de conhecermos parcialmente a história do CSMG pode se constituir como um obstáculo para a nossa pesquisa, limitando as falas dos interlocutores. Contudo, apesar de limitar, acreditamos que isso não compromete o nosso

trabalho, pois antes de contarmos a história da Associação, que se encontra em segundo plano, é nossa intenção dar visibilidade as experiências dos sujeitos envolvidos a ela.

Diante da assertiva de que as escolhas são feitas pelos entrevistados, concordamos com Paul Ricoeur (2007) quando ele salienta que é nosso o poder de busca, isto é, a iniciativa no processo de recordação ocorre mediante uma escolha subjetiva daquele que é o “explorador do passado”. Nesse caso a busca, o processo de lembrar é feito por aquele que lembra. O historiador é um mediador nesse processo, mas a busca de rememoração do passado é feita por quem viveu e por quem sentiu. Assim anuímos com Verena Alberti (2004), quando ela atribui ao indivíduo a capacidade de reter o que passou frente à efemeridade das coisas e dos fatos, ela diz ainda que, “se a história oral representa uma opção totalizadora frente à fragmentação de documentos escritos é porque ela está centrada no indivíduo, que funciona, em nossa cultura, como compreensão totalizadora à segmentação e ao nivelamento em todos os domínios” (ALBERTI, 2004, p. 21).

E é pela via da História oral que as lembranças, depois de operarem na dinâmica do lembrar, se tornam textualidade. Portanto, “fazer história oral significa, produzir conhecimentos históricos, científicos e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos outros” (FRANÇOIS, 2006, p. 17).

Diante do já exposto, nota-se que é necessário, na pesquisa em estudo, um profícuo diálogo entre memória e História oral. Pois entendemos que

“Uma entrevista oral teria a vantagem de falar, de saída, sobre o passado, interpretando-o logo em densidade. Isso pode ser visto, como efetivamente o é por alguns autores, como um paradoxo: quanto mais moderna é a sociedade, quanto mais rápida e fragmentada é a comunicação, tanto mais precisamos, para entendê-la, de formas “tradicionais” de explicação, isto é, narrativas orais, transmitidas de gerações mais velhas para mais novas, de modo a conservar a “identidade” e a construir os significados da sociedade” (ALBERTI, 2004, p. 21).

Assim a pesquisa, intitulada *As vozes que contam: A trajetória do Centro Social de Monte Grave-Milhã/CE - 1971 a 2000*, busca problematizar as experiências de sujeitos testemunhos de um contexto, constituinte da formação da Associação Centro Social de Monte Grave (CSMG), considerando as interpretações e sentidos múltiplos dados ao passado. A partir disso, busca-se perceber qual o papel que a Associação, teve na constituição da comunidade.

É válido destacar aqui que o CSMG surgiu enquanto Associação no início da década de 1970, período de tensão política no país. Com o apoio da Igreja Católica, sobretudo da Diocese de Iguatu, representada na época pelo Padre Elmas Moreira de Carvalho, e das comunidades vizinhas ao Monte Grave, iniciou-se o trabalho de associativismo na então localidade situada no distrito de Milhã, que pertencia ao Município de Solonópole/CE. A Associação tinha como premissa combater os problemas sociais da região, como o difícil acesso a saúde e a educação. Essas premissas foram embasadas a partir do estabelecimento da Comunidade Eclesiais de Base nessa localidade. L. Boff (1986), citado por Éder Sader (1988), caracterizando o processo de constituição das comunidades eclesiais de base, diz que:

(...) a massa, mediante as associações, se transforma num povo que começa a recuperar a sua memória histórica perdida, elabora uma consciência de sua situação de marginalização, constrói um projeto de seu futuro e inaugura práticas de mobilização para mudar a realidade circundante (...) p. 51.

Assim realizações como o Hospital Comunitário, a rádio comunitária, a creche comunitária, a casa do idoso, e outras, são exemplos de atividades desenvolvidas e reflexos dessa nova mentalidade ensaiada pela comunidade de Monte Grave e região. O CSMG se notificou pela ampla atuação na vida social da região, e muitos sujeitos tiveram suas vidas entrelaçadas ao desenvolvimento das atividades gerenciadas pelo grupo. Entendemos que a Associação adquire um interesse histórico, porque reconstruir sua formação é recuperar parte da história política do município de Milhã e colaborar para o entendimento das experiências de entidades comunitárias no Ceará, oferecendo ainda uma leitura da relação do movimento social “renovado” em âmbito nacional com uma perspectiva sertaneja cearense.

Toda a atmosfera que marcou o processo de nascimento do CSMG é aqui evidenciada pelo diálogo com os já citados interlocutores da pesquisa. Acreditamos que a voz traz a tona o que já havia ocorrido em outro tempo, o dito revela assim o indizível. O antigo só nos chega pelo contato com o novo e vice-versa, ocorrendo aí à construção de uma memória que se faz e refaz numa dinâmica constante de tempos simbióticos. Compreendemos, baseada no estudo de Paul Ricoeur (2007), que esse trabalho de rememoração é um ato de organização, de busca, que rearranja o mosaico de imagens latentes na memória.

É no processo de busca da lembrança, que a memória revela uma luta que lhe é intrínseca, a ação de roubar pedaços de lembranças soltas no tempo, para que estas não se

percam ou fiquem sepultadas no “avesso da face iluminada da memória” (RICOEUR, 2007, p. 40), a saber, o esquecimento. O dever da memória é o de não esquecer, no entanto, o esquecimento é parte integrante da memória. Na trajetória de busca, muitos caminhos podem ser tomados, ou seja, há vários caminhos que a lembrança pode percorrer, vários caminhos aparecem possíveis a partir do mesmo ponto de partida. Como lembra Verena Alberti (2006, p. 171),

[...] um acontecimento vivido não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constituiu (no sentido de tornar-se algo). Ao contar as experiências, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido [...].

Vale lembrar que para Ricoeur (2007), o esquecimento não é uma patologia e não pode ser visto como algo que refuta o caráter primoroso, de lembrar, ou meramente de não esquecer, da memória. Evidentemente ele existe e se apresenta mediante um paradoxo e um enigma. Seguindo os questionamentos já propostos pelo autor, temos: como falar em esquecimento na medida em que lembramos que esquecemos? O esquecimento é: impedimento para evocar e encontrar o tempo ido, ou, é desgaste pelo tempo dos rastros que ficaram?

O autor apresenta um debate valoroso de que esquecemos muito menos do que pensamos. Ele define três tipos de rastros que constituem a figura do esquecimento, o rastro documental, o psíquico e o material. Para Paul Ricoeur, algumas lembranças não foram totalmente apagadas, se encontram apenas indisponíveis. Para resolver as peripécias que o esquecimento provoca no processo de lembrar, o autor, baseado nos estudos de *Lutz Niethammer*, ressalta dois níveis de memória, a ativa e a latente. A primeira seria aquela que sempre precisamos e que está permanentemente a disposição. A segunda precisa de reconstruções e associações para ser recuperada. Presentificações como fotografias, lugares de memórias, quadros e etc., oferecem a memória, um aporte para lembrar, descrevendo de maneira indireta algum elemento do passado, implicando numa substituição de uma ausência. Essa definição comunga com a tradição aristotélica, defendida por Ricoeur (2007), que compreende a memória como um conhecimento do passado.

Tendo em vista toda essa problemática que envolve a memória, buscamos ao longo das entrevistas subsidiar as lembranças dos entrevistados com esses aportes, como

fotografias, prédios da Associação e outros, garantindo um discurso baseado em vestígios do passado, em fatos que já foram presentes e que certamente jaz na memória, sejam eles organizados ou despedaçados. Para Paul Ricoeur (2007), apesar das limitações e das implicações que confundem o rememorar do imaginar, onde cada uma tem como fonte inicial a memória, “nada temos de melhor que a memória para garantir que algo ocorreu antes de formarmos sua lembrança” (2007, p. 26) Apesar de o passado ter-se ido, não podendo ser mais vivido, sentido, a memória tem como referente último o passado.

Partindo que já foi exposto conceitualmente, acreditamos que a memória, contribui nessa transformação do passado vivido naquilo que posteriormente pensamos que ele deveria ter sido, eliminando cenas não agradáveis e evidenciando outras atualmente mais importantes. Sabemos que quem fala, faz no discurso uma seleção de fatos que tem mais relevância ou ocupa a memória de maneira mais contundente na atualidade. Sabemos ainda que, não se pode alcançar o que se perdeu no tempo, assim como o fato que surge em pedaços, os sentimentos ressurgem modificados, brotam com mais ou menos intensidade, a variar de acordo com o sentido que o fato passado representa no presente. Assim concordamos com Alessandro Portelli (1997a, p. 33) quando ele salienta que:

A memória acompanha a mudança, contudo, também resiste às mudanças que optamos por não fazer. O que nos remete novamente a História oral como uma arte não só daquilo que aconteceu, como também, daquilo que deixou de acontecer, aquilo que poderia ter acontecido.

O que torna a História oral um fascínio é a percepção de que para além das estruturas, há uma gama de emoções, de pegadas, de vivências que permeiam as conjunturas. A fala do entrevistado nos torna mais próximo do que passou. O relato permite que nós vivamos mentalmente, em um tempo que não é o nosso, mesmo essa premissa sendo utópica, já que não é possível restabelecer o que já foi vivido. “A repetição e os detalhes podem ser um esforço obstinado e ao mesmo tempo impotente de refazer o percurso vivido” (ALBERTI, 2004, p. 17).

Diante das discussões apresentadas e das particularidades referentes à memória, notamos que além das narrativas orais serem permeadas por inúmeros empecilhos e trançarem um percurso em busca da lembrança, que às vezes tem o aporte de coisas, rastros, vestígios que ficaram do tempo ido, elas possuem um tempo próprio. Os discursos lidam com tempo de maneira bastante particular. De acordo com Portelli (2010, p. 72):

As narrações possuem um alto grau de mutabilidade e instabilidade. Isso deriva, sobretudo, do fato de que a memória não é um ato imediato e binário de retirada de informações já formadas, mas um processo múltiplo de produção gradual de significados, influenciado pelo desenvolvimento do sujeito, pelo interlocutor, pelas condições do ambiente.

Sobre o tempo da memória também é salutar as colocações de Jacy Seixas (2004), que baseado nos estudos de Marcel Proust (*Em busca do tempo perdido*) revela que a memória humana se vale de um movimento que lhe é próprio, transitando em um tempo espaço, em busca de atualização. Baseando-se na linha de pensamento de estudiosos como Proust e também Bergson, o autor vem falar de uma reatualização da memória. Nessas condições ele ressalta que:

Proust falará de tempos diversos e múltiplos, colocando a *descontinuidade* em primeiríssimo plano, juntamente com o *instante* (grifo do autor) único e isolado que guarda latente a possibilidade da memória. De uma memória também fugidia, que se movimenta para frente e para trás sem obedecer a qualquer sucessão necessária (SEIXAS, 2004, p. 49).

Seguindo nessa premissa de reatualização da memória, entendemos que “a memória introduz o passado no presente sem modificá-lo, mas necessariamente *atualizando-o*; é preciso considerar atentamente que o passado é por via de regra plural, um pulsar da descontinuidade” (SEIXAS, 2004, p. 50). Dessa forma, o diálogo estabelecido com os entrevistados é visto dentro dessa matriz de pensamento, que leva em conta as subjetividades do discurso, a identidade buscada na referência à coletividade, as sensibilidades expressas até mesmo nos gestos, bem como a busca inerente no processo de recordação afetada muitas vezes pelo esquecimento que pode ser vencido em alguns casos por rastros que venceram o passado se tornando presentificações.

Tendo em vista as considerações já ressaltadas, temos como problemática central: como se deram o processo de organização e consolidação dos projetos geridos pelo Centro Social de Monte Grave e qual o papel dos sujeitos nessa trajetória? Para resolver tal questionamento a dissertação será dividida em três capítulos.

No primeiro momento, que intitulemos de *Contexto e formação do CSMG*, arguimo-nos, como se deram os primeiros passos da fundação da Associação CSMG? Vincularemos esse processo de nascimento da Associação aos acontecimentos que marcavam

a vida do país e do Estado, assinalando o contexto de gestação dos ideais sociais da nova instituição, bem como as bases legais que fundamentavam as ações dos sujeitos dando visibilidade às ideias expressas no Estatuto, e as implicações dessas ações, que alteraram de maneira significativas os modos de vida da comunidade de Monte Grave e região.

Na segunda sessão, intitulada “*Farejando carne humana*”: os sujeitos e suas ações no CSMG, buscaremos perceber quais os sujeitos que deram vida e dinamizaram as atividades desenvolvidas pelo CSMG? Uma estrutura física só se fundamenta pelas ações humanas que dão vida a esses arcabouços, assim compete-nos nesse capítulo, destacar o perfil dos interlocutores da pesquisa, evidenciando assim os sujeitos que administravam as ideias e os bens do CSMG. Destacaremos ainda, no intuito de compreender como cada um desses sujeitos contribuiu na efetivação dos projetos, a trajetória deles e suas respectivas ações na Associação, bem como, as suas motivações de adesão e de engajamento social e político.

No último capítulo, cujo título é *Do apogeu ao declínio*: memórias, sentidos e emoções, versaremos sobre a organização das atividades geridas pelo CSMG. Partindo disso, em torno de quais atividades, se centrava as ações da Associação e quais as implicações de funcionamento e não funcionamento desses projetos? Para tanto, analisaremos a documentação da Associação, fotografias dos projetos e os depoimentos recolhidos a fim de perceber, quem estava na condução de cada projeto, como estes eram potencializados e etc. Buscamos saber assim, de que maneira o cotidiano da região foi alterado a partir dessas atividades, percebendo com isso a trajetória das atividades coordenadas pelo CSMG no que tange ao seu declínio e a repercussão dada pela comunidade a esse fato. Por fim, destacaremos o papel das emoções na vida do indivíduo, entendendo que elas interferem na maneira como o sujeito lembra e significa as suas experiências.

O que apresentamos não é um feixe de acontecimentos amarrados linearmente. As experiências enfocadas são essencialmente interpretações de vivências subjetivas e ao mesmo tempo com traços de lutas comuns, coletiva, que suscitam não uma história dos fatos, mas uma história do que estes fatos e ações significam para aqueles que o viveram e para quem com o olhar contemporâneo fala de coisas passadas.



2 CONTEXTO E FORMAÇÃO DO CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE.

Neste capítulo nos indagamos: como se deram os primeiros passos da fundação da Associação Centro Social de Monte Grave (CSMG)? Nosso objetivo é entender o processo de estruturação e como se constituiu o cotidiano da nova instituição. Para tanto, analisamos o processo de nascimento vendo como este se articula aos acontecimentos que marcavam a vida do país e do Estado, bem como tornamos claro as bases que fundamentavam as ações dos sujeitos dando visibilidade as ideias expressas no Estatuto, e as implicações dessa organização social, que na luta coletiva buscava por melhores condições de vida, e direitos básicos.

No primeiro tópico, intitulado *“Nós começamos do zero.” a constituição do CSMG*, apresentamos o contexto em que foram gestadas e colocadas em prática as ideias de associativismo que serviram de base para a fundação da Associação. Para compreender este processo foi fundamental o diálogo estabelecido com Faustino Pinheiro, Rocicleide Pinheiro e Ari Nascimento, sócios fundadores da Associação. A partir do relato desses sujeitos, visualizamos o cenário sócio político e cultural que permeava a conjuntura de nascimento do CSMG, anotando a maneira como este estava relacionado com o que acontecia em âmbito nacional e estadual.

No segundo momento, em que intitulamos *Entre o legal e o real: uma análise do estatuto*, versamos por meio da leitura do estatuto sobre as finalidades almejadas pelo CSMG, as suas matrizes de pensamento e quem era o público alvo a ser atingido pelos projetos. Estabelecemos, nesse tópico, a relação entre o que era proposto como ideais do CSMG e aquilo que ocorria na prática. Para entender essa dinâmica se fez necessário o cruzamento das fontes orais e escritas, assim colocamos em diálogo as falas dos entrevistados com as ideias expressas no Estatuto da Associação, atas de Reunião, cópia da carteira de sócio e fotografias.

Após entender o processo de gestação, buscamos compreender em que medida a realidade da região foi sendo alterada após a fundação da entidade. Tendo em vista, que a comunidade era um pequeno povoado com poucas casas e a situação econômica era precária, identificamos de que maneira a Associação ajudou no processo de transformação no modo de vida da região. Para esse entendimento nos baseamos nas falas dos sujeitos envolvidos no processo de fundação e estruturação da entidade, e nos documentos por eles produzidos, tais como: histórico do CSMG, pequenas produções escritas em forma de livros, instantâneos das

atividades em funcionamento e fotografias antigas, de famílias da região de Monte Grave, e, ata da primeira reunião. Recorremos, sobretudo, as questões teóricas que envolvem as discussões de memória e História oral.

Considerando estas reflexões, entendemos que o nosso trabalho se concentra em uma perspectiva de uma história cultural em profundo diálogo com a história social. As leituras de memória, História oral, movimentos sociais, nos ajudam a dar visibilidade às experiências de sujeitos comuns, que saem do seu local habitual e adentram no universo acadêmico como sujeitos históricos construtores de suas realidades.

Sobre História Cultural é válido às contribuições de Roger Chartier (1990) quando ele salienta que é possível perceber como uma dada comunidade produz sentido, pensa e vive sua relação com o mundo. A partir disso ele diz que o objeto da história cultural é, “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16). Em outras palavras, Sandra J. Pesavento (2008, p.42) diz que “a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo. [...] O historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chega até ele”. Compreendemos assim que a representação só existe para dar conta da realidade que não pode mais ser tocada e vivenciada. Ainda sobre o conceito de representação são essenciais os apontamentos de Darton (1996) e Chartier (1996), para quem a representação tanto parte de percepções coletivas como individualizadas. Ainda dentro dessa matriz de pensamento nos preocupamos em perceber as sensibilidades que perpassam as falas dos interlocutores sobre suas experiências históricas e pessoais (PESAVENTO, 2008).

Contudo, temos em vista que o trabalho do historiador com as fontes orais não se restringe as técnicas específicas das práticas sociais, mas sugere e denota uma ampliação da noção de história e de sujeitos sociais. Assim, o nosso caminho de análise nunca é acabado, ele é construído e reconstruído a partir da fala dos sujeitos, que da mesma forma, está sempre em construção. Portanto, comungamos com Yara Aun Khoury (2000, p.125), que ao destacar a necessidade de uma história plural, salienta que:

Nosso propósito de lidar com as narrativas como práticas que se forjam na experiência vivida e que, também, intervêm nela, nos coloca o desafio de

adotar e desenvolver procedimentos que nos possibilitem apreender o trabalho da consciência e incorporá-lo na explicação histórica. Ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre essa realidade, a partir de seu próprio ponto de vista. Nesse sentido, temos esses enredos como fatos significativos que se forjam na consciência de cada um, ao viver a experiência, que é sempre social e compartilhada, e buscamos explorar modos como narrativas abrem e delineiam horizontes possíveis na realidade social.

É, portanto, nessa dimensão do social, que centramos o nosso esforço para apresentar uma análise com amplitude histórica sobre as experiências que viabilizaram a construção do Centro Social de Monte Grave, e significaram as práticas, os modos de viver daquela região. Não se trata de apresentar as conquistas obtidas pelo grupo, mas também, as suas limitações, os obstáculos encontrados no cotidiano, situadas em uma dada conjuntura.

2.1 “NÓS COMEÇAMOS DO ZERO”: A CONSTITUIÇÃO DO CSMG.

Em que se fundamentavam as ideias de associativismo implantadas na entidade Centro Social de Monte Grave (CSMG)? De onde surgiu a possibilidade de vencer a dura realidade que assolava uma comunidade localizada no sertão cearense? Partindo de tais questionamentos, buscamos compreender o surgimento da referida entidade. Cremos não ser possível entender o processo de estruturação da sobredita Associação, sem antes conhecermos o contexto em que foram gestadas e colocadas em prática as ideias de associativismo na região.

Monte Grave era somente um pequeno povoado localizado no Distrito de Milhã⁴, que na década de 1970 tinha uma população de 7.048 habitantes, sendo que 1.515 eram da

⁴ No último censo (2010), o município de Milhã contava com uma população de 13.086 hab. E com uma área de 502 km². Suas origens são recentes, como distrito desmembrado de Solonópole e situado à margem direita do rio denominado Capitão-Mor. A povoação, formadas por pequenos agricultores, comerciantes e criadores de espécies diversas, data do início do século XX. Origem do Topônimo: Milhã é um nome de uma gramínea existente na região. Gentílico: milhãense. Formação Administrativa: Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito de Milhã, figura no município Cachoeira, que depois passou a denominar-se Solonópole. Elevado à categoria de município com a denominação de Milhã, pela lei estadual nº 4448, de 03-01-1959, desmembrado de Solonópole. Pela lei estadual nº 8339, de 14-12-1965, é extinto o município de Milhã, sendo seu território anexado ao município de Solonópole, como simples distrito. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Milhã, pela lei estadual nº 11.011, de 05-02-1985, alterado em seus limites pela lei estadual nº 11.011, de 05-02-1985. Constituído de 2 distritos: Milhã e Carnaubinha. Ambos desmembrados de Solonópole. Instalado em 01-01-1986. Pela lei estadual nº 11.315, de 15-05-1987, é criado o distrito de Monte Grave e anexado ao município de Milhã. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988, o município de Milhã, constituído de 3

zona urbana, e 5.533 eram da zona rural. Milhã pertencia ao Município de Solonópole/CE, cuja população era de 39.382 habitantes⁵. Segundo os depoimentos dos entrevistados a localidade de Monte Grave na década de 1960 e 1970 contava com menos de uma centena de moradores.

A comunidade nada mais era do que um acobertado de matagal, cercado de juremas⁶. Segundo pesquisa feita pelo CSMG junto a idosos da região, o difícil acesso deu origem ao nome da localidade. Ao mencionar o porquê do sítio⁷ ser chamado Monte Grave, nome que mais tarde se tornaria parte integrante do nome da Associação Rivânia Pinheiro, sócia do CSMG e vice-presidente de 2003 a 2006, diz que:

Nós fizemos pesquisa para saber por que desse nome de Monte Grave e os cinco idosos que foram entrevistados na época, Gonçalves da Nova Paz, a vó Doura - a finada Doura daqui -, foram cinco idosos e todos eles diziam - Luízinha de Chico Alexandre que a gente entrevistou - que com certeza era a dificuldade de chegar até aqui. Que a dificuldade era tão grande que talvez isso tivesse trazido esse nome de Monte Grave⁸.

As famílias numerosas, o índice alto de mortalidade infantil⁹, a fome, a pobreza, bem como o difícil acesso a saúde, assinalavam, no entender dos interlocutores da pesquisa, os principais problemas da região, que abrange não só a localidade de Monte Grave, mas também os sítios vizinhos, tais como a Fazenda Nova, Nova Paz, Barra do Rio, Barra de Cajazeira, São Paulo e outros. Apesar de a Associação levar o nome de Monte Grave, as comunidades vizinhas sempre participaram das atividades, até mesmo na fundação.

distritos: Milhã, Carnaubinha e Monte Grave. Pela lei municipal nº 012, de 16-12-2002, foram criados 3 distritos: Baixa Verde, Barra e Ipueira. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2003, o município de Milhã, constituído de 6 distritos: Milhã, Baixa verde, Barra, Carnaubinha, Ipueira e Monte Grave. IBGE :: Cidades@ :: Milhã – CE www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=230835 15/17. Acesso em: 22/10/12.

⁵Informações pesquisadas nos arquivos IBGE, especificamente no link http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_ce.pdf. Acesso: 02 de outubro de 2013.

⁶ Arbusto espinhoso das leguminosas. Cf. FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI: O minidicionário da Língua Portuguesa**. 5ª. Ed. 1ª Impressão - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 441.

⁷ [...] 2. Lugar; localidade, povoação. Editora: Melhoramentos Ltda. 1ª Edição, 2ª Impressão, agosto de 2005. ISBN: 85-06-04442-1. Cf. pág. 481.

⁸ Entrevista com Rivânia Maria Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 08 de março de 2013, sócia e ex-vice-presidente do CSMG Arquivo de Antônia Natália de Lima.

⁹ O número de habitantes atingidos pela mortalidade infantil no município de Solonópole na década de 1970 era de 182 para mil nascidos. Dados pesquisados em www.cps.fgv.br/ibrecps/CPS_infra/tabela/.../MORTALIDADE/01/Brasil.xls. Acesso: 02 de outubro de 2013.

As dificuldades não se concentravam apenas na localidade de Monte Grave, mas em toda a região adjacente. “A maioria das casas aqui da região, por exemplo, nem tinha porta, e sucessivamente não tinha alimentação suficiente em outras famílias mais pobres¹⁰”. Aqui é importante deixar claro que segundo os depoimentos dos entrevistados, essa questão das casas serem abertas, sem portas, não é uma opção, diante da existência de uma suposta segurança no Sertão nesse contexto, mas uma condição social. Sobre essa questão da difícil situação de vida, Rivânia Maria salienta que a motivação que a fez tornar-se membro do CSMG foi a possibilidade de, por meio dos projetos sociais, conquistar melhorias nas condições de vida da população, já que todos da região experimentavam uma dura realidade com diversas privações seja no âmbito da saúde, educação e outros. Vejamos o que ela relata:

Eram motivações assim de muitas necessidades enfrentadas no lugar. E eu acreditava que através do movimento popular, de uma organização, de um agrupamento, a gente iria conseguir sair daquela vida tão difícil, de tantas dificuldades. Aqui não existia um Hospital, não existia uma creche, a gente era privado de pequenas coisas que não existia na região e que aquilo fazia a gente refletir se tinha como mudar aquele quadro, aquela situação. E a gente foi vendo que através dessa Associação a gente podia ir revertendo esse quadro¹¹.

Partindo dessa análise, notamos que essa Associação tinha como premissa combater os principais problemas de ordem social, educacional e da saúde. A ideia de associativismo foi amadurecida, sobretudo, pela participação de Francisco Faustino Pinheiro, sócio fundador e Presidente do CSMG de 1971 a 2013, na militância religiosa. Na década de 1960, ele ainda jovem deixou a pequena localidade de Monte Grave e foi residir em Iguatu a convite do então Pároco de Milhã/CE Padre Elmas Moreira de Carvalho, para participar, junto a Diocese, do movimento Juventude Agrária Católica (JAC). Vejamos o que ele diz a esse respeito:

Eu nasci e me criei aqui no Monte Grave, e imagina que no passado era uma comunidade que não tinha nenhum apoio e nem o que facilitava a vida do povo. E a partir daquele momento, naquela altura, no começo da década de 60, com o apoio do Padre Elmas, o primeiro vigário da Paróquia de Milhã, nós começamos um trabalho na Paróquia de Milhã. Um movimento chamado Juventude Agrária Católica. Aí foi o começo de onde a gente começou a trabalhar na comunidade e nas comunidades vizinhas também, no sentido de

¹⁰ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹¹ Entrevista com Rivânia Maria Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 08 de março de 2013, sócia e ex-vice-presidente do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

iniciar um trabalho coletivo a serviço do povo. Tudo começou nesse momento¹².

Nesse contexto, surgiu uma reorientação da Igreja Católica, que agora se posicionava em parte a favor das mudanças sociais. Essa parcela da Igreja, composta por leigos e também por sacerdotes, refletia e questionava as injustiças sociais, foi a partir dessa “esquerda cristã” que o catolicismo militante foi influenciando os campos sociais. Vale dizer, que essas novas posturas da Igreja não podem ser desprezadas nas investigações, pois funcionavam como denúncias aos próprios fundamentos do sistema. Elas se inspiravam como salienta Éder Sader (1988), na Conferência de Medellín¹³ e também no Concílio Vaticano II¹⁴. Segundo o mesmo autor “A declaração de Medellín é dominada por um chamamento à ‘presença mais intensa e renovada da Igreja na atual transformação da América Latina’” (SADER, 1988, p.152). Sobre o Concílio Vaticano II Mainwaring (2004, p. 63), diz que “as encíclicas apostólicas progressistas e o Vaticano II incorporaram e legitimaram tendências que já existiam ao invés de criar algo novo. Mas, dentro de uma instituição hierárquica como a Igreja Romana, a legitimação de cima é muito importante”. Destarte, ainda que o Concílio Vaticano II não tenha inovado na criação “de novos programas ou novas teologias radicais, suas posições influenciam o processo que acaba por determinar quais concepções da missão da Igreja se tornarão hegemônicas, ajudando, portanto, a determinar as práticas pastorais no mundo inteiro” (MAINWARING, 2004, p. 63). Foi, portanto, em meio a essa conjuntura, através da Ação Católica, que foram criadas:

No campo, a Juventude Agrária Católica (JAC); no âmbito da educação secundária, a Juventude Estudantil Católica (JEC); nos setores das classes médias, a Juventude Independente Católica (JIC); no meio operário, a Juventude Operárias Católica (JOC); e no meio acadêmico, a Juventude Universitária Católica (JUC). (SILVA; AGUIAR, 2014, p. 24).

¹² Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹³ Houve em 1968 uma Conferência Geral do Episcopado latino-americano na cidade de Medellín na Colômbia, que tinha como premissa aplicar as diretrizes do Concílio Vaticano II no subcontinente. Cf.: SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁴ “Sob orientação de João XXIII, o Concílio Vaticano II reuniu bispos do mundo inteiro em Roma, durante o período de 1962-1965, para discutir os problemas pertinentes ao autoritarismo de uma Igreja até guiada pelos princípios do ultramontismo. Durante o concílio ventilava-se uma visão mais aberta da Igreja (...)”. Cf.: SILVA, Vera Lúcia; AGUIAR, Ana Selma Silva. “*Um oásis dos menos favorecidos da sorte*”: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim/Ce. FERREIRA, Benedito Genésio, SALES, Telma Bessa, Organizadores. – Sobral, CE: EGUS, 2014.

É importante ressaltar ainda, que as mudanças na própria postura da Igreja Católica surgem concomitantes com as lutas sociais no Nordeste. Antônio Torres Montenegro (2008, p.264) salienta que:

Em maio de 1956, em Campina Grande, na Paraíba, após um encontro dos bispos do Nordeste, organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e com o apoio do governo e de setores da sociedade civil, é publicado um documento que manifesta a posição de uma ala da Igreja quanto aos graves problemas sociais da região. Nele é criticado o problema da má distribuição da terra e a necessidade de uma reforma agrária.

O mesmo autor ao situar historicamente a fundação e a atuação das ligas camponesas e os sindicatos rurais, vem destacar que em Pernambuco “a eleição do udenista em 1958, sinaliza uma ruptura da hegemonia do PSD desde 1930, além de apontar um avanço dos setores comprometidos com as lutas sociais e populares” (MONTENEGRO, 2008, p.257). Isso sugere que as lutas sociais no país como um todo ganhava notoriedade principalmente depois de experiências, como as Ligas Camponesas, que ganhou destaque na imprensa nacional. Como destaca o mesmo autor “a ‘indústria da seca’, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a luta das Ligas Camponesas de Galiléia transformaram-se em temas centrais do debate nacional” (MONTENEGRO, 2004, p.401). Vale lembrar que a Igreja buscava conter o avanço do comunismo e em geral a perda dos fiéis para o protestantismo e espiritismo, assim centrou suas forças no combate a Ligas Camponesas que eram vistas como movimento comunista. Segundo Montenegro (2008), a criação dos sindicatos rurais, sob o controle da Igreja Católica, intensificou o enfraquecimento das Ligas.

Ainda sobre a JAC, Faustino Pinheiro diz que ao se tornar militante ele já pensava que o caminho para combater os problemas enfrentados na região de Monte Grave era o associativismo. Ele diz que:

A ideia da Associação, quando nós iniciamos o que eu te falei, o movimento Católico (Juventude Agrária Católica) a previsão, eu já tinha clareza que o caminho era ter uma Associação comunitária, organizada na própria comunidade e então me preparei bem mais também com a ideia. Inclusive em outras Paróquias da Diocese de Iguatu e na verdade só em 71 em 1971 eu retomei em definitivo para o Monte Grave. Naquele mesmo ano, em junho do mesmo ano, nós criamos a Associação, Centro Social de Monte Grave. Por que eu já tinha clareza e já tava trabalhando desde algum tempo a ideia das famílias também, que só tinha esse caminho como a gente não tinha apoio do poder público, porque nunca teve. É só tinha esse caminho criar

uma Associação comunitária e que fosse participativa com todas as famílias, daí o caminho para a gente achar uma saída para uma vida melhor pro povo.
15

A fala de Faustino Pinheiro é bem reveladora no sentido de apontar a Igreja como pilar no correspondente ao amadurecimento do trabalho do associativismo. Apesar de ele assinalar que já tinha em mente a noção de que a reunião das famílias era o caminho para buscar a superação dos problemas foi somente depois da sua experiência na Diocese de Iguatu que ele efetivamente trouxe a ideia para o Monte Grave. Francisco Faustino toma para si, a originalidade do projeto, mas isso emergiu não somente dele, mas de outros jovens da região e inclusive essas ideias foram alimentadas pelo Vigário de Milhã o Padre Elmas Moreira. Ao dialogarmos com Manuel Ari do Nascimento, sócio fundador e colaborador do CSMG, notamos que a Associação não foi ideia de um, mas de um grupo. Ele diz que:

A primeira coisa que foi criada aqui foi à juventude. O grupo de jovem que era até JAC, a Juventude Agrária Católica. Isso começou através de uma missa que houve aqui. O Padre veio celebrar e o carro caiu ali no riacho e aí entrou água no motor. E Faustino reuniu as famílias e arrecadou o dinheiro para mandar pegar ele. O Elmas tinha qualidade de um líder e por aí criou o grupo de jovem, que esse grupo de jovem foi quem começou a comunidade.
16

De uma maneira ou de outra, o que vale destacar é que a Juventude Agrária Católica (JAC) e depois a Comunidade Eclesial de Base (CEB's), foram fatores determinantes para o fortalecimento do grupo, bem como para a fundamentação dos ideais da Associação nascente. Alimentados pela metodologia das CEB's o ver-julgar-agir, Faustino Pinheiro, Ari do Nascimento e outros jovens da região passaram a dirigir as reuniões do Dia do Senhor¹⁷, discutindo por meio da reflexão das leituras bíblicas os problemas sociais da região. Sobre essa metodologia das CEB's é esclarecedora a definição de Frei Betto (1985, p. 10) quando ele diz que “As comunidades eclesiais de base se orientam pelo método ver-julgar-agir. Reunidos num barraco de vila, na casa modesta de um lavrador ou no salão paroquial, os

¹⁵ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹⁶ Entrevista com Manuel Ari do Nascimento, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, sócio fundador e colaborador do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹⁷ Segundo BEZERRA (2008, p. 49), “[...] a denominação Dia do Senhor tem referência no (sic) domingo, na tradição católica, o dia do descanso. Em vez de missas, eram realizados cultos dominicais como celebração da palavra de Deus”.

participantes fazem suas orações e cânticos e, em seguida, colocam seus problemas e dificuldades”. O primeiro passo, o ver, é a análise dos problemas que preponderam nas discussões da reunião. O segundo momento, o julgar, é ligado ao Evangelho. Escolhe-se uma leitura do Novo Testamento e após a leitura começam os comentários em torno das problemáticas apontadas anteriormente. O terceiro passo, o agir, ocorre o planejamento, a forma concreta de enfrentar o problema. Foi então em torno desse método que o CSMG deu os seus primeiros passos, não de forma linear, e nem mecânica, pois os problemas mais sérios, certamente, eram pautas de muitas reuniões e de muitos debates.

É válido destacar, que o surgimento da Comunidade Eclesial de Base não foi uma experiência exclusiva do Monte Grave, antes foi uma ação pensada por autoridades religiosas da região, como os Padres João Salmito Neto, então Padre de Senador Pompeu, e Elmas Moreira de Carvalho, pároco de Milhã. A incorporação a grupos como a JAC, ligados à Igreja, ganhou outro sentido graças às experiências coletivas na comunidade. “Na elaboração dessas experiências iam se formando identidades coletivas” (SADER, 1998, p. 88).

Vale mencionar que Faustino Pinheiro aponta o ano de 1971, como sendo o ano de fundação da Associação, buscamos em outros documentos e constatamos na Ata de fundação, que a primeira reunião ocorreu em 10 de maio de 1973. Foi somente no ano de 1973 que a instituição foi regularizada, nesses dois anos precedentes as reuniões ainda estavam ligadas as discussões das CEB's. E essa preocupação factual, como adverte Portelli (2010), deve ser submersa na preocupação com a subjetividade pessoal. O autor diz ainda que “a multiplicação dos planos temporais se devia ao fato de que o narrador não estava simplesmente se referindo a eventos, mas, construindo sua própria relação com eles (2010, p.234)”. Por isso, o nosso marco temporal começa em 1971, porque mesmo que a instituição ainda não tivesse sido regulada as pessoas que a idealizaram já haviam começado a trabalhar em prol de sua realização. Compreendemos ser pertinente, apesar de nos interessar mais a subjetividade do depoente, do que de fato a precisão de datas e fatos. Destacamos um trecho da ata que fala do momento da fundação do CSMG. Vejamos brevemente alguns tópicos:

Aos dez dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e três, reuniram-se na residência do Sr. Francisco Faustino Pinheiro, idealizador do projeto de fundação de uma Associação que viesse amenizar as dificuldades da região através do associativismo, aproximadamente vinte pessoas, convidadas para protagonizarem a nova ideia, estiveram reunidas¹⁸.

¹⁸ Fragmento da Ata de fundação do Centro Social de Monte Grave. Arquivo da autora.

Antes de avançarmos nos principais objetivos da Associação é preciso se ater ao contexto em que nascia esse novo projeto. Francisco Faustino em sua fala, citada anteriormente, diz ter saído ainda na década de 1960 de sua pequena localidade, indo morar na cidade de Iguatu que se situa na região Centro-Sul do Ceará a 388 km da capital Fortaleza. Nesse contexto, o Brasil atravessava um dos mais tensos momentos de sua história, a saber, a Ditadura Civil Militar.

Mary Del Priore e Renato Venâncio (2010) apontam que uma das principais razões que levaram os militares a depor o presidente João Goulart (Jango) foram as mobilizações por ele organizadas, que tinham grande apoio do Partido Comunista. Além de inflamar o povo para a constituição de um Congresso com maior participação popular, Goulart estende a mobilização sindical aos quartéis. Esse ato e a quebra de hierarquia, que permitiu aos marinheiros a escolha de um novo ministro da Marinha, se configuram como sendo o estopim para os conspiradores conseguirem apoio da ala legalista das forças armadas e darem o golpe militar.

Para Jorge Ferreira (2008), a conjuntura foi afetada por diversas frentes. O governo Goulart e as suas variadas crises e instabilidades propiciou um intenso campo de luta. O texto de Jorge Ferreira trata principalmente da efervescência política do governo Goulart, onde para a direita ele era um demagogo e para a esquerda um burguês de massa, já que Goulart mantinha uma política de equilíbrio muito parecida com o modelo de governo varguista. Todas essas definições acabaram polarizando as discussões posteriores.

Segundo o autor, até mesmo os historiadores buscavam encontrar um responsável, por isso muitos rotularam Jango como o principal culpado. A vida política de Jango foi bastante complexa e difícil desde a sua posse onde a direita fez de tudo para impedi-la, até o momento do golpe. Vale ressaltar, que Jango ao assumir o poder restabeleceu o contato com os países socialistas o que muito desagradou os Estados Unidos (EUA), que temia o avanço do comunismo principalmente por conta da Guerra Fria e da Revolução cubana.

É importante salientar que a questão agrária vai ser o grande tema do governo Goulart, qualquer bandeira que apontasse para as mudanças do setor acendia as agitações. De um lado à esquerda pressionava pelas reformas de base, por outro lado tinha os interesses da direita e os objetivos externos que não queria que alterasse as estruturas. Podemos destacar

que as esquerdas não eram hegemônicas, o ponto de aderência do grupo era o desejo de união entre: soldados, camponeses e operários.

A difícil situação política de João Goulart tinha bases antigas, que vinha desde o governo Juscelino Kubitschek (1955-1960) e Jânio Quadros (1961). Portanto, Goulart foi mais um agente que ajudou a tornar as discussões mais acentuadas.

Além de elencar essas pressões políticas o autor fala ainda da atuação de parte da alta hierarquia da Igreja que apoiava à direita. Todavia grupos dentro da Igreja como a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) eram progressistas e despertavam a consciência de grande parte da população para o valor moral da ação comunitária. Isso quer dizer que não havia uma ideia compartilhada dentro da Igreja, as opiniões eram plurais. Partindo de outro prisma, os EUA buscavam a todo custo desestabilizar o poder político do governo de Goulart, para tanto, financiava e coordenava por meio da *Central Intelligence Agency* (CIA) o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que eram centros de propagandas contra o governo para acirrar o clima de crise. Apesar da pressão vinda de todos os lados Goulart não abdicava de seu posto de Presidente, e procurava colocar em prática as reformas de base, no entanto, a esquerda achava que ele caminhava lento demais e a direita criticava as mudanças. O ponto cume de desgaste do governo foi à quebra da hierarquia militar onde Goulart apoiou os soldados de baixa patente, estes eram também amparados pela esquerda porque complementavam a tríplice organização formada ainda pelos camponeses e operários que acreditavam fielmente em uma possível vitória. A atitude de Goulart desagradou à direita que foi se articulando para a tomada decisiva do poder. Por outro lado, a esquerda estava muito eufórica, não enxergava que podia ter uma reação. Foi decisiva para o golpe a guinada dos militares para a direita. Nesse momento, Goulart tentando ser fiel a suas bases políticas tomou partido pela esquerda. Mas, tendo em vista a movimentação das Forças Armadas, com a renúncia de cargos e etc., Goulart finalmente percebeu que as estratégias de combate da esquerda não tinha sustentação política. O que vem a seguir, a tomada de poder pelos militares, mudou fundamentalmente a história do Brasil. Jorge Ferreira (2008) destaca que não houve apenas um responsável ou um acontecimento específico para o golpe, mas havia resquício de outros governos e muitos foram os agentes que alimentaram a efervescência política do período.

Del Priore e Venâncio não se desvinculam dessa linha de raciocínio, para eles os militares já vinham discutindo em instituições como a Escola Superior de Guerra e outros, a

intervenção militar, que já vinha acompanhada de um planejamento prévio de desenvolvimento do país. Em linhas gerais, dizem eles, “tal projeto consiste em retomar o modelo implantado em fins da década de 1950, aquele definido como tripé, baseado na Associação entre empresas nacionais privadas, multinacionais e estatais” (DEL PRIORE, VENÂNCIO, 2010, p. 278).

Apesar dos conspiradores defenderem que o golpe ou a “revolução¹⁹” - como os militares se referiam ao ato - era a tradução do desejo da nação, eles (os conspiradores) tiveram que enfrentar diversos impasses. No primeiro momento tiveram que ir de encontro às ideias dos grupos legalistas, dos quais dependiam. Estes tinham como premissa o retorno do poder civil expresso no direito de votar nas eleições presidenciais seguintes. Vale dizer que, os militares esperavam que houvesse resistência, assim montaram a linha-dura, no entanto o próprio João Goulart se exilou no Uruguai (1964).

Todos esses empecilhos são resolvidos ao modo militar quando Costa e Silva assume o poder e através dos Atos Constitucionais II e III põe fim nos partidos e extingue as eleições presidenciais, estaduais e municipais. Como bem assinala Del Priore e Venâncio (2010, p. 278), “os militares tinham vindo para ficar [...]”.

Ainda sobre a conjuntura de meados do século XX, Ridenti (2007) ressalta que os anos de 1960 foram marcados pela efervescência política e cultural, a revolução ou o desejo desta, agitou os campos político, econômico, cultural e etc. Por exemplo, no campo intelectual, em meio ao crescimento urbano e industrial buscava-se um modelo de homem novo que devia emergir das raízes, do interior do país. A arte seguia esse parâmetro de voltar-se para o passado em busca de uma cultura moderna, porém autêntica. Nasce a partir do romantismo revolucionário, que tinha um caráter bem parecido com o internacional, o modernismo nas artes que misturava passado e futuro romântico e moderno. O desejo de identidade que já vinha desde a semana de arte moderna em 1922, impulsionava vários movimentos culturais a se aproximarem da política. O golpe de 1964 partiu justamente do desejo de combater as utopias libertadoras nacionais que tinham cunho progressista.

Na busca da brasilidade arte e política se entrelaçaram dando grande movimentação cultural no país o que viria a ser barrado pelo AI-5 em 1968. A esquerda cultural foi o principal foco de resistência ao movimento de 1964. Estar ligado a um grupo de

¹⁹ Cf. DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010, pag. 277.

artistas era buscar meios para combater o regime. Alguns chegaram a dizer que a esquerda era forte na cultura e nada mais. Segundo o autor, o AI-5, que veio frear a efervescência cultural, e tolher de vez a liberdade política, foi o golpe dentro do golpe. Foi oficializado o terrorismo de Estado em nome da segurança nacional. Tortura, assassinatos etc., foram sendo instaurados. O Estado governava com plenos poderes. Com o AI-5 foram ainda censurados os meios de comunicação, sancionada a prisão de políticos, a cassação de mandatos etc. No contexto mundial os anos 60 foram de grande intensidade econômica e cultural, as ondas românticas de rebeldia e revolução, foram possíveis a partir das dadas condições materiais onde foram frutificadas as ações políticas e culturais aproximando cultura e política e a vida cotidiana. Vale lembrar que o AI-5 vigorou até 1979.

Importa destacar que na década de 1970, especificamente no ano seguinte, de fundação da Associação que foi 1973, começava o que José Murilo de chama de terceira fase da Ditadura. Ele salienta que

A terceira fase começa em 1974, com a posse do general Ernesto Geisel, e termina em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves. Caracteriza-se inicialmente pela tentativa do general Geisel de liberalizar o sistema, contra a forte oposição dos órgãos de repressão. A liberalização continua sob o general Joao Batista de Figueiredo (1979-1985). As leis de repressão vão sendo aos poucos revogadas e a oposição faz sentir sua voz com força crescente. Na economia, a crise do petróleo de 1973 reduz os índices de crescimento, que no início dos anos 80 chegam a ser negativos (CARVALHO, 2002 p. 158).

Essa era, portanto, a conjuntura do país, os militares dentre outros ditames combatiam severamente o movimento sindical e a oposição política. Evidentemente o cenário onde foi esboçado o desejo real de alteração das condições físicas, morais, culturais e sociais da localidade de Monte Grave passa por longe (geograficamente) dos grandes acontecimentos do país. Contudo, mesmo longe dos “grandes” acontecimentos que marcavam a história nacional, essa comunidade foi atingida se não por planos políticos, mas por ideias e desejos gestadas na efervescência e na luta pela derrubada do regime militar. Sobre esse período de tensão no país Faustino Pinheiro diz que:

[...] Na década de 60 foi o começo, e a coisa foi crescendo ao ponto de chegar a Monte Grave no começo da década de 70. Houve uma dificuldade muito forte naquela época, porque o poder militar daquela época não permitia realmente que as pessoas reunissem, que as pessoas discutissem seus problemas, que dizer isso era uma face real da época Militar. Mas o que foi muito interessante nisso tudo é que apesar de que a própria Igreja, que a

própria história social do país passou por muita dificuldade, mas também a própria história social do país cresceu e nós participamos desse crescimento. Sobretudo, no sentido que a gente teve a coragem e tivemos base especial de fazer esse trabalho mesmo diante dessa situação. Eu até digo que a comunidade, a Igreja como um todo, saiu totalmente vitoriosa nesse contexto. Os resultados se a gente analisa hoje, são muito positivos da coragem e da boa vontade daqueles que queriam uma vida social melhor para a população. Especialmente para o meio rural que é o nosso²⁰.

Percebemos claramente que Faustino Pinheiro possui afinidade com ideias libertárias. Supostamente a sua participação na Juventude Agrária Católica (JAC) permitiu que ele desenvolvesse o senso de coletividade, o senso comunitário, e etc., já que a JAC era um segmento da Igreja Católica que defendia ideais de esquerda. O diálogo entre entrevistado e entrevistador é um universo de possibilidades, que hora ou outra se torna limitado, como é o caso agora. Infelizmente Faustino Pinheiro se foi antes da conclusão dessa pesquisa, impossibilitando algumas observações que poderiam ser esclarecidas em um novo diálogo.

Quanto à perspectiva antes citada, o estudo de Ridente (2003) é revelador, segundo ele a Ação Popular (segmento subversivo à Ditadura Civil-Militar)²¹, e que dividia com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) o comando das entidades estudantis, era formada principalmente por estudantes católicos de esquerda. Segundo o mesmo autor, a Ação Popular (AP) foi fundada em 1962, por militantes de esquerda provenientes da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade que de início buscava defender os valores da Igreja nos meios universitários. Seguindo nessa linha de raciocínio, em sua dissertação de mestrado Airton de Farias (2007, p. 51), salienta que a AP,

Embora não fosse ainda uma organização marxista e nem visasse à implantação do socialismo (iria aderir ao marxismo em 1968, influenciada pelo maoísmo), estava engajada na defesa das denominadas reformas de base, apresentando grande influência junto aos jovens da época, através da Juventude Estudantil Católica (JEC, para secundaristas) e Juventude Universitária Católica (JUC), cujas estruturas, na prática, se confundiam com a própria AP.

Assim, embora o autor não cite a Juventude Agrária Católica (JAC), cremos que ela esteja diretamente ligada as perspectivas da Juventude Universitária Católica (JUC) e a

²⁰ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²¹ Sobre a perspectiva de o golpe ter sido Civil-Militar Cf: FICO, Carlos. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. *Revista Brasileira de História*, vol. 24, nº 47. p. 29-60.

Juventude Estudantil Católica (JEC), todavia, centralizando suas lutas para as dimensões da vida rural brasileira, elaborando proposta de reforma agrária e uma maior assistência ao homem do campo. A JAC nasceu a partir de uma reorientação da Igreja Católica, que emergiu, sobretudo, da parcela de leigos da Igreja Católica. Tanto a JAC como a JUC e as demais entidades católicas do período são reflexos da Ação Popular, da qual nos referimos acima. Sobre essa nova tomada de posição Éder Sader (1988) salienta que:

Na origem da qual surge uma reorientação da Igreja Católica no Brasil, encontramos uma tomada de consciência de sua perda de influência entre a população mais pobre, sobretudo a partir dos anos 50, frente ao crescimento do pentecostalismo e umbanda e, mesmo, do simples afastamento das práticas religiosas. Enquanto a instituição eclesial, comandada por sua hierarquia, permanecia um dos pilares da ordem, brotavam de seu interior iniciativas que iam num outro sentido. Os grupos leigos da Ação Católica (principalmente a Juventude Universitária Católica e a Ação Católica Operária) vão se ligando a lutas populares, denunciando a injustiça das estruturas vigentes e assumindo progressivamente posturas de contestação política. (p.150).

Ainda nessas condições Heloísa de Farias Cruz e Vivianne Tessitore²² (2010, p. 431), salientam que, era alvo das preocupações e militância da JAC resolver “problemas como a fome, a saúde, analfabetismo, escolas e educação rural, sindicatos e outras organizações de trabalhadores no campo”. Vemos então que Faustino Pinheiro e seus companheiros absorveram essas tendências da JAC e as ressignificaram em sua localidade.

Os fatores voltados às necessidades sociais do meio rural e a luta nessas demandas foram defendidos várias vezes por Faustino Pinheiro, sobretudo, quando ele avalia o desempenho do CSMG. Ele ressalta que, o apoio ao homem do campo ocupou desde o início um dos objetivos centrais da Associação,

(...) Eu faço um balanço altamente positivo do nosso trabalho, lá na década de 70 que começou e hoje, o resultado altamente positivo. Agora para ser honesto contigo outra coisa que eu continuo, em termos aqui de Milhã, na verdade a maioria é assim mesmo, não é só Milhã que tem esse atraso que a assistência às famílias, ao agricultor é pequena, não é só aqui não. Realmente e infelizmente aqui predomina tudo isso que é tudo fora da nossa ideia. O nosso plano sempre foi, e hoje eu tenho clareza que eu tava certo que quando eu sempre teimei com os políticos, desde eu garoto, novo na década de 60

²² Documentação, memória e pesquisa: o CEDIC faz 30 anos. Heloisa de Faria Cruz Viviane Tessitore. <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0CEgQFjAE&url=http%3A%2F%2Frevistas.pucsp.br%2Findex.php%2Frevph%2Farticle%2Fdownload%2F6139%2F4460&ei=A71VUtLaMs-r4AOw-IHgCg&usq=AFQjCNGn9ewm28-dAltC8CX-qvfdVvSh1Q>. Acesso em 09/10/2013.

para cá, quando eu ficava sempre teimando com os políticos que não faziam porque não queriam, e não faziam mesmo e hoje continuam quase a mesma coisa praticamente, mas eu agradeço muito a Deus a clareza que eu tinha no passado e que tenho hoje no momento. E isso me dá um conforto muito grande porque eu vejo que o poder público local, não faz pra o povo o melhor porque não quer, mas as condições, os repasses financeiros que o Governo Federal passa para os municípios, sejam grandes ou pequenos os municípios, eles são suficientes para dar uma vida bem elegante, sobretudo ao homem do campo, mas ainda falta essa parte aí que certamente nós vamos ver ainda no futuro se Deus quiser²³.

Quando Faustino Pinheiro destaca o descompromisso do governo municipal na atualidade pelas causas sociais, e ressalta que o Governo Federal repassa uma verba financeira suficiente para o desenvolvimento de ações nesse âmbito, conjecturamos que ele se refira as políticas públicas surgidas em grande medida no Governo Lula, tais como o Programa Fome Zero, Bolsa Família, dentre outros do Governo Federal, bem como a oportunidade dada ao agricultor no acesso a empréstimos bancários. No caso desses empréstimos em geral a Secretaria de Agricultura trabalha como facilitador no trâmite legal entre a empresa bancária e o trabalhador rural. Certamente, a fala de Francisco Faustino é embasada na sua experiência profissional, já que exerceu o cargo de Secretário de Agricultura²⁴ de 2008 a 2010 na Prefeitura Municipal Milhã, e na mesma função em Piquet Carneiro de 2011 a 2013.

Para além disso, o que notamos, portanto, é que a sua participação na JAC foi essencial para a fundamentação do projeto da Associação. Começou a se fazer política em outros lugares e de outra maneira²⁵. Experiência que gerou aquisição de novos conhecimentos. As ideias de superação das péssimas condições de vida não surgiram do nada, elas foram alicerçadas na convivência e no compartilhamento de experiências sociais, que tinham nos grupos de esquerda da Igreja Católica apoio e a perspectiva de combater os problemas do homem rural cearense. Homem este, que além de estar imerso em uma região

²³ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²⁴ Francisco Faustino exerceu o cargo de Secretário Municipal de Milhã de 2008 a 2010, a convite do então Prefeito da cidade, José Cláudio Dias. Faustino havia apoiado a candidatura do mesmo. Por ser de certa forma um líder político Faustino angariou o cargo. É preciso ressaltar que nesse contexto o CSMG não passava de uma mera Associação de reuniões mensais, os serviços ligados a saúde e educação e outros, não funcionavam mais, devido implicações políticas e etc. Notamos assim que embora, Faustino “não gostasse” de se envolver com a política como mencionou na entrevista, ele sempre manteve um contato assíduo no campo político, seja como líder comunitário buscando nos governos municipais e estaduais verbas para os projetos da Associação, ou como representante político da região de Monte Grave, pois ele sempre apresentava suas escolhas políticas nas reuniões da Associação. Assim querendo ou não ele era um formador de opinião e muitos seguiam suas escolhas políticas por entenderem que seria o melhor para a Associação. Portanto entendemos que era antes de tudo um articulador político, mesmo nunca tendo sido candidato isso não exclui a sua presença no campo político.

²⁵ Cf. SADER (1988).

que por si só já oferece dificuldades climáticas, vivia sob uma condição política que tinha como marca as práticas clientelistas, onde a corrupção era a face mais contundente tanto dos administradores municipais quanto dos estaduais²⁶. Versaremos sobre essa cultura política nos capítulos subsequentes.

Contudo, o que nos é intrigante é que embora Faustino Pinheiro apresente características de cunho esquerdista, ele avalia a Ditadura Civil-Militar como um momento de crescimento do movimento social, apontando a Associação CSMG como exemplo nessa tendência. No entanto, o que notamos é que embora a referida Associação tenha surgido nesse contexto, ela só vai se destacar no desenvolvimento de suas atividades no final da década de 1980, período de redemocratização do país.

Porém, é preciso ressaltar que supostamente os ganhos apresentados por Faustino Pinheiro tenha a ver com algumas medidas implantadas pelos militares como a criação do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) e o Fundo de Assistência Rural (Funrural)²⁷. Como discute José Murilo de Carvalho (2002) ao traçar historicamente a trajetória da cidadania brasileira, essas posturas do governo militar contribuíram para o fim do poderoso Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores (IAPs), e para a perda de influência dos sindicatos sobre a previdência, que passou a ser controlada totalmente pela burocracia estatal. Segundo o mesmo autor,

A repressão inicial exercida contra esses sindicatos, aliada as tarefas de assistência agora a eles atribuída, contribuiu muito para reduzir sua combatividade política e gerou dividendos políticos para os governos militares. O eleitorado rural os apoiou em todas as eleições. Parte desse apoio pode ser atribuída ao tradicional conservadorismo rural, mas sem duvida a legislação social contribuiu para reforçar essa tradição. Como a previdência rural não onerava os proprietários e não se falava mais em reforma agrária, também eles tinham motivos para apoiar o governo (CARVALHO, 2002, p.172).

Sugerimos com isso que ao falar do crescimento social Faustino Pinheiro ressaltava esses ganhos como o direito a aposentadoria ao homem do campo e etc. No entanto, o crescimento da Associação não se insere nesse contexto. Apesar dessas conquistas no meio rural, o CSMG não participa diretamente dessa crescente. Nas análises dos documentos da

²⁶ Sobre os conceitos de Clientelismo e Corrupção Cf.: MARTINS, José de Souza. Clientelismo e Corrupção no Brasil Contemporâneo in_ *O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1999, p. 19-51.

²⁷ Cf. CARVALHO, José Murilo (2002).

pesquisa, tanto orais como escritos, percebemos que foi somente no final da década de 1980, período de redemocratização, que a referida Associação ganhou impulso e atingiu o sucesso de seus projetos.

Percebemos então, que como qualquer outro discurso a fala do entrevistado citado é permeada por idas e vindas ao passado e presente, e isso se configura como um traço peculiar da memória. Alessandro Portelli (2004) cunhou a expressão movimento da “lançadeira” para se referir ao ato do depoente de ir e vir no tempo enquanto conta as lembranças. Partindo desse pressuposto, entendemos baseada no pensamento de Verena Alberti (2004), que o sentido da fala, isto é, o encadeamento de ideias está relacionado com o presente, o que é dito é selecionado a partir do que é perguntado. É o entrevistado que encadeia as frases a serem proferidas, mas de acordo com questões atuais. E é isso que dá sentido ao vivido. O historiador revela, assim, por meio da fala a recuperação do que já passou, mas a partir do olhar de quem viveu. As falas nesse sentido funcionam como estampas contextuais (FREITAS, 2012). Ainda sobre essa questão do tempo da memória, Júlio P. Pinto (1998, p.206) diz que,

A memória tecida sobre um determinado evento ou conjunto de eventos dificulta a percepção histórica que se pode ter desses episódios, refaz o itinerário de atribuição de sentidos, constrói um fato oferecendo explicação coerente a episódios na origem desconexos. Constrói-se assim, a memória histórica que do apelo individual atinge a dimensão coletiva. Memória histórica que (re)cria o passado, operando temporalidade como textualidade, fundindo referências que estabilizam o presente.

Como revela Beatriz Sarlo (2007, p. 49), “os tempos verbais do passado não ficam livres de uma ‘experiência fenomenológica’ do tempo presente da enunciação”. É inevitável a marca do presente no ato de narrar, os discursos sofrem influências impostas pela atualidade. É possível afirmar que Faustino Pinheiro, certamente ao mencionar que a Associação gozou de sucesso no período militar ele tem a sua fala embasada pela relação simbiótica entre passado e presente. A sua memória contempla a trajetória da entidade em sua totalidade, sendo difícil desvincular um pedaço de um todo. Como salientamos anteriormente, constatamos que a Associação somente veio se destacar no período de término da Ditadura. Mas, claramente esse período foi fundamental para que os ideais de associativismo fossem aprimorados por Faustino Pinheiro, pois mesmo que ele não tenha atuado como militante

ativo contra os militares, a sua presença e convivência com um grupo de esquerda da Igreja Católica serviu de base para o fortalecimento de sua condição de líder comunitário.

É, portanto, o relato de Francisco Faustino Pinheiro que nos possibilita reflexões sobre as suas relações de sociabilidade e de suas particularidades. Nesse sentido, comungamos com a ideia de Michel Pollack (1992), ao salientar que a memória é construída socialmente. Ela é modelada pela família e pelos grupos sociais. Isso significa que, o individual se forja no social e vice-versa, não se separa a memória em dois campos distintos, mas, estes se encontram em simbiose. “As lembranças que guardamos são partilhadas com outras pessoas, revelando aspectos intrínsecos dos grupos sociais nos quais nos envolvemos” (JUCÁ, 2003, pág. 85).

Os depoimentos orais constituídos em narrativas são subsidiados e alimentados pela memória que é um campo onde se pode compreender a vida humana e suas intrincadas redes de convivência. No entanto, é preciso levar em conta nessas narrativas, como bem salienta Nilson Almino de Freitas (2012, p.26), “o lugar, a pessoa com quem se fala e o instrumento captador, a temporalidade dos encontros e as afecções outras que fogem do contexto, relativas às vivências cotidianas, aos humores e às vontades”.

Voltando ao contexto de formação do CSMG nos baseamos no estudo de Airton de Farias (2007) que, na sua dissertação de mestrado, mostra que na década de 1970 vários grupos guerrilheiros atuavam no Estado do Ceará numa constante luta de subversão ao poder ditatorial do Brasil. Nesse mesmo contexto, com ênfase para a formação de militância estudantil, Maia Júnior (2008) discute, as posições e práticas políticas das organizações de esquerda no Movimento Estudantil no Ceará. Através da História oral, os dois autores, revelam uma gama de fatores não encontrados na documentação escrita. Emoções, sentimentos, desejos e angústias arroladas no tempo endossam uma conjuntura que certamente foi marcada por muitos conflitos. Airton de Farias destaca no seu trabalho, que houve sim, luta armada no Ceará em tempos de Ditadura e desmitifica a ideia de que os guerrilheiros vinham de fora. Ele salienta que “os guerrilheiros em sua maioria, eram cearenses mesmos, “cabeças-chatas” de fato (permitam-nos a expressão popular), que decidiram num rico e revolucionário momento histórico [...] também mudar a injusta sociedade brasileira.” (FARIAS, 2007, p.186). O trabalho de Edmilson A. M. Júnior debate os significados do movimento estudantil na cidade de Fortaleza, esses significados são buscados por meio da memória do próprio movimento. Ele discute que embora o movimento estudantil

do período ditatorial em Fortaleza, estivesse morto, “não significa dizer que sua experiência não traga ainda valores a serem considerados. Sua luta política deve ser sentida nas suas continuidades e descontinuidades” (MAIA JÚNIOR, 2008, p. 261). A leitura desses trabalhos nos ajudou no intuito de entender a atmosfera do estado quando do nascimento do Centro Social de Monte Grave.

Notoriamente pelos relatos dos interlocutores da pesquisa, as guerrilhas mencionadas pelos autores outrora citados, não chegaram com tanta ênfase ao sertão cearense. Apesar das limitações no correspondente as fontes que versem sobre a Ditadura no interior, uma vez que em geral a maior parte da documentação se encontra nos lixões municipais (fato comprovado por nós, ainda durante a pesquisa monográfica), podemos perceber, sobretudo, na fala de Faustino Pinheiro, que a Ditadura se fazia presente de uma maneira muito tímida na pequena localidade de Monte Grave. Até porque se levarmos em conta que nesse período a comunicação era bastante restrita, os principais acontecimentos do país chegavam lentamente no sertão cearense. Contudo, existem experiências significativas como a forte represália contra membros do clero de Crateús/CE e também Sobral/CE. O trabalho de Viviane Prado Bezerra (2010) é esclarecedor na temática, ao falar da pastoral popular no contexto da ditadura, ela apresenta algumas experiências da Igreja Católica nos municípios citados, salientando que algumas pastorais desta, foram acometidas por suas posturas em defesa dos movimentos sociais.

A represália dos militares aos setores progressistas foi sentida no Ceará, pela perseguição aos movimentos populares, como o MEB e o Movimento do Dia do Senhor, da Diocese de Sobral, e aos sindicatos dos trabalhadores rurais situados no interior do estado. Durante o ano de 1968, a repressão também alcançou a atuação de padres engajados no movimento estudantil, em Sobral (BEZERRA, 2010, p.92).

Cremos, pois, que nenhum lugar está solto no mundo, ele é a expressão de um todo. Ainda que com roupagem nova, as ideias principais, que eram a ordem do dia na nação, eram ressignificadas nesses pequenos espaços, como na Associação em estudo. O desejo de mudanças, o combate aos problemas locais, a organização em comunidade certamente tem raiz nos movimentos sociais renovados, onde os antigos centros (Igreja, sindicatos e grupos de esquerda) no entender de Éder Sader se refazem com novos discursos e práticas, e passam a fazer política em outros lugares e de outra maneira. Essas experiências geram assim a aquisição de novos conhecimentos e um novo jeito de lutar por melhores condições de vida.

Havia brotado um sonho audacioso de possibilitar a criação de uma sociedade diferente, mais justa, e mais digna para os pobres e excluídos. Essa concepção tem relação direta com o novo sindicalismo pensado por Sader (1998, p. 36), ele diz que,

Era o “novo sindicalismo”, que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; eram os “novos movimentos de bairro”, que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma “nova sociabilidade” em associações comunitárias onde a solidariedade e auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os “novos movimentos sociais, que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada”. De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade.

Airton de Farias (2007) no seu estudo destaca que assim como nos principais centros políticos do país, o golpe atingira com bastante intensidade o Estado cearense. A força militar montou um sistema de busca aos subversivos fechando os prédios de partidos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e de diversos outros centros que servissem de afronta aos representantes da máquina estatal. A manutenção da ordem era a justificativa de uma patrulha bruta que vigiava qualquer manifestação de repúdio ao golpe. Segundo o autor, o então Governador do Estado Virgílio Távora, manteve-se no poder por ter uma relação amigável com o Marechal Castelo Branco, mas para tanto teve que afastar de cargos qualquer sujeito que possuísse ideais de esquerda dentro dos ministérios.

Ainda sobre o Ceará em tempos ditatoriais, Francisco Parente (2007), vem destacar que o Estado não possuía uma elite política de bases sólidas, foi somente após o golpe que começou a emergir lideranças políticas como Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals e por fim Gonzaga Mota, que entra nessa vertente após o “acordo de Brasília”. Devido à crise na política dos coronéis adotada no Estado cearense, o Presidente, na época, João B. Figueiredo, interferiu no processo eleitoral reunindo os coronéis Távora, Bezerra e Cals, na referida reunião ficou estabelecido o citado acordo de Brasília: “Gonzaga Mota, virgilista, seria candidato a governador; o vice-governador seria indicado por Adauto Bezerra, sendo ele próprio o candidato; o senador seria o próprio governador Virgílio Távora; e o prefeito de Fortaleza seria indicado pelo então ministro César Cals” (PARENTE, 2007, p. 407). A partir disso, os personagens políticos, acima mencionados, formavam a política dos coronéis, que alternavam o domínio do poder no Estado. Em oposição a esse grupo a família Jereissati, primeiro com Carlos depois com o seu filho Tasso Jereissati, buscava combater a

política dos coronéis. Nessas condições, ao avaliar o governo de Virgílio Távora de 1963-1966 apontando o desenvolvimento capitalista do Estado, provocado por medidas como a solução do abastecimento de energia elétrica, por meio da usina de Paulo Afonso, dentre outras, Linda Gondim (2007, p. 412) salienta que:

Nessa conjuntura, verifica-se que a emergência de atores políticos “modernos” – a tecnoburocracia estatal e os empresários rurais – não só é perfeitamente compatível com o clientelismo como se beneficia deste, uma vez que persistiu e até agravou-se o quadro de exclusão tanto dos direitos políticos, como dos direitos sociais de cidadania.

No que diz respeito à participação civil no campo das reivindicações segundo José Borzachiello da Silva (1992), a fase pós 1964 foi marcada pela ausência da opinião pública. Já nos anos em que o Militar Médici administra o suposto “milagre econômico” vê-se uma retomada da participação popular. Isso porque o crescimento mostra suas reais faces onde maioria da população não desfruta desse crescimento, assim “a partir de 1978 as greves no ABC paulista²⁸ e a proliferação dos movimentos de bairro reivindicam participação e democratização em todos os níveis” (1992, p. 112). Segundo o mesmo autor:

As massas oprimidas dos bairros citadinos e, principalmente, os vários setores da classe média brasileira, a classe que mais teve que “apertar o cinto”, iniciam um processo de pressão que provoca mudanças na ação do Estado, sendo a anistia política de 1979, o marco principal dos ganhos do povo que amplia as bases do movimento agora está nas cidades, principalmente no Centro-Sul do país, na grande São Paulo especialmente. No âmago das discussões políticas que estabelecem nessa fase, Fortaleza se insere também no mesmo processo, porém em menor escala. A própria estrutura de poder no Ceará, onde velhas oligarquias controlam grande parte da economia do Estado, mantendo razoável poder de pressão na política estadual, impedem um avanço maior do movimento organizado nas bases (SILVA, 1992, p.112).

Vemos aí, que no Ceará as práticas coronelistas ainda vigoravam intimidando assim a participação popular. cremos que se na Capital cearense o clientelismo ainda era forte, nos municípios essa prática não era diferente. Predominava a lógica da troca de favores, da política tradicional, onde a utilização do patrimônio público para fins privados era sintomática desse período. Apesar disso, é preciso dizer que “o surgimento, ou melhor, o

²⁸ ABC Paulista, é uma região tradicionalmente industrial do estado de São Paulo (SP). A sigla vem das quatro cidades, que forma a região, sendo: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C) (Cf. SALES, 2006).

ressurgimento dos movimentos reivindicatórios urbanos tem sido um dos fenômenos mais significativos para a sociedade brasileira nos últimos anos, especialmente a partir da segunda metade da década de 70” (SILVA, 1992, p. 113). No Estado cearense a Igreja foi um dos pilares nessa nova configuração dos movimentos sociais. Como assinala Viviane Prado (2010, p. 86),

No Ceará, as experiências da Igreja-Povo de Deus se constituíram, no âmbito da organização dos trabalhadores em sindicatos rurais e formação de lideranças comunitárias, em diversas cidades do interior e em Fortaleza, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e outras experiências de Educação Popular, como o Projeto Carqueija, no município de Capistrano, bem como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Vale destacar aqui, que as ideias de esquerda não surgiram do nada, nem no Ceará, nem tampouco no Brasil de maneira geral. Todas essas discussões estavam em estreita ligação com a realidade mundial, nesse contexto aconteciam vários confrontos, tais como: a Revolução Cubana (1959), a Guerra do Vietnã (1962-75) e diversos outros conflitos que dividiam o mundo em dois blocos, o socialista e o capitalista. De todos os projetos de esquerda que buscavam entre guerrilhas, mortes e vitórias a mudança da realidade, dos muitos oprimidos pelos ideais capitalistas, a Revolução Cubana foi a mais impactante para as esquerdas latino-americanas.

Notamos no exposto acima, que apesar de estar localizado longe dos grandes acontecimentos de ordem mundial, nacional e até mesmo regional, o Centro Social de Monte Grave é a expressão de uma época. Ele se insere em uma gama de acontecimentos que influenciaram a maneira de pensar de sujeitos que ressignificaram os ideais de igualdade vigentes no “novo sindicalismo” apropriando-os de acordo com a realidade local. Passaram a fazer e pensar política a partir do momento em que se reuniam para discutir as dificuldades locais, e elaboravam projetos que viabilizasse uma melhoria nas condições sociais da região. As principais ideias defendidas no Centro Social de Monte podem ser visualizadas nas falas dos entrevistados e no cruzamento destas com o Estatuto da instituição. No tópico seguinte levantamos algumas premissas pensadas e por vezes colocadas em prática pela Associação.

2.2 ENTRE O LEGAL E O REAL: UMA ANÁLISE DO ESTATUTO.

“(…) A reunião, que teve início as 8:00h da manhã (….) durou três horas e vinte minutos, entre os assuntos discutidos, pautou-se a elaboração do Estatuto que irá reger a nova Associação. Em primeiro lugar, votou-se o nome da nova instituição, a qual levou o nome de CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE, nome este, sugerido por um dos presentes, baseado nas finalidades que a nova Associação terá, tais como: Educação, saúde, cultura, associativismo e etc”.

(Ata de fundação do CSMG²⁹, 1973).

Como podemos ler no trecho acima, retirado da Ata do dia 10 de maio de 1973, o estatuto do CSMG fora pensado ainda na década de 1970, precisamente no dia da primeira reunião da Associação. Na ata de fundação visualizamos as assinaturas de alguns membros, tais como: Francisco Faustino Pinheiro; Raimundo Robervan Pinheiro; João Nogueira Maciel; Francisco Nicolau Pinheiro; Francisco Luiz Gonzaga; Manoel O. Pinheiro; Raimunda Amélia Nogueira e Francisco Antônio Maciel, dentre outros nomes não legíveis. A partir disso é possível afirmar que esses, e, outros nomes não visualizados, compõem o grupo de sócios fundadores.

Não tivemos acesso ao documento produzido ou pensado na primeira reunião, o primeiro estatuto. Só tivemos acesso à versão aprovada em Assembleia Geral em 21 de maio de 2006. O documento foi assinado pela diretoria executiva na data expressa. Os membros eram: Presidente - Faustino Pinheiro; Diretora administrativa - Rivânia Maria Pinheiro; Diretor financeiro - Manoel Ari do Nascimento; Diretor técnico de operações – Jacson Neuton do Nascimento; 1º Membro Presidente do conselho fiscal – José Valdemar Pinheiro; Conselheiro – José Isidoro da Cunha; Conselheiro – Antônio Derlúcio Dantas; Conselheiro suplente – Francisco Osvaldo de Lima.

É *míster* destacar que apesar de não termos tido acesso ao primeiro estatuto, segundo informações dos entrevistados ele foi apenas adaptado para atender novas necessidades de ordens burocráticas e cotidianas, mas as premissas continuaram sendo as mesmas. Nessa perspectiva, concordamos com Karnal e Tatsch (2012, p.21), quando

²⁹ Ata de fundação. Parte da documentação disponibilizada por Faustino Pinheiro. A documentação do Centro Social de Monte Grave se encontra sob a guarda da Senhora Rocicleide Pinheiro, esposa de Faustino.

salientam que “o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que ele revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade”. Nessas condições o documento em análise nos ajuda a entender como a Associação pretendia se constituir legalmente, nos auxiliando ainda a notar a partir da análise de outros documentos, sobretudo orais, o que acontecia na realidade em confronto com as proposições do Estatuto.

No que se refere ao Estatuto, vemos que o Capítulo I versa sobre a Constituição, Fins, Duração, Sede, Foro e Jurisdição. O Art. 1º vem destacar que a instituição, fundada em 10 de maio de 1973, possui “personalidade jurídica de direito privado, que terá duração por tempo indeterminado, com objetivos sociais e culturais”³⁰, sendo a sua sede localizada no sítio (agora Distrito) de Monte Grave, sob o CEP. 63.639-000 do Município de Milhã, foro – Ceará. A entidade adotou por finalidade a formação de um grupo de moradores buscando orientá-los com vistas à defesa de seus interesses junto aos poderes públicos, a fim de, requerer destes, medidas que garantissem uma qualidade de vida adequada a realidade local. Nessa perspectiva é pertinente a fala do Sr. Faustino Pinheiro ao dizer que:

(...) o nosso plano de trabalho já foi traçado nessa ideia de mudar a vida para o bem. E nesse contexto nós conseguimos fazer um trabalho muito grande a ponto que depois de alguns anos, já na década de oitenta, por exemplo, nós já tínhamos a totalidade das famílias aderindo ao projeto e participando. E na verdade naquele contexto todo esse projeto foi muito abençoado, sobretudo, naquela época porque trouxe realmente uma vida muito melhor (tom enfático) para as famílias pobres³¹.

Uma segunda premissa da Associação é a promoção de atividades que visam socializar informações no âmbito da saúde, transporte, ecologia, educação, habitação, urbanismo, cultura, literatura, meio ambiente, segurança pública, lazer e demais aspectos da vida social. Essas dicas de bem estar eram oferecidas por meio de cursos, palestras, atividades artísticas, culturais, esportivas e recreativas. Vale lembrar aqui, que o CSMG, através de parcerias com o Governo do Estado e também com voluntários da própria comunidade e/ou outros, oferecia cursos gratuitos em algumas áreas acima citadas³². É válido dizer também que algumas pretensões não foram alcançadas, mas isso certamente não diminuía o desejo de se atuar em uma determinada área. No capítulo seguinte, falaremos das atividades empreendidas pela Associação, mas aqui destacaremos brevemente algumas das atividades realizadas. De

³⁰ Estatuto – Centro Social de Monte Grave, Capítulo I, Art. 1º, pág. 01.

³¹ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

³² Cf. Capítulo III da Dissertação.

todas as pretensões da Associação, algumas foram atingidas com êxito, tais como as atividades ligadas à saúde, educação, habitação, segurança pública e lazer.

Em especial, a saúde foi um setor de sucesso, pelo menos em suas assistências básicas, como informações e no próprio atendimento. Em sua narrativa Faustino Pinheiro salienta que, a saúde era o setor de maior carência, ele diz que “(...) a dificuldade maior entre todas e muitas que tinha na época, digamos em 71, foi quando nós começamos oficialmente, é o problema mais grave na região era a saúde”³³. Em seguida ele diz que com a ajuda da comunidade, e com apoio da Diocese de Iguatu, foi construído um Posto de Saúde, que anos depois se tornaria um Hospital com atendimento clínico geral e internamento.

(...) fizemos uma mobilização com as famílias envolvidas, nós pedimos apoio a Diocese, a Dom Mauro que era o Bispo da Diocese na época, nós pedimos apoio a algumas entidades até do estrangeiro que tinha também a função de ajudar as comunidades e nós chegamos a construir aqui na comunidade do Monte Grave, para atender as famílias da redondeza de toda a região, um posto de saúde (...) ³⁴.

Notamos no exposto acima que os recursos obtidos para a construção do Centro de Saúde eram provenientes, sobretudo, da ligação da comunidade com a Igreja. Como já salientamos antes, a Diocese servia de elo para a captação desses recursos entre a Associação e as entidades estrangeiras, por exemplo, a *Misereor*³⁵, que apoiavam projetos sociais nos países de terceiro mundo. No livro de comemoração de 27 anos do CSMG, produzido pela direção do mesmo, lemos a seguinte informação,

Em 1978, deu-se início a uma nova etapa, a construção do Hospital Comunitário de Monte Grave, com o apoio da Igreja, através de uma entidade católica da Alemanha “Misericór”. Com recursos para a compra de material, pagamento de pedreiro, e outros serviços foram por conta da comunidade que em mutirão, até mesmo alimentação, ajudaram com total apoio.

³³ *Idem.*

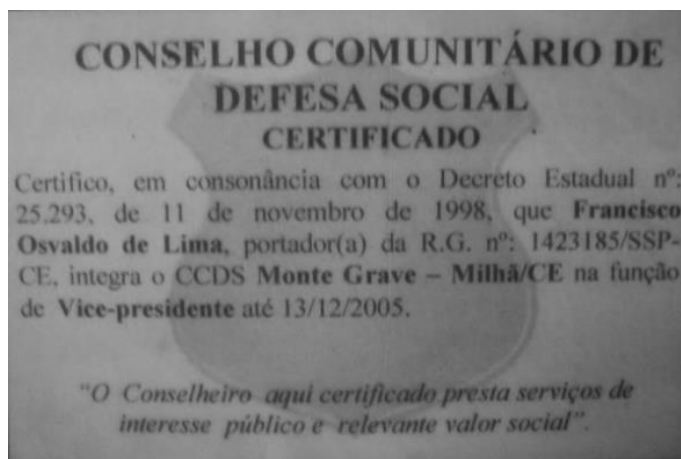
³⁴ *Ibidem.*

³⁵ MISEREOR é uma Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento, foi fundada em 1958. A MISEREOR aposta na iniciativa própria dos pobres e desprivilegiados, os apoia nas suas iniciativas segundo o princípio de “ajuda para a auto-ajuda”. Localmente, os projetos são sustentados por organizações locais. Cf. <http://www.misereor.org/pt/about-us.html> (Acessado em 29/07/2014).

Ainda sobre as instituições citadas têm as Cáritas Diocesana holandesa, Diaconia e Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)³⁶. Para além da saúde, outro objetivo alcançado foi o de segurança pública. Ao conversar com Francisco Osvaldo Lima, ele salientou que em reuniões costumeiras (como era chamada a reunião mensal), foi decidida a criação de um Conselho de Segurança Social, fundado em meados de 1987, do qual ele fizera parte desde o início, ocupando desde a vaga de suplente até o de vice-presidente do Conselho. Ele nos cedeu a sua carteirinha de Presidente, que revela a existência desse serviço prestado à comunidade por meio do CSMG.

Na imagem a seguir temos a certidão de que Osvaldo de Lima exerceu o cargo, de maneira voluntária, de vice-presidente do Conselho Comunitário de Defesa Social, cargo esse vigente até o ano de 2005. De acordo com o estatuto e também das falas dos entrevistados, as eleições ocorriam a cada quatro anos.

Fotografia 01 – Certificado do Conselho Comunitário de Defesa Social de Francisco Osvaldo de Lima.



Fonte: Arquivo de Francisco Osvaldo de Lima. Reprodução da pesquisadora.

Segundo Francisco Osvaldo de Lima³⁷, dentre outras funções, o Conselho era chamado para resolver querelas entre vizinhos, a fim de manter a harmonia da comunidade. Em geral era feita uma reunião entre as partes envolvidas, cada um tinha o direito de expor as suas posições, e depois o conselho buscava estabelecer um consenso de tais diferenças.

³⁶ A CESE é uma entidade ecumênica, sem fins lucrativos, com sede em Salvador/BA. Fundada em 1973 assumiu o compromisso de fortalecer as lutas dos movimentos sociais. Atualmente é composta pelas seguintes Igrejas: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; Igreja Presbiteriana Independente do Brasil; Igreja Presbiteriana Unida do Brasil; Igreja Episcopal Anglicana do Brasil; Igreja Católica Apostólica Romana – CNBB e Aliança de Batistas do Brasil. Cf. <http://www.cese.org.br/site/conheca-a-cese/sobre-a-cese/> (Acesso em 29/07/2014).

³⁷ Entrevista com Francisco Osvaldo de Lima, realizada em Milhã/CE em 10 de março de 2013, Sócio e Componente do Conselho de Segurança do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

Obviamente nem sempre a atuação era bem sucedida, em alguns casos a ação do Conselho não era suficiente para resolver tais contendas.

Outra premissa de sucesso foi à implantação de uma rádio comunitária fundada em 12 de julho de 1996. No Inciso VIII do Art. 2º do estatuto lemos:

VIII – Execução do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM) de caráter comunitária, com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeitando os valores éticos e sociais da pessoa e da família em benefício do desenvolvimento geral da comunidade, do Município de Milhã, no Sítio Monte Grave, mediante autorização que lhe for outorgada pelo Poder Concedente, conforme, disposto incisos I a IV do Artigo 3º na Lei n. 9. 612, de 19 de fevereiro de 1998, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária ³⁸.

Um dos objetivos da rádio era beneficiar a comunidade com vista a: “dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade ³⁹”. Detalharemos em capítulo posterior o modo de funcionamento da emissora, quando iremos falar das atividades desenvolvidas pelo Centro Social de Monte Grave.

Ressaltamos que em diversos aspectos a Associação não foi bem sucedida como, por exemplo: urbanismo, cultura, literatura, meio ambiente, transporte e ecologia. Em nenhum documento, por nós pesquisado, encontramos referências a essas atividades, nem tampouco nos relatos dos interlocutores da pesquisa. Até pode ser que tenha havido projetos nesses âmbitos, mas desconhecemos essa realidade. Ao visitarmos a comunidade não visualizamos nenhum vestígio, nenhuma obra ou construção, nenhum relato sobre as atividades citadas acima. Em contrapartida, conhecemos os prédios do Hospital, da Rádio Comunitária, do Conselho de Segurança, do Centro Recreativo e outros. Todavia, é importante dizer que nem todas as áreas em que a Associação atuou obteve sede física, algumas atividades ocorreram por meio de palestras, cursos rápidos e coisas afins, assim pode ser que tenha havido sim, informações nesse âmbito, por meio de noticiários na rádio e etc.

No que tange ao Capítulo II do Estatuto, temos a descrição no correspondente ao Patrimônio e a Renda da Associação. Cremos que esse capítulo não foi pensado na criação da instituição, já que as perspectivas de sucesso eram pensadas a cada projeto, passo a passo. Depois de anos de atuação o grupo conseguiu a posse de muitos imóveis e bens móveis, assim

³⁸ Capítulo I, Art. 2º inciso VIII do Estatuto do Centro Social de Monte Grave.

³⁹ Capítulo I, Art. 2º, Inciso XI do Estatuto do Centro Social de Monte Grave.

de certo, esse capítulo foi inserido posteriormente. Pois apesar de o Estatuto ter esse caráter de apontar diretrizes gerais, esse tópico no Estatuto de 2006 trata de bens que só foram conquistados ao longo do tempo, fala de imóveis e propriedades específicas que no ato da criação não se podia prever que fossem conquistados. No entanto, certamente, poderia ter um capítulo sobre Patrimônio, mas em outra perspectiva.

O Art. 3º faz referência, por exemplo, a receitas da entidade que poderiam ser provenientes de contribuições de sócios, donatários, recursos oriundos de verbas orçamentárias oficiais e de instituições várias, ou ainda de eventos promovidos pela Associação, dentre outros. É importante destacar, que não conseguimos ter acesso a planilhas de bens, bem como de gastos anual da entidade. Os documentos que conseguimos ter acesso, não foram selecionados por nós, mas sim por pessoas ligadas a Associação. Apesar de se mostrarem bastante acessíveis não houve uma abertura para a pesquisa no arquivo do CSMG. Certamente isso dificulta o nosso trabalho, limitando assim uma análise mais aprofundada sobre a aplicação dos recursos da Instituição e de outros dados. Cabe dizer, que nos relatos não houve nada com referência a desvio de verbas ou corrupção. No nosso entender uma fala bastante importante nessa questão é a de Cícero Pinheiro Neto que mesmo em meio a uma relação conflituosa não só com a Diretoria do CSMG, mas, sobretudo, com Faustino Pinheiro diz que: “... os recursos eram escassos, não se trabalhava com muito dinheiro... E apesar de eu ter as minhas divergências com Faustino, quem o conhecia sabia que ele era um cara muito correto nas coisas dele, ele era capaz de colocar do seu próprio bolso para fazer funcionar aqueles projetos”.⁴⁰ Falando sobre o seu envolvimento no trabalho comunitário Rocicleide Pinheiro, esposa de Faustino Pinheiro, destaca que muitas vezes houve esse desgaste financeiro por parte de sua família. Vejamos o seu relato:

Foi muito difícil, o trabalho comunitário não é fácil, é muito difícil, até porque a gente faz por amor, não é por dinheiro, porque na verdade a gente não ganha nada. Muitas vezes financeiramente, fisicamente a gente se desgasta, mas vale à pena, porque a gente sente que tá fazendo alguma coisa útil para alguém⁴¹.

⁴⁰ Entrevista com Cícero Pinheiro Neto, realizada em Milhã/CE em 12 de fevereiro de 2014, gerente da Cooperativa do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

⁴¹ Entrevista com Francisca Rocicleide Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 04 de janeiro de 2014, Sócia fundadora, coordenadora da Creche Comunitária e da Casa do Idoso. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

É importante dizer que não estamos afirmando que não houve desvio de verbas ou corrupção, o queremos dizer é que não encontramos dados que comprovem tais fatos. Sabemos obviamente que a fala de Rocicleide Pinheiro pode ser tendenciosa, já que se houvesse uso de recursos da Associação para fins pessoais ela não se acusaria. No entanto, não vemos razão para Cícero Neto que tinha sérias divergências com Faustino Pinheiro, comentar positivamente a postura do Presidente na questão do uso de recursos do CSMG. Outro fator importante nessa discussão é que entrevistamos pessoas que não eram da família de Faustino Pinheiro e que se quer ocuparam cargos remunerados na Associação, como é o caso de Osvaldo de Lima, e que por isso mesmo não possuíam razões para esconder possíveis erros no setor financeiro.

Ainda nesse Capítulo, especificamente no Art. 4º, lemos que: “no caso de dissolução da instituição, os bens remanescentes serão destinados à outra instituição congênere de qualquer município, com personalidade jurídica ou para uma instituição pública, devidamente registrada no CNAS⁴²”. Aqui uma consideração é válida, no ano de 2012 a diretoria do Centro Social de Monte Grave fez uma reunião com os associados, na qual juntos decidiram doar para a Paróquia Nossa Senhora da Conceição⁴³, o Centro de treinamento/Aperfeiçoamento Técnico. Esse centro foi construído no início da década de 1990 para a realização de cursos e capacitações de jovens de toda a região do Monte Grave e municípios vizinhos, “a gente criou aquele prédio na divisa com todas as Prefeituras, exatamente achando que aquilo ali seria um centro profissionalizante, onde iria passar os jovens de Milhã, de Irapuan Pinheiro, de Piquet Carneiro, de Solonópole, e não deu certo”⁴⁴. Nesse aspecto, vale destacar a fala de Rivânia Maria, ex-secretária do CSMG que discute o processo de doação dizendo que:

Foi no dia da Beatificação do Papa João Paulo II, aonde a gente ia para Iguatu para a renovação dos Ministros de Eucaristia de Milhã, e numa conversa minha com Pe. João, ele mencionou que esse prédio tava tão ocioso. Que projeto a gente poderia desenvolver ali? Dom João tava pensando em recuperação de drogados, essas coisas assim. E aquilo não me deixou mais dormir. E num dia eu convoquei a Diretoria do Centro Social para uma reunião em casa e eu participei para a Diretoria, que Pe. João tinha me falado isso e que eu tinha ficado sonhando que quem sabe aquilo não era o que Centro Social queria fazer desde o início, salvar vidas, se não deu certo de uma forma iria dar de outra.

⁴² A entidade a qual se refere o estatuto como sendo CNAS é o Conselho Nacional de Assistência Social.

⁴³ Paróquia do Município de Milhã/CE.

⁴⁴ Entrevista com Rivânia Maria Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 08 de março de 2013, sócia e ex-vice-presidente do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

[...] eu digo muito aquele centro ali, ele vai ali realizar o objetivo do associativismo social do trabalho do Centro Social de Monte Grave. [...] Lá vai realizar o sonho, talvez, o que muitos outros projetos não puderam desenvolver. Quem sabe! As coisas não são na hora da gente, é na hora de Deus. Quem sabe se ali não vai ser o ponto, eu digo assim que o social, o que a gente sempre teve o objetivo de trazer uma vida melhor, o objetivo era aquele, nós não merecemos passar por esse sofrimento por esses problemas, sempre a gente pensava assim, vamos resolver. Então lá vai resolver o problema de inúmeras famílias⁴⁵.

Indagada sobre qual a nova função da instituição, ela diz: “recuperação de drogados, de viciados. Já tem lá hoje sete pessoas”⁴⁶. Portanto, no antigo Centro de Treinamento funciona hoje uma casa de recuperação de dependentes químicos, dirigida por uma comunidade católica da Capital cearense denominada Rainha dos anjos, a título de informação a nova entidade tem como lema: “Obra Rainha dos Anjos, uma comunidade de resgate e acolhimento, um lugar de restauração”. Ainda segundo Rivânia Maria a doação foi aceita por todos, “eu reuni as pessoas e convoquei, e por unanimidade apoiaram o projeto, acharam que realmente era um prédio que tava ocioso, sem nenhuma utilidade”⁴⁷.

O Capítulo III do Estatuto vem destacar quem podia ser os associados, apresentando assim as suas categorias, bem como quais eram os seus direitos e deveres. Entre essas tipologias de associados tinha a dos **sócios fundadores**. Uma segunda tipologia era a dos **contribuintes**, que seriam todos os sócios que mensalmente doavam uma quantia decidida em assembleia, bem como pessoas jurídicas que também efetuassem tal donativo. E a terceira, a dos **beneméritos** que eram as pessoas ou entidades que prestassem serviços relevantes ao CSMG.

Os associados quites com as suas obrigações sociais podiam votar e serem votados para os cargos eletivos; usufruir dos benefícios e serviços assistenciais oferecidos pela Associação, dentre outros direitos. Constituem-se como deveres dos mesmos, cumprir as disposições estatutárias, e demais normas aprovadas em Assembleia; zelar pelo nome da instituição, bens materiais e outros; contribuir financeiramente com a mensalidade estabelecida pela Diretora e participar das reuniões mensais. Enfatizamos que o não cumprimento das normas podia ocasionar o desligamento do sócio, sendo que este teria direito a defesa, e, de interpor junto à Assembleia Geral.

⁴⁵ *Idem.*

⁴⁶ *Ibidem.*

⁴⁷ *Id. Ibidem.*

No capítulo IV do Estatuto, lemos no Art. 8º a composição dos Órgãos da Administração que é composta pela: **I Assembleia Geral (AG)** – órgão soberano constituído pelos os associados, e dirigida pelo Presidente da Associação e ocorrerá uma vez a cada ano para “avaliação e prestação de contas, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais⁴⁸”. Compete a AG, que pode ser de duas espécies Ordinária ou Extraordinária, eleger o Presidente, a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal e dentre outras tantas funções promover a fiel observância do Estatuto; – **II Diretoria Geral** – “será constituída por um Diretor/Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Financeiro e um Diretor Técnico de Operações⁴⁹”, tendo um mandato de quatro anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva; – **III Conselho Fiscal** – que é constituído por três membros⁵⁰, e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Ressaltamos que segundo o Estatuto, o mandato do Conselho Fiscal coincide com o da Diretoria. Compete ao Conselho Fiscal, dentre outras funções, fiscalizar as despesas realizadas pela Diretoria e opinar sobre a aquisição e alienação de bens⁵¹; O último é o **(IV) Conselho Comunitário**, órgão supervisor da Programação da FM Comunitária (denominada FM do POVO de Monte Grave). O Conselho Comunitário, eleito pela Assembleia Geral,

Deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço da radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumindo a descrição de grade de programação, bem como sua avaliação⁵².

Outra preocupação do Conselho era privilegiar os membros da comunidade atendida pela emissora para compor o quadro pessoal da FM Comunitária. Fizemos um levantamento das pessoas que trabalharam na rádio comunitária e percebemos que a equipe era composta principalmente por filhos de Sócios do CSMG. Um dado importante é que pelo menos 80% do quadro era de jovens da região. Vemos assim, que a rádio FM do Povo que tinha como público alvo, as famílias rurais da região, abria espaço para a inserção dos jovens no mundo do trabalho.

Tendo apresentado os Órgãos de regimento do Centro Social de Monte Grave, cabe destacar as principais competências da Diretoria, especificando as atribuições de cada

⁴⁸ Capítulo IV, Art. 9º, inciso IV do Estatuto do Centro Social de Monte Grave.

⁴⁹ Capítulo IV, Art. 15º, inciso IV do Estatuto do Centro Social de Monte Grave.

⁵⁰ Capítulo IV, Art. 24º, do Estatuto do Centro Social de Monte Grave.

⁵¹ Capítulo IV, Art. 25º, inciso I e V do Estatuto do Centro Social de Monte Grave.

⁵² Capítulo IV, Art. 8º, Parágrafo Segundo do Estatuto do Centro Social de Monte Grave.

cargo: **Diretor/Presidente** – se apresenta como o representante da Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente. Uma de suas obrigações é fazer valer o cumprimento do estatuto, convocar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões da Diretoria, dentre outras funções de cunho burocrático, financeiro e social; **Diretor (a) administrativo (a)** – deve substituir o Presidente em sua ausência, secretariar as reuniões da diretoria e da Assembleia Geral e redigir as atas, dar publicidade às notícias dos projetos da Associação. É seu dever também fiscalizar tais atividades e compor junto com a Diretoria o plano anual de atividades, dentre outras funções; **Diretor Financeiro** – dentre as várias funções de sua responsabilidade deve arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados e demais recursos que entre na entidade, bem como apresentar relatórios de receita e despesa em Assembleias gerais e etc., por fim, cabe ao **Diretor Técnico de Operações** – programar e supervisionar todos os aspectos concernentes à execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária desde captação de recursos, regulamentação da rádio até a promoção de integração da comunidade local com o serviço prestado.

Dando sequência a leitura do Estatuto o artigo 26º nos chamou muito à atenção, ele diz que: “A Entidade ‘não remunera’, nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título, a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes⁵³”. Em particular esse artigo é muito significativo para analisarmos quem eram os mais beneficiados com os projetos do CSMG. O público alvo sempre foi a comunidade, isso fica evidente durante a análise da documentação, e também nas falas dos entrevistados.

No entanto, apesar de não estar expresso nessa mesma documentação de forma direta, notamos que as pessoas mais próximas a Diretoria eram sempre as que ocupavam os cargos de confiança bem como desempenhavam funções com remuneração mais alta. Visualizamos isso, sobretudo, nas fotografias do álbum da instituição onde são registradas as atividades em pleno desenvolvimento. Apesar das atividades beneficiarem toda a comunidade, alguns gozavam de privilégios na ocupação dos cargos. Dessa forma, apesar de ser uma instituição comunitária, que preza pela igualdade, há características da política local e até mesmo nacional, onde a troca de favores se faz presente de maneira bastante arraigada, até mesmo em uma Associação. Lembramos que os entrevistados de maneira geral dizem que na maior parte das vezes os nomes eram levados para as Assembleias Gerais e os sócios concordavam ou não com os nomes citados.

⁵³ Capítulo IV, Art. 26º do Estatuto do Centro Social de Monte Grave.

Por outro lado, é importante observar que, talvez, o desejo de igualdade e a luta por melhores condições de vida não foram conquistados de forma plena. Mesmo em meio a uma organização comunitária houve dificuldades de desenvolver concretamente políticas de equidade, oportunidade iguais para todos. Vejamos o que. Luiz Fernando Nogueira, pintor, artesão e ex-sócio do CSMG, diz quando perguntamos se havia privilégios por parte dos familiares da diretoria para ocupar cargos na Associação:

Eu não diria assim, talvez as pessoas próximas da família, ou alguma coisa assim, mas algumas pessoas que eram mais capacitadas, que tinham mais capacidade de exercer alguma função. Às vezes acontecia que alguém da família tava diante dessa situação e que eram convidadas. Com certeza havia de certa forma pela capacidade de cada um⁵⁴.

Vemos nessas práticas um resquício da política compensatória. Entendemos que o clientelismo se encontra enraizado em diversos e variados setores da vida social brasileira, perpassando os muros regionais, as concepções ideológicas, as fronteiras conjecturais, se inserindo de maneira sutil ou intensa nas diversas relações de mando e de poder. Quem estava mais próximo a Diretoria era beneficiada com empregos e coisas afins, e assim ficavam em dívida com a Direção tendo de apoiá-los em momentos posteriores. Nessas condições concordamos com José de Souza Martins (1999, p. 35) quando ele diz que:

Os mecanismos tradicionais do favor político sempre foram considerados legítimos na sociedade brasileira. Não só o favor dos ricos aos pobres, o que em princípio já era compreendido pela ética católica. Mas o favor como obrigação moral entre pessoas que não mantêm entre si vínculos contratuais ou, se os mantêm, são eles subsumidos pelos deveres envolvidos em relacionamentos que se baseiam antes de tudo na reciprocidade. Imensas contabilidades de obrigações morais decorrentes de favores recebidos sempre pesaram muito na história das famílias brasileiras, ricas ou pobres.

Essa relação de troca de favores era algo nítido no cotidiano da Associação, pois apesar da mesma não ser um partido político, ela pode ser entendida como espaço político que agrega votos em potencial. Mesmo Faustino Pinheiro não sendo um candidato partidário em eleições municipais, ele exercia com perspicácia o papel de vetor político, aglutinando em torno de si aderentes de suas escolhas partidárias. A sua atuação como líder comunitário permitia que ele estabelecesse relações de dependência com os sócios do CSMG, porque estes

⁵⁴ Entrevista com Luiz Fernando Nogueira, realizada em Milhã/CE em 06 de janeiro de 2014, ex-sócio, artesão, e radialista do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

não eram apenas sócios, eram também possíveis votantes. Ademais o fato de Faustino Pinheiro, dizer veementemente que não queria se envolver na política, como candidato, a nosso ver se configura como um jogo retórico, pois a sua esposa Rocicleide Pinheiro, exerceu o cargo de vereadora por 16 anos no município de Milhã.

Esse fato ilustra algumas questões, primeiro demonstra que o “grupo político” de Faustino Pinheiro tinha influência na política local e depois que a Associação era usada como pano de fundo para as alianças partidárias. Essas alianças correligionárias eram uma forma do CSMG, representado pelo seu Presidente, conseguir recrutar apoio e representatividade no município, e no caso de eleições para deputados, em nível de Estado. Outra constatação é que a entrada de Rocicleide Pinheiro na política municipal se por um lado denota uma vontade da Associação de ter um representante na Câmara, por outro, revela a busca por uma fatia do poder. Assim muitas decisões, sejam elas políticas ou em outras demandas, foram justificadas em nome de uma opinião pública. Isso pode explicar ainda, baseada na cultura política do favoritismo, as relações de dependências entre sócios, o Presidente e a vereadora. Adiante falaremos mais sobre esse ponto.

Contudo, talvez por se achar em dívida pelos serviços prestados pela Associação, parece-nos que essa questão de pessoas próximas a Diretoria serem os primeiros beneficiados, se era observada pelos sócios, não se constituiu em uma justificativa de propor novos nomes para a Diretoria. Pois apesar de haver no Art. 16º do Estatuto que “o mandato da Diretoria seria de 04 (quatro) anos, sendo vedada mais de uma reeleição consecutiva⁵⁵,” o que notamos a partir das fontes pesquisadas é que o Sr. Faustino Pinheiro fora o primeiro e único Presidente desde a fundação até março de 2013 quando do seu falecimento.

Nesse sentido, vemos claramente o descumprimento do Art. 16º do Estatuto, citado anteriormente, bem como do Inciso XII do Art. 10º, que salienta que é de competência da AG “promover a fiel observância desse Estatuto”. Quais os argumentos usados para manter essa prática? Todos conheciam o Art. 16º que torna ilegal a segunda reeleição?

Ao conversar com o Sr. Francisco Osvaldo de Lima sobre esse impasse entre o legal e o real, ele disse que “na verdade sempre houve as eleições, mas ninguém queria ser o Presidente da Associação, até porque Faustino era a pessoa mais indicada para fazer aquele

⁵⁵ Capítulo IV, Art. 16º do Estatuto do Centro Social de Monte Grave.

papel, tinha conhecimento, acesso a pessoas que o povo num tinha”.⁵⁶ Vemos aí, que apesar da Diretoria em questão priorizar pessoas do seu meio familiar e social na composição de cargos, bem como ferir legalmente o Estatuto da entidade, ainda sim, os sócios acreditavam ser Faustino Pinheiro o nome mais relevante para a composição do cargo de Presidente da Associação. O diálogo com Luiz Fernando Nogueira revela que havia uma espécie de passividade sim, apesar de Faustino Pinheiro ser a pessoa que tinha mais acesso aos meios políticos e outros, as pessoas se sentiam bem representadas e não buscaram ou não lutaram para atingir esse mesmo grau de conhecimento. Quando perguntado sobre como ocorria as eleições e se havia chapas concorrentes, ele diz que:

Não, na verdade não, chapas concorrentes não. Sim, como o Presidente da Associação na época era uma pessoa que tinha um grau de instrução maior e que os outros, os demais sócios era um povo assim de menos estudo, geralmente o Presidente levava até as reuniões alguns nomes que ele, acharia que seriam pessoas adequadas para fazer parte da Diretoria e perguntava para toda a Assembleia, se tava de acordo, ou se alguém discordava daqueles nomes. E geralmente a maioria das pessoas concordava porque até achava que realmente seriam as pessoas certas de fazer parte da Diretoria.

Natália Lima: Você acha que havia uma passividade da Assembleia como um todo, de sempre votar numa mesma figura ou...?

Luiz Fernando Nogueira: De certa forma, até acho que poderia haver que naquele momento poderia ser que alguém não tivesse a coragem de se manifestar diante da assembleia pra votar contra. Mas que assim, no momento em que era feito todo mundo concordava todo mundo combinava, nunca houve objeção, alguém que falasse que não, que não concordava com aqueles nomes⁵⁷.

Notadamente vemos estampada na fala dos entrevistados certa tensão entre aqueles que se julgam como não capazes, ou são levados a crer nisso, e entre uma figura que se apresenta como um líder absoluto que sabe o “caminho correto” a ser seguido pela Associação. Sobre isso Cícero Neto salienta que: “eu acho que ele sem desmerecer ninguém ele era um líder nato, ele era assim um batalhador e lá não tinha ninguém que pudesse chegar nem aos pés dele, o que não quer dizer que não tivesse ninguém que pudesse assumir a presidência”. Em contrapartida, ele mesmo diz que houve muita passividade por parte dos sócios e também negligência por parte de Faustino Pinheiro em motivar novos líderes com a

⁵⁶ Entrevista com Francisco Osvaldo de Lima, realizada em Milhã/CE em 10 de março de 2013, Sócio e Componente do Conselho de Segurança do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

⁵⁷ Entrevista com Luiz Fernando Nogueira, realizada em Milhã/CE em 06 de janeiro de 2014, ex-sócio, artesão, e radialista do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

capacidade de gerenciar a Associação. Vejamos um trecho de sua fala, que embora longa, revela essa tensão:

Eu tenho a minha parcela de culpa, como cada sócio têm a sua parcela de culpa, eu acho, pelo menos falando de mim, eu prefiro falar de mim, eu via que era muito difícil apontar ou me lançar candidato, até porque também nunca tive pretensão de ser, é bom que se diga isso (risos). Porque a gente percebia que ele tinha essa vontade, até porque eu acho que, ele era um cara muito perspicaz, ele tinha, ele sabia que não tinha ali alguém à altura de fazer o que ele fazia. Quero aqui também registrar que não to dizendo que isso era o certo, até porque um dos questionamentos que eu sempre fazia era exatamente o seguinte: Faustino você tem que pensar em alguém para te suceder, você não vai viver eternamente, nós vamos passar, a intenção da gente é que a Associação continue que o Centro continue, então tem que preparar alguém para deixar no seu lugar, no meu lugar... E ele sempre, embora concordando, pelo menos dizendo que concordava, mas achando que isso era para depois.

Depois dessa longa explanação sobre o descumprimento das normas previstas em Estatuto concluímos que ao mesmo tempo em que a passividade pode representar uma fragilidade dos associados em revelar outros nomes para compor a presidência do CSMG, atesta também uma ação voluntária em manter Faustino Pinheiro como líder comunitário e, sobretudo, como chefe político. Mantê-lo na presidência era mais cômodo e vantajoso, pois assim ele estaria mais perto de lideranças políticas, servindo de elo entre o povo e os deputados e/ou outros. Continuar apoiando Faustino Pinheiro podia significar mais acesso as coisas públicas. Podia ainda oportunizar emprego, ter um auxílio nos momentos de doenças, nos trâmites do acesso a aposentadoria e etc., pois além da influência enquanto Presidente da Associação sua cônjuge, Rocicleide Pinheiro, como vereadora podia facilitar muitas dessas demandas. Mesmo que o acesso a estes serviços sejam direitos civis, muitas pessoas preferem ter um intermediário para facilitar o processo burocrático, exatamente por estar imerso nessa cultura de favores. Os líderes se aproveitam bem do poder que exercem e de maneira persuasiva mantém a sua dominação política, e os associados, em meio a essa dimensão do imaterial alimentam uma gratidão por se sentirem endividados com os favores atendidos. E em um momento eleitoral seja na Associação ou em eleições municipais se comprometem a retribuir tais benefícios. Como bem avalia Cintya Chaves (2014, p.109), quando reflete essa cultura de favores em Limoeiro do Norte/CE,

As fissuras socioculturais e políticas que se encontravam disseminadas pelo regime de representatividade em todas as escalas, principalmente na ordem daqueles que ocupavam o lugar que garantia maior poder, permitiram e

estimularam para que se estabelecessem relações dos chamados favoritismos.

Notamos a partir do que já foi exposto que a política está inserida em todas as esferas do social, como diria René Rémond (2003, p.35) “a política, não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social”. Assim, quando buscamos compreender essa cultura política de favores é na tentativa de entender “as motivações que levam o homem a adotar este ou aquele comportamento político.” (BERSTEIN, 1998, p. 359).

Ainda sobre as eleições lemos no Capítulo V do Estatuto (que versa sobre o Processo Eleitoral), em especial no Art. 28º que:

Concorrerão às eleições para renovação da Diretoria e Conselho Fiscal da Entidade, os membros associados que estiveram em pleno gozo de seus direitos estatutários, e pelo menos está 3 (três) meses filiados a Associação e os que também se inscreveram em chapas e cujo os nomes constem na lista da votação, que deverão ser registradas na secretária da entidade as chapas concorrentes⁵⁸.

Ainda no mesmo capítulo, vemos que legalmente as eleições ocorriam por voto secreto ou por aclamação dos associados registrados e devidamente em dia com suas obrigações sociais. A eleição acontecia na sede da entidade e a apuração feita logo após a votação. Segundo o estatuto a mesa eleitoral era composta por um Presidente, dois Mesários, dois Secretários e um Suplente, escolhidos em Assembleia Geral.

A partir do que já foi mencionado anteriormente, percebemos na análise dos documentos que houve no cotidiano da Associação incongruência entre o que o Estatuto propunha como legal e o que realmente acontecia na prática. Assim, entendemos que a entidade em estudo se sobrepõe a uma estrutura física e legal. O real extrapola assim os muros da Instituição e dos papéis e se faz nas práticas de um grupo específico e nas decisões da maioria dos sócios. Contudo, apesar das ações serem legitimadas, já que tinham o apoio da maioria dos sócios, houve uma clara dissonância entre o aporte teórico previsto no Estatuto e o que ocorria na prática. A realidade é sempre mais complexa do que as propostas de legalidade, no mais das vezes o real não cabe no papel, principalmente quando há uma intenção de burlar categoricamente a teoria em benefício particular.

⁵⁸ Capítulo V, Art. 28º do Estatuto do Centro Social de Monte Grave.

A dissonância entre o legal e real, só pôde ser percebida quando cruzamos os documentos escritos, com os orais. Ambos nos serviram, antes de tudo, como vias de acesso à compreensão de parte da trajetória do CSMG, bem como de posturas sociais dos sujeitos imersos nesse espaço. O diálogo entre ambos mostrou que certas propostas do que a Associação propunha como legal era negligenciada sem maiores consequências. Compreendemos que “o documento histórico é um texto no meio do caminho entre o arbítrio de um historiador (e de uma sociedade) e seu próprio conteúdo” (KARNAL; TATSCH, 2012, p. 23), assim o documento pode trazer no nosso entendimento dados que certamente não poderíamos apreender de outra maneira, fazendo com que tenhamos uma determinada visão sobre o passado. Foi então, nesse entremeio de subjetividades (de quem analisa, de quem produziu e da própria produção), que procuramos estabelecer o diálogo dos documentos analisados.

Ainda para endossar essa compreensão do abismo entre o “legal” e o “real”, nos apoiamos nos depoimentos orais. Entendemos a fala dos entrevistados não como representação do indivíduo apenas, mas sim de um sujeito inserido em um contexto familiar, social, nacional. Portanto, “levar a sério os relatos orais não significa considerar que eles falam por si mesmos de uma forma simples ou que seus significados são auto-evidentes. [...] a tradição oral pode ser vista como um sistema coerente e aberto para construir e transmitir conhecimento.” (CRUIKSHANK, 2006, p. 151) ⁵⁹.

Apesar disso, temos clara a visão de que “a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos se lembram” (PORTELLI, 2006, pág. 127). O reconhecimento da autoridade narrativa é um modo de conhecer, traços do passado que outros documentos não contemplam, não deixando ir embora aquilo que fundamentou o presente. “As histórias são muitas, tantas quantos foram os pontos de vista, e por isso não há aqui as melhores ou as mais significativas histórias” (SALES, 2012, pág. 49). Foi tendo em vista todas essas premissas que colocamos em cruzamento as fontes orais com a análise do Estatuto, porque apesar do referido documento nos ajudar a compreender alguns intentos da Associação, foi somente no relato que visualizamos ou recapitulamos uma maneira peculiar de ser do CSMG que se apresentava muitas vezes de forma incoerente frente às proposições do Estatuto. Como já ressaltamos anteriormente a realidade não cabe em uma folha de papel e

⁵⁹ CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*, (coord.). – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

essa Associação em específica foi no seu cotidiano (seja positiva ou negativamente) muito além das pretensões.

Contudo, alguns anseios foram atingidos. O cotidiano foi pouco a pouco sendo modificado por novas maneiras que surgiam em meio às novas relações estabelecidas, e a partir das novas experiências vivenciadas na região. Eis a seguir discussões que apresentam uma versão dessas mudanças experimentadas após a fundação do CSMG.

2.3 “DERRUBANDO MATAS”: O (RE)NASCIMENTO DE UMA COMUNIDADE.

“(...) A Milhã ainda era distrito de Solonópole, nem como Distrito lá na Milhã não tinha nada, e tu imagina aqui, depois da sede do Distrito, 15 km de mato adentro. Então não tinha nada”⁶⁰.

(Faustino Pinheiro, 2012)

A comunidade de Monte Grave era um pequeno povoado com poucas casas e a situação econômica era precária. Partindo do pressuposto, que após a fundação do Centro Social de Monte Grave houve mudanças no cenário local, temos como reflexão central nesse tópico identificar: de que maneira a Associação ajudou no processo de formação e transformação da pequena comunidade em Distrito? Qual o papel que o CSMG teve na vida social da comunidade? Esses questionamentos são norteadores para a compreensão do crescimento da região em face da fundação do Centro Social de Monte Grave.

Vale lembrar, que não queremos colocar em discussão os elementos de modernidade ou de características urbanas como sendo superiores a vida rural. O que colocamos em destaque como sendo dificuldades na vida do sertanejo são fatores que consideramos como essenciais para uma vivência digna, com acesso a serviços civis básicos. Entendemos que para além das dificuldades, existiam na região de Monte Grave momentos de festividades, costumes arraigados do cotidiano que denotam muita vivacidade daquela região. Destacaremos algumas dessas experiências, como as desmanchas, as debulhas de legumes e outros no decorrer do texto.

Na década de 1970 do século passado Monte Grave era somente um pequeno povoado, com poucas casas. A comunidade ficava a 15 km do então Distrito de Solonópole,

⁶⁰ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

Milhã. Ao fazer uma análise da história do Município de Milhã, Iana Pinheiro (2011, p. 13) vem salientar que,

Pertencendo ao município de Cachoeira do Riacho do Sangue, atual Solonópole, no Sertão Central do Estado do Ceará, o sítio Conceição e depois Vila, nome devido à devoção de seus habitantes a Nossa Senhora da Conceição, passa a ser chamada Milhã, nome de um capim existente em grande abundância na região. Com a construção da capela Nossa Senhora da Conceição em 1911, a vila cresce em sua volta, passando a categoria de distrito em 1935.

Segundo a mesma autora, a vila de Milhã, que se tornou Distrito no ano de 1935, possuía aspectos rurais bastante arraigados. Foi importante no processo de crescimento da Vila a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição. Nas adjacências da Capela foram sendo construídos residências, e armazéns de comércio. O crescimento da Vila foi sendo alimentado pela vinda de famílias da zona rural, “as famílias que ali chegavam foram construindo suas casas, de arquitetura simples, lado a lado ao redor formando um grande centro” (PINHEIRO, 2011, p. 14). Ela diz ainda que:

Depois da formação daquele espaço central onde se concentrava o comércio, o lazer e a religião, a vila foi se desenhando numa única rua em busca da estrada que a ligava às cidades vizinhas (Solonópole de um lado, e Senador Pompeu, de outro), permanecendo por muito tempo os únicos espaços traçados da vila: o centro e a rua grande. (PINHEIRO, 2011, p. 14).

Ainda segundo Iana Pinheiro (2011), as edificações das casas, em proximidade umas as outras, foram delimitando os espaços e definindo a disposição da vila. Aos poucos, a pequena localidade foi ganhando dimensões urbanas, numa fusão de espaços entre residencial, comercial e religioso. As relações cotidianas foram sendo alicerçadas pela chegada tardia das novidades, já presentes na Capital, como a presença da energia, provida de geradores adquiridos pela Prefeitura de Solonópole, e depois do rádio e outros equipamentos.

Monte Grave nesse contexto, ainda não experimentava de tais novidades, haja vista, que Milhã era somente Distrito de Solonópole, e as mudanças chegavam muito lentamente ali. Monte Grave “Até os anos 70 era apenas um sítio isolado (...), com três casas dos antigos donos” ⁶¹. Esse crescimento destacado por Iana Pinheiro corresponde ao então

⁶¹ Informação contida no Histórico do Centro Social de Monte Grave. A referida documentação foi cedida por Faustino Pinheiro para consulta da presente pesquisa.

Distrito de Solonópole, Milhã. Monte Grave como já dissemos anteriormente se localizava 15 km de Milhã. Essa pequena mobilidade urbana se fazia presente quase somente na vila, que aos poucos ganhava *status* de cidade.

O acesso ao Distrito se dava por meio de uma estrada estreita, apta quase somente a animais tetrápodes. “o lugar era coberto por uma mata espinhosa chamada jurema e contavam somente com uma trilha, na época conhecida por vereda para chegar até o lugar (...)”⁶². As dificuldades, como falta de acesso a saúde e educação, eram marcas registradas da circunvizinhança. A renda familiar provinha exclusivamente do roçado, isto quando o inverno aparecia, haja vista que a seca era/é uma característica nata do sertão cearense. As famílias numerosas eram mais um fator que agravava os problemas de ordem social da localidade.

Nas fotos a seguir podemos visualizar, apesar da qualidade ruim da imagem, algumas características da comunidade na conjuntura de fundação da Associação. Não que as imagens sejam a síntese da região, mas elas nos ajudam a pensar, por exemplo, como eram as casas e supostamente como as famílias eram numerosas. Vemos ainda a presença de animais, como o cavalo e o burro, que serviam não somente para arar a terra, mas também como meio de transporte já que as estradas eram estreitas, sendo o acesso a essa região feita quase somente por estes animais. Sabemos que a imagem pode suscitar outras leituras, cada olhar pode apreender o espaço de uma maneira subjetiva.

Fotografia 02 – Família de Maria Geralda de Lima no Sítio Fazenda Nova em 1970.



Fonte: Álbum de família de Maria Osená P. de Lima, sócia do CSMG. Reprodução da pesquisadora.

⁶² *Idem.*

Fotografia 03 – Sítio Fazenda Nova na década de 1970.



Fonte: Álbum de família de Maria Osená P. de Lima, sócia do CSMG. Reprodução da pesquisadora.

Comungamos com Solange de Lima e Vânia Carvalho (2012, p. 30) ao entender que a fotografia, “democratiza a informação, mudando a percepção do mundo e ampliando as referências de populações que antes dela tinham suas vidas circunscritas ao seu local de moradia e trabalho”. Não cremos que a fotografia seja tão somente uma fonte complementar, mas uma narrativa que possui particularidades e um jeito diferente de falar sobre um determinado tempo. São sujeitos que dizem muito do seu passado, para além do que está figurado no instantâneo. A imagem oferece o acesso ao ambiente de outra época e aos sujeitos que viviam na região. É importante frisar que a imagem por si só não nos diz nada, “nenhuma imagem é lida naturalmente, sua compreensão requer um aprendizado cultural que, no limite, permite reconhecer, numa fotografia, não a realidade em si mesma, mas a sua (re)apresentação (MAUAD, 2007, p.111)”.

Para além do cenário de dificuldades sabemos que a falta de recursos não era a única marca da região. As *desmanchas*⁶³ comunitárias, as desbulhas de legumes, as tertúlias de São João ao redor das fogueiras, representavam momentos de sociabilidade e de alegrias⁶⁴. No caso das festas juninas havia toda uma preparação para essas festanças, como a compra de tecidos e a confecção de vestidos com o chamado pano de chita e os enfeites dos chapéus de

⁶³ Na linguagem local, o termo *desmancha*, significa o processo de moer a cana e fabricar o mel, o alfenim e a rapadura.

⁶⁴ As informações sobre as peculiaridades da região foram embasadas na conversa com moradores locais que preferiram não gravar depoimento, mas estabelecer uma conversa comum sem a presença do gravador. Acharmos importante apresentar essas maneiras e modos peculiares da região para entendermos o universo da nossa pesquisa. Esses dados são valiosos porque reconstroem valores que foram deixando de existir com o passar dos anos.

palha. As quadrilhas e o forró pé de serra caracterizavam certamente a fuga dos dias mais sofridos.

O momento da colheita era também um momento de muita felicidade para a localidade de Monte Grave e do sertão como um todo. Vale dizer que nesse contexto, não havia a presença de máquinas na agricultura. Desde a plantação até o processo de guarda de legumes, as tarefas eram executadas pelo trabalho braçal dos agricultores. Havia nessas condições, uma relação de troca de favores assídua. Ao redor de uma colcha de desbulha os vizinhos se juntavam e se ajudavam mutuamente. Toda a família era envolvida nesses afazeres, até mesmo a meninada era convocada para ajudar. Os familiares faziam assim, um rodízio até que todos conseguissem guardar os legumes colhidos no ano.

A plantação de mandioca também representava um momento de sociabilidade. O dono da plantação chamava os vizinhos mais próximos para moer a mandioca e ali eles fabricavam a massa para a feitura da tapioca, alimento comum no café da manhã das famílias sertanejas, bem como do beiju e da farinha. Essas e outras invenções marcavam os dias de *farinhada*, como era conhecido o processo de moer a mandioca. As feituas do mel, do alfenim, da garapa de cana, e da rapadura também se constituíam como uma ocasião de reunião dos vizinhos. Além disso, todos os produtos feitos, tanto na farinhada como na desmancha, ajudavam significativamente na alimentação das famílias locais.

Supostamente os dias da região de Monte Grave não tinham tantas novidades como na capital. Fortaleza nos meados do século XX estava experimentando as novidades do fogão a gás, do automóvel e outros, mas tudo isso demorou um pouco a penetrar no sertão do Estado, sobretudo nas áreas rurais. É *míster* destacar o trabalho de Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho (2006), o autor com sensibilidade apresenta a sonoridade da capital cearense nos meados do século XX, chamando a atenção para a presença do automóvel, de suas buzinas e outros sons, que passaram a fazer parte do cotidiano do povo fortalezense. Sobre essa questão ele salienta que:

No caso da percepção acústica, talvez umas das alterações mais importantes experimentadas no espaço urbano ao longo do século XX tenha sido o declínio do transporte ferroviário e a concomitante ascensão o automóvel. [...] O som produzido pela locomotiva, que lembraria uma espécie mista de chiado e assobio, em geral contínuo, foi suplantado pelo ronco grave do carro, cujo volume muda abruptamente, de acordo com sua aceleração e as correspondências variações na caixa de câmbio (SILVA FILHO, 2006, p. 57-58).

Foi certamente em meio a esse panorama na cidade de Fortaleza que, no contraponto a esta realidade, em Monte Grave surgiram os primeiros ideais de mudança. As dificuldades, a carência em geral, já salientadas anteriormente, balizavam o desejo e a necessidade de transformação da realidade local. Ao conversar com Francisco Faustino, e o indagar sobre a questão da adesão das famílias ao projeto da Associação, ele revela na sua fala aspectos dificultosos da região. Ele diz:

Eu confesso a você que no início do projeto eu ficava meio intranquilo sem saber, será que isso vai dar certo? Porque de algumas pessoas, aqueles mais desconfiados, que o normal é que tenha, sempre dizia, esse menino tá meio doido. Essa ideia não vai para frente. Mas também, o que é importante é a contrapartida do que isso aí gerou inicialmente. Também nós tínhamos várias famílias, por exemplo, a Dona Geralda foi a pessoa que abraçou a ideia inicialmente mesmo... Então confesso a você que todas essas famílias foram a minoria realmente da época que acreditava que isso ia acontecer para o bem mesmo e ia mudar. Mas aí foi o reforço que nós tivemos e o resultado é que também com a continuidade do trabalho... Naquela época, a vida era difícil, família grande, dificuldades... Muitas vezes a maioria das casas aqui da região, por exemplo, nem tinha porta, e sucessivamente não tinha alimentação suficiente em outras famílias mais pobres⁶⁵.

Faustino Pinheiro traça na sua narrativa os primeiros passos da Associação e as dificuldades iniciais de implantação do projeto. Fica evidente que de início havia uma grande desconfiança, falta de credibilidade, por parte da maioria da população com relação à benfeitoria que a Associação poderia trazer. A desconfiança não era exatamente do projeto nascente, mas das promessas tantas vezes feitas e não cumpridas por parte de políticos locais. Não era porque a nova Associação ameaçasse costumes arraigados da região, até porque as propostas iniciais era proporcionar o acesso a serviços básicos como a saúde e a educação. A despeito das dificuldades Faustino Pinheiro ressalta que as poucas famílias que aderiram ao projeto serviram de reforço para dar sustentabilidade e confiança para o trabalho.

E o nosso plano de trabalho já foi traçado nessa ideia de mudar a vida para o bem, e nesse contexto nós conseguimos fazer um trabalho muito grande a ponto que depois de alguns anos, já na década de oitenta, por exemplo, nós já tínhamos a totalidade das famílias aderindo ao projeto e participando. E na verdade naquele contexto todo esse projeto foi muito abençoado, sobretudo, naquela época porque trouxe realmente uma vida muito melhor (tom enfático) para as famílias pobres⁶⁶.

⁶⁵ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

⁶⁶ *Idem*.

Contudo, como lemos no trecho acima, foi somente ao longo dos anos, sobretudo, no final da década de 1980, que as famílias foram acreditando que o trabalho comunitário poderia sim, contribuir para modificar a realidade da região. Ainda sobre a desconfiança das famílias é preciso dizer que a visão de Faustino Pinheiro e dos demais fundadores do CSMG foram influenciados pelas ideias no convívio com pastorais religiosas. O discernimento do que era de fato um projeto social não era hegemônica na comunidade. Portanto, não aderir ao projeto nos anos iniciais pode ser justificado por opiniões divergentes, ou simplesmente, pelo fato de a maioria da população não entender e conhecer as diretrizes de uma Associação. O que Faustino Pinheiro, Ari do Nascimento e outros jovens da região entendiam como sendo dificuldades, para muitos eram apenas aspectos naturais da região. Por conseguinte, supomos que o despertar para a luta em favor de direitos básicos (saúde, educação e outros) foi aos poucos sendo introduzida pela Associação, essa militância não era uma prática enraizada. A comunidade assim experimentava uma real divisão, entre os que acreditavam que a Associação era o caminho para combater problemas da região, e entre os que não enxergavam essas características como sendo problemas sociais, ou simplesmente não acreditavam que o nascimento do CSMG pudesse efetivamente mudar alguma coisa. A experiência comunitária era algo novo, não havia exemplos significativos que incentivasse as pessoas a aderir à Associação. Na verdade, ninguém acreditava no sucesso dos projetos, até porque no início tudo era muito lento, as pessoas só passaram a acreditar quando foram sendo implantadas as primeiras atividades como o posto de saúde, a construção da Igreja e etc. Como já salientamos anteriormente, a militância de Faustino Pinheiro na Igreja foi o baluarte para a implantação de associativismo na região de Monte Grave, assim sendo, o primeiro projeto idealizado por ele e pelas famílias que aderiram à ideia, foi a construção de uma pequena capela, que tinha como padroeiro São Francisco.

Quando indagada sobre o que motivou a constituição da Associação Rivânia Maria, salienta que foi no âmbito religioso que surgiu com veemência a ideia de ajudar o próximo, de juntos lutarem por melhorias para toda a região. Ela delega a participação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o amadurecimento sobre questões sociais e o trabalho em comunidade. Vejamos o que ela diz a esse respeito:

É na verdade foi através do trabalho de CEB que o Centro Social iniciou. Tanto é que o primeiro projeto foi a Igreja. E esse trabalho de CEB

despertava na gente aquela certeza, de que juntos a gente era mais, e assim nesse trabalho que motivou, com certeza e que mudou a visão da gente⁶⁷.

É preciso destacar mais uma vez que a criação da CEB na localidade de Monte Grave foi fruto da preocupação social da Igreja, influenciada pelo Vaticano II e pela Conferência de Medellín. Nesse sentido, foi de grande importância a militância do então vigário de Milhã Elmas Moreira. Ele e outros padres da região foram fomentadores no desenvolvimento de práticas sociais que visavam à melhoria das condições de vida do sertanejo. E a criação da CEB tinha o intuito de implantar a discussão sobre os problemas locais e evidentemente apontava a necessidade de lutar por benefícios básicos inerentes a sobrevivência.

De maneira bastante esclarecedora Frei Betto (1985, p.16-17), sintetiza o que são e o que constitui as Comunidades Eclesiais de Base, salientando que:

De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB podem ter dez vinte ou cinquenta membros. [...] São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem a mesma Igreja essas pessoas vivem uma comum união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. De base, porque são integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares).

Claramente vemos que os ideais propostos pelas Comunidades Eclesiais de Base se encaixam perfeitamente no cenário da localidade de Monte Grave. O CSMG buscava enfrentar os problemas, e a Igreja foi o alicerce de congregação de valores religiosos e de dificuldades socioeconômicas, e, sobretudo, foi o espaço de fundamentação para o trabalho em grupo, em comunidade. Tanto é que a Associação se reunia na Igreja para as suas reuniões mensais. Nessas condições, a Igreja não era só espaço onde se alimentava a fé, era também lugar de discussão de ideias e estratégias para o enfrentamento dos problemas mais emergenciais de sobrevivência. Era no seio religioso que nascia, ou se fortificava os anseios e a esperança de uma vida mais digna. Perguntada sobre a influência da Igreja Francisca Rocicleide Pinheiro diz que:

Começou a gente participando da Igreja, inclusive na época o Padre... Quando Faustino saiu aqui de Milhã, foi quando ele se envolveu em

⁶⁷ Entrevista com Rivânia Maria Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 08 de março de 2013, sócia e ex-vice-presidente do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

movimentos de JAC. **O Elmas era o vigário, e foi o Elmas que incentivou a criação da comunidade de base, eclesial de base.** E a partir daí começamos a nos reunir na celebração do Dia do Senhor. Aos domingos tinha a celebração e foi exatamente nessas celebrações, nesses encontros das famílias que a gente descobriu que seria um ponto de partida pra tentar melhorar as condições de vida das pessoas (grifos nossos).⁶⁸

A evangelização por meio da celebração do Dia do Senhor foi à base para o fortalecimento da Associação. Com o incentivo do Pe. Elmas Feliciano Moreira foi formado um grupo de jovens leigos para difundir o Evangelho. Os encontros recorrentes aos domingos permitiram ou substanciaram algumas mudanças comportamentais. Ao discutir/refletir a palavra do Senhor abria-se espaço para a reflexão das péssimas condições de vida do homem do campo. A partir disso, houve uma tomada de consciência dos problemas sociais e políticos e o reconhecimento que o caminho era a reunião de todos para juntos lutarem por melhorias.

Segundo Faustino Pinheiro, foi esse entrosamento, entre Igreja e Comunidade/Associação, que permitiu que o CSMG realizasse as benfeitorias para a população. Ele salienta que a história do Centro esteve estritamente ligada a essa relação.

Nós nunca esquecemos, e desde o princípio da fundação da Associação foi assim o carro chefe a nossa ligação com a Igreja, com os movimentos sociais da Igreja. E aí a gente nunca perdeu esse entrosamento permanente entre a comunidade e a Paróquia e a Diocese. Então isso tudo facilitou e eu até admito, que a comunidade funcionou bem e tem a sua história desce, sobretudo, devido esse entrosamento especialmente com a Igreja, com essa ideia do apoio, de dividir, de facilitar a vida das pessoas⁶⁹.

Contudo, é válido salientar que as bases teóricas apesar de serem influenciadas pela Igreja, elas foram fundamentadas na própria experiência local. Não era difícil apontar o caminho a ser seguido, visto que as necessidades sociais assinalavam os passos a serem dados pelo CSMG. Não foi preciso fazer um diagnóstico da região para conhecer as suas carências. O sistema de saúde quase inexistia, a ausência de escolas e outras situações sintomáticas eram a tradução dos problemas sociais de Monte Grave e região.

Antes de relatarmos outros projetos do CSMG, é importante dizer que assim como qualquer outra instituição a referida Associação é fruto de seu tempo. O CSMG surgiu como

⁶⁸ Entrevista com Francisca Rocicleide Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 04 de janeiro de 2014, Sócia fundadora, coordenadora da Creche Comunitária e da Casa do Idoso. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

⁶⁹ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

reflexo dos movimentos sociais de todo o país. Nessas condições cabe frisar o trabalho organizado por Irllys Alencar Firmo Barreira e Elza Maria Franco Braga (1991) que conta com diversos artigos que discutem o associativismo e as implicações na vida pública e privada de comunidades da capital cearense que vivem a margem, em locais menos beneficiados pelo poder público. Além disso, os textos apresentam a emergência de novos espaços políticos, por meio da existência da Associação, subsidiados pelo Estado. Vale destacar também o trabalho de Vera Lúcia Silva e Ana Selma Silva de Aguiar (2014) que apresentam por meio da memória, as experiências de pessoas comuns da cidade litorânea de Camocim/CE. Elas dão visibilidade a riqueza e pluralidade das narrativas dos sócios do Serviço de Promoção Humana (SPH), no período de 1962 a 1979. O referido trabalho aborda, assim, a conjuntura cearense, sobretudo, da região camocinense, no período em que nasciam as Comunidades Eclesiais de Base e os movimentos da Ação Católica e etc. Movimentos esses que de maneira direta ou indireta contribuíram também para o fortalecimento do CSMG, que dá seus passos iniciais quando os movimentos sociais na capital ganham contornos mais nítidos, sobretudo, os movimentos de bairro, que se tornava nessa conjuntura o local privilegiado de mobilização (BRAGA; BARREIRA, 1991).

Dando continuidade aos projetos do CSMG, após a construção da capela de São Francisco, a comunidade se mobilizou para a construção de um Posto de Saúde, já que era nessa área o problema mais grave na região, “naquela época chegava a morrer pessoas a mingua porque não tinha a quem recorrer”.

Daí então a ideia que nós tivemos inicialmente foi trabalhar na saúde exatamente por isso nós fizemos uma mobilização com as famílias envolvidas, nós pedimos apoio a Diocese, a Dom Mauro que era o Bispo da Diocese na época, nós pedimos apoio a algumas entidades até do estrangeiro que tinha também a função de ajudar as comunidades. E nós chegamos a construir aqui na comunidade do Monte Grave para atender as famílias da redondeza toda, da região toda, um posto de saúde⁷⁰.

Na fotografia a seguir, visualizada no *Blog: The Earth Institute Columbia University* coordenado pelo o Instituto Terra (que reúne as pessoas e as ferramentas necessárias para lidar com alguns dos problemas mais difíceis do mundo, a mudança climática e a degradação ambiental, a pobreza, a doença e o uso sustentável dos recursos), refere-se a entrega de certificados de costura para jovens da região. Pesquisadores do Instituto fizeram

⁷⁰ *Idem.*

uma viagem ao Brasil a várias comunidades, onde tinham como missão visitar os moradores e ouvir as suas experiências, pensamentos e preocupações sobre o esforço para trazer a água em suas casas⁷¹. Vemos na imagem a fachada do Centro de Saúde de Monte Grave. Anos depois esse Centro de Saúde passaria a ser um Hospital, com novas instalações propícias a internamente e outros serviços.

Fotografia 04 – Centro de Saúde de Monte Grave no início da década de 1980.



Fonte: Blog da The Earth Institute Columbia University. Disponível no sítio: <http://blogs.ei.columbia.edu/2011/09/28/community-associations-and-sustainable-development-in-rural-brazil/>

Depois veio a construção da Casa do Idoso (Dona Dindinha), o Centro de processamento de castanha, Centro de Lapidação e Artesanato Mineral, Conjunto de Habitação, Centro Recreativo, Rádio Comunitária (FM do Povo), Centro Administrativo. Eram construídos novos espaços de áreas comerciais e de sociabilidade, os costumes foram se alterando, a localidade foi deixando de ser um marasmo, para ser um espaço de circulação. Mais uma vez destacamos que as vivências precedentes a existência da Associação não são inferiores, destacamos apenas mudanças reais no convívio comunitário. Com o estabelecimento desses novos prédios e consequentemente da implantação de suas atividades, o cenário da região foi sendo transformado. Essas mudanças estiveram vinculadas a diversos setores, um mosaico de atividades desenvolvidas em torno da Associação.

⁷¹ O artigo referente à pesquisa do Instituto Columbia University, cujo título é Associações Comunitárias e Desenvolvimento Sustentável no Brasil rural foi escrito por Jeremy Hinsdale, pesquisador do Instituto, em 28/09/2011.

Fotografia 05 – Mosaico de atividades desenvolvidas pelo CSMG.



Ambulância da Comunidade



Creche Comunitária



Casa do Idoso



Casa da Lapidação



Rádio Comunitária



Centro de Treinamento

Fonte: Álbum de fotografias do CSMG, sob Guarda da Senhora Rocicleide Pinheiro. Reprodução da autora.

As relações de vizinhança multiplicavam-se à medida que se intensificavam as atividades desenvolvidas. A movimentação era outra, mesmo não se tratando de uma cidade, as transformações eram notórias não só pela presença de novos prédios que a comunidade ganhava, mas pela própria dinâmica que as atividades propiciavam.

As memórias do privado ultrapassam o círculo das quatro paredes, misturando-se com as lembranças dos laços comunitários. Ao associar-se a população buscava “um estreitamento dos vínculos comunitários e outros laços – bem como reagir às condições adversas e superar a iminência da miséria absoluta -, procuravam possibilidades de arranjar emprego, tarefas diárias [...]” (MATOS, 2002, p. 48).

Participar da Associação já não era somente frequentar reuniões e ou coisas afins, era também buscar uma oportunidade de melhorar a renda familiar com a obtenção de um emprego, ou mesmo de participar de cursos profissionalizantes, ou simplesmente ter uma rede de sociabilidade ampliada. Dessa forma, a instalação de novos prédios e consequentemente de novas atividades de produção propiciaram um novo padrão social. A vivência na comunidade foi então reorganizada.

Todo o crescimento propiciado pelas ações humanas, ligadas em grande medida pela atuação de sujeitos envolvidos ao Centro Social de Monte Grave, foi servindo de baliza para que, a pequena localidade dos anos 70 do século passado, fosse ganhando condições para se tornar, no ano de 1987, Distrito de Milhã. A vila de Milhã se emancipou no ano de 1985. Pelo que consta não houve uma luta nesse sentido de tornar o sítio em Distrito. Na verdade o que se sabe é que houve um reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido no CSMG, e quando Milhã se emancipou elevou Monte Grave a Distrito. Segundo dados do IBGE, o distrito de Milhã pertencia a Cachoeira, atual Solonópole, no ano de 1960 foi elevado à categoria de município pela Lei estadual nº 4448, de 03-01-1959, desmembrado de Solonópole. No entanto, “pela lei estadual nº 8339, de 14-12-1965, é extinto o município de Milhã, sendo seu território anexado ao município de Solonópole, como simples distrito⁷²”.

Milhã se municipalizou de vez em 1985, pela lei estadual nº 11.011, de 05-02-1985, alterado em seus limites pela lei estadual nº 11.011, de 05-02-1985⁷³. Desmembrado de Solonópole, a nova cidade se constituía de 2 distritos: Milhã e Carnaubinha. O Segundo também era distrito de Solonópole. Quando Milhã se emancipou Carnaubinha foi também incorporada como território milhãense. No ano de 1987, a cidade anexa como distrito a localidade de Monte Grave, que como já vimos antes, foi desde a década de 1970 se modificando a partir do desenvolvimento das atividades empreendidas pelo CSMG. De uma região afastada e acessível por uma estrada estreita a comunidade passou a ser distrito da nova cidade do Sertão Central cearense, sendo legalizada “Pela lei estadual nº 11.315, de 15-05-1987 (...)”.

Levando em consideração o que foi dito até aqui, podemos afirmar que as práticas, as ações desenvolvidas pelo CSMG, propiciaram o estabelecimento de novas maneiras de viver e de se perceber o vivido. Filho de seu tempo o CMSG é reflexo da atmosfera histórica, política e cultural de uma determinada conjuntura. As experiências sociais de homens e mulheres envolvidas nesse meandro de conquistas e também de desesperanças, constituem um universo de vivências desejadas ou realmente vividas, carregadas de subjetividades múltiplas e de olhares vários, sobre uma realidade digna de reconhecimento histórico. É com esse desejo de tornar visíveis experiências tão significativas que dedicaremos a próxima sessão para falar dos sujeitos envolvidos as ações do CSMG.

⁷²Cf.: <http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=230835&search=ceara%7Cmilha%7Cinformativos:-historico&lang=pt>. Acesso em 10/06/2013

⁷³Idem.



3 “FAREJANDO CARNE HUMANA”: OS SUJEITOS E SUAS AÇÕES NO CSMG.

Uma estrutura física só se fundamenta pelas ações humanas que dão vida a esses arcabouços, assim compete-nos nesse capítulo, destacar o perfil dos sócios, em especial dos interlocutores da pesquisa. Para tanto nos questionamos: quais os sujeitos que constituíram e dinamizaram as atividades desenvolvidas pelo CSMG?

É nosso intuito notar as diversas experiências dos sujeitos que fizeram as atividades do CSMG funcionarem e, sobretudo existirem. Portanto, nos interessa saber quem são os sócios e o que fazem/faziam (trabalho, moradia, cotidiano, onde se situam)? Usaremos como fonte, as entrevistas com os sócios, a fim de entender a relação que estes possuíam com a Associação. Será válido o diálogo com Bloch, Thompson, Ginzburg, Alessandro Portelli e outros historiadores na leitura da fonte, dando visibilidade para os supostos silêncios da documentação, bem como os conflitos e embates existentes no grupo.

À medida que apresentamos as particularidades de cada entrevistado nas vivências na Associação, dialogamos com a visão culturalista da História oral, uma vez que lidamos com a diversidade de falas e modos de ser. Sobre essa perspectiva Alessandro Portelli (2010, p.174), diz o seguinte,

Na verdade, a cultura não é uma grade (que é tão somente um recurso teórico útil), mas um mosaico no qual cada peça se encaixa com as outras, mas é diferente de todas elas. Uma das coisas que as ciências sociais geralmente se esquecem é que a cultura é formada por indivíduos diferentes uns dos outros - e é isso o que a história oral nos lembra.

Nessa dimensão, nesse capítulo, nos reportamos às falas dos interlocutores da pesquisa a fim de dialogar com suas experiências, subjetividades e visões de mundo, tentando entender os processos constituídos por estes e não somente as estruturas que eles ocupam. No primeiro momento, buscamos entender todas as dimensões que atravessam o cotidiano desses sujeitos, isto é, as relações sociais vividas por eles, à relação de cada um com as lutas travadas pelo Centro Social de Monte Grave, bem como a relação com a comunidade e com todos os setores que compõem a dinâmica social. Entendendo que essa sociabilidade é fluída e conflituosa cabe refletir a diversidade dos modos de ser, de pensar e de agir, atentando, dessa forma, para as particularidades de cada um. A percepção da maneira como cada sujeito se

envolveu no projeto, as motivações de adesão e o engajamento social e/ou político, se constituem como peça fundamental para o nosso trabalho.

No segundo tópico, abordaremos como os interlocutores desenvolveram os seus trabalhos no CSMG, ou seja, as ações destes na Associação. Acreditamos que é enriquecedor dialogar com as experiências desses sujeitos, problematizando-as, na tentativa de desvendar suas práticas, lutas, impressões, e como construíram seus lugares, estabeleceram maneiras de viver, morar e trabalhar, relacionando a realidade das lutas sociais por direito ao acesso a saúde, educação e melhores condições de vida.

3.1 CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE COMO LUGAR SOCIAL.

As trajetórias de cada entrevistado nos permitem visualizar várias conjunturas das experiências sociais vividas em torno da Associação. As narrativas de Faustino Pinheiro, Rocicleide Pinheiro e Ari do Nascimento nos dão a ideia de como era a região antes do Centro Social, em que base as ideias de associativismo foram fundamentadas, como foram os primeiros passos, e, sobretudo, por quais razões cada um se envolveu no projeto.

Rivânia Maria, Osvaldo Lima e Fernando Nogueira, representam aqueles que aderiram ao projeto por influência de familiares que já haviam se tornando sócios. É preciso lembrar que cada um teve uma trajetória muito peculiar, assumindo funções remuneradas ou, não, tiveram suas vidas entrelaçadas com os projetos desenvolvidos no Centro.

Valmir Isidoro, Cícero Neto e Gedileuza Pinheiro, são daqueles que além de dedicarem anos de suas vidas para os projetos desenvolvidos pela Associação, tiveram lá as suas primeiras experiências de trabalho.

O que cada um desses sujeitos é, o que eles pensam e o que fazem nos dias de hoje, tem muito a ver com o que eles viveram nos anos precedentes à Associação e também aos anos em que lá se estabeleceram e construíram laços. Muitas outras histórias se somam a estas, milhares de lágrimas de alegrias e tristezas se perderam no tempo, mas certamente estão na memória dos que viveram o processo de gestação, dos que se beneficiaram com as atividades, dos que ajudaram a construir hospital, das mães que deram a luz a seus filhos, dos que ouviram a sua música preferida tocar na rádio local, dos que viram as portas do hospital ser fechadas, do que esperaram ser contemplados com um emprego e tiveram que se contentar apenas com uma nova promessa... Enfim, muitas histórias se arrolam a dos entrevistados

compondo assim um mosaico de vivências que certamente marcaram a história do CSMG, dando sentido a sua existência. É nessa perspectiva de apresentar diversas maneiras de viver o cotidiano da Associação que tentaremos dar conta da trajetória dos entrevistados.

3.1.1 Os sócios fundadores e o desejo de alterar a realidade.

Francisco Faustino Pinheiro, filho de Melquides Alves de Lima e Maria do Carmo Nogueira, nasceu em Solonópole em 14 de julho de 1944. Sua família sempre residiu na localidade de Monte Grave, hoje Distrito do município de Milhã. Na década de 1960, Faustino Pinheiro, a convite do então Pároco de Milhã Elmas Moreira de Carvalho, se juntou a outros jovens da cidade e começou um movimento chamado Juventude Agrária Católica (JAC), na Paróquia Nossa Senhora da Conceição fundada em 1957. Em sua narrativa ele contou-nos das dificuldades que sua família e as demais pessoas da região enfrentavam no correspondente ao acesso a serviços básicos como saúde e educação. Sendo de origem humilde Faustino Pinheiro, não frequentou a escola regularmente, mas tendo cursado até o ensino fundamental tinha facilidade de participar efetivamente e dirigir o momento de reflexão nas novenas religiosas.

É preciso dizer que, com a chegada de Padre Elmas Moreira começou em Milhã um novo ciclo religioso onde ele junto com os Padres, Francisco Alves Teixeira da Paróquia de Piquet Carneiro/CE, João Salmito Neto da Paróquia de Senador Pompeu/CE e outros vigários da região Central do Estado se reuniam em torno de uma perspectiva voltada para a dimensão social da Igreja. Em depoimento ao historiador Gisafran N. Mota Jucá, o ex-vigário Elmas Moreira relata que, “todas as semanas nós passávamos segunda, terça, quarta até o meio dia em Senador Pompeu [...] a gente discutiu Pastoral, discutia muita coisa, as nossas Paróquias a gente quebrou os limites, era uma grande área de Pastoral. A gente se ajudava uns aos outros”⁷⁴. Essas ideias que depois foram implantadas na Paróquia de Milhã, e em locais específicos como no Monte Grave tinham origem na trajetória religiosa desses vigários que, dentre outras coisas, eram contrários à estrutura da Igreja e embevecidos com as propostas do

⁷⁴A entrevista foi realizada pelo Professor Doutor Gisafran Nazareno Mota Jucá, para a pesquisa sobre o seminário da Prainha em Fortaleza. Alguns trabalhos da temática já foram publicados. Cf.: JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Seminário da Prainha: limites e possibilidades da “Ego-História”, como opção metodológica. In *CLIO. Revista de Pesquisa Histórica*, n.25-2, 2007/Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008, p.293-321. Mesmo sem ser uma entrevista direta com o ex vigário, podemos perceber que a Igreja foi fundamental no processo de gestação do CSMG. A própria trajetória de Faustino Pinheiro, foi influenciada pelo vigário e pelas ações do sacerdote na Paróquia Nossa Senhora da Conceição em Milhã/CE.

Vaticano II, começaram a desenvolver um trabalho em seus ministérios religiosos, preocupados com a realidade social de seus fiéis. Essas práticas favoreceram o desenvolvimento de um trabalho social a partir das práticas eclesiais populares.

Essa perspectiva mais social dos Padres da região Central do Estado cearense não estava desvinculada das propostas ligadas ao Vaticano II. Essa atividade mencionada pelo Pe. Elmas Moreira, de reunião dos Párocos, faz parte da nova postura da Igreja nos anos de 1970, que apresentava um viés mais popular, preocupada com a justiça social. Foi nos setores populares que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁷⁵ foram criadas, principalmente na região Nordeste.

Dentre os Estados do Nordeste, de acordo com Azzi, “foi no Rio Grande do Norte onde se registrou uma atuação mais expressiva da Igreja na área rural, através da ação pastoral do bispo de Natal”. Com o método “ver, julgar e agir” o Movimento de Natal “extrapolou os limites dos grupos de Ação Católica e se constituiu na estrutura básica de pensamento e de ação do corpo eclesial”. (SILVA; AGUIAR, 2014, p. 29-30).

Comungando com essa constatação das referidas autoras, Elmas Moreira⁷⁶ fala das influências que ele e os seus colegas tiveram na fundamentação das ideias. Vejamos o que ele diz,

[...] Começou nas sessões que os Bispos iam, mas Dom Mauro estava muito preocupado em construir o Seminário, de adquirir recursos e tal. Então ele não pegava quase nada do Concílio. Quando ele voltava procurava, lia, recebia alguns livros. E uma das vezes eu me lembro que a gente se encontrou em Fortaleza com o Tregébio. Tregébio era quem passava para a gente o que foi o Concílio, o que era o Concílio. E depois do Tregébio foi o tempo que Padre Fragoso veio para Crateús, aí a gente ficava mais próximo, ficava por dentro de tudo. E depois que Dom Lustosa saiu veio Dom Delgado que era também aberto [...] Esse grupo era liderado pelo Hélder, Dom Delgado era da linha de Dom Hélder. Esse Cardeal Eugênio foi um dos renovadores do Nordeste, ele tava em Natal (RN), depois que passou para ficar aqui, depois Bahia, aí mudou [...]⁷⁷.

Ele salientou ainda que, ia constantemente para Natal/RN para fazer cursos e foi aos poucos introduzindo nas comunidades de sua Paróquia algumas ideias aprendidas nessas experiências, “Todo ano eu passava um mês em Natal em reciclagem. Dom Eugênio criou uns

⁷⁵ “As comunidades eclesiais de Base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno do paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos”. Cf. BETTO, Frei. O que é Comunidade Eclesial de Base. São Paulo: Abril, 1985. p. 07.

⁷⁶ Entrevista concedida ao Professor Doutor Gisafran Nazareno Mota Jucá, s/d.

⁷⁷ *Idem*.

cursos do mundo melhor e num sei mais o que”⁷⁸. Quando o entrevistador Gisafran N. Mota Jucá pergunta se essas atividades eram influenciadas pelas ligas camponesas, Elmas Moreira diz que,

A ligação que tinha é que em Natal a gente aprendeu, nesses cursos que eu fazia lá, em Natal tinha a Escola Radiofônica, na Diocese todinha [...] Daí foi que a gente aprendeu a fazer aqueles movimentos em Milhã. Quando a gente foi para Iguatu lá tinha a Rádio a gente participou, eles deram uns programas para nós. [...] O meu por conta dessas comunidades que já tinha se espalhado, era “Meu pai agricultor”⁷⁹.

Mas não foi somente em Natal/RN que essas experiências voltadas, sobretudo, ao do campo aconteceram. Como afirmam as autoras Vera Silva e Selma Aguiar (2014, p.31), “no Ceará, em várias cidades, como Sobral, Crateús e Camocim, a ação da Igreja teve também como foco o homem do campo”. Além das cidades elencadas podemos certamente incluir o trabalho desenvolvido pelo Centro Social de Monte Grave nessa mesma dimensão de projetos voltados ao homem sertanejo.

Em meio a essa conjuntura, o Padre Elmas Moreira fundou, nas comunidades da Paróquia de Milhã, grupos de jovens para refletirem junto à Palavra Bíblica as suas dificuldades cotidianas, no que ele chamou de “Domingo sem Missa” ou “Dia do Senhor”. Vejamos mais um trecho da fala de Elmas Moreira,

A gente começou lá em Milhã sem saber de nada. A gente fez um levantamentozinho, Milhã tinha 520 habitantes na sede, bem pequenininha toda no meio rural, não era município, aí a minha conclusão era que tinha que intensificar o trabalho nas zonas rurais e não no urbano. Aí a gente foi celebrando nas comunidades nos lugarezinhas e ali fui criando alguma coisa, lançando a semente de um tipo de organização [...] ⁸⁰.

Essa afirmação de Elmas Moreira nos permite perceber que foi através dessa semente plantada, que surgiram as primeiras intenções de discutir os problemas da região de Monte Grave com a implantação do grupo de jovens. O papel do ex-vigário, portanto, nos parece muito relevante para a constituição da Associação, foi com o incentivo e com o apoio oferecido pela Paróquia, dirigida por ele, que as ideias discutidas no Dia do Senhor, celebrado nas casas das famílias, contribuíram para a população local perceber que juntos eles podiam lutar para terem uma vida mais digna.

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ *Id. Ibidem*.

⁸⁰ Entrevista concedida ao Professor Doutor Gisafran Nazareno Mota Jucá, s/d.

Ao lado de Faustino Pinheiro, outros jovens da época participaram ativamente das atividades propostas pelo vigário, um deles é Manuel Ari do Nascimento nascido em 25 de dezembro de 1939, filho de José Antônio de Souza e Francisca Teresa Pinheiro, também residentes na região de Monte Grave. Sobre esse momento inicial, de reunião de jovens, Ari do Nascimento diz,

A primeira coisa que foi criada aqui foi a juventude. O grupo de jovem que era até JAC, a Juventude Agrária Católica. Isso começou através de uma missa que houve aqui, aí o Padre veio celebrar e o carro caiu ali no riacho e aí entrou água no motor. E Faustino reuniu as famílias e arrecadou o dinheiro para mandar pegar ele. O Elmas tinha qualidade de um líder e por aí criou o grupo de jovem, que esse grupo de jovem foi quem começou a comunidade⁸¹.

Essa fala de Ari do Nascimento aponta que foi realmente através do trabalho desenvolvido pelos vigários, já citados, que foram sendo alicerçadas as discussões sobre as condições sociais da região central do Estado. No caso de Monte Grave foi através do Dia do Senhor⁸², dirigido, sobretudo, pelos jovens, que foi nascendo o desejo de lutar pelo acesso a serviços básicos, que até então eles só podiam encontrar muito longe de suas localidades. A evangelização por meio da celebração do Dia do Senhor foi à base para o fortalecimento do CSMG. Os encontros recorrentes aos domingos permitiram ou substanciaram algumas mudanças comportamentais, ao discutir/refletir a palavra o Evangelho de Cristo abria-se espaço para reflexão das péssimas condições de vida do homem do campo. A partir disso, houve uma tomada de consciência dos problemas sociais e o reconhecimento que o caminho era a reunião de todos para juntos lutarem por dias melhores. No depoimento de Ari do Nascimento, ele ressalta a importância da juventude no período, engrandecendo a força que tinham para buscar melhorias e revela alguns nomes que compuseram o grupo de jovens,

Na época foi muito valioso, muito, porque a nossa juventude foi muito boa, ninguém viu mais outra igual a nossa. Tinha dias de estudo, era só desenvolvimento para os jovens. Aí esses jovens eram no caso, na época era eu, Lurdinha, Aneildo, Faustino e Maria Rodrigue, esses eram os jovens

⁸¹ Entrevista com Manuel Ari do Nascimento, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, sócio fundador e colaborador do CSMG. Arquivo de Antônio Natália de Lima.

⁸² Nesse mesmo contexto o Dia do Senhor, na cidade de Sobral/CE, foi um movimento voltado para a evangelização das comunidades rurais. “Formado por volta de 1965, tinha como objetivo capacitar homens e mulheres leigos para difundir o Evangelho, vez que a carência de padres era grande. Através da educação e da evangelização, o movimento promoveu mudanças na vida do homem do campo. A tomada de consciência dos problemas sociais e políticos é considerada a mais importante das referidas mudanças” (SILVA; AGUIAR, 2014, p. 33) .

chefes responsáveis por toda aquela turma de jovens que tinha naquela época⁸³.

Destacamos esse trecho, dentre outros motivos, porque é importante dizer que não foram somente uma ou duas pessoas que iniciaram o trabalho desenvolvido na região de Monte Grave. Cabe mais uma vez lembrar que quando nos referimos à região de Monte de Grave não falamos de uma localidade apenas, mas de várias. Procuramos saber de onde eram esses jovens, citados pelo narrador, e a constatação é de que o grupo era formado por jovens de comunidades vizinhas como Fazenda Nova, Barra do Rio e Nova Paz, essas e outras comunidades compõem aquilo que chamamos de região. Cada uma delas foi fundamental no fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo CSMG.

Implantado esse projeto inicial, da reunião de jovens de toda a região, as ideias foram fortalecidas pela experiência de Faustino Pinheiro na JAC. Após ter saído de Monte Grave tendo ido residir em Iguatu a convite do já citado pároco, Faustino Pinheiro fortalece os seus ideais de associativismo. Vale dizer que ele não só participou da JAC como militante, mas assumiu em 1965 a coordenação desta entidade até 1967⁸⁴. A JAC ganhou expressões maiores no Estado e houve, por conseguinte, a adesão, ao projeto de vida da JAC, das igrejas de Fortaleza, Iguatu, Crateús e Sobral. Daí fundou-se uma diretoria em nível de Estado para coordenar a entidade, da qual Faustino Pinheiro fizera parte, indo residir em Pacatuba/CE, Crateús/CE e depois em Fortaleza. A JAC foi desarticulada em 1969 pelas forças repressivas da Ditadura. Faustino Pinheiro relatou que teve colegas seus que foram arguidos por conta da militância na JAC, mas felizmente não chegaram até ele, pois tão logo a JAC foi desarticulada ele retorna para o interior do Estado, onde a ação da polícia ou busca pelos subversivos era mais branda. Após ter regressado a Iguatu/CE, no final de 1969, ele assumiu a convite do então Bispo da Diocese, Dom José Mauro⁸⁵, o cargo de Coordenador da Cárita

⁸³ Entrevista com Manuel Ari do Nascimento, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, sócio fundador e colaborador do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

⁸⁴ Informações contidas no Livro: Centro Social de Monte Grave 26 Anos e uma história para contar (junho de 1997).

⁸⁵ Dom José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago é bispo emérito da diocese de Iguatu, é natural do município de Russas-CE. Dom Mauro foi ordenado padre em 5 de fevereiro de 1948. No dia 13 de outubro de 1961 foi nomeado pelo papa João XXIII, bispo da recém-criada Diocese de Crato e também da Arquidiocese de Fortaleza. No dia 28 de janeiro de 1961, o Papa João XXIII editou a bula "*In apostolicis muneris*" criando a Diocese de Iguatu. Sendo seu primeiro Bispo D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago, empossado em 4 de fevereiro de 1962. Dom José Mauro governou a Diocese de Iguatu de 4 de fevereiro de 1962 até 26 de julho de 2000, passando o "cajado" para Dom José Doth de Oliveira, o qual, desde fevereiro de 1992, era seu bispo coadjutor. Cf.: http://osmarlucenafilho.blogspot.com.br/2011_09_01_archive.html. Acesso feito em 04 de setembro de 2014.

Diocesana e foi aí que começou a sua militância para o trabalho que, junto com a comunidade, desenvolveria na futura Associação, pois passou a ter contato e diálogo com as instituições estrangeiras que financiavam projetos sociais no Brasil. Em 1971, Faustino Pinheiro retorna ao Monte Grave com a ideia de fortalecer, junto com os colegas do grupo de jovens, o “Dia do Senhor” e a Comunidade Eclesial de Base, e depois consolidar o trabalho com a fundação da Associação que levou o nome de Centro Social de Monte Grave.

Apesar da trajetória de Faustino Pinheiro ser bastante singular, tendo em vista a vida de seus colegas de CEB’s, foi somente com o apoio destes que dirigiam o Dia do Senhor, quando ele morava fora da comunidade, que o trabalho de associativismo foi possível. Foi com a força da comunidade, das famílias da região que apoiaram o trabalho inicial, que a fundação realmente se efetivou. Como já citamos no capítulo anterior a Associação foi fundada no ano de 1971 e regularizada em 1973, e foram justamente no seio religioso que se concretizaram os primeiros projetos do CSMG com a construção da Capela de São Francisco no ano de 1985, que teve apoio financeiro da Cárita Diocesana, onde Faustino Pinheiro havia trabalhado, e da Diocese de Iguatu. Os encontros da CEB’s, o Dia do Senhor, a catequese e as reuniões da Associação passaram a ser na Igreja, até esse momento, ambas aconteciam nas residências dos moradores locais. Com a construção da Igreja passaram a ter um lugar fixo, para os encontros.

Como salientamos antes, o que oferece sentido à Associação é justamente as condições sociais das pessoas da região e as suas experiências cotidianas. Ao mesmo tempo em que era construído o CSMG as pessoas ao seu redor iam também criando os seus vínculos, iam entrelaçando as suas trajetórias pessoais com as lutas sociais. Assim a fundação do CSMG aconteceu logo depois ao nascimento de mais uma família na região. Ao retornar de Iguatu/CE Faustino Pinheiro começou a namorar Rocicleide Pinheiro, nascida em 17 de julho de 1951, filha de Antônio Revi Pinheiro e Maria Risoleta Pinheiro, naturais de Imperatriz, hoje pertencente ao município de Irapuan Pinheiro, mas na época localidade de Solonópole. Os dois casaram em maio de 1971, nessa época a família de Rocicleide Pinheiro já residia na localidade de Monte Grave, depois de ter morado nos sítios de Mucuripe e Monte Castelo que pertenciam ao Distrito de Milhã. Sobre a fundação da Associação ela diz o seguinte:

Nós casamos e a partir daí a gente começou a sentir a necessidade de criar alguma coisa que viesse beneficiar a população, que na época a pobreza era muito grande. A falta de assistência, inclusive na saúde, não tinha nada, morreram parturientes aqui do município, do Distrito, aliás, que na época nera nem distrito, era sítio, morreram parturientes por falta de assistência.

Porque o hospital, o médico mais próximo era Senador Pompeu ou Milhã com estradas carroçáveis, o deslocamento de difícil acesso. E foi aí que a gente juntos, tentamos criar uma Associação pra ver se a gente conseguia uma coisa que viesse a melhorar a vida da população⁸⁶.

A partir daí a vida conjugal e particular de Faustino Pinheiro e Rocicleide Pinheiro passou a estar vinculada diretamente com o desenvolvimento da Associação. Ele se tornou como salientamos no capítulo anterior, presidente da Associação e incorporou com perspicácia a função de líder comunitário abandonando esta somente com o advento de sua morte em 03 de abril de 2013. Soube utilizar a sua trajetória na Diocese de Iguatu/CE para angariar fundos para o Centro. Após a edificação da Igreja, a nova investida foi a construção de um Posto de Saúde, pelas necessidades já apontadas por Rocicleide Pinheiro no depoimento acima citado.

A comunidade teve papel preponderante desde o início, primeiro porque era a sua condição social que dava sentido a constituição da Associação e depois porque era o povo que dava a contrapartida aos projetos financiados inicialmente pelas Cáritas, e também pelo próprio Estado. Essas instituições financiavam, mas eram os moradores que em forma de mutirão erguiam os prédios e faziam funcionar as atividades dos mesmos. Foi relevante a parceria dos sócios, justamente pelo fato de que sem eles possivelmente o CSMG não teria atingido a dimensão que alcançou ao longo dos anos.

Seguindo essa parceria no trabalho comunitário, Rocicleide Pinheiro e o esposo, trilharam caminhos muito parecidos, sempre apoiando um ao outro. Em seu depoimento ela nos contou que participou de quase todas as atividades, fez parte da administração do Hospital, da casa do idoso e da creche comunitária. De fato ela foi alguém que doou parte de sua vida para o desenvolvimento das atividades do Centro. Contudo, é preciso destacar o papel centralizador que a sua família exercia no comando da Associação. O acúmulo de função por um lado revela a dedicação da família Pinheiro no trabalho com o associativismo, e por outro, aponta que a Associação foi, em alguns momentos, entendida como um bem privado, que pertencia exclusivamente a um grupo específico e que muitas vezes faziam valer dentro da Associação desejos pessoais. Foi essa a nossa impressão ao perceber o desconforto de Ari do Nascimento, enquanto membro da diretoria, quando ele disse que muitas atividades

⁸⁶ Entrevista com Francisca Rocicleide Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 04 de janeiro de 2014, Sócia fundadora, coordenadora da Creche Comunitária e da Casa do Idoso. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

foram desativadas por conta da política local, mas que algumas foram por desejo do presidente. Vejamos um trecho de seu depoimento quando o indagamos a respeito da importância dos projetos para o município de Milhã,

Natália Lima: Aqui no Monte Grave tinha o Hospital Comunitário, que era maior do que o da Sede em um certo momento, tinha/tem a rádio comunitária, a lapidação, a fábrica de castanha como o Senhor citou, e tantos outros projetos que no próprio município não tinha. Qual a importância desses projetos para a história do município e da região como um todo?

Ari do Nascimento: Hoje a rádio tá melhor do que na nossa época, na época ela era clandestina aí o Juiz vinha e fechava, quando era tempo de política eles fechavam e hoje não, hoje é registrada, ela funciona, não muito bem porque não tem... Mas funciona. E as outras coisas tá tudo acabado. Na questão política não foi só um... Ajudado pelo município e pelo distrito que hoje vê esse fracasso. **A fábrica de castanha tem todo o maquinário de fazer o que quiser, tá fechado, de porta fechada. Mas essa não foi questão política, essa foi questão mesmo dos dirigentes. No caso o presidente**, que os diretores são pessoas pra aceitar ou não. Foi criada a fábrica, foi criada as pessoas pra trabalhar e fecharam as portas (grifos nossos)⁸⁷.

É preciso ressaltar que no momento de concessão da entrevista Ari do Nascimento estava afastado da Associação por conta das eleições municipais de 2012 e isso tem implicações diretas no seu modo de falar e nos fatos rememorados. Como salienta Portelli (2010, p.11),

O conteúdo da memória pode ser o passado, mas a atividade de recordar, a atividade de contar a história do passado é uma atividade do presente, e a relação que se coloca é uma relação entre presente e passado. É agora que recordamos, é hoje que falamos do passado, que contamos o passado. E a memória não é só um espelho de fatos, mas um fato histórico: a própria memória é um fato histórico em si.

Assim, entendemos que a fala do narrador tem muita relação com o presente, o seu modo de vislumbrar os fatos está vinculado ao momento específico do lembrar. Adiante falaremos como o “tempo da política” interfere nas relações sociais de um dado meio.

⁸⁷ Entrevista com Manuel Ari do Nascimento, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, sócio fundador e colaborador do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

Sabemos que não cabe ao historiador sentenciar, dar juízo de valor as ações humanas como um magistrado (BLOCH, 2002)⁸⁸, apontando culpados e vítimas. Desta forma voltamos a nossa atenção para compreender como as experiências de determinados sujeitos estiveram entrelaçadas ao CSMG. Assim o que nos parece importante destacar nessa fala de Ari do Nascimento, é justamente o fato de que o Presidente, Faustino Pinheiro, era bastante arguto para defender com veemência as suas vontades nas decisões da Associação, ou seja, uma vontade pessoal muitas vezes era apontada como uma necessidade coletiva. Para ilustrar essa situação, recorreremos à narrativa de Faustino Pinheiro quando o indagamos sobre qual o papel político no processo de constituição da Associação. Vejamos o que ele diz,

É a gente, partiu-se tudo do princípio que politicamente, digamos politicamente a gente nunca contou nem no passado, nem digamos, até no presente, a comunidade nunca contou com o apoio político. Mas nós com a visão que fomos aprendendo, a gente aprendeu também que era preciso se envolver na política. E daí então, por exemplo, foi só mais tarde em 92, em 1992 a comunidade organizada já definiu naquela ocasião para trabalhar na eleição seguinte a eleição de um vereador da própria comunidade⁸⁹.

A resposta dele revela, dentre outras coisas, que na verdade a região de Monte Grave sempre foi negligenciada pelo poder público local. Para, além disso, ele fala da inserção da Associação no cenário político de Milhã, e que essa inserção se dá com a entrada de sua esposa, Rocicleide Pinheiro, na Câmara dos Vereadores. Faustino Pinheiro salienta que a comunidade possuía nessa conjuntura uma maturidade política. Seria uma visão compartilhada por todos, de que era necessária a inserção de um representante do CSMG na política, ou essa certeza era tão somente da família Pinheiro? Foi a comunidade que apontou a candidatura de Rocicleide Pinheiro, ou foi uma indicação da Diretoria? Infelizmente sobre essas questões os narradores não informaram quem apontou o nome de Rocicleide Pinheiro como candidata apoiada pelo CSMG.

Ademais, independentemente se essa vontade era pessoal ou comunitária, a postura de apoiar a candidatura de Rocicleide Pinheiro nas eleições municipais de 1992 como vereadora, foi bastante lúcida, pois a vereança de alguém da comunidade poderia trazer

⁸⁸ No Capítulo IV (A análise histórica), de Apologia da História ou o ofício do historiador Marc Bloch debateu, confrontando a ação de um juiz e de um historiador, se caberia a história julgar ou compreender. O autor define que não é fortuito ao historiador fazer julgamentos. Compreender, eis o objetivo da “análise histórica” pela qual principia o *métier* do historiador após a observação e a crítica histórica.

⁸⁹ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2013, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

benefícios para a Associação. Ainda sobre isso é importante o depoimento de Rocicleide Pinheiro, quando perguntamos a relação de sua trajetória na política com o vínculo na Associação,

A gente sentiu a necessidade de ter alguém para representar na câmara, representar politicamente, a comunidade. E eu fui escolhida para fazer isso, na verdade eu fiquei 16 anos na política, 16 anos como vereadora. Foram 16 anos consecutivos. Isso de uma certa forma ajudou, porque a gente levava os problemas da comunidade, apesar de infelizmente os políticos municipais não colaborarem, muitas vezes só destruíram. Mas de uma certa forma tomavam conhecimento da realidade, das necessidades, das prioridades. Eu acho que para a comunidade, para esse trabalho comunitário, foi importante ter alguém representando a Associação, a comunidade lá na Câmara Municipal⁹⁰.

Independente se houve interesse particular na entrada de Rocicleide Pinheiro na política, não se pode negar que a presença dela na câmara de vereadores trouxe visibilidade ao CSMG, pois a realidade sofrida e também as conquistas do grupo passaram a ser pauta de discussão nas reuniões de vereadores. No entanto, ela afirma, que através da política municipal, enquanto vereadora não conseguiu nenhum apoio, isso porque durante boa parte do tempo ela fez parte do grupo opositor (PMDB, PFL, PT). Mesmo sendo ligada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido do então prefeito Gecimar Pinheiro, ela se opunha ao grupo liderado por este. Falaremos adiante sobre esse conflito dentro do PSDB milhãense. Vejamos o que Rocicleide Pinheiro diz a respeito de sua vereança,

Através da Câmara não, mas através da minha posição como vereadora no passado a gente conseguiu alguma coisa, porque eu sempre buscava não interesse próprio, mas interesse da coletividade. Uns anos atrás a gente conseguiu como vereadora, mesmo sendo vereadora da oposição. Eu só fui de situação dois anos, que dos 16 anos só fui de situação dois anos, porque eu não concordava com atitudes dos prefeitos, certas atitudes, e me tornava oposição. Mas mesmo assim com essa luta, com esse empenho que a gente tinha, a gente conseguia alguma coisa através da vereança pras comunidades, não só para o Monte Grave, mas algumas outras comunidades que a gente conseguia uma passagem molhada, uma cisterna, alguma coisa assim que venha beneficiar o povo⁹¹.

A permanência de Rocicleide Pinheiro na política, se não trouxe benefícios direto para a Associação, como ela mesma afirmou, justamente porque na maioria das vezes ela se

⁹⁰ Entrevista com Francisca Rocicleide Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 04 de janeiro de 2014, Sócia fundadora, coordenadora da Creche Comunitária e da Casa do Idoso. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

⁹¹ Entrevista com Francisca Rocicleide Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 04 de janeiro de 2014, Sócia fundadora, coordenadora da Creche Comunitária e da Casa do Idoso. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

opunha aos gestores municipais, repercutiu muito positivamente no cenário político milhãense, atuando fortemente na fiscalização da Administração. Ao justificar o fato de não conseguir tantos projetos por ser sempre oposição ela diz que,

O meu trabalho foi mais, eu me empenhei mais em trabalhar pelo povo na questão de dar um apoio numa aposentadoria, dar um apoio numa questão médica, levar uma pessoa para fazer... Por que na época, quando a gente iniciou, tudo era mais difícil. Eu entrei na política, fui vereadora pela primeira vez em 92. Então era muito mais difícil a gente conseguir um exame, conseguir uma consulta, e eu consegui levar várias pessoas para outros municípios. Através das amizades a gente conseguia consultas, cirurgia. O meu trabalho foi mais nesse sentido, de vereança, de ajudar nesse sentido. E também, claro, porque o trabalho de vereador na verdade não é esse, o trabalho de vereador é votar os projetos, é fiscalizar, e isso (riso irônico) eu tentei fazer bastante, só que as conquistas não foram muitas, exatamente por eu ser oposição. Mas sempre essa questão de conseguir projetos assim grandes na verdade não foram tantos, eu considero até que por conta disso, de ser oposição, e infelizmente, quando é oposição tudo se torna mais difícil pra gente realizar o que a gente gostaria⁹².

Ainda sobre a trajetória de Rocicleide Pinheiro na política cabe destacar mais um trecho de sua fala que revela os bastidores da política milhãense, e o seu papel como opositora. Perguntamos se ela tinha se arrependido de ter entrado na política e ela diz o seguinte,

Não me arrependo de ter, mas na verdade o trabalho na política... Quando a gente quer assumir com responsabilidade não é fácil. Até porque principalmente da oposição, porque a gente não recebe condições nenhuma para trabalhar. O povo procura muito a gente e até com razão porque o povo confiou, e a gente tá porque o povo botou, o povo elegeu, o povo confiou. E pra gente atender a população a gente precisa de condições e quem é de oposição nunca tem condições de fazer um trabalho que a gente gostaria de fazer. Não, sinceramente... Não me arrependi desses 16 anos pra mim foi bom, aprendi muito, defendi o que eu gostaria de defender, fui, como eu já disse oposição 14 anos. **Tive muita oportunidade de receber propinas para votar a favor de alguns projetos de interesse de grupinhos, mas graças a Deus nunca fiz isso**, estou com minha consciência tranquila graças a Deus. Não me arrependi de nenhum voto que dei nesses 16 anos, porque eu dei cada voto consciente, naquilo que eu achava que era correto. Pra mim foi bom sabe, mas não quero mais (grifos nossos)⁹³.

⁹² *Idem.*

⁹³ *Ibidem.*

Destacamos essa fala de Rocicleide Pinheiro, porque talvez isso explique o fato de Monte Grave ter sido alvo de “perseguições políticas” e também por ter tido pouca atenção dos gestores municipais. Adiante falaremos sobre a ameaça, que o “CSMG”, aliás, que a família Pinheiro, ancorada na Associação, representava para lideranças da política municipal. Antes disso, destacaremos como outros sujeitos se fizeram e fizeram a Associação a partir de suas vivências.

Apesar de nos limitarmos em conhecer a trajetória de apenas alguns sujeitos que permearam as vivências em torno do CSMG, muitas outras histórias são fundamentais para o processo de fundação e sustentação da instituição. No depoimento de Ari Nascimento e de outros narradores, visualizamos a marcante trajetória de Francisca Joilda Pinheiro, que na fundação do Posto de Saúde de Monte Grave foi convidada a fazer um estágio no Hospital de Quixeramobim para aprender a fazer os atendimentos básicos, como curativos, injeção de medicamentos e, sobretudo, partos. É importante dizer que ela começou a ser exercer a função de parteira somente depois do estágio feito no Hospital de Quixeramobim. No entanto, ela não frequentou nenhum curso técnico ou mesmo acadêmico na área. Apesar de ter feito um treinamento básico, o aprendizado no correspondente aos partos foram adquiridos na prática, onde se mesclavam o saber popular e o saber médico.

Sobre essa temática, é importante a reflexão de Carlos Jacinto Barbosa e Eudésia Nobre Bezerra (2003) no trabalho *Lembranças de Curas: rezadores, mezinheiros e parteiras do Sertão Central*. Apesar do trabalho dos autores não ter analisado essas práticas no município de Milhã, pois a pesquisa estava circunscrita nos municípios de Quixadá, Quixeramobim, Banabuiú, Ibareta e Senador Pompeu, ponderamos que a realidade milhãense se enquadra na mesma perspectiva discutida pelos autores, até pela proximidade geográfica. Assim, ao colocarmos em discussão a trajetória de Joilda Pinheiro, concordamos com a assertiva dos autores citados, quando eles salientam que ao entrar em contato com a história desses sujeitos,

Deparamo-nos com evidências de uma experiência sertaneja marcada pela busca de soluções concretas para os vários problemas inerentes a uma existência eivada de precariedade, especialmente no que diz respeito à saúde. Em pleno sertão seco, aonde os conhecimentos e práticas médicas não chegavam muito facilmente, predominavam modos de lidar com a saúde e a doença, ancorados numa tradição na qual o saber-fazer de rezadores, mezinheiros e parteiras, gozava de visível credibilidade junto aos moradores destas terras áridas (143).

Dessa forma, se Joilda Pinheiro adentrou como auxiliar de enfermagem no Posto de Saúde e depois no Hospital comunitário, concomitante ela experimentou formas diferentes de promover a saúde. E sua trajetória encontra lugar na cultura sertaneja,

Ali, como de resto, em todo Ceará, seja pela precariedade e improviso das ações de saúde, seja pela recusa, descrédito ou indiferença, a população, especialmente a parcela mais pobre, vivenciou um histórico distanciamento em relação à medicina tradicional, até pelo menos algumas décadas atrás. Ao mesmo tempo, acentuavam-se hábitos antigos atinentes às formas de combate às moléstias (BARBOSA; BEZERRA, 2003, p.147).

A trajetória de Joilda Pinheiro se entrelaça a história da Associação. O posto de saúde e posteriormente o hospital se estabeleceram pelo saber profissional de um médico, mas teve em grande medida um apoio do saber da parteira. Afinal, mesmo com a presença do médico, ela continuou se fazendo presente nos nascimentos, pois o médico não estava constantemente no Hospital. Na maioria dos casos, quando as gestantes chegavam ao hospital e entravam em trabalho de parto, era o saber popular que entrava em cena, para trazer mais uma vida ao mundo.

O cotidiano permeado por uma mistura de saberes, popular ou médico, foi pouco a pouco ganhando novos espaços de atuação. O Posto de Saúde se tornou Hospital com o apoio financeiro do Estado no ano de 1989. Em 1992 o hospital ganhou uma nova reforma. Sobre isso Faustino relata que,

E foi exatamente nessa ocasião que o Estado deu um apoio muito forte, e foi a partir desse momento ainda em 89 quando o nosso posto de saúde teve o primeiro apoio do Governo do Estado. E já a partir de 92 nós passamos a ter o hospital inclusive ampliado com o apoio do Estado. E o Hospital passou a funcionar em toda plenitude, fazendo internamento⁹⁴.

Antes de dialogarmos com essa fala de Faustino Pinheiro, destacamos o importante papel desempenhado por Joilda Pinheiro na comunidade. No seu depoimento Ari do Nascimento relata brevemente sobre a trajetória da referida parteira:

Joilda foi instruída, ela foi para Quixeramobim, para o Hospital de Quixeramobim, finada Joilda era analfabeta, e ainda fez parto aqui até de uma criança de um olho só, num era nem para ser aqui, mas foi feito. Ela era muito disposta, teve muita sorte, nunca morreu nenhuma pessoa, nem uma

⁹⁴ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

criança, nem uma mulher aí nas mãos dela. Nasceu mais de mil crianças nunca houve isso aí, ela nunca passou por isso ⁹⁵.

Destacamos a importância da experiência de Joilda Pinheiro, dentre outras questões, porque vemos aí que foi a partir de sujeitos comuns, de pessoas da própria comunidade, que o trabalho no CSMG foi sendo desenvolvido. Queremos aqui ressaltar o trabalho, iniciativas e ações dos membros da Associação, focando no papel de homens e mulheres que contribuíram no trabalho social desenvolvido pelo Centro. Mesmo com a presença de profissionais formados o saber popular encontrava lugar na Associação. Aliás, foi exatamente nas práticas culturais que o trabalho comunitário foi fortalecido.

Voltamos à fala de Faustino Pinheiro quando ele ressalta o apoio do Estado para o CSMG, para entendermos porque e como o Governo Estadual apoiou não só ao Monte Grave, mas outros movimentos sociais. Para esse entendimento destacaremos mais um trecho do depoimento de Faustino Pinheiro. Quando indagado sobre quem financiava os projetos, ele diz o seguinte,

A partir de 89 começou a ter uma mudança muito importante aqui no estado do Ceará [...]. Naquele período de 88, 89 houve uma mudança de gestão do Estado. Quando o Doutor Tasso Jereissati foi governador do Estado a primeira vez houve uma mudança tão importante no sentido de o Estado começar a ver as Associações que estavam trabalhando. Nessa ocasião o governo deu apoio as comunidades que tavam se organizando, tavam organizadas e nós tivemos a sorte que de fato já estávamos bem organizados. Logo no primeiro momento começamos a ter o apoio do Estado. Por exemplo, anteriormente eu fui barrado muitas vezes, nos governos anteriores a Tasso Jereissati de nem ser recebido quando eu pedia audiência, isso era um assunto encerrado não tinha apoio. A partir daquele momento que começou essa gestão nova de Doutor Tasso, nós começamos a ter espaço. A gente pedia e tinha audiência com o Secretário de Saúde do Estado, a gente pedia e tinha audiência com o Secretário de agricultura do Estado, a gente pedia e tinha audiência com o Secretário de Infra Estrutura do Estado, a gente pedia e tinha audiência com a Secretaria de indústria e comércio, enfim uma variedade de secretarias de governo ⁹⁶.

Vendo o depoimento de Faustino Pinheiro nos parece que a nova gestão do Estado, apontada por ele, era benevolente, no entanto, essa nova postura do Estado tem outras

⁹⁵ Entrevista com Manuel Ari do Nascimento, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, sócio fundador e colaborador do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

⁹⁶ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

razões. É importante salientar que na década de 1990 o Estado adotou um novo jeito e alterou as suas relações com a sociedade civil, destacando aqui a inversão de uma postura política reivindicativa por parte do segundo para um comportamento de parceria com o Estado. Este por sua vez buscava, por meio de políticas assistencialistas, atender aos grupos minoritários e por vezes excluídos da sociedade.

Partindo dessa mesma percepção Maria da Glória Gohn (2010), salienta que:

Captura-se o sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas. Transformam-se as identidades políticas desses sujeitos [...] em políticas de identidades, pré estruturadas segundo modelos articulados pelas políticas públicas [...]. Criam-se, portanto, novos sujeitos sociopolíticos [...] como partes de uma estrutura social amorfa e apolítica. [...] Disso resulta que se deslocam os eixos de coordenação das ações coletivas – da sociedade civil para a sociedade política, dos bairros e associações populares para os gabinetes e secretarias do poder estatal, principalmente no plano federal. A dimensão política [...] desaparece da ação coletiva justamente por ser capturada por estruturas políticas – de cima para baixo, na busca de coesão e do controle do social (GOHN, 2010, p. 21).

Essa postura aberta das entidades, em que podemos pensar ou incluir o CSMG, pode ser compreendida pela busca por recursos e pela manutenção dos projetos existentes, ou simplesmente pela consciência de que era difícil manter o projeto vigoroso estabelecendo uma relação conflituosa com quem poderia ser um parceiro. É preciso destacar, mais uma vez, que a postura do Estado não se constitui como uma benfeitoria, antes é fruto da luta empreendida pela sociedade civil, sobretudo, na década de 1980. Essa tradição de luta surge com força, como já salientamos no capítulo anterior, na década de 1960 com as organizações rurais, seja por sindicato ou liga camponesa, e mais tarde ganha uma dimensão maior com a efetiva participação civil nas mobilizações, como na retomada da democracia.

As mobilizações rurais ou de outras frentes denunciavam dentre outras demandas a estrutura fundiária em que preponderava uma forte concentração da propriedade agrária. Essa estrutura era entendida, nesse contexto, como uma das causas que implicava as difíceis condições de vida da população rural e como um dos fatores responsáveis pelos impasses ao desenvolvimento econômico. Dessa forma, o tema da reforma agrária, ganhou força nas discussões políticas como uma medida que viesse contribuir na superação desses problemas, sendo defendida por movimentos sociais, organizações sindicais e também por partidos

políticos. Já nas décadas posteriores a luta pela redemocratização, a autonomia política e a cidadania ganharam maiores enfoques, mas, ainda sim, algumas lutas continuaram pertinentes. Para Marco Aurélio Santana (2003), os anos de 1980 e a passagem para 1990 se deram num processo de luta pela democracia e rearranjo da sociedade brasileira se inserindo assim em um contexto mais amplo, nos anos oitenta, de lutas pela redemocratização, pela participação popular na constituinte.

Tomando como base as mobilizações em escala macro, Maria da Glória Gohn (2010), destaca que os movimentos sociais na década de 1990 perderam sua força principalmente após a postura de parceria adotada pelo Estado que aos poucos foi despolitizando os movimentos sociais. Em outro estudo com a mesma temática, ela diz que,

Criou-se uma nova gramática na qual a ideia de mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas de projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais (GOHN, 2005, p. 81-83).

Sobre isso é pertinente a ponderação de Elza Braga e Irllys Barreira (1991), quando elas destacam que “embora para o Estado (nos discursos oficiais) a questão da participação limite-se às atividades de gerenciamento e execução dos programas a própria experiência dos movimentos que vai se consolidando, amplia os limites de participação” (BRAGA; BARREIRA, 1991, p.131). Vemos, que apesar de Faustino Pinheiro já ter militado em movimentos como a JAC, tanto ele como seus companheiros de luta não perceberam que mais do que apoiar, o Estado buscava interferir no modo de gerir esses movimentos sociais e no jeito de se fazer as reivindicações. É possível também que simplesmente, percebendo que era preciso mudar as formas de lutar, eles se inseriram nessa nova fase dos movimentos sociais.

Analisando a realidade do CSMG, notamos que a forma de lutar pode ter sido modificada justamente por conta da “crise” do modelo de movimento social que era propagada na década de 1980 e que já não tinha os mesmos efeitos na década posterior. Com a nova postura do Estado foi preciso refazer os caminhos de luta, contudo, muitas questões continuaram pertinentes, exatamente, porque ainda não haviam sido resolvidas, pelo menos

essa era a realidade do CSMG. Tendo em vista essa visão que os fenômenos são fluídos e que os problemas sociais permeiam várias conjunturas, percebemos que a busca pelo acesso aos serviços básicos de saúde e educação continuaram sendo pautas de lutas no CSMG na década de 1990 e as famílias da comunidade foram fundamentais no processo de novas conquistas.

3.1.2. Novos sócios e o papel das famílias no processo de adesão ao CSMG.

Como discutimos na sessão anterior era preciso avançar e conquistar novos projetos para solidificar as atividades já existentes. E a busca se deu nessa perspectiva, pois não bastava ter um Posto de Saúde, a luta seguiu na tentativa de transformá-lo em Hospital para ter um atendimento efetivo, com internações e etc. Mas, não foi somente na área da saúde que o CSMG buscou atuar, a questão da moradia também foi tratada como prioridade. Diferente do que acontecia na capital cearense, na questão da construção de moradia para a população que vivia na periferia, não ocorreu conflitos referentes a terra. Na capital havia uma acentuada especulação imobiliária, já no interior do Sertão Central a questão da posse da terra não tinha tanto valor comercial. Em geral se tratava de terrenos não aráveis e não habitados e que eram doadas por pessoas da própria comunidade, sem atritos com governo e/ou outra liderança política e etc.

É nesse momento de luta pela conquista do conjunto habitacional que mais um sujeito se insere de forma definitiva no CSMG. Luiz Fernando Nogueira, filho de Francisco Eleazar Nogueira e Maria Isabel de Lima, nasceu em 21 de abril de 1971, no sítio Fazenda Nova. Fernando Nogueira aderiu aos projetos da Associação, mediado por seu pai que era sócio do CSMG desde os anos iniciais.

De princípio, de criança já o meu pai fazia parte do Centro Social de Monte Grave, ele era sócio até fez parte da Diretoria do Centro também. E eu fui acompanhando e quando cheguei a minha idade adulta e aí resolvi me associar também ao Centro e aí passei a fazer parte do grupo dos sócios do Centro Social de Monte Grave. [...] Na época, a gente acreditava muito até pela dificuldade que existia, muita dificuldade naquela época e através do Centro Social foi conquistado algumas melhorias para o povo pobre, algumas frentes de serviço. Lembro na época algumas construções de açude, que isso trazia uma pequena renda para os pais de família. Aí isso me interessou, foi o meu interesse deu chegar até o Centro e procurar me associar⁹⁷.

⁹⁷ Entrevista com Luiz Fernando Nogueira, realizada em Milhã/CE em 06 de janeiro de 2014, ex-sócio, artesão, e radialista do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

Luiz Fernando casou-se com Maria Eliene na sua juventude em meados dos anos de 1980 e foi residir no Distrito de Monte Grave e lá contou com o apoio do presidente da Associação para fixar residência no Conjunto Habitacional que acabara de ser construído. A partir daí Fernando Nogueira e sua família viveram intensamente em meio às atividades do Centro, pelo menos até o final da década de 1990. Nesse período, ele exerceu inúmeras funções na Associação, e viu ainda, os seus dois primeiros filhos nascerem no Hospital Comunitário de Monte Grave a menos de 1 km de sua casa. Sobre as atividades desempenhadas ele diz que:

Eu entrei lá como artesão de uma escola de artesanato e madeira passando um tempo, talvez uns dois anos. Aí logo depois pela minha desenvoltura surgiu um abastecimento de água que precisava ficar monitorando o motor e eu fiz parte também durante um ano, período de um ano e pouco. Aí logo depois surgiu a escola de artesanato mineral, lapidação e artesanato mineral, o qual eu fiz um curso de artesanato mineral e fiz parte de um grupo de produção na época. Aí o grupo de produção pelas dificuldades de comércio acabou a escola ficando só como escola de treinamento profissionalizante e aí eu fui fazer parte de uma rádio comunitária que surgiu na época. Fui fazer sonoplastia nessa rádio e prestar serviço lá⁹⁸.

Fernando Nogueira desempenhou várias funções na Associação, à medida que iam surgindo novos desafios e oportunidades ele mudava de atividade. Apesar de não ser da família dos dirigentes ele sempre teve apoio das lideranças, exatamente pelo trabalho que exercia se mostrando flexível para novos cargos e etc. A permanência dele, também se deve ao fato de ter sido por muito tempo um sócio leal às escolhas da Diretoria, acompanhando as decisões políticas do Presidente, não que o fato de votar contra este fosse determinante para que alguém fosse excluído do CSMG, mas certamente gerava-se um mal-estar entre o sócio/funcionário e a diretoria. Sobre essa questão do apoio político, ele diz:

Geralmente quando se aproximava as eleições o presidente geralmente chamava todos os funcionários, fazia uma reunião, conversava e comentava entre os funcionários quem seria o candidato de preferência da Associação, quem seria o candidato que a Associação achava por bem os funcionários votar e a gente também. Pode ser que alguém tenha ido contra, porque na verdade ninguém ia forçar a pessoa a votar, mas a gente pelo trabalho que exercia, pela remuneração que recebia e a gente achava viável acompanhar o Presidente e votar exatamente no partido ou no candidato que ele fazia a escolha, que ele apresentava pra gente⁹⁹.

⁹⁸ *Idem.*

⁹⁹ *Ibidem.*

Essa fala de Fernando Nogueira nos remete uma questão que é a fidelidade que os sócios funcionários tinham para com as escolhas do Presidente. Percebe-se mais uma vez que a cultura de favores era uma marca dessa Associação. Vale destacar que antes de analisar as ideologias políticas, as proposições de ação do CSMG eram feitas mediante a opção apresentada pelo Presidente. É aquilo que já destacamos em momentos anteriores, Faustino Pinheiro era um líder comunitário e em torno de si agregava, pelo menos em escala municipal, um número considerável de votantes.

Voltemos a falar da trajetória de Fernando Nogueira, ele permaneceu no Monte Grave até a escola de Artesanato mineral (conhecida também pela comunidade como escola de lapidação) fechar as portas por não poder pagar os funcionários e a rádio também ser fechada pelas mesmas condições. Foi morar na capital por alguns anos. Retornou ao município de Milhã, especificamente para a sua localidade de origem, Fazenda Nova, em meados dos anos 2000. Atualmente Fernando Nogueira exerce a função de Agente de Endemias fruto de um concurso prestado na Prefeitura Municipal de Milhã em 2006. Além disso, nas horas vagas Fernando Nogueira trabalha como pedreiro. Ele se desligou do CSMG e hoje faz parte da Associação de agricultores Maria Geralda de Lima no sítio Fazenda Nova.

Outro sócio que aderiu ao CSMG por influência da família foi Francisco Osvaldo de Lima, nascido em 03 de janeiro de 1955, filho de Francisco Cândido de Lima e Maria Geralda de Lima, residente na localidade de Fazenda Nova. Sua mãe foi uma das que apoiou firmemente a fundação da Associação, justamente pelo viés religioso que ela tinha nos anos iniciais. Geralda de Lima era dirigente do “Dia do Senhor” na comunidade de Fazenda Nova e logo influenciou sua filha Maria de Lourdes a participar das CEB’s que fora fundada no Monte Grave e nas comunidades vizinhas. Assim, Maria de Lourdes era colega no grupo de jovens de Faustino Pinheiro e Ari do Nascimento. Foi em meio a esse envolvimento da família que Osvaldo de Lima se associou ao CSMG. As motivações pelas quais ele se filiou à Associação não diferem muito dos outros. Sobre as razões da adesão ele diz:

Eram muito difíceis as coisas antes de Associação a gente não tinha acesso a quase a nada, a gente morava no sítio distante da cidade, era muito difícil as coisas. Veio facilitar depois da Associação [...] Procurava as melhorias porque a gente tinha família, a gente sempre queria o melhor pra família. Então através da Associação as coisas iam se abrindo, foi ficando mais fácil da gente ver as coisas melhor ¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Entrevista com Francisco Osvaldo de Lima, realizada em Milhã/CE em 10 de março de 2013, Sócio e Componente do Conselho de Segurança do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

Depois de alguns anos como sócio, Osvaldo de Lima passou a fazer parte de projetos do CSMG, integrando o Conselho de Cidadania, primeiro como suplente, depois como fiscal e em seguida como vice-presidente do Conselho. Ele não exerceu nenhuma função remunerada, mas contou-nos que a sua trajetória fora marcada em grande medida pelas ações desenvolvidas pelo Centro. Na década de oitenta casou-se com Maria Osená Pinheiro de Lima, do consórcio nasceram três filhos, ambos no Hospital Comunitário de Monte Grave. Ele mencionou ainda a importância que teve a Cooperativa que foi fundada como atividade gerenciada pelo CSMG. Ele falou da facilidade de ter acesso a semente e a materiais agrícolas no tempo de inverno e também de ter uma venda certa para o algodão ou legumes no tempo da colheita. Sua esposa participou também de atividades do CSMG como costureira da fábrica de roupas, atividade essa que não durou muito tempo. Atualmente ele é agropecuarista e ainda continua sócio do Centro.

Além de Fernando Nogueira e Osvaldo de Lima, Rivânia Maria Pinheiro também foi entusiasmada pelo trabalho já desenvolvido pela família na Associação. Rivânia Maria nasceu em 6 de março de 1965, filha de Antônio Revi Pinheiro e Maria Nilta Pinheiro. Ela se envolveu na Associação ainda na juventude. A razão para a adesão, segundo sua narrativa, foi o fato de seus pais já serem associados, e desde criança ela já convivía com aquela realidade.

Eu cresci já de pais, minha mãe como sócia fundadora do Centro Social de Monte Grave. E por acreditar assim nessa organização eu fui crescendo e já voluntariamente me engajando naquele movimento, nas reuniões. Aquilo foi me chamando à atenção foi me fascinando, fui acreditando e fui entrando, participando gostando e acreditando na organização ¹⁰¹.

Já na adolescência Rivânia Maria passou a frequentar o grupo de jovens e consequentemente passou a frequentar as reuniões da Associação e foi se inserindo nas lutas empreendidas pelo Centro. Na nossa conversa com Rivânia Maria ela apontou que umas das razões que faziam as pessoas aderirem ao projeto eram justamente as condições financeiras e o difícil acesso a saúde e outros serviços básicos. Assim como muitos outros, nascida de família humilde, viu no trabalho desenvolvido pelo CSMG uma possibilidade de conseguir uma melhor qualidade de vida.

¹⁰¹ Entrevista com Rivânia Maria Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 08 de março de 2013, sócia e ex-vice-presidente do CSMG. Arquivo de Antônio Natália de Lima.

No trecho citado acima, Rivânia Maria salientou que começou como voluntária no CSMG e logo depois passou a integrar a Diretoria da Associação. Assumiu o cargo de secretária, posteriormente de tesoureira, em seguida de vice-presidente e depois passou a ser diretora administrativa, cargo que ocupa atualmente.

No seu depoimento ela aponta as dificuldades no trabalho comunitário e deixa transparecer seu desapontamento com algumas questões políticas, mas ainda sim, não menciona abertamente os motivos e com quem ela se desentendeu. Essa mesma atmosfera sentimos quando entrevistamos o seu padraсто Ari do Nascimento, quando conversamos com ele estava no período eleitoral de 2012. A entrevista com Rivânia Maria se deu alguns meses depois, quando as eleições já haviam ocorrido e a nova gestão apoiada por ela já havia assumido o poder. O depoimento de Rivânia Maria embora não fale abertamente, sugere que ela teve divergências com a diretoria do CSMG, pois estes apoiaram outro candidato.

Cabe discutirmos aqui sobre o afastamento de Ari do Nascimento e do desgaste da relação de Rivânia Maria com o CSMG. Essas divergências políticas tem a ver com o que Palmeira (1996) vai definir como “tempo da política”. Segundo o autor esse “tempo” pode ser definido a partir de um corte temporal que precede as eleições, onde as relações sociais ocorrem de maneira diferente do cotidiano, e o próprio espaço familiar e comunitário são ressignificados atendendo uma determinação de facções políticas.

Nesse sentido, as condutas políticas são vistas como parte integrante de processos que envolvem as mais distintas esferas da vida social – sejam elas de faccionalismos, familiares, vida comunitária, redes sociais, estruturas de mediação, interesses individuais e etc. Ao se posicionar contrário as escolhas políticas de Faustino Pinheiro, Ari Nascimento não apenas exercia um direito que lhe é dado de votar em quem quiser como estabelecia outros vínculos sociais. É importante dizer que o nosso diálogo com Ari Nascimento foi estabelecido em setembro de 2012, período de campanha política para Prefeito da cidade. Faustino Pinheiro, líder comunitário e político apoiava o candidato do Prefeito situacionista, já Ari Nascimento apoiava o candidato da oposição.

Ponderamos baseados na leitura antes citada, que não basta conhecer as fidelidades familiares e filiações partidárias para entender o processo eleitoral. É preciso levar em conta as várias dimensões de sociabilidade regidas pelo compromisso individual, pois é através dos diversos fluxos de trocas, favores, promessas de cargos, que se operam no “tempo

da política”, mas também no processo de aderência, que ocorrem os mais variados acordos políticos. Afinal, o voto não pode ser entendido apenas como uma escolha política individual desprovida de interesses. A adesão leva em conta não apenas predicados dos candidatos ou ideologias partidárias, mas benesses que sua comunidade, família ou outro grupo específico possa ter, e no processo que configura o apoio vai comprometendo essas redes familiares e/ou comunitárias.

Essas posturas referentes à adesão podem contribuir para se entender melhor as divergências políticas entre Faustino Pinheiro, Ari Nascimento e também Rivânia Maria, mas antes servem para conclusões mais amplas que delineiam a cultura política local, que encontra lugar também na cultura política nacional, onde o voto pode ser compreendido como um tipo de fato social, que manifesta as especificidades simbólicas e sociais de um sujeito ou um grupo situado em um dado contexto. Além disso, podemos notar que há na Associação uma intrincada disputa de poder, que evidentemente são questões legítimas do processo democrático. Faustino Pinheiro se apresentava como líder comunitário e no “tempo da política” como um cabo eleitoral, e diante de sua trajetória havia se tornado uma referência na comunidade. Quando surgem na comunidade outros nomes para o cenário político, nota-se uma cisão dentro da Associação. Essa cisão pode ser temporária acontecendo apenas durante a campanha eleitoral, ou permanente dependendo dos interesses que estão em jogo. Podemos dizer que o “tempo da política” e os seus meandros geram bastantes conflitos, não só entre as facções oposicionistas, mas também daqueles que constituem uma rede de adesão como é o caso da Associação em estudo. Como salientam Nilson Almino e Caroline Silva (2010) “Há uma certa flexibilidade de compromisso típico da política de facção o que favorece cisões internas que dependem dos interesses pessoais em jogo”.

O termo facção está sendo pensado aqui na acepção de quase-grupo definida por Mayer (1987). Para o autor, refletindo o conceito de grupo, há uma interação ajustada socialmente entre seus membros, onde não necessariamente necessite de um “administrador” como referência principal e integradora. Assim o grupo almeja uma segurança com relação à unidade e continuidade. A própria chefia, quando há, nem sempre tem a garantia da vitaliciedade. Já o quase-grupo é uma organização interativa, pois está baseado em um conjunto de indivíduos em interação, estando sujeito a um indivíduo como elemento central e aglutinador. Neste tipo de formação, as atuações particulares dos que aderem à facção, só são estimadas quando direcionadas a uma pessoa central. O reconhecimento das ações com outros componentes do quase-grupo tornam-se mínimo (MAYER, 1987).

Sendo Faustino Pinheiro o sujeito que se ‘enquadra’ como sendo esse indivíduo organizador central, ele fazia os acordos políticos que poderiam trazer vantagens para a Associação e também conveniências individuais, e apresentava sua proposta em Assembleia Geral. Porém, é preciso dizer que Faustino Pinheiro pode ser entendido como esse organizador central em escala local, pois essa organização se estende por âmbitos mais amplos, essa rede é sustentada por outros sujeitos que também se enquadram como organizadores centrais, como é o caso de Tasso Jereissati. O governo de Tasso Jereissati articulava seus projetos e ações sociais em uma perspectiva que tornava os movimentos sociais dependentes de sua gestão. Isso aconteceu não só com o CSMG, mas com outras instituições que dependiam de verbas estaduais para manterem os seus projetos. Nisso essas facções, sejam locais ou mais amplas, eram fortalecidas por meio dessas relações de dependência.

Algumas ações delineiam Faustino Pinheiro como sendo esse organizador central em escala local, como, por exemplo, o processo de escolha partidária do CSMG. Segundo os depoimentos a questão de preferência política nunca foi colocada arbitrariamente, ou seja, Faustino Pinheiro não exigia ninguém a votar em partido A ou B, mas por outro lado se mostrava muito arguto para fazer valer o seu desejo. Vejamos o que os depoentes falam quando perguntamos se havia exigência por parte da Diretoria do CSMG nas escolhas políticas dos funcionários e dos sócios:

Valmir Isidoro: Você faz parte de um projeto, você ver que as coisas estão dando certo e que há por parte das lideranças uma escolha política, seria no mínimo desagradável se eu optasse por algo diferente. Então é uma questão de coerência, não é questão de imposição. Eu acredito que alguém que talvez não tivesse se sentindo bem, e pudesse até jogar essa tese: ah porque o Faustino me impôs, ou a Direção do Centro Social me impôs que a gente votasse em A, B, e C ou D. E volto a dizer a comunidade sempre acompanhava as escolhas políticas da Direção do Centro Social de Monte Grave, haja vista, por conta de tudo estar dando certo como estava. Porque aqueles que eram votados por aquela comunidade buscavam beneficiar a comunidade. Então não seria justo que a gente votasse em outra pessoa. Então impor não, mas eu acredito que houve sempre, essa, essa boa vontade, eu diria até por parte da comunidade ¹⁰².

Cícero Neto: Não. Na verdade, exigência não havia. Para quem conheceu Faustino, ele era muito direto assim nas coisas, então é bem verdade que quando ele escolhia um candidato, ou quando inclusive ele levava um candidato lá, **ele tentava fazer a sua vontade prevalecer**, é natural em qualquer liderança. Mas a maior prova de que não tinha uma exigência assim é que, eu acho que nunca ninguém foi expulso da Associação por votar contra. Então eu acho, eu não vejo por esse lado não, é bem verdade que ele

¹⁰² Entrevista com Valmir Isidoro da Cunha, realizada em Milhã/CE em 18 de setembro de 2013, ex-diretor do Hospital e financeiro do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

tentava mostrar que se nós, se toda a comunidade votasse num determinado candidato teríamos vantagem. E durante um certo tempo, é assim até curioso que teve a eleição, a 1ª eleição do Lula, se não me engano era Lula e Collor, Monte Grave se destacou porque era 10 para 1, então isso foi assim bem, repercutiu muito positivamente para o Monte Grave, que passava a ideia de uma comunidade mais coesa, mais unida, mas não que fosse uma exigência: ah para ser sócio, tem que votar nesse tal, isso não existiu, pelo menos que eu tenha presenciado nunca existiu (grifos nossos) ¹⁰³.

Os demais depoentes não fugiram a essa perspectiva de que por um lado Faustino Pinheiro não exigia voto de ninguém, mas por outro, e de maneira perspicaz, deixava bastante claro o desejo de que os sócios e os funcionários do CSMG votassem em um determinado partido, pois o apoio irrestrito poderia beneficiar a Associação. E de fato isso aconteceu em muitos momentos, porque a comunidade era vista como uma organização bastante coesa. No nosso entender, apresentar essa coesão política a grupos partidários era mostrar a força articuladora que o líder tinha perante sua comunidade.

Sobre o conceito de cultura política, citado anteriormente, nos baseamos no estudo de Rodrigo Motta (2009). Ele ressalta, que se tudo tem ganhado uma reflexão a partir das múltiplas facetas da cultura, a política também não se curvou de tal possibilidade, daí o surgimento de uma abordagem culturalista dos fenômenos políticos. Ele entende cultura política como sendo um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p.21). Ao dialogarmos com esse conceito, buscamos apreender as experiências de sujeitos históricos e políticos, colocando em movimento as suas práticas nas instituições, na vida familiar, vendo a política como aspecto indissociável das práticas culturais e sociais (HUNT, 2007).

3.1.3. CSMG: lugar de formação, capacitação e espaço de atuação profissional.

Em alguns anos o CSMG se tornou um polo agregador e um espaço de oportunidades de trabalho, para além da lavoura. Ademais possibilitou a criação de laços de solidariedade, estratégias de sobrevivência, bem como o estreitamento dos vínculos comunitários. Partindo desse pressuposto, cabe destacar aqui as trajetórias de Gedileuza

¹⁰³ Entrevista com Cícero Pinheiro Neto, realizada em Milhã/CE em 12 de fevereiro de 2014, gerente da Cooperativa do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

Pinheiro, Valmir Isidoro e Cícero Neto, ambos aderiram ao projeto ou efetivamente começaram a participar dele com o convite do presidente do CSMG Faustino Pinheiro. A trajetória desses interlocutores, além de se diferenciar pelo modo como começaram a participar dos projetos, também já possuíam experiências diferentes, pelo menos no âmbito da educação. Gedileuza Pinheiro apesar de ter saído bem jovem do Estado cearense, indo morar em São Paulo, logo que voltou começou o curso de Pedagogia. Já Valmir Isidoro e Cícero Neto saíram muito cedo de suas cidades para fazerem cursos técnicos, o primeiro na área de contábeis e o segundo em técnico agrícola. Apesar dessa prática não ser muito comum na realidade local, eles já experimentavam outro contexto, e tinham acesso a serviços que os outros depoentes não tiveram e se integraram ao CSMG quando este já estava se solidificando.

Francisca Gedileuza Pinheiro, nascida em 06 de outubro de 1969, filiação Francisco Gildo Pinheiro e Maria Leide de Lima, embora fosse filha de sócios, só começou a participar do CSMG ativamente, após ser convidada para fazer um curso de auxiliar de enfermagem para então compor o quadro de funcionários do Hospital Comunitário de Monte Grave. Embora tendo se formado em Pedagogia ela não exerceu a profissão.

Eu sou do Monte Grave mesmo, meus pais sempre moraram no Monte Grave, fiz Pedagogia, nunca tinha me passado pela minha cabeça de fazer Enfermagem. [...] Então assim que eu terminei o curso de pedagogia não me interessei na área, não consegui trabalho, então já teve o curso de Auxiliar de Enfermagem aqui e eu já comecei a fazer e, antes de terminar já tive convite para trabalhar lá no Monte Grave ¹⁰⁴.

O curso de auxiliar de enfermagem que a narradora cita, na verdade foi uma promoção da Administração do Hospital Comunitário. Quando indagamos ao ex-diretor do Hospital Valmir Isidoro, a respeito do agenciamento de cursos de formação profissional, seja por recursos próprios ou com parceria de outras instituições ele diz que, “Sim, nós tivemos [...] dado à exigência do Ministério da Saúde, a gente teve que patrocinar o curso de auxiliar de enfermagem” ¹⁰⁵. A própria direção já apontou quem ia fazer o curso com a intenção de essas pessoas trabalharem no Hospital de Monte Grave. Assim como Gedileuza Pinheiro, outras mulheres foram convidadas a fazer o curso já com essa garantia de ter um emprego.

¹⁰⁴ Entrevista com Gedileuza Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 19 de setembro de 2013, ex-auxiliar de enfermagem do Hospital do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹⁰⁵ Entrevista com Valmir Isidoro da Cunha, realizada em Milhã/CE em 18 de setembro de 2013, ex-diretor do Hospital e financeiro do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

Essa oportunidade de trabalho oferecida pelo CSMG, no entender da narradora, veio modificar a sua vida, não só pelo emprego em si, mas pela descoberta da profissão. No trecho já citado da entrevista ela diz que embora Pedagoga, não se interessou pela área, em outro momento ela diz que se encontrou na profissão atuando como técnica de enfermagem. Quando perguntamos sobre a importância do trabalho no Hospital ela disse, “foi lá que eu descobri do que eu gostava. Fiz pedagogia, mas uma área que eu não gosto, entendeu? Podia ser professora, mas não gosto. Então assim, lá abriu portas para que eu descobrisse o que eu gostava de fazer” ¹⁰⁶. Depois que o hospital fechou, Gedileuza Pinheiro assumiu ainda o cargo de Coordenadora Pedagógica por um breve período, mas voltou a atuar na área da saúde, como Diretora do Hospital Municipal de Milhã de 2008 a 2010, mas por não ser concursada foi dispensada após as eleições de 2012.

Outra narrativa que nos faz pensar sobre a relação de formação profissional, capacitação e possibilidade de atuação na Associação é a de Valmir Isidoro da Cunha, nascido em 10 de agosto de 1970, filho de José Fernandes da Cunha e Maria Isidoro da Cunha. Dentre os depoentes Valmir Isidoro é único cuja família não é do Monte Grave ou comunidade vizinha. No entanto, a realidade econômica não difere muito dos que moravam no Monte Grave e circunvizinhança. “Eu sou filho natural de Piquet Carneiro, vim morar em Milhã nos anos 80 (oitenta), e como filho de agricultor a gente faz parte de uma família bastante humilde” ¹⁰⁷. Apesar de fazer parte de uma família com poucos recursos Valmir Isidoro, como já dissemos antes, saiu de casa visando uma formação diferenciada. Mas como ele mesmo ressaltou em seu depoimento, apesar dele fazer parte de outra conjuntura, a saída do interior para outros lugares era perpassada de muitas dificuldades.

Eu fiz Escola Agrícola no final da década de 80 (oitenta), estudei em Lavras, lá fiz o curso de Técnico em Contabilidade e no ano de 1990 fui morar em Fortaleza e de lá foi aí que eu comecei a prestar vestibular... Não tive muito êxito na área de trabalho, porque naquela época a gente saía de um regime ditatorial e fazia com que o Brasil não tivesse ainda uma fase de crescimento e a gente saía do interior pra buscar um emprego na Capital era muito difícil. Eu tive que retornar ao interior em consequência disso, interrompendo assim a sequência de estudo que eu fazia naquela época ¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Entrevista com Gedileuza Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 19 de setembro de 2013, ex-auxiliar de enfermagem do Hospital do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹⁰⁷ Entrevista com Valmir Isidoro da Cunha, realizada em Milhã/CE em 18 de setembro de 2013, ex-diretor do Hospital e financeiro do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹⁰⁸ *Idem*.

Quando Valmir Isidoro saiu para estudar em Lavras da Mangabeira/CE, sua família não residia mais em Piquet Carneiro/CE, eles já haviam se mudado para a cidade de Milhã/CE. Depois de Lavras, ele foi morar em Fortaleza, como disse em seu depoimento, assim, quando ele voltou da Capital cearense para o interior juntou-se a sua família em Milhã. E foi aí que surgiu o convite para trabalhar no CSMG, na verdade ele voltou justamente por conta do convite. Diferente dos demais, Valmir Isidoro não saiu para estudar já com um emprego garantido, mas este foi fruto de sua experiência estudantil, foi por ter estudado fora que angariou um emprego, coisa que ele não conseguiu na capital, certamente por conta da concorrência e etc. Sobre isso ele relata que,

No ano de 1992 fui convidado a trabalhar na Associação Centro Social de Monte Grave. [...] Quando eu ainda morava em Fortaleza, uma das pessoas que muito me ajudou, eu diria financeiramente e também moralmente, foi então o Presidente da Associação Centro Social de Monte Grave, o saudoso Chico Faustino. Ele me convidou no ano de 1992, e eu vim no mês de junho 1992, eu comecei a trabalhar no mês de junho de 1992 e permaneci até 2002¹⁰⁹.

Assim como Gedileuza Pinheiro, Valmir Isidoro destacou a importância desses dez anos de trabalho prestados ao CSMG para o seu crescimento profissional e também pessoal. Como ele disse em um trecho da entrevista já citada, não conseguiu entrar em uma graduação e nem conseguiu trabalho apenas com o curso técnico. Contudo, a Associação não era nenhuma empresa, nem podia e nem exigia muito estudo de seus funcionários, até porque o quadro de servidores era formado quase somente por pessoas que no máximo tinham cursado a primeira etapa do ensino fundamental, Valmir Isidoro, nesse sentido, já apresentava um diferencial. Sobre essa situação ele ressalta o seguinte,

Foi a minha primeira oportunidade de trabalho e graças a meu bom Deus eu só tenho muito a agradecer ao Faustino, e também a essa oportunidade que me foi dada, porque foi uma experiência bastante valiosa. Foi um crescimento pessoal, foi um crescimento em termos de profissão muito vantajoso pra minha pessoa¹¹⁰.

Valmir Isidoro foi convidado para atuar na parte administrativa, e na contabilidade do Centro Social de Monte Grave. Todos os projetos que a Associação recebia,

¹⁰⁹ *Ibidem.*

¹¹⁰ *Id. Ibidem.*

ele era responsável por contabilizar. Por conta da sua experiência adquirida no curso técnico, e por não se tratar de tantos recursos, ele teve tempo para acumular a função de diretor do Hospital Comunitário. Valmir Isidoro ficou no Monte Grave até o ano de 2002, quando definitivamente o Hospital foi fechado. Depois de sair do Monte Grave, ele montou um escritório de contabilidade que mantém ainda hoje. O trabalho no CSMG lhe possibilitou ter uma experiência prática como contador, apesar de ter saído “sem potencial financeiro”, como disse em seu depoimento, assim mesmo ele saiu e montou o seu próprio negócio. Atualmente Valmir Isidoro continua administrando o seu escritório, depois de ter atuado como professor na escola Estadual de Milhã, E.E.F.M. Euclides Pinheiro de Andrade e cursa o 3º ano de Direito na Faculdade Católica Rainha do Sertão em Quixadá/CE.

Assim como Valmir Isidoro, Cícero Pinheiro Neto, nascido em 03 de setembro de 1967, filho de José Osvaldo Pinheiro e Maria Alzira Pinheiro, também teve no CSMG a sua primeira oportunidade de trabalho. Mas antes de falarmos da experiência dele no CSMG, é preciso dizer que ele, diferente de Valmir Isidoro, embora tendo nascido na cidade de Senador Pompeu, na verdade é filho de Milhãenses, sua família sempre residiu na localidade de Monte Grave. “Sempre morei lá no Monte Grave. Saí só para estudar fora. Estudei uns cinco anos em Senador, depois mais dois anos em Pacatuba e um em Mombaça, depois retornei para o Monte Grave e lá fiquei trabalhando durante 11 anos” ¹¹¹. A trajetória de Cícero Neto parece muito com a de Valmir Isidoro, ambos saíram de suas cidades para estudar, para ter um diferencial, já que em Milhã não havia escolas de Ensino Médio nem tão pouco de Ensino Técnico. Foi essa particularidade no acesso a Educação que os fizeram ocupar cargos melhores no CSMG, Valmir Isidoro como Diretor do Hospital e Contador da Associação e Cícero Neto como Técnico Agrícola e gerente da Cooperativa de Agricultores de Monte Grave.

Foi também a partir do convite de Faustino Pinheiro que Cícero Neto começou a sua relação com a Associação de Monte Grave e teve também a sua primeira oportunidade de trabalho. Sobre isso ele diz,

Logo que eu saí do Colégio Agrícola, quando eu terminei o curso de Técnico agrícola, terminei em oitenta e cinco, em oitenta e seis eu já comecei a trabalhar lá no Centro Social de Monte Grave. [...] O Presidente do Centro Social na época Francisco Faustino, ele me convidou antes mesmo que eu terminasse o curso. Ele já havia conversado comigo me fazendo um convite

¹¹¹ Entrevista com Cícero Pinheiro Neto, realizada em Milhã/CE em 12 de fevereiro de 2014, gerente da Cooperativa do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima

assim informalmente, mas já... ele tinha um sonho, inclusive esse sonho já havia sendo posto em prática, e pelo menos deixou transparecer que gostaria que eu colaborasse e assim eu fiz. No começo quase que voluntariamente, depois... Mas mesmo no começo ele já, de alguma forma, me gratificava e assim ficou durante algum tempo, depois nós conseguimos projetos já direcionados para o pagamento da Assistência Técnica mesmo ¹¹².

Como ele ressaltou em seu depoimento, ele ficou durante 11 anos prestando serviço para o CSMG, mas ao contrário dos demais, a saída dele foi bastante polêmica, ele não saiu quando os projetos foram desarticulados, mas por divergências com o Presidente da Associação. Para entendermos com mais lucidez esse processo de afastamento de Cícero Neto do CSMG é preciso mais uma vez discutimos sobre o “tempo da política”. Já falamos que é no período eleitoral que alguns acordos são feitos, contudo, é importante dizer que a aderência a determinadas filiações e consequentemente as ações durante a campanha não terminam com o resultado das eleições, há bastante repercussão dessas escolhas tão logo comece a nova gestão. Nesse sentido, é elucidativa a contenda entre Faustino Pinheiro e Cícero Neto pós-eleições municipais de 1996. É preciso antes destacar que nas eleições presidenciais de 1994, Faustino Pinheiro apoiou a bancada psdebista tanto em nível nacional, como estadual, pois estabelecia uma relação de parceria com o então governador do Ceará Ciro Gomes. Mantendo os laços com o Estado resolveu apoiar nas eleições municipais o candidato do PSDB, Manuel Gecimar Pinheiro, em oposição ao PMDB que já governava há duas décadas, sendo que desses vinte anos, oito em Milhã e mais doze em Solonópole, quando Milhã ainda era Distrito.

Acreditando que manteria uma boa parceria com os gestores municipais como mantinha com o Estado o CSMG, arregimentado em torno da escolha de Faustino Pinheiro, apoiou o candidato do PSDB que saiu vitorioso. Iniciava aí o declínio dos projetos empreendidos pelo Centro. Mas seria a política local a única razão para a decadência?

Após as eleições de 1996 começou a se estabelecer uma cisão dentro do grupo, as opiniões divergentes começaram a desencadear uma série de atritos que contribuíram para a decadência da Associação nos anos posteriores. Assim como Faustino Pinheiro e a maioria dos sócios, Cícero Neto também apoiou Manuel Gecimar nas eleições de 1996. As discussões em torno dessa adesão política só começaram em meados de 1997, quando M. Gecimar já

¹¹² *Idem.*

tendo assumido o cargo de Prefeito, lança um concurso municipal. Vendo esse momento como uma oportunidade de ter um emprego fixo, muitos sócios fizeram o concurso, dentre eles Cícero Neto que foi aprovado no certame. Nesse momento, a direção do Centro já travava um conflito com o Prefeito Municipal que se negava manter o repasse de verbas que vinha para a Associação via Prefeitura Municipal, adiante falaremos mais sobre isso (ver capítulo seguinte). A aprovação de Cícero Neto no concurso foi o estopim para eclodir uma forte disputa judicial entre o mesmo e o CSMG. O então prefeito de Milhã de maneira arguta soube usar esse momento para acirrar o seu desentendimento com a Associação. Sobre o concurso vejamos o que Cícero Neto diz:

[...] a Prefeitura de Milhã fez um concurso, eu até numa reunião da Diretoria e com mais alguns sócios, eu sugeri que nós que trabalhávamos lá, todos fizéssemos o concurso até porque se a gente fosse concursado, a gente ia ter o nosso salário garantido, e talvez conseguisse com o Prefeito continuar trabalhando lá, isso inclusive foi rejeitado pelo Presidente e mais alguns da Direção. Eu contrariando a orientação deles fiz o concurso, felizmente passei [...] ¹¹³.

Quando dizemos que a aprovação de Cícero Neto no concurso foi o estopim para a disputa calorosa entre ele e Faustino Pinheiro, não queremos dizer que isso foi a única causa, retomamos aqui aquela assertiva de que a política de facção favorece cisões internas que dependem dos interesses particulares em jogo. Segundo Cícero Neto, já havia algum tempo que ele vinha despertando certo desconforto dentro da Associação justamente por se posicionar contrário as decisões do presidente. Ele diz que, “eu acho também que uma coisa que motivou muito a minha saída foi o fato de eu tá questionando muito ultimamente” ¹¹⁴. Assim não foi só o fato de Cícero Neto ter feito o concurso, indo contra a vontade de Faustino Pinheiro, que contribuiu para que o presidente o demitisse do CSMG.

É preciso considerar que aos poucos Cícero Neto era entendido também como um certo tipo de ameaça, pois mesmo que não pretendesse isso, como disse no seu depoimento, ele se apresentava como uma possível liderança, e mais do que isso, poderia ser um articulador de ideias oposicionistas. E isso certamente era notado pelo presidente. Sobre a demissão Cícero Neto diz, “eu não acho que ele julgasse que eu não era mais útil, não sei. Mas eu acho que ele deve ter julgado naquele momento que, naquelas condições eu podia

¹¹³ *Ibidem.*

¹¹⁴ *Id. Ibidem.*

talvez com isso influenciar outros a também sair”¹¹⁵. Vemos claramente que essa postura de Cícero Neto de questionar as decisões do presidente, era vista pela direção do Centro como uma ameaça a vitaliciedade do presidente e também da suposta harmonia da Associação. Sobre a sua decisão de fazer o concurso ele diz que já havia notado que a situação financeira do Centro era frágil e que era preciso adotar novas posturas, mas a Direção do Centro continuava adotando as mesmas medidas que já não funcionavam mais. Vejamos o seu relato sobre essa questão do afastamento e da decisão de fazer o concurso,

Era um conjunto de coisas [...] a situação lá estava ficando meio insustentável, meus pais muito pobres, tinham investido tudo o que podiam para que eu fizesse o 2º grau que naquele tempo era o máximo que eu podia chegar. Então tinha que ter um ganha pão, eu não podia me dar ao luxo de ficar naquela angústia, será que vai ter salário no próximo ano, será que vai ter salário no próximo mês? Então fiz o concurso felizmente fiquei em primeiro lugar então fui logo chamado e isso fez com que a situação política naquele momento já havia um certo desconforto, um certo confronto entre o Faustino e o Prefeito e isso ele tinha assumido em janeiro, isso já era mais ou menos setembro, agosto/setembro¹¹⁶.

A saída de Cícero Neto implicou um racha político que afetou consideravelmente as atividades do CSMG. Isso porque o prefeito de Milhã resolveu apoiar veementemente Cícero Neto, acirrando o que era uma divergência pessoal em uma forte disputa política. O que era para ser um desentendimento particular entre Faustino Pinheiro e Cícero Neto ganhou repercussão maior. A demissão de Cícero Neto fez com que não só a Associação, mas as próprias lideranças políticas do município se dividissem em dois grupos, aqueles que apoiavam a decisão de Faustino Pinheiro e aqueles se solidarizavam com o Cícero Neto. Sobre isso Cícero Neto relata,

Eu não sei para ele, mas pra mim foi uma das fases mais difíceis da minha vida, porque eu nasci e cresci lá no Monte Grave, fiz um círculo de amizade muito grande, então de repente eu me deparei com a situação em que as pessoas eram obrigadas ou ficar do meu lado ou ficar contra mim. E eu tenho até umas gravações em que as pessoas eram incitadas a se posicionar contra mim e quem não fizesse isso de certa forma era, digamos assim, mal vista pela Direção do Centro, pelo menos... Eu não vou dizer pela Direção, mas pelo menos pelo Faustino. Algumas pessoas chegaram a me dizer que foram, digamos assim, até questionadas por ele, porque tomaram posição ao meu favor, com isso a situação foi muito complicada por quê... Você sabe

¹¹⁵ *Id. Ibidem.*

¹¹⁶ *Id. Ibidem.*

perfeitamente que existem aquelas pessoas que se encarregam de tentar atizar o fogo, fazer com que, jogar mais lenha na fogueira e tal ¹¹⁷.

Tendo sido transformada em processo judicial foram sendo gestadas no cotidiano local muitas especulações apontando um ou outro como culpado e isso era alimentado nas relações sejam dentro da Associação ou fora dela. Para tornar a situação mais aguda o Prefeito de Milhã evidenciou de forma mais ácida as suas divergências pessoais e políticas com Faustino Pinheiro e consequentemente com a Associação.

É possível deduzir, a partir das narrativas tanto de Faustino como do próprio Cícero Neto, que o Prefeito não apoiou esse último, simplesmente porque o mesmo era funcionário da Prefeitura, mas porque viu nessa situação uma oportunidade de desarticular uma comunidade que se apresentava como sólida e organizada, e que era uma ameaça para as suas pretensões políticas. Por outro lado, o presidente Faustino Pinheiro usou a situação para apontar Cícero Neto como àquele que tinha traído o Centro, puxando para o seu lado os sócios que queriam defender a Associação. A repercussão foi tamanha que mereceu uma matéria no periódico cearense *Diário do Nordeste* no primeiro de maio de 1999, vejamos o que diz a nota:

A comunidade de Monte Grave, localizada no município de Milhã, faz um apelo ao Governo do Estado no sentido de não deixar a polícia enfrentar aquela comunidade para fazer a penhora de um veículo pertencente ao Centro Social de Monte Grave. É que a justiça do trabalho determinou a penhora de um a camioneta silverado ano 1997 pertencente ao Centro. A medida judicial visa saldar uma dívida trabalhista a favor de Cícero Pinheiro Neto, membro da comunidade que se dedicou dez anos ao Centro Social ¹¹⁸.

É nítido na matéria acima que houve de fato um embate político em torno dessa situação que perpassou os muros da Associação, e, sobretudo, é possível perceber que posicionamentos políticos particulares afetaram o CSMG. A comunidade certamente não tinha um pensamento hegemônico, mas a matéria nos leva a crer que havia uma decisão compartilhada em defender a Associação, e foi essa a intenção de seu presidente de fazer valer a sua opinião como a correta e transformar essa decisão como sendo uma decisão da própria Associação.

¹¹⁷ *Id. Ibidem.*

¹¹⁸ *Diário do Nordeste*, 1º de maio de 1999. Título da matéria “Comunidade de Monte Grave teme confronto com a polícia”. Fonte: diariodonordeste.globo.com/1999/05/01/010029.htm. Acessado em 16 de agosto de 2012.

Não queremos atestar que o posicionamento de Faustino Pinheiro tenha sido errado, mas claramente é possível perceber que suas opiniões particulares influenciaram para o desgaste entre o CSMG e o poder executivo de Milhã. A postura radical de demitir Cícero Neto aconteceu concomitante a falência das atividades do Centro. Contudo é importante dizer que não foi o caso da demissão em si que acarretou o declínio dos projetos, mas as implicações dessa situação contribuíram para esse declínio.

Não podemos deixar de considerar a ameaça que a comunidade de Monte Grave - diante de uma organização que, para além das divergências, se apresentava coesa - representava para as lideranças políticas do município. Monte Grave possuía atividades que até mesmo na sede do município não existia, isso certamente fazia os gestores municipais temerem o crescimento do Centro. Ainda na matéria do Diário do Nordeste do dia 1º de maio de 1999 podemos ler:

INDEPENDÊNCIA: A comunidade Monte Grave está localizada a 340 quilômetros de Fortaleza. Tornou-se distrito há seis anos, sendo bastante organizada. Sem contar com nenhum apoio oficial, possui até hospital, dispondo hoje de cerca de 2.100 habitantes. Possui vários equipamentos a serviço da comunidade, com o apiário, laboratório de lapidação de pedras semi-preciosas e indústria de processamento de caju, além de creche, centro de convivência do idoso e conselho de segurança¹¹⁹.

Além disso, destacamos anteriormente que a presença de Rocicleide Pinheiro na câmara municipal gestou alguns desafios. Ela afirmou que muitas vezes foi oferecido a ela propina para que ela assinasse determinados projetos, mas que em nenhum momento ela aceitou. Dos dezesseis anos que ela ficou na política, oito foram durante a gestão de Gecimar Pinheiro que se tornou o maior oponente da Associação. O fato de Rocicleide Pinheiro ser contrária às diversas ações de tal administrador, certamente implicou para que este visse o CSMG como uma ameaça política.

Sobre o processo judicial entre o CSMG e Cícero Neto é preciso dizer que o CSMG foi judicialmente obrigado a reconhecer e pagar uma dívida trabalhista a Cícero Neto. Os últimos ajustes da petição requerida por Cícero Neto, ainda na década de 1990, foram resolvidos no ano de 2013 após o falecimento de Faustino Pinheiro. O caso já havia sido encerrado, mas o CSMG ainda devia um remanescente da quantia indicada pela justiça. Na época o CSMG se desfez de um automóvel para pagar a dívida, mas ainda permaneceu um

¹¹⁹ *Idem.*

restante. Logo após o falecimento de Faustino Pinheiro os seus familiares procuraram Cícero Neto e resolveram as pendências.

Diante destas problemáticas, narradas pelos sócios de forma plural, é possível interpretar que os desacordos políticos custaram caro ao CSMG que viu seus projetos serem pouco a pouco desarticulados por essa e por outras razões. O primeiro setor a ser fechado foi o Hospital que antes de ser o grande orgulho do Centro Social, era a garantia do acesso à saúde com maior facilidade. As pessoas estavam acostumadas a terem um médico diariamente, a terem seus filhos ali mesmo, sem precisar se deslocar para mais longe, enfim grandes eram as facilidades que os sócios e a região como um todo tinham com a existência do Hospital Comunitário. Mas as discórdias políticas não se restringiram ao fechamento do Hospital, os outros setores foram também atingidos, sobre isso detalharemos no capítulo seguinte.

Com todas as limitações, conflitos que se arrolam a um movimento social, as experiências vividas tendo como pano de fundo o CSMG, são significativas porque mostram como dados sujeitos constroem e vivem o seu tempo, burlando normas, refazendo passos, levantando bandeiras, discutindo ideias, construindo valores, desconstruindo certezas e etc. Cada um viveu à sua maneira e tem uma história peculiar para dizer. Não são histórias iguais, que misturam essas pessoas. Cada um aderiu ao movimento com intenções particulares e a ela agregava outros valores, outras ideias, e assim o CSMG foi se moldando apresentando formas novas, à medida que novos sujeitos entrelaçavam as suas vivências à Associação.

Partindo desse pressuposto, no tópico seguinte abordaremos sobre o cotidiano das tarefas executadas na Associação pelos interlocutores da pesquisa. Cada um deles contribuiu de maneira diferente nas atividades, seja como idealizador, empregado ou simplesmente parceiro.

3.2 O COTIDIANO NO CSMG: UMA LEITURA DAS EXPERIÊNCIAS DOS NARRADORES.

Os narradores da pesquisa trilharam caminhos, por vezes, parecidos, por vezes, bem distintos, até se envolverem nas ações desenvolvidas pelo CSMG. As experiências de obter um trabalho, de participar socialmente de um projeto, de ser atendido no hospital perto de casa e etc., foram realizadas no curso de um processo de conquistas, de buscas e de perdas

da Associação. Todas essas condições, que eram novas, representavam uma alteração nos padrões sociais da comunidade. Enquanto personificação desse processo, os moradores, sócios ou não, estavam experimentando uma melhoria nas condições de vida através dos projetos do CSMG que mobilizavam suas vidas. Com as mudanças, no âmbito social, surgem também novos padrões de conduta, valores, normas, enfim, há uma reconfiguração nos modos de viver da comunidade.

Nesse contexto de mudanças cada um foi impregnando o seu modo de ser e agir, misturando com os novos saberes adquiridos nas vivências sociais. As experiências não são imutáveis, elas se mesclam e se refazem a cada novo saber adquirido. Alguns sócios saíram de suas localidades e amadureceram os ideais sociais, através do contato com outras pessoas e projetos sociais, outros saíram para aprimorar os estudos com cursos técnicos, outros, porém, aprenderam na prática a necessidade de lutar em comunidade por direitos básicos de sobrevivência, juntos construíram um modo de viver peculiar que encontrou ressonância nos projetos do CSMG. “Um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo [...]” (GINZBURG, 1987, p. 13) À medida que essas pessoas se relacionavam e se reuniam, naquilo que Carlo Ginzburg (1987) chama de circularidade cultural, um e outro colaboravam para modificações na forma de pensar e ver o mundo. Segundo as narrativas isso possibilitou um amadurecimento reivindicativo da comunidade. Sobre isso Rivânia Maria avalia que,

Hoje se eu fosse fazer uma reflexão, assim, em termos, vamos dizer hoje o que mais o projeto fez? Eu acho que foi a visão do associativismo, o crescimento das pessoas, a autoestima sabe? Porque você anda em muitas regiões e você fica vendo que... E assim me dá certeza que, de uma certa forma, implantou na mente das pessoas que eu posso e que eu vou conseguir e que mudou aquela situação de pobreza e de miséria de muitos. Não foram só as políticas Lula, porque as políticas do Lula começaram de uns 10 anos pra cá, mas foi a política da organização do meio, os projetos existiam e as pessoas foram acreditando que podem que conseguem fazer. Então hoje eu digo que a visão do povo dessa região ela é diferenciada, mas eu não quero, ‘arrente’ nem diz isso assim, mas você percebe quando você passa, quando você convive e você vê tem um diferencial. Até assim nas reuniões, o comportamento sabe, de refletir, de perguntar e do silêncio. Tem assim umas coisas que você nota que a participação ela é muito importante na vida da pessoa¹²⁰.

¹²⁰ Entrevista com Rivânia Maria Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 08 de março de 2013, sócia e ex-vice-presidente do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

Para Cícero Neto, uma das maiores virtudes da Associação foi ter despertado o senso de luta e de busca de direitos. Ele aponta que a comunidade adquiriu essa vontade na prática, vivenciando os projetos do CSMG,

Monte Grave sobressai-se e muito na questão das pessoas de terem mais vontade de aprender, irem buscar seus sonhos. Então aquilo que eu citei, essa empolgação que Faustino passava esse sonho que às vezes parecia impossível e a gente ir e correr atrás. Então eu acho que isso continua até hoje, inclusive em jovens. Porque o que se vê de jovens lá estudando fora, morando longe, muito longe, mas buscando realizar seus sonhos. Então eu acho que isso foi um dos maiores... Eu acho que é fruto daquela semente que ele semeou. Então esses conhecimentos, aquele trabalho que foi feito rendeu frutos, não só na questão agrícola, mas eu acho que também em todos os aspectos, fez as pessoas buscarem mais os seus direitos também. Porque é bem verdade que muitas dessas confusões que haviam (políticas), eram exatamente porque eram cobranças que eram feitas também, exigindo os seus direitos. Então eu acho que esse deve ter sido assim, se não o maior, mas um dos grandes frutos daquele trabalho que começou muito antes de mim¹²¹.

Percebemos através dessas narrativas que a influência provocada na experiência social perpassa a existência dos próprios projetos, perdurando atualmente na convivência diária da comunidade. Essa maturidade foi, portanto, adquirida por diversos sujeitos a partir de suas ações no cotidiano.

Esses sujeitos sociais são pessoas que se fazem histórica e culturalmente. Compartilhando experiências de trabalho, estabelecendo modos de viver e de se organizar, reinventando o cotidiano a partir de projetos sociais que beneficiam a coletividade, mas que modificam também trajetórias individuais, na promoção de um emprego ou simplesmente no aprimoramento de saberes. Valoriza-se o papel ativo destes múltiplos sujeitos que “vivem suas experiências integralmente com ideias, necessidades, aspirações, emoções, sentimentos, razão, desejos como sujeitos sociais que improvisam, forjam saídas.” (KHOURY, 1995, p.80).

Nosso trabalho traz, portanto, recordações de pessoas que estiveram ligadas com os eventos nos quais relatam, a partir disso, é preciso destacar que a memória é seletiva, esses sujeitos sociais recordam aquilo que foi mais marcante. Assim, muitas situações podem ter sido omitidas ou valorizadas, visto que o silêncio permite ao narrador se proteger de situações

¹²¹ Entrevista com Cícero Pinheiro Neto, realizada em Milhã/CE em 12 de fevereiro de 2014, gerente da Cooperativa do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

inconvenientes diante de suas recordações. Além disso, é preciso estar atento ao fato de que “as histórias de vida e os relatos pessoais dependem do tempo, pelo simples fato de sofrerem acréscimos e subtrações em cada dia da vida do narrador (PORTELLI 2004, p, 298).” Logo, as vivências que serão destacadas e a reflexão destas, fazem parte de um diálogo, que foi mediado por interesses díspares e poderes relativizados, entre o narrador e o entrevistador, mas que levou em conta essa particularidade do tempo presente, que se impõe como ponto inicial da narrativa. Dessa forma, os relatos são subsidiados pelas experiências atuais, eles “[...] acompanham o tempo, crescem com o tempo e se decompõem com o tempo.” (PORTELLI 2004, p. 296).

[...] O ato de narrar se faz no tempo e com o tempo, e que preserva o narrador contra o tempo, nosso interesse é trabalhar a narrativa oral no movimento da história; como uma prática social, ela tem sua própria historicidade, o narrador constrói sua identidade, fazendo uso dos elementos de sua cultura e historicidade e recorrendo a um passado significado e ressignificado no presente, ao tempo em que expressa tendências no processo vivido. (KHOURY, 2004, p.128).

E é esse tempo vivido que nos interessa aqui, para percebermos como os sujeitos foram se (re)fazendo no cotidiano. Procuramos construir um trabalho que seja a expressão de relações sociais vividas em convivência e em confrontação na dinâmica social. Os aspectos sociais do ser humano não podem ser separados dos outros aspectos do seu existir (HOBBSAWM, 1971). Mais do que compreender ou se ater ao grupo como ele existe, ao grupo real, procura-se perceber as relações sociais em que eles estão inseridos (HOBBSAWM, 2000). Nesse sentido, “as fontes orais permitem acessar a historicidade de experiências pessoais e redesenhar a geografia da relação entre estas e acontecimentos históricos e públicos” (SALES, 2006, p. 139).

Entendemos que as práticas cotidianas do movimento social, ainda que, com certas limitações, são meios potencializadores de novas formas de se fazer política, de participação social, de construção do processo democrático e de transformação social (RAPHAEL SAMUEL, 1997). Partindo de tais pressupostos, versaremos sobre o cotidiano do Centro Social de Monte Grave vivenciado por diferentes sujeitos a partir de suas experiências de trabalho.

Francisco Faustino Pinheiro exerceu a função de Presidente da Associação desde a fundação até o seu falecimento. Ele coordenou todas as atividades, justamente por ser o

Presidente. A ele competia representar a Associação legalmente, como consta no Estatuto do CSMG em seu Artigo. 20º.¹²² Exercendo esse ofício de buscar novos projetos, Faustino Pinheiro, destaca o papel fundamental da comunidade para o fortalecimento da Associação. Perguntamos sobre o papel dos associados na trajetória da Associação e ele nos diz:

[...] uma coisa muito importante que nós sempre fizemos, era uma ideia já inicial no sentido de todo projeto encaminhado, no sentido de buscar mudanças de vida real das pessoas, nenhum projeto desses, a gente montava ou encaminhava o projeto sem ouvir a própria Associação. Exatamente por isso é que, desde a fundação da Associação até hoje se mantém a reunião costumeira todo mês. É exatamente naquela reunião costumeira, sobretudo, naquele princípio, que a gente tocava adiante os projetos e tinha a adesão das famílias, partia junto e daí encaminhando a quem de direito, por exemplo, algumas entidades do exterior, através da Diocese de Dom Mauro e tinha sempre o apoio permanente porque era uma coisa séria¹²³.

O depoimento de Faustino Pinheiro além de revelar detalhes na formação da Associação, também aponta o tipo de relação que o CSMG foi estabelecendo com as famílias e com a Igreja na convivência diária. Como percebemos no trecho acima, as reuniões costumeiras se tornaram espaço para as discussões de ideias e para o repasse de informes aos sócios. No entanto, sobre as reuniões um dos depoentes destaca que esses momentos eram mais propositivos e informativos do que reflexivo, outros, porém, ressaltam que os sócios podiam opinar livremente. Vejamos as distintas narrativas sobre essa questão:

Cícero Neto: As reuniões do Centro Social aconteciam, era um número grande, eu não me recordo agora, mas acho que eram em torno de sessenta, setenta pessoas que normalmente frequentavam, sempre, se eu não me engano, ao segundo sábado de cada mês. E essa é uma das coisas que eu inclusive sempre questionei, embora poucas vezes tenha questionado assim com a Diretoria, **mas eu achava que o ambiente era muito mais assim informativo do que para discutir.** Então, essa foi uma das coisas assim, e eu inclusive também assumo essa culpa, embora questionando algumas vezes com a Direção, mas eu confesso que também tive responsabilidade nisso, até porque talvez se eu tivesse questionado mais, num sei se tinha mudado a realidade, mas fiz esses questionamentos algumas vezes, porque eu sempre achei que devia ter mais participação dos sócios. Os sócios eram muito mais, eles só recebiam as informações do que participavam das discussões. Embora tivessem alguns momentos, bem mais raros, em que eles

¹²² Capítulo IV, Art. 20º do Estatuto do Centro Social de Monte Grave: “Compete ao Diretor/Presidente: I – Representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente”.

¹²³ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

pudessem... A própria reunião se alguém se achasse que devia contradizer aquilo podia fazer [...] (Grifos nossos) ¹²⁴.

Luís Fernando: Na verdade havia as conversas nas reuniões, o Presidente geralmente ele falava de algum projeto que tinha sido encaminhado, geralmente quando ele encaminhava o projeto, e ele conversava com os sócios, e às vezes acontecia de alguém dar uma ideia, ou de alguém falar alguma coisa, às vezes havia, [...] ¹²⁵.

Francisco Osvaldo: Sempre nas reuniões eles sempre comentavam os projetos que arrumavam em que eram empregados os projetos, eles sempre passavam várias vezes, eu não vou dizer que eles passavam em toda reunião porque também eu nunca fui a todas as reuniões, mas as que eu acompanhei, ele passava, dizia o que foi gasto o que tava sendo gasto ¹²⁶.

Apesar dos depoentes, em sua maioria, dizerem que podiam dar suas opiniões, o que podemos compreender a partir desses fragmentos é que preponderava nas reuniões os momentos informativos. Contudo, é preciso dizer, que não nos parece que isso era uma imposição da Diretoria com uma vontade intencional de silenciar os sócios, porque até mesmo quem aponta esse caráter mais informativo das reuniões, diz também que os sócios podiam opinar. Assim, entendemos que os informes se destacavam justamente porque era aproveitado esse momento para deixar os sócios inteirados com o que acontecia nos bastidores da Associação, pelo menos foi essa visão que de destacou nas narrativas.

Mesmo com opiniões compartilhadas os depoimentos mostram como ocorria essa relação entre sócios e Diretoria. Outra relação destacada nas narrativas é o contato sempre ativo entre a Igreja e à Associação. Como salientamos anteriormente foi a partir de ações como as das CEB's e "Dia do Senhor" que o Centro Social de Monte Grave fortaleceu as suas proposições iniciais e essa afinidade não se restringiu apenas a esse momento, mas permanece até os dias atuais.

Sobre esse contato sempre próximo entre o CSMG e a Igreja é importante destacarmos as reflexões dos narradores da pesquisa. Ao mencionarmos as conquistas do CSMG, perguntamos a Senhora Rivânia Maria, o que contribui para o sucesso de alguns projetos. Ela avalia que,

¹²⁴ Entrevista com Cícero Pinheiro Neto, realizada em Milhã/CE em 12 de fevereiro de 2014, gerente da Cooperativa do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹²⁵ Entrevista com Luiz Fernando Nogueira, realizada em Milhã/CE em 06 de janeiro de 2014, ex-sócio, artesão, e radialista do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹²⁶ Entrevista com Francisco Osvaldo de Lima, realizada em Milhã/CE em 10 de março de 2013, Sócio e Componente do Conselho de Segurança do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

Eu sinto assim uma felicidade muito grande, por que assim, quem participa dessa luta nada vem de graça sabe, tudo custa muito, muita luta, muita perseverança, muita boa vontade e muita fé. Eu acho que se deu certo, sabe, foi porque nasceu de um trabalho de fé, de Igreja [...] ¹²⁷.

A Igreja foi apontada no depoimento de Rivânia Maria como grande aliada, especificamente no âmbito espiritual, onde a fé serviu para o fortalecimento dos projetos. Ainda sobre a contribuição da Igreja Rocicleide Pinheiro diz que ela foi importante também como ponte para obtenção de recursos:

Inclusive a gente conseguiu algum projeto com países do exterior, Alemanha, Holanda, nós tivemos apoios desses países e sempre o Bispo Diocesano, ele intermediava mandando uma cartinha dizendo realmente da existência da Associação e dizendo do funcionamento. A Igreja ajudou muito, muito nessa parte ¹²⁸.

Falando sobre fatores externos que cooperaram na trajetória do CSMG, Faustino Pinheiro ressalta, assim como Rocicleide Pinheiro e Rivânia Maria, a boa relação com a Igreja. Ele diz que,

Outro fator importante que nós nunca esquecemos e desde o princípio da fundação da Associação foi assim o carro chefe a nossa ligação com a Igreja, com os movimentos sociais da Igreja e aí a gente nunca perdeu esse entrosamento permanente entre a comunidade e a Paróquia, e a Diocese. Então isso tudo facilitou, e eu até admito que a comunidade funcionou bem e tem a sua história descente, sobretudo, devido esse entrosamento especialmente com a Igreja, com essa ideia do apoio, do dividir, de facilitar a vida das pessoas ¹²⁹.

Esse bom entrosamento entre Associação e Igreja continua atualmente. Os projetos foram entrando em declínio e muitos prédios da Associação foram sendo fechados, sem nenhum proveito. Foi aí que esse bom relacionamento subsidiou no processo de doação da Casa de Treinamento e Repouso feito pelo CSMG à Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Milhã, para que servisse de apoio a jovens viciados ¹³⁰. Quando mencionava essa doação,

¹²⁷ Entrevista com Rivânia Maria Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 08 de março de 2013, sócia e ex-vice-presidente do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹²⁸ Entrevista com Francisca Rocicleide Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 04 de janeiro de 2014, Sócia fundadora, coordenadora da Creche Comunitária e da Casa do Idoso. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹²⁹ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹³⁰ Sobre o processo de doação detalhamos no Capítulo I dessa pesquisa.

Rivânia Maria salientava que essa atitude do CSMG era uma contrapartida para a Igreja que durante muito tempo tinha ajudado a Associação.

Estamos dando a ela, o que ela deu já tanto ao Monte Grave. Com certeza, e que lá vai realizar o sonho, talvez o que muitos outros projetos não puderam desenvolver, quem sabe. As coisas não é na hora da gente é na hora de Deus, quem sabe se ali não vai ser o ponto... Eu digo assim que o social, o que a gente sempre teve o objetivo de trazer uma vida melhor, o objetivo era aquele, nós não merecemos passar por esse sofrimento por esses problemas, sempre a gente pensava assim, vamos resolver. Então lá vai resolver o problema de inúmeras famílias. [...] Eu digo muito, aquele centro ali, ele vai realizar o objetivo do associativismo social do trabalho do Centro Social de Monte Grave ¹³¹.

Destacamos essa ligação entre Associação e Comunidade e depois com a Igreja, porque notamos nas narrativas que essas relações foram basilares no fazer cotidiano do CSMG. Foram elas que deram condição para que a Associação conseguisse desenvolver suas atividades em diversas áreas. As atuações de alguns interlocutores foram também destacadas em suas falas, as suas experiências de trabalho são importantes para compreendermos o dia a dia na comunidade de Monte Grave.

Perguntada sobre em que atividade mais se envolveu, Rocicleide Pinheiro exalta a sua participação dizendo que se envolveu em todos os projetos. “Na verdade eu me envolvi um pouco em todas (risos)” ¹³², no correspondente a coordenação. Mas ressalta que sua participação efetiva se deu em dois setores, na Casa do Idoso - Dona Dindinha - e no Hospital Comunitário. A partir do seu relato podemos compreender como os projetos foram sendo construídos e refeitos em seu cotidiano. Ao falar da trajetória de si, frente aos projetos, ela nos permite entender a dinâmica do movimento, os passos dados pela Associação para conseguir novos projetos e novos recursos para ampliar as atividades já existentes.

Além disso, ao falar de suas vidas os interlocutores informam e expressam suas reflexões sobre distintos universos sociais e culturais (RAPHAEL SAMUEL, 1997). Revelam ainda as redes de socialização e os mecanismos de luta, deixando evidente a relação da Associação com a política local e também estadual. O jeito de fazer e pensar política no início do CSMG é evidentemente diferente de anos posteriores, quando o Centro já tinha atividades

¹³¹ Entrevista com Rivânia Maria Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 08 de março de 2013, sócia e ex-vice-presidente do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹³² Entrevista com Francisca Rocicleide Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 04 de janeiro de 2014, Sócia fundadora, coordenadora da Creche Comunitária e da Casa do Idoso. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

implantadas e buscava uma maneira de mantê-las em curso, mas essas mudanças não são apenas locais, antes fazem parte de uma prática de mobilização social mais ampla.

Na década de 1970 quando a Associação dava seus primeiros passos, o vigor da luta, influenciada pelas CEB's e também pela experiência de Faustino Pinheiro na JAC, era de reivindicação de direitos básicos e melhorias sociais, posteriormente essa luta se centrava mais na manutenção do CSMG do que na reclamação desses direitos, pelo menos em nível de Estado. Como já salientamos no tópico anterior, a relação com o Estado não foi tão conflituosa como a relação do Centro com os gestores municipais.

Quanto às vivências de Rocicleide Pinheiro nos trabalhos da Associação ressaltamos que além do Hospital e da Casa do Idoso ela desempenhou outra função concomitante, como Coordenadora das Creches. Sobre isso ela diz que,

Nós tínhamos também a creche comunitária, e atendíamos não só aqui no Monte Grave, aqui a gente tinha a estrutura física, mas a gente atendia a outros grupos de crianças em outras localidades como a Fazenda Nova, o Novo Destino, na Palestina, na Santa Paz. A gente formava grupos de 20 crianças de creche, pré-escolar e dava assistência também a esses grupos de criança da mesma forma que a gente dava assistência as daqui do Monte Grave que tinha a estrutura física. Nessas outras localidades a gente conseguiu local para funcionar e cada grupinho desse, tinha uma professora, uma merendeira que atendia, que acompanhava essas crianças. Então eu fazia mais ou menos essa coordenação das creches ¹³³.

A partir da narrativa de Rocicleide Pinheiro, notamos que os projetos não tinham apenas um lócus, apesar da maioria das atividades terem como Sede a localidade de Monte Grave, algumas foram implantadas em outras comunidades, como foi o caso da creche. Além disso, percebemos que a Direção do CSMG estabelecia vínculos com outros líderes comunitários, para conseguir um local de funcionamento da creche, e em contrapartida oferecia pelo menos duas oportunidades de trabalho, para uma professora e uma merendeira.

Sobre o seu trabalho desenvolvido na Casa do Idoso - Dona Dindinha - Rocicleide Pinheiro, destaca que foi um dos mais marcantes, “esse trabalho com o idoso, inicialmente foi assim difícil, porque o idoso se tornava muito dependente, ele achava que não tinha mais, não valia mais nada, a sugestão dele não representava nada e foi um trabalho inicialmente muito

¹³³ *Idem.*

difícil, mas depois foi muito gratificante”¹³⁴. Ressalta, que o CSMG ganhou “repercussão em todo o Estado do Ceará” e o trabalho com os idosos foi uma das atividades de maior destaque. Em seu depoimento, ela apresenta a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e depois que a LBA foi extinta, o Ministério da Ação Social como principais parceiros financeiros. No caso da LBA, além do repasse de verbas o CSMG contava periodicamente com reuniões de planejamento didático que acontecia na capital cearense. Ela lembra ainda que,

No idoso tinha encontros toda sexta feira, era o dia todo, tinha o lanche, tinha a oração, tinha palestras, brincadeiras, danças. Nas festas comemorativas, a gente fazia as festinhas deles. E foi muito bom sabe. Era assim... foi tão, foi tão gratificante trabalhar com o idoso, que inicialmente quando a gente organizava uma festinha para eles, eles diziam assim: “do jeito que vocês fizerem tá bom”. Mas ultimamente eles diziam assim, quando era qualquer data: “vamos fazer uma festinha!?”. Eles mesmo que chamava para a gente fazer a festinha, eles que davam sugestão. Cada um se empenhava¹³⁵.

A narrativa de Rocicleide Pinheiro é permeada de emoção, e ao se referir ao seu trabalho na Casa Dona Dindinha, ela apresenta um mosaico de experiências que foram sendo experimentadas nos encontros com os idosos,

Eu me lembro até de uma coisa muito engraçada, tinha uma... E vinha idoso de várias localidades, de Areias que é município de Senador Pompeu, mas já fica muito próximo, tinha vários idosos de lá. Nós contamos uma época com quase 100 idosos, a gente tava trabalhando com quase 100 idosos, porque vinha de várias localidades. E tinha uma Senhora, uma idosa que ela era muito sincera e nunca ria com nada, sabe. E um dia teve um movimento deles, era até uma quermesse e ela tava lá calada, quando a gente colocou para ela ajudar na quermesse também, ela era assim, mas ela também se empenhou muito, ela ficava mais isolada, mas com esse momento ela participava, mas era isolada não queria conversa com ninguém, não queria nada, sabe. Mas a gente fez com que ela participasse, e um dia teve lá uma brincadeira e nesse dia, ela nunca ria pra ninguém sabe, e nesse dia ela riu. E que até os idosos ficaram assim: “ah, hoje até Dona Maria riu”. Quer dizer era uma coisa que a gente sentia que fazia bem a eles tá entendendo. Então eu me envolvi, e na verdade foi muito gratificante esse tempo que a gente passou trabalhando lá¹³⁶.

Interessante notar, a partir dessa narrativa, a dinâmica na Casa Dona Dindinha. As festas e comemorações constantemente faziam parte dos encontros dos idosos, ou “dia do idoso”, como era conhecido na comunidade. A história de Dona Maria parece bastante comum ou sem importância, contudo, expressa a dimensão imaterial dos projetos do CSMG.

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ *Id. Ibidem*.

¹³⁶ *Id. Ibidem*.

A integração social, a troca de experiências fez de projetos como a Casa do Idoso um marco especial na vida dos senhores e das senhoras daquela localidade. O encontro com seus pares permitia o engajamento social, reforçava a ideia de pertencimento e elevava o valor humano de cada um deles, além de contribuir para o estreitamento de laços afetivos. O aspecto lúdico e divertido foi frequentemente lembrado na narrativa, principalmente quando se mencionava as festas da casa do idoso e festas do padroeiro. Ao destacar esses momentos apresenta-se um sentimento de coesão da coletividade. Isso também está relacionado com o sentimento de pertencimento a uma comunidade que presenciou um melhoramento da região por meio das atividades do CSMG e que possibilitou a inserção de sujeitos, valorizando o papel ativo dos idosos na convivência social.

Além dos vínculos afetuosos, a comunidade pôde experimentar novas técnicas nos afazeres cotidianos. Foi essa a nossa impressão ao estabelecer um diálogo com a narrativa de Cícero Neto. Sobre as atividades desempenhadas no Centro ele diz o seguinte, “Eu comecei como Técnico Agrícola, [...] dando orientações aos agricultores na parte técnica mesmo, tentando passar algumas técnicas que viessem a melhorar a qualidade de vida, fazendo com que as pessoas produzissem mais [...]”¹³⁷. A partir dessas orientações técnicas, Cícero Neto orientou a implantação de “hortaliças, hortas comunitárias, hortas individuais, apicultura [...]”. Sobre essa última atividade ele diz que, “A criação de abelhas foi uma das coisas que surtiu mais efeito, até hoje eu acho que existe um grupo lá que cria abelhas”¹³⁸. Perguntamos, então, como era feita essa assistência ao homem do campo e também qual era a frequência desse acompanhamento, Cícero salienta que,

Era feita também um acompanhamento, era dado cursos de arração de bovinos, de hortaliças, de apicultura, de gerenciamento também, porque muitas vezes, infelizmente isso até hoje ainda acontece, muitos proprietários não administram bem a sua própria terra, enfim, vários cursos dentro daquilo que a gente achava que era propício para a região para que as pessoas pudessem aprender. Então a nossa intenção era exatamente essa, dar cursos e mostrar na prática, a gente sempre teve essa preocupação, tentar mostrar na prática como era, como fazia, até porque pro agricultor era mais fácil ele aprender a fazer fazendo ou pelo menos vendo alguém fazer [...]”¹³⁹.

Como mencionamos anteriormente, além de atuar como Técnico Agrícola Cícero Neto, também gerenciou uma Cooperativa, que foi fundada pelo CSMG. É importante

¹³⁷ Entrevista com Cícero Pinheiro Neto, realizada em Milhã/CE em 12 de fevereiro de 2014, gerente da Cooperativa do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹³⁸ *Idem*.

¹³⁹ *Ibidem*.

menção esse trabalho desenvolvido pela Cooperativa, porque os agricultores tinham um lugar certo para vender o algodão e os legumes colhidos durante a safra. Antes desses projetos, eles precisavam sair de suas localidades para vender na cidade ou vendiam para terceiros, o que implicava uma desvalorização dos produtos. Segundo o depoente, a Cooperativa foi criada justamente para dar suporte aos agricultores na comercialização do algodão, isso porque,

Os produtores de algodão eram sempre vítimas de atravessadores que exploravam muito e faziam com que o produtor na verdade ganhasse muito pouco. Então a nossa intenção foi essa na questão do algodão e outras culturas, mas principalmente o algodão, [...], mas infelizmente coincidiu justamente com o período em que o algodão entrou em declínio ¹⁴⁰.

Segundo Cícero Neto, a Cooperativa rendeu ao Centro Social de Monte Grave um aumento no número de associados, porque garantia ao agricultor uma comercialização segura dos legumes e, sobretudo, do algodão.

Nos primeiros anos a gente teve assim um aumento bem significativo de sócios porque só para você ter uma ideia a gente comprava o algodão, começava a adiantar o dinheiro do algodão em outubro, quando era março que ia se prestar conta, muitas vezes o agricultor chegava a receber duas vezes o que tinha recebido inicialmente. E isso resumindo, se ele tivesse vendido para um atravessador ele tinha recebido simplesmente uma parte, ou seja, uma terça parte do que deveria mesmo receber. Então isso fez com que o número aumentasse, mas infelizmente com o declínio da cultura do algodão a cooperativa também começou a ter dificuldades ¹⁴¹.

O apoio ao homem do campo não se restringiu a comercialização dos produtos agrícolas, a Cooperativa possuía um pequeno mercado de venda de material de trabalho, como enxadas, cultivadores, sementes e etc. Sobre o pequeno comércio Cícero Neto, salienta que o CSMG já desenvolvia esse trabalho, mas com a fundação da Cooperativa ele pôde ser ampliado, “infelizmente não foi muito longe porque a própria experiência de cooperativismo que se tinha no município não ajudou e a cultura do algodão que era o que alavancava mesmo, tava em ruína, já entrava em declínio no Ceará inteiro não só dessa na nossa região” ¹⁴². Vale destacar que, após o declínio na produção de algodão a cooperativa também entrou em decadência e foi legalmente destituída. Os associados decidiram vender o prédio e os materiais da instituição. O dinheiro da venda e parte dos materiais foi dividido com os mesmos.

¹⁴⁰ *Id. Ibidem.*

¹⁴¹ *Id. Ibidem.*

¹⁴² *Id. Ibidem.*

Para além da Cooperativa e do trabalho na área do campo, existia outras atividades bastante presente no dia-a-dia da região de Monte Grave. Apesar de não ser uma ação que modificou as práticas sociais da região a Rádio Comunitária foi uma das atividades mais expressivas do CSMG, justamente pelo enraizamento da cultura nordestina e por dinamizar os dias das donas de casa das comunidades locais. Além disso, muitos jovens tiveram na “Rádio FM do Povo” as suas primeiras oportunidades de trabalho. Era através dos programas veiculados na sintonia 103,5 MHz, que a comunidade se inteirava das notícias locais e das novidades do CSMG (como reuniões, promoção de cursos etc.). Foi nesse cenário que Fernando Nogueira desenvolveu o trabalho de sonoplasta. Na sua narrativa ele fala um pouco, como era o cotidiano na Rádio FM do Povo,

Eu comecei como sonoplasta, que na época, nada era computadorizado era feito manualmente e logo depois eu passei e cheguei até o ponto de fazer um programa na rádio. Então assim, esse momento que a gente vivia com as pessoas, de receber cartinha de um, de um mandar um recadinho, um bilhetinho pra gente pedindo uma música, pedindo um alô, pedindo uma coisa. Então assim, isso é uma coisa que eu sinto muita falta hoje ¹⁴³.

Sobre o Programa, ele diz que, “começava com o *Clube da Viola* às 5 horas da manhã, cantoria e repente, a poesia nordestina e logo depois vinha o *Bom Dia Sertão*, que tocava o sertanejo, um forrozim pé de serra até as 7horas da manhã” ¹⁴⁴. Fernando Nogueira em sua narrativa afirmou que havia no seu programa uma valorização dos artistas locais, sobretudo, no que se refere aos repentistas. “No decorrer da semana eram gravações de CD, e nos finais de semana a gente pegava os poetas locais, e a “cantoria” era feita ao vivo, com os poetas daqui”. Além dos cantadores de viola, como eram conhecidos na região, outros músicos podia mostrar o seu trabalho na Rádio FM do Povo, “algum sanfoneiro, algum músico, um violonista que quisesse tocar, a gente sempre abriu esse espaço para que eles se apresentassem” ¹⁴⁵.

Apesar de não ser recorrente houve na experiência de trabalho de Fernando Nogueira, na Rádio Comunitária, a presença de pessoas de fora. Na sua fala ele se expressou de maneira muito orgulhosa de entrevistas feitas com Deputados e outros. “Teve momentos pra nós significativos, foi o período em que a gente recebeu deputados. Vieram deputados na rádio, para dar entrevistas. Teve visita, na época era uma coisa muito distante da gente, de

¹⁴³ Entrevista com Luiz Fernando Nogueira, realizada em Milhã/CE em 06 de janeiro de 2014, ex-sócio, artesão, e radialista do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹⁴⁴ *Idem*.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

empresário de banda que vinha pra trazer um CD pra gente...”¹⁴⁶. Isso marcou a sua trajetória de trabalho na rádio, porque “foi uma, era uma coisa, muito diferente na época para a gente muito”¹⁴⁷.

As experiências de trabalho de Fernando Nogueira no CSMG foram bastante dinâmicas, ele, assim como outros narradores, não exerceu somente uma atividade, mas acabou fazendo um pouco de muitas coisas. Além de sonoplasta Fernando Nogueira também trabalhou como artesão na escola de artesanato mineral (Escola de Lapidação). Na escola de artesanato eram oferecidos cursos de graça para os jovens locais. Sobre a origem da matéria prima ele diz que,

Essa matéria prima vinha de fora, só que saía um custo muito alto para alunos que tavam aprendendo, que tavam começando, com isso havia um desperdício de material. Depois foi encontrado aqui próximo, em Berilândia um minério que oferecia o cristal e também a ametista e aí a gente usava essas pedras como matéria prima de trabalho de produção¹⁴⁸.

A escola de artesanato mineral possuía duas vertentes, uma de produção de peças para serem comercializadas e outra de formação de grupos de produção. Os primeiros grupos de produção foram formados com o auxílio de profissionais de fora, que vieram instruir um pequeno grupo no intuito de produzir peças vendáveis. Em sua narrativa, Fernando Nogueira salienta que infelizmente as dificuldades de comércio foram grandes e que a escola acabou se tornando apenas um centro de treinamento artesanal. Ele ressalta ainda, que havia uma harmonia no grupo de trabalho o que tornava os afazeres mais prazerosos.

Aqui uma ponderação importante, na narrativa de Cícero Neto, ele avalia que algumas atividades foram dispendiosas demais e não geravam nenhum lucro para o CSMG, isso contribuiu para que os projetos fossem sendo minados justamente por falta de autogerenciamento e por falta de recursos. Podemos certamente incluir nesse rol a Escola de artesanato mineral. Em seu depoimento Fernando Nogueira, ao falar das dificuldades que encontravam para vender as peças produzidas, deixa claro que a Escola de Lapidação não foi uma atividade rentável.

[...] os primeiros trabalhos que a gente fez a produção era pra ser levado para fora [...], só que existia um padrão rigoroso, e essas peças teriam que passar por esse padrão. Aí foi quando surgiu até um curso, até eu fui convidado pra fazer esse curso fora, um curso mais profissionalizante pra que a gente chegasse a esse padrão, só que aí infelizmente não foi possível pela questão

¹⁴⁶ *Id. Ibidem.*

¹⁴⁷ *Id. Ibidem.*

¹⁴⁸ *Id. Ibidem.*

do custo da época. Eu teria que ir para uma fábrica que já fabricava e tinha um custo para eu passar um período lá de dois meses, três meses pra me aperfeiçoar nisso e aí devido a esse custo não foi possível a gente concluir o curso ¹⁴⁹.

No entanto, a escola de artesanato mineral teve um papel importante na formação de jovens aprendizes. Muitos adolescentes da região fizeram o curso profissionalizante e passaram a ter no seu currículo uma formação básica de artesanato mineral, o que pode ter contribuído na inserção no mercado de trabalho.

As dificuldades financeiras parecem mesmo ter sido o que mais dificultou o trabalho do CSMG. Contudo, apesar de não garantir boas remunerações, as atividades propiciavam alguns rendimentos. Seja na escassa venda de peças da escola de artesanato ou no patrocínio de comerciantes, Fernando Nogueira tinha no final do mês o seu salário.

No caso a lapidação era de acordo com o que era vendido na produção e era dividido com as pessoas exatamente com o grupo que produzia. É no caso da rádio também havia uns patrocínios, alguém que dava uma força para rádio, que a rádio não era comercial a rádio era comunitária, mas existiam alguns voluntários que oferecia alguma ajuda para a rádio, e também era dividido entre os funcionários, um valor X para cada funcionário ¹⁵⁰.

Como podemos perceber tudo era muito modesto, inclusive os salários. Certamente o que os funcionários ganhavam não representava o que eles faziam na prática, mas para uma realidade em que havia somente o arado como fonte de renda, essas novas oportunidades de trabalho contribuíam para o sustento de algumas famílias. Segundo Faustino Pinheiro, “quando o projeto funcionava em toda plenitude, nós tínhamos 63 pessoas aqui da região do Monte Grave e da vizinhança que tinha emprego já garantido, seja no hospital, seja na creche, seja na rádio comunitária enfim, nas diversas atividades, tinham emprego na comunidade” ¹⁵¹. Isso sem dúvidas foi um diferencial na vida de muitas famílias, que passaram a ter uma renda mensal. Contudo, em alguns momentos as dificuldades financeiras cresceram a ponto dos salários atrasarem por alguns meses, essa pelo menos foi a realidade do Hospital Comunitário.

¹⁴⁹ *Id. Ibidem.*

¹⁵⁰ *Id. Ibidem.*

¹⁵¹ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

Em alguns momentos a direção do Hospital precisou optar entre comprar os materiais para o atendimento dos pacientes ou pagar os seus funcionários. Ao conversarmos com Gedileuza Pinheiro ela falou um pouco dessa situação que afligia não só a diretoria, mas também funcionários.

As dificuldades era a espera de material, é a espera de recursos, mas a gente nunca... nunca faltou nada ao paciente porque a gente deixava o nosso salário para receber depois, aconteceu várias vezes. Atrasava vinte dias, atrasava um mês, a gente recebia, mas preferia deixar em dias a medicação, tudo o que o hospital precisava, pra atrasar o nosso salário ¹⁵².

Segundo a depoente, era feita uma reunião interna com os funcionários, e a decisão era tomada por todos. Ela relata que quando o Hospital já estava quase falindo eles ficaram alguns meses consecutivos sem receber, mas continuaram o trabalho voluntariamente, porque esperavam que os recursos voltassem a chegar, mas os entraves políticos não solidificaram essa certeza. Em sua narrativa Valmir Isidoro ressalta quais os recursos que viabilizavam os serviços hospitalares e também relata as dificuldades que todos enfrentavam com o trabalho comunitário, enfatizando que o maior golpe era sentido quando as finanças comprometiam o atendimento do Hospital,

Olha naquela época a gente tinha basicamente as AIH¹⁵³. A AIH que era a autorização de internação hospitalar. E esse era o recurso que era destinado a unidade hospitalar. Se bem que nós também tínhamos outra vantagem, que era um profissional médico, o Dr. Vicente, que ele era cedido pelo Estado e que dava plantão lá, sem que a gente tivesse obviamente de desembolsar para poder pagar esse plantão. Ao não ser os plantões extras que ele fazia que a gente tinha que retirar desses recursos, que era as AIH.

.....

[...] O hospital foi um dos que foi mais afetado. Por quê? Porque o hospital era referência da comunidade, então o hospital perdeu recursos. Perdeu recursos perdeu qualidade no atendimento. Então nós não tínhamos como repor essa qualidade no atendimento sem que a gente tivesse bem financeiramente ¹⁵⁴.

Entretanto o cotidiano no Hospital não se restringia aos problemas financeiros. Como em todos os outros setores, no Hospital foi criada uma rede de sociabilidade muito

¹⁵² Entrevista com Gedileuza Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 19 de setembro de 2013, ex-auxiliar de enfermagem do Hospital do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹⁵³ Autorização de Internação Hospitalar.

¹⁵⁴ Entrevista com Valmir Isidoro da Cunha, realizada em Milhã/CE em 18 de setembro de 2013, ex-diretor do Hospital e financeiro do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

intensa. Segundo a narrativa de Gedileuza Pinheiro isso se justifica porque eles atendiam pessoas do seu convívio familiar, todos eram conhecidos e até mesmo os que vinham de fora estabeleceram laços com a comunidade. Por se tratar de uma região pequena, todos se conheciam e isso facilitava o atendimento. Essas constatações são reflexos do diálogo com a narradora já citada. Ao falar de suas experiências no trabalho como auxiliar de enfermagem, ela revela como era o cotidiano no Hospital Comunitário de Monte Grave. Sobre o seu dia-a-dia ela conta que, “[...] sempre preferi no período da noite, sempre adorei trabalhar a noite, então assim, eu ficava sempre trabalhando uma noite sim e outra não” ¹⁵⁵. No que diz respeito às relações entre funcionários ela lembra que era, “muito bom, porque não tinha gente de outra cidade, gente de fora. Era o pessoal do município de Milhã, do Distrito, quase todo mundo era do Monte Grave mesmo ou dos sítios vizinhos, então assim era tudo família” ¹⁵⁶. Ela relata ainda que qualquer problema era minimizado quando viam pacientes se recuperando,

Era tudo de bom você ver uma pessoa chegar doente com uma dor, você medicar e 10 ou 20 minutos, 1h depois você ir ao mesmo leito e você saber que a pessoa tá melhor. A pessoa te agradece e você não fez nada, você fez o seu trabalho, a pessoa diz: “já não to sentindo mais nada, já estou bem”. Agradece a você, isso é muito gratificante, muito ¹⁵⁷.

Para além do que já foi exposto, Gedileuza Pinheiro salienta como ocorria o atendimento aos pacientes. Em geral o médico atendia na parte da tarde, mas o hospital não tinha a presença do médico 24 horas, segundo ela “não tinha médico 24 horas, o médico saía para atender em outra cidade, uma emergência, ocorrência, a gente ligava, ele rapidinho voltava, vinha atender. Mas o hospital funcionava 24 horas, e a gente estava lá 24 horas” ¹⁵⁸. Apesar da presença diária do médico boa parte do tempo o Hospital era dirigido por uma Técnica de enfermagem e pelas auxiliares de enfermagem e também pela parteira. Os pacientes internados ficavam sob o cuidado das profissionais citadas.

A gente aprendeu a medicar os doentes. Nunca se pôde, como até hoje, passar medicação injetável, mas qualquer outro... A gente segurava o paciente com alguma coisa, ligava para o médico, o médico fazia... Então assim a gente tinha mais liberdade, hoje não se pode dar um paracetamol a um paciente, mas há 20 anos atrás ou mais de 20, isso se podia fazer, entendeu? ¹⁵⁹.

¹⁵⁵ Entrevista com Gedileuza Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 19 de setembro de 2013, ex-auxiliar de enfermagem do Hospital do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹⁵⁶ *Idem.*

¹⁵⁷ *Ibidem.*

¹⁵⁸ *Id. Ibidem.*

¹⁵⁹ *Id. Ibidem.*

Apesar das limitações profissionais, o Hospital Comunitário (HC) tinha uma boa estrutura, com 20 leitos para internamento, sala de atendimento médico, sala de ultrassom, consultório odontológico, farmácia, saguão de emergência dentre outros espaços. Nesse contexto, o Hospital de Monte Grave possuía um espaço mais formidável que o próprio Hospital da sede. Sobre isso Rocicleide Pinheiro lembra que,

O pessoal da Sede do município de Milhã procurava os serviços aqui, que funcionou com tudo, 24h por dia, com médicos até nos finais de semana, e tinha todo um atendimento, atendimento ambulatorial, atendimento odontológico. Inclusive nós tínhamos um serviço de ultrassom que nem na sede do município não tinha. [...] tinha laboratório de análise. Todos os pedidos do mês, solicitações de exames do mês que vinha... O bioquímico vinha duas vezes por mês, para realizar esses exames aqui mesmo no Hospital porque nós tínhamos o laboratório. O atendimento a mulher (ginecologista). A gente se empenhou mesmo, porque na verdade era uma das prioridades aqui da localidade e que beneficiou eu já disse, não só a essa região, mas a muitas outras regiões, até de outros municípios ¹⁶⁰.

Ao ressaltar as inúmeras áreas de atuação do hospital Rocicleide Pinheiro tem uma preocupação nítida em preservar uma versão positiva do trabalho do CSMG. Aliás, essa preocupação parece mesmo estar subjacente na narrativa de todos os interlocutores. Até mesmo os que tiveram algum desentendimento mostram-se defensores desse projeto, como é o caso de Cícero Neto, Ari do Nascimento e também Rivânia Maria. As diferenças entre estes e membros da diretoria estavam mais ligadas com a maneira de gestão do que propriamente com os projetos do CSMG. É unânime nos depoimentos, o orgulho de pertencimento ao grupo CSMG, sobretudo quando se refere ao trabalho desenvolvido no Hospital Comunitário. Quase todos os narradores falam com muita altivez dos benefícios proporcionados por esta atividade. É notório em suas narrativas que esse foi o projeto mais bem sucedido do CSMG e o que teve mais alcance social. As outras atividades apesar de terem a sua importância não beneficiaram tantas pessoas como o Hospital. A maioria dos jovens da região, nascidos na década de 1980 e 1990, veio ao mundo no Hospital Comunitário de Monte Grave. Sem dúvida o acesso era mais viável, as comunidades próximas podiam contar com um atendimento a menos de 3 km de suas casas, com isso a dificuldade de transportar os doentes era minimizada.

Sabemos que há sempre uma intenção na narrativa do narrador, de uma certa maneira ele se impõe e nos fala do seu modo, como as coisas aconteceram ou até como deveria ter acontecido. Contudo, acreditamos “que entre o “falso e o verdadeiro”, entre aquilo

¹⁶⁰ Entrevista com Francisca Rocicleide Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 04 de janeiro de 2014, Sócia fundadora, coordenadora da Creche Comunitária e da Casa do Idoso. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

que o relato tem de mais solidificado e de mais variável, podemos encontrar aquilo que é mais importante para a pessoa”. (POLLACK, 1989, p.10). Percebemos nas narrativas o que o CSMG significou para esses sujeitos. As suas experiências de adesão, as suas contribuições nos projetos, a dedicação no trabalho, a espera consentida pelo salário atrasado, dentre outras tensões do cotidiano foram experimentadas e expressadas de modo particular, levando em conta as teias sociais e os sentidos atribuídos ao CSMG. Hoje, por todo o desfalecimento dos projetos e a falta de perspectiva de uma retomada das atividades, as narrativas são embevecidas pela nostalgia de ver que muitas experiências permanecem apenas nas lembranças e pela exultação de em algum momento ter participado da Associação. Essas significações fazem parte de uma visão compartilhada e que foi construída na convivência social. Diante dessas constatações concordamos com Yara Khoury (2001, p. 122), quando ela diz que,

A interlocução com as pessoas nos põe em contato mais direto com os trabalhos da consciência e da memória de cada um, estimulando nossa própria consciência da dimensão política desse diálogo intelectual. Isso requer mais do que um trato meramente factual das narrativas e de coletas e sistematização das ricas informações que trazem; demanda uma atenção especial à relação imbricada entre os fatos narrados e significações construídas, que vão muito além das próprias entrevistas. Eles se forjam nas relações sociais vividas e também incidem sobre elas.

Partindo dessa perspectiva, torna-se importante compreender os sentidos e significados atribuídos às experiências vividas em torno do CSMG. A partir das memórias e histórias dessa comunidade, que constitui aquela espacialidade, podemos apreender as lembranças e os significados daquela região. Nesse sentido, fomos conduzidos pelas experiências a perceber como as mudanças foram experimentadas no cotidiano pelas pessoas que organizaram aquele espaço e como essas vivências interferiram na trajetória delas. “Cada depoente a sua maneira e com seu jeito de narrar, reelabora suas “tramas” individuais, numa experiência compartilhada, valiosas vivências e reflexões sobre suas histórias de vida que, às vezes se completam, às vezes se contradizem” (SALES, 2006, p. 38). No capítulo seguinte, discutiremos a partir das imagens os campos de atuação do CSMG, sobre os dissabores provocados pelo declínio desses projetos e a repercussão dessa desativação.



4 DO APOGEU AO DECLÍNIO: MEMÓRIAS, SENTIDOS E EMOÇÕES.

O cotidiano expressamente partilhado por diversos indivíduos é carregado por subjetividades, mas também pela construção de uma identidade por um sentimento que unifica os interesses comuns, que congrega e amplifica um sistema de valores e condutas. Nessas experiências a luta por direitos básicos vai se constituindo e constituindo as pessoas. O entendimento de que a união da comunidade pode representar uma melhoria nas condições de vida diária, interfere na maneira como o próprio indivíduo se percebe. Ele se vê dentro de um fluxo que se modifica, mas nunca cessa, nunca para de se movimentar. Segundo a concepção do sujeito sociológico, “a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade” (HALL, 2011, p. 11), onde a convivência social possibilita a mediação de valores, sentidos e símbolos entre as pessoas que permanecem em um diálogo contínuo com o mundo ao seu redor. Contudo, é possível dizer, a partir da perspectiva de Stuart Hall (2011), que a solidez dessa estrutura da identidade é abalada pelo surgimento de culturas múltiplas e, portanto, de identidades várias. Dessa forma, quando falamos em identidade é dentro de uma visão flexível, fluída, onde a provisoriade, a variabilidade e a problemática encontram lugar. É nas experiências sociais que se definem um modelo de identidade que pode ser alterado a partir de novas vivências. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente” (HALL, 2011, p.13). Apesar dos sujeitos serem confrontados por uma multiplicidade de identidades possíveis, em geral, eles se apegam em algumas, e nelas encontram sentido, identificam-se pelo menos temporariamente. Essa aspiração de pertencimento surge da necessidade de inteireza (HALL, 2011), da necessidade de que o eu encontre uma completude.

A convivência comunitária em torno do CSMG propiciou aos indivíduos a criação de um sentimento de identidade. A comunidade era vista como coesa, como uma comunidade organizada. Nos depoimentos notamos de maneira homogênea que todos os depoentes, mesmo aqueles que saíram da Associação se sentiam orgulhosos de ter feito parte da história do CSMG. E muitos ressaltaram em suas narrativas o amadurecimento social proporcionado pelo convívio na Associação.

É com essa noção de que os sujeitos são indivíduos particularizados que se constroem na experiência social que nos dedicaremos a entender o movimento e a variação de

suas percepções sobre o passado. Afinal, como foi construído o espaço do CSMG e que significação é dada pelos sujeitos a essas atividades? Partindo dessa problemática, em primeiro lugar, apresentamos uma leitura básica das atividades do CSMG a partir de fotografias do mesmo. Aqui lembramos BURKE (2004, p.21), quando ele diz que “as imagens oferecem acesso a aspectos do passado que outras fontes não alcançam”. As imagens estabelecem uma mediação entre o mundo do espectador e o do produtor, tendo como referente à realidade, tal como, no caso do discurso, o texto é mediador entre o mundo da leitura e da escrita. Afinal, palavras e imagens são formas de representação do mundo que constituem o imaginário (PESAVENTO, 2008). Além de revelar a partir das fotografias em que setores a Associação atuou, nossa intenção é mostrar como os documentos ganham sentido a partir do presente.

Em seguida, destacamos como ocorreu o processo de desfalecimento das atividades do CSMG. Na nossa análise destacamos como o ressentimento interfere na percepção dos fatos. Desmistificamos a partir do cruzamento das narrativas que os condicionantes para o fim dos projetos não foram somente os impasses políticos, mas diferentes fatores que convergiram paralelamente para o decaimento da Associação. Por fim, de maneira modesta, destacamos como os sentimentos e as emoções interferem na significação que o sujeito atribui ao passado e também ao presente. As narrativas são um meio de expressão dos sentimentos que, não podendo se materializar, deixa suas marcas no modo de falar e nos limites impostos pelas próprias palavras.

Usaremos como fonte fotografias das atividades em desenvolvimento, livros do CSMG que falam da organização das mesmas e ainda as narrativas dos interlocutores. Apoiaremos-nos nas discussões de José de Souza Martins e Maria Eliza Borges com relação ao trato com a imagem, e, Stella Bresciani e Sandra Pesavento e outros na perspectiva do papel das emoções na vida do indivíduo. Outros autores e abordagens permeiam a discussão.

4.1 UMA CARTOGRAFIA IMAGÉTICA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CSMG.

A ideia inicial da Associação era construir um pequeno polo de atividades que dinamizassem o cotidiano local e gerasse emprego para a população. A primeira meta foi a construção da Igreja, depois o audacioso e real intento foi a construção do Hospital, em

seguida veio à casa do idoso, Centro recreativo, e outros. Que mudanças no cenário social e até mesmo estético esses projetos propiciaram e que sentido esses sujeitos lhes atribuíram?

Como já salientamos a construção da Igreja foi o primeiro projeto, sua construção ocorreu no ano de 1985. Já havia passado alguns anos desde a fundação da Associação que se deu em 1971, nesse mesmo ano começou o círculo bíblico e as celebrações do Dia do Senhor, que eram feitas nas casas das famílias da comunidade. Nos anos iniciais o trabalho aconteceu no intuito de fortalecimento da Associação com as novas adesões e também de inúmeras tentativas de pedidos de recursos e etc. Adiantamos no capítulo anterior que a trajetória de Faustino Pinheiro nos trabalhos na Diocese de Iguatu propiciou uma boa relação do CSMG com a Igreja. O fortalecimento da Comunidade Eclesial de Base foi fundamental para dar credibilidade à Associação nascente. As novas adesões e o apoio da comunidade foram essenciais para a construção da Igreja. Tendo conseguido os recursos financeiros com a própria Igreja a diretoria conseguiu junto aos sócios os serviços de mão de obra. A seguir uma iconografia da Igreja, cujo padroeiro é São Francisco, em meados dos anos de 1990.

Fotografia 06 – Igreja de São Francisco em Monte Grave (Milhã/CE) na década de 1990.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

O ângulo da imagem não favorece uma boa leitura, mas ainda sim podemos perceber que a arquitetura é modesta e que não se trata de um grande prédio, até porque a comunidade não contava com números expressivos de moradores. Segundo relatos dos interlocutores, a capela de São Francisco ficava cheia nas festas do padroeiro e também nas missas. As localidades vizinhas não possuíam Igrejas, portanto participavam ativamente desses momentos festivos. Vale ressaltar, que atualmente a Igreja ainda mantém quase a

mesma estrutura, salvo algumas mudanças na entrada, no telhado e no piso que passaram por reformas nos últimos anos.

Na fotografia a seguir, vemos o registro da festa de padroeiro (sem data). Ao conversar com Franciso Osvaldo de Lima a respeito dessa fotografia, ele, que é da comunidade de Fazenda Nova localizada nas mediações de Monte Grave, foi apontando para as pessoas que ficam logo a frente na imagem e salientando onde cada uma delas morava. Ele ressaltou a participação das comunidades vizinhas, como Fazenda Nova, Baixa Verde, Barra o Rio, Nova Paz e outras, tanto nos projetos, como nos encontros religiosos. Esses momentos eram de grande sociabilidade, após a novena ou a missa, as pessoas aproveitavam para conversar com amigos, visitar a casa de parentes e conhecidos da Vila.

Fotografia 07 – Missa de encerramento da Festa do Padroeiro São Francisco em Monte Grave (Milhã/CE) s/d.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

Essas festas mencionadas acontecem ainda hoje. As novenas começam no fim de setembro e se estendem até 04 de outubro quando é comemorado o dia de São Francisco. Além da celebração da palavra bíblica a comunidade promovia pequenos eventos como quermesses, pescarias, bingos, leilões e outros. O dinheiro arrecadado nas festas era/é usado para reformas e melhoramento da estrutura da Igreja. As missas, tanto no passado, como nos dias atuais, seguem um calendário da Paróquia. O pároco da cidade faz pelo menos uma missa por mês na Igreja de Monte Grave. Além das festas de padroeiro e das missas, o espaço religioso também é frequentado pela comunidade aos domingos para a celebração do Dia do Senhor e para o estudo catequético e encontro de jovens.

Mas esse cenário não se restringiu apenas às práticas religiosas, mensalmente as reuniões dos sócios aconteciam na Igreja. “[...] as reuniões inclusive pelo número de pessoas, o único local conveniente era a Igreja, acontecia na Igreja [...]” ¹⁶¹. Já destacamos anteriormente que a Igreja foi uma grande aliada do CSMG, não só na construção da capela, mas em diversos outros projetos. A boa relação com ONG’s estrangeiras também é resultado desse bom entrosamento. Apresentamos a seguir trechos de cartas trocadas entre o CSMG e a instituição espanhola *Manos Unidas* ¹⁶². O referido documento é a resposta de uma carta enviada ao Comitê Executivo de Manos Unidas (ONG da Espanha) datada de 25 de abril de 1994, pelo Centro Social de Monte Grave, representada pelo então Presidente Faustino Pinheiro, agradecendo um apoio já oferecido por tal comitê. Na citada carta, Faustino Pinheiro solicita mais um apoio financeiro para a conclusão de um Projeto. “Com o projeto BRA/5849XXXII não foi possível concluir e equipar o referido Centro de Treinamento. [...] Com o projeto BRA/8069XXXIV conseguimos alguns equipamentos básicos como: vídeo, filmadora e micro-Computador [sic], equipamentos indispensáveis [...]”. A seguir, temos a resposta enviada ao CSMG, datilografada por Ana de Felipe presidenta de tal comitê.

Madrid, 23 de Mayo de 1.994

Estimado amigo:

Acusamos recibo de su carta de fecha 25. 4. 94. Informádo-nos sobre la necesidad de concluir el proyecto de referencia BRA/8069/XXIV, inconcluso a carta de la inflacción de su país.

Em esta carta nos habla sobre uma solicitud nueva que nos envió em fecha 28. 2. 94. Y que desgraciadamente devido al mal fincionamiento del correo, no hemos recibido, por-lo que rogamos nos la remita nuevamente junto com toda la documentación necessária para um nuevo expediente.

- Cuestionario ampliamente cumplimentado.
- Carta aval del O bispo de la Diócesis
- Facturas pro-forma del equipamento realizadas por la casa vendedora de los mismos.

A la espera de sus noticias, le saluda atentamente.

Ao fazermos a análise da carta notamos, dentre outras coisas, que os projetos antes de serem enviados a essas instituições precisavam passar pelas mãos do Bispo da

¹⁶¹ Entrevista com Cícero Pinheiro Neto, realizada em Milhã/CE em 12 de fevereiro de 2014, gerente da Cooperativa do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹⁶² MANOS UNIDAS é uma Associação da Igreja Católica na Espanha para a ajuda, promoção e desenvolvimento do Terceiro Mundo. Trata-se, por sua vez, uma organização de desenvolvimento não governamental (ONG), católica e secular. Cf. <http://www.manosunidas.org/organizacion> (Acessado em 29/07/2014).

Diocese de Iguatu, e que uma nova liberação de recursos só era feita mediante a entrega de uma documentação dos projetos já apoiados. Essas constatações, embora simplistas, sustentam a tese do papel da Diocese no fortalecimento do CSMG e, além disso, percebemos que muitas fotografias eram feitas para compor os relatórios enviados a essas instituições de apoio. Na carta enviada pelo CSMG à instituição espanhola consta a seguinte informação, “[...] Para conhecimento de V. Excia. [sic], segue cópia da carta de prestação de contas do projeto BRa/5849XXXII, juntamente uma foto do perfil do Centro de Treinamento em fase de conclusão” ¹⁶³. Esse cruzamento das cartas nos possibilita ter uma amplitude da relação da Direção da Associação com instituições estrangeiras. Como salienta Teresa Malatian (2012, p.204), “unir as duas pontas da correspondência – a ativa e a passiva – entre dois indivíduos permite a construção de um quadro analítico rico”. As cartas possuem relevância para o entendimento das experiências, sejam elas individuais ou sociais, contudo como lembra a mesma Teresa Malatian (2012, p.204), “as cartas devem ser confrontadas com outros documentos”. Assim se consegue alcançar uma percepção nuançada de seus objetivos, conteúdos e implicações” (p.204), e no nosso caso um maior conhecimento das relações sociais empreendidas pelos indivíduos do CSMG.

Além dessa mencionada relação com a Igreja o CSMG também estabelecia vínculos de parceria com o Governo do Estado. Já dissemos anteriormente que o Estado passou a ter um novo comportamento com os movimentos sociais a partir da reabertura da democracia. O CSMG manteve o Estado como um parceiro para as execuções de suas atividades. Com os benefícios das ONG’s e com os repasses feitos pelo Estado à Associação fundou um posto de saúde (1978-79) e anos depois o transformou em Hospital Comunitário. No entanto, é importante dizer que desde 1974 a comunidade passou a ter um atendimento de primeiros socorros, que eram feitos na sala de uma casa da comunidade. Nesse período a então Srta. Maria das Dores Pinheiro fez um pequeno estágio no Hospital Municipal de Solonópole, “a gente conseguiu com a Dona Sueli, que era prefeita de Solonópole, que uma pessoa daqui fizesse um estágio no Hospital, para fazer os atendimentos básicos de enfermagem, curativos, aplicação de injeção. E ficou funcionando nessa sala de uma pessoa aqui da comunidade” ¹⁶⁴. Contudo, no final dos anos 1970 a Associação já dispunha de um espaço apropriado para o atendimento dos pacientes. Os equipamentos do hospital foram

¹⁶³ Carta enviada ao Comitê Executivo de Manos Unidos (ONG da Espanha) datada de 25 de abril de 1994, pelo Centro Social de Monte Grave. Fonte: Arquivo da autora.

¹⁶⁴ Entrevista com Francisca Rocicleide Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 04 de janeiro de 2014, Sócia fundadora, coordenadora da Creche Comunitária e da Casa do Idoso. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

doados pelas Cáritas Diocesanas, Entidades de Solidariedade da Holanda, Diaconia e CESE. Em 1978 foram encaminhadas ao Hospital Municipal de Quixeramobim duas mulheres da comunidade para passar por um treinamento, uma como atendente de enfermagem e outra como parteira. Nesse período, a compra de materiais e o pagamento das funcionárias eram feitos pela própria comunidade que fazia promoções para esse fim. Em 1989 o CSMG conseguiu um convênio com o Governo do Estado, que passou a fazer o pagamento das profissionais que antes não possuíam um salário fixo, e de um médico que passou a atender duas vezes por semana, um dentista e um bioquímico que vinham uma vez por semana. Na primeira metade da década de 1990 a Secretaria de Saúde do Estado financiou uma reforma do Hospital. No ano de 1995, com o apoio dos Projetos São José ¹⁶⁵, foram renovados os equipamentos e feita a aquisição de uma ambulância. A estrutura passou a dispor de quatro enfermarias: uma obstetrícia com 3 leitos, uma enfermaria pediátrica com 7 leitos, uma enfermaria masculina com 5 leitos e uma enfermaria feminina com 5 leitos, e ainda uma sala de esterilização com autoclave e estufas ¹⁶⁶. No livro *CSMG 27 anos e uma história para contar* Faustino Pinheiro (1998) descreve o quadro de funcionário, que era formado por “um clínico geral, uma enfermeira, dois odontólogos, uma farmacêutica-bioquímica, um técnico em enfermagem, seis auxiliares de enfermagem, um auxiliar de farmácia, mais oito pessoas divididas em administração, cozinheira, serviços gerais, lavadeira e vigilância” ¹⁶⁷. Na imagem a seguir uma fotografia da reinauguração do Hospital Comunitário após uma ampliação conveniada pela Secretaria de Ação Social do Estado e Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN), onde a estrutura física passou a contar com 20 leitos para internação. A comunidade era envolvida nesses momentos que eram festivos, mas também políticos. Em torno das conquistas o jogo retórico também era forte, ao apresentar para a comunidade o avanço em áreas como a saúde, o CSMG se promovia como uma instituição que se preocupava com as causas sociais, e ao mesmo tempo as lideranças da Associação fortaleciam o seu prestígio e ainda contribuía para a admiração de líderes políticos do Estado, pela comunidade.

¹⁶⁵ O Projeto São José faz parte do Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR), e foi criado em 1995 no governo de Tasso Jereissati. O intuito do projeto era/é combater a pobreza na área rural do Estado, por meio de financiamentos e proporcionar apoio ao desenvolvimento das comunidades rurais num trabalho de parceria entre governo e instituições filantrópicas constituídas enquanto Associações Comunitárias. Cf. http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/projeto_sao_jose.pdf. Acesso em 14/12/2014.

¹⁶⁶ Informações presente no livro *CSMG 27 anos e uma história para contar* escrito por Faustino Pinheiro (1998).

¹⁶⁷ *Idem*.

Fotografia 08 – Reinauguração do Hospital Comunitário, 1992.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

Fotografia 09 – Fachada lateral do Hospital Comunitário de Monte Grave, na década de 1990.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

A segunda imagem tem um caráter bastante explícito de mostrar o quão o CSMG alimentava os seus projetos a partir de um prisma religioso. Isso certamente contribuía para novas adesões, assim como qualificava o trabalho perante os olhos da sociedade como um todo, inclusive das instituições que os apoiava como o Comitê Executivo de Manos Unidas. O ângulo da foto parece bem intencional, de frisar a presença religiosa em outros espaços da Associação.

Além do já mencionado espaço religioso e de saúde, outro projeto que contou com apoio das instituições filantrópicas foi o Centro de Convivência Dona Dindinha (Casa do idoso). Esse projeto é apontado por todos da comunidade como o mais importante no aspecto lúdico e de lazer. A estrutura foi construída em parceria com a comunidade e a Legião

Brasileira de Assistência (LBA) em 1983, tendo funcionado até 2003, atendendo pelos menos 100 idosos de toda a região, sempre as sextas feiras de toda semana de 8h00 as 15h00. A programação começava com orações na Igreja e depois seguia para o Centro de Convivência, aí eram feitas aulas de higiene e saúde, depois lanche, festas dançantes, almoço, jogos e trabalho em artesanato. Quando foi fechada, além da coordenadora, foram despedidos dois outros funcionários. Apresentamos nas fotografias abaixo uma festa realizada pela coordenação da Casa e a fachada principal do prédio. Em sua narrativa Rocicleide Pinheiro ressaltou a importância dessas festas na socialização dos idosos, bem como da valorização deles como sujeitos importantes na convivência da comunidade.

Fotografia 10 – Festa na casa do idoso, em meados da década de 1990.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

Fotografia 11 – Fachada da Casa do Idoso datada do final da década de 1990.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

O forró pé de serra, representado na imagem acima, era um dos momentos mais divertidos dos encontros semanais. A troca de casais e as brincadeiras marcavam consideravelmente as manhãs desses senhores e senhoras, bem como os jogos de baralho, damas, sinuca, dominó e outros que também eram rotina. Nas fotos acima, temos registros valorosos da socialização de muitos idosos que foram fundamentais para a fundação do CSMG e que hoje vivem tão somente na memória de seus familiares e na memória comunitária. Como afirma José de Souza Martins (2011), “o invisível se torna visível na própria evidência visual e fotográfica contida nas coisas que restaram, [sic] de quem lá esteve e já não está” (p.27). Mais do que meros momentos presos em instantâneos essas fotografias são canais para manter viva a história de muitos sujeitos.

Os moradores de Monte Grave, de Fazenda Nova, de Barra do Rio, do Sítio São Paulo e outras localidades foram, como dissemos em vários momentos, os principais agentes na construção e condução dos projetos. Em torno dessa vida comunitária a formação de mutirão para construir determinados prédios foi uma constante na história da Associação. Em sua narrativa Osvaldo de Lima fez questão de mencionar a participação da população, “aqui funcionou vários projetos pelo projeto São José e aí tinha a contrapartida da Associação. A contrapartida da comunidade era fazer os trabalhos voluntários. Era cavar alicerce de prédio, era trabalhar de serventia, era essas coisas aí”¹⁶⁸. Essa realidade não foi diferente na construção do conjunto habitacional edificado em Monte Grave em 1993 com o apoio da Secretaria de Ação Social e da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado. Vale dizer que apesar das 24 unidades do conjunto terem sido construídas na sede da Associação não foram somente os moradores de Monte Grave que foram contemplados com as casas. A decisão era tomada pelo Centro Administrativo e levava em conta as condições financeiras das famílias, colocando em prioridade as que não possuíam casa própria, dentre outras questões que também eram analisadas. Dos interlocutores da pesquisa dois moravam no referido conjunto, a saber, Luiz Fernando Nogueira e Valmir Isidoro da Cunha. Fernando Nogueira casou-se no mesmo contexto em que foram construídas as casas e como trabalhava para o CSMG e morava no Sítio Fazenda Nova lhe foi concedida uma vaga no conjunto para que não tivesse problemas com deslocamento. Já Valmir Isidoro foi convidado, como já mencionamos antes, para trabalhar como diretor do hospital, e como sua família residia na sede do município ele

¹⁶⁸ Entrevista com Francisco Osvaldo de Lima, realizada em Milhã/CE em 10 de março de 2013, Sócio e Componente do Conselho de Segurança do CSMG. Arquivo de Antônio Natália de Lima.

teve que mudar sozinho para o Monte Grave, por essa razão a Diretoria do Centro também direcionou uma casa para a sua estadia em Monte Grave.

No instantâneo abaixo a lateral das casas do conjunto. A casa possuía quatro pequenos cômodos, com sala, quarto, cozinha e banheiro. Os moradores podiam reformar, mas não sem ordem da Associação. A venda também não era permitida, pois não se constituía de um bem particular, e sim comunitário. Quando um morador deixava a comunidade a casa podia ser ocupada por outro morador.

Fotografia 12 – Bloco de casas construído no início dos anos 1990 na localidade de Monte Grave.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

Atualmente nem Valmir Isidoro, nem Fernando Nogueira residem no “Conjunto”. O primeiro possui uma casa na mesma comunidade onde passa seus finais de semana e outra na cidade de Milhã. O segundo voltou para a sua comunidade de origem, Fazenda Nova.

Para além desses projetos voltados para aspectos sociais, o CSMG teve também uma atuação no setor produtivo-profissionalizante, sobretudo, com os projetos desenvolvidos na Escola de Lapidação e Artesanato Mineral que foi financiada pela Secretaria de Indústria e Comércio. A escola oferecia cursos e produzia peças para serem comercializadas. A venda não logrou muito sucesso, mas mesmo assim o projeto continuou na formação de jovens aprendizes. Fizemos um levantamento prévio na região e constatamos que a maioria dos jovens que nasceram principalmente na primeira metade da década de 1980 fez curso na escola de lapidação. Dentre os narradores, Luiz Fernando Nogueira foi o único que trabalhou como instrutor na Escola, depois que ela fechou ele passou a trabalhar na Rádio Comunitária.

Abaixo segue fotografias que ilustram no primeiro momento, a arte de dar forma a pedra, e ao lado as mesmas já lapidadas. Ainda na primeira imagem, visualizamos um grupo de jovens lapidando, provavelmente esse registro foi feito durante o curso de formação.

Fotografia 13 – Casa de Artesanato Mineral. Curso básico de lapidação de pedras semipreciosas. s/d.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

Fotografia 14 – Pedras lapidadas pelo grupo de produção da Casa de Artesanato Mineral. Década de 1990.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

Ainda nesse aspecto da formação o CSMG construiu um Centro de Treinamento. Como mencionamos anteriormente o Centro de Treinamento foi erguido na confluência entre os municípios de Milhã e Dep. Irapuan Pinheiro, ficando ainda acessível a outros municípios vizinhos como Solonópole e Piquet Carneiro. Em 1988 foi realizada a aquisição do terreno, a construção começou em 1989 e foi até 1996, os principais parceiros foram: Manos Unidas, Secretaria de Ação Social, SEPLAN/Projetos São José, Secretaria de Indústria e Comércio e Banco do Brasil. A ideia é que o Centro servisse para grandes ou pequenos eventos que

envolvessem um ou todos os municípios citados. A Diocese, tanto de Milhã como de Irapuan Pinheiro, também usava o espaço para eventos da Igreja. Logo abaixo uma foto da fachada do Centro, localizado no Sítio Cajueiro. As instalações contavam com espaço amplo, com apartamentos para instrutores, alojamentos com beliches, banheiro social, refeitório, cozinha, recepção, auditório e área de circulação, além de um terreno livre usado como estacionamento e outros fins.

Fotografia 15 – Centro de Treinamento (Casa de Repouso). Década de 1990.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

Além de servir como lócus de eventos, o intuito também era de dinamizar a economia da região com a introdução de novas atividades comerciais. A Associação trazia instrutores de fora para formar pequenos grupos de produção em várias áreas como panificação, fabricação de doces e outras atividades. Depois de formar novos instrutores o curso era oferecido pelo CSMG à comunidade. Além da formação de novos produtores acontecia também no Centro de Treinamento cursos de boa convivência, formação de líderes e diversos outros. Francisco Osvaldo de Lima e sua esposa Maria Osená Pinheiro participaram do curso de “Reciclagem”, eles ressaltaram a importância desse tipo de formação para uma boa convivência em família e em comunidade. Rivânia Maria, interlocutora da pesquisa, também participou desses cursos e depois ministrou nas localidades da região o aprendizado adquirido. Na imagem subsequente um grupo de moradores de localidades variadas com os doces feitos durante a formação. Os doces produzidos durante o curso eram levados para as casas dos participantes. A ideia era que as pessoas colocassem em prática o

saber adquirido montando o seu próprio negócio. Infelizmente, dar cursos não bastava porque muitas dessas pessoas não possuíam recursos para investir nessas atividades.

Fotografia 16 – Curso de aproveitamento de cascas de frutas para a fabricação de doces. Década de 1990.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

Independente da eficácia pós-formação, esses momentos eram valorosos, dentre outros motivos, pela socialização, pelo encontro com outras pessoas e pelo saber adquirido. A partir de técnicas de reaproveitamento de alimentos, como casca de frutas e de legumes, o fazer cotidiano dessas famílias era reinventado. Mesmo que não pudessem investir nessas atividades, esses/as donos/as de casa podiam introduzir o aprendizado em seus fazeres domésticos.

Logo a frente do Centro de Treinamento existia o plantio de cajueiro e também o apiário comunitário. Essas duas atividades estavam ligadas com as propostas sugeridas por Cíceco Neto e outros que trabalhavam como técnicos agrícolas, incetivando os produtores para o plantio de novos produtos. Na sede do Distrito havia uma pequena fábrica de processamento da castanha, onde a castanha era pré-cozida, frita e/ou transformada em farofa. A produção era comercializada e servia para pagamento dos funcionários. Nas fotos seguintes vemos o apiário, no mesmo terreno fica a plantação de cajueiros, os grupos responsáveis por essas produções eram escolhidos pela Direção da Associação e em alguns casos os sócios podiam se inscrever para parcitipar desses grupos. No que diz respeito ao apiário não conseguimos informações da quantidade de pessoas que trabalhavam nessa atividade. Já na

fábrica de processamento de castanha, quando ela foi fechada haviam seis pessoas trabalhando¹⁶⁹. Vejamos as imagens a seguir,

Fotografia 17 – Área de plantio de cajueiro e localização do apiário comunitário.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

Fotografia 18 – Fábrica de Processamento de castanha. Trabalhadores descascando a castanha depois de pré-cozida.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

No capítulo anterior falamos da influência do Ex-vigário Elmas Moreira de Carvalho na fundação da Associação. Em seu depoimento ao historiador Gisafran Mota Jucá, ele falou da experiência na Escola Radiofônica, que adquiriu no treinamento que fazia em Natal/RN. Quando ele voltou procurou introduzir esse modo de divulgação na cidade de

¹⁶⁹ Essas informações constam no livro de 27 anos do CSMG produzido pelo Direção da Associação. Cf. p.02.

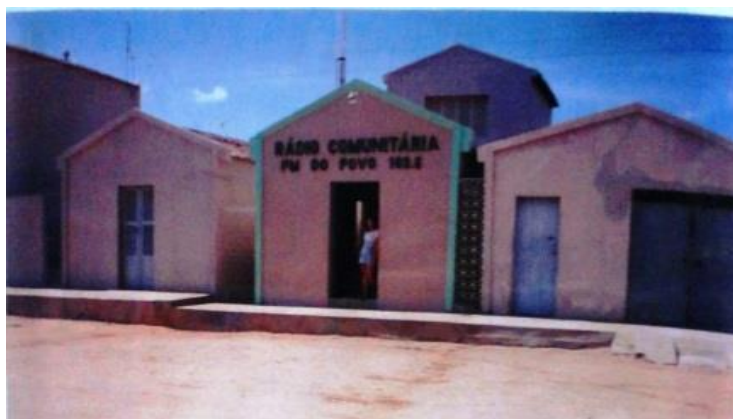
Milhã. Quando foi transferido para Iguatu, a Diocese também possuía a mesma experiência com Rádio. É importante lembrar que quando Elmas Moreira foi para Iguatu em 1965 ele levou Faustino Pinheiro para coordenar o trabalho de CEB's na Diocese. Essas vivências compartilhadas pelos dois nesses movimentos influenciaram a fundação da Rádio Comunitária FM do Povo de Monte Grave.

A Rádio Comunitária foi fundada em 12 de julho de 1995, possuindo uma frequência de 50 km², tinha como principal ouvinte agricultores e donas de casa da região. Os primeiros equipamentos foram comprados pela própria comunidade que promoveu bingos, quermesses e rifas. A rádio FM do Povo funcionava de 5h00 da manhã até às 23h00, com a seguinte programação de segunda à sexta-feira: “*A voz sertaneja* - com músicas caipiras, dicas ao homem do campo e dicas de culinária; *Mensagem do dia* - com Evangelho do dia e reflexão; *Bom dia sertão* - com músicas sertanejas, forró antigo e utilidades públicas; *Momento novo* - canções para orar”. Na segunda parte da manhã tinha ainda os programas: “*Emoções do passado* – músicas do passado, cartas de ouvintes, e os quadros: anos dourados, sabor da saudade, receitas de plantas medicinais; *Bom dia alegria* – com horóscopo, resumo de novelas, mensagem de aniversário, cartas de ouvintes e noticiários”. Fazia, ainda, parte da programação diária o: “*Vida em comunidade* - com dicas de bem estar e etc.; *Toque esportivo* - notícias esportivas em geral; *Em cima da hora* - jornalismo; *Pediu tocou* - músicas variadas; *Show da tarde* - músicas variadas; *Show do povo* - músicas variadas de forró; *Hora do anjo* – Ave Maria e mensagens”; *Toca tudo* e fechando a programação *Em nome do amor* ¹⁷⁰. Essa programação foi variando ao longo dos anos, mas mantendo o mesmo estilo. Nos finais de semana, por exemplo, os cantadores de viola das localidades vizinhas e de Monte Grave cantavam ao vivo. Em seu depoimento Fernando Nogueira, menciona que sua esposa Eliene Nogueira fazia um Programa na Rádio Comunitária, no período da noite, com um caráter romântico, com cartas e músicas apaixonadas. Na documentação da qual tivemos acesso não foi possível saber quem eram os locutores dos referidos programas, no entanto, conhecemos por meio dos depoimentos os nomes de algumas pessoas que trabalharam na Rádio, quais sejam: Fernando Nogueira, Eliene Nogueira, Marta Neiva, Valmir Isidoro, Karênio Pinheiro, Regina Paula, Rivânia Pinheiro, Zuderlânia Pinheiro, Gerson Lima. Mas não foram apenas essas pessoas, o quadro de funcionários da Rádio não foi o mesmo, ele foi mudando ao longo dos anos. É importante dizer que de início a Rádio não era legalizada e foi diversas vezes fechada, voltando a funcionar quando a direção atestava o caráter comunitário da Rádio.

¹⁷⁰ Essa programação consta na documentação da Rádio da qual tivemos acesso. Cf.p.01.

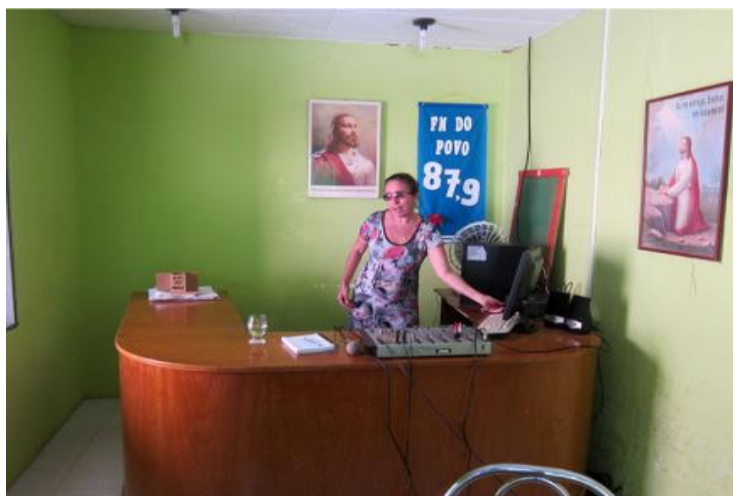
Depois de passar vários anos de porta batida a Rádio Comunitária FM do Povo foi legalizada em 2009 e é o único projeto do CSMG que resistiu ao tempo e ainda continua funcionando de 6h00 as 18h00, atualmente com a frequência 87,9 MHz. Nos anos noventa os equipamentos não eram tão sofisticados, a programação necessitava de um locutor e de um sonoplasta, atualmente a programação funciona com sistema computadorizado. Sobre isso, Ari do Nascimento fala, “hoje a rádio tá melhor do que na nossa época, na época ela era clandestina aí o Juiz vinha e fechava, quando era tempo de política eles fechavam e hoje não, hoje é registrada, ela funciona, não muito bem porque não tem muitos recursos, mas funciona”¹⁷¹. Nas iconografias a seguir a fachada da Rádio no final da década de 1990 e a parte interna no final dos anos 2000.

Fotografia 19 – Fachada da Rádio Comunitária na década de 1990.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

Fotografia 20 – Espaço interno da Rádio FM do Povo de Monte Grave no final da década de 2000.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

¹⁷¹ Entrevista com Manuel Ari do Nascimento, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, sócio fundador e colaborador do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

Dentre os narradores pelo menos três trabalharam como locutores e/ou foram Diretores da Rádio. Fernando Nogueira trabalhou como sonoplasta e locutor, Valmir Isidoro como Diretor de Programação e locutor, e, Rivânia Maria como Diretora Geral e locutora. Com essas informações notamos que era comum a mesma pessoa acumular funções, como é o caso de Rivânia Maria (Diretora da Rádio, locutora e assistente na Casa do Idoso) e Valmir Isidoro (Diretor do Hospital, contador do CSMG, locutor e diretor de programação da Rádio) ou então migrarem de um setor para outro como é o caso de Fernando Nogueira (Pintor, assistente na Escola de Lapidação, sonoplasta e locutor na Rádio Comunitária). Sobre esse fator de uma pessoa exercer várias funções Cícero Neto diz que,

Eu acho que como quase todas as pessoas que trabalhavam lá, apesar de ter uma função assim que você se identificava mais, mas você acabava abraçando tudo. Até porque esse era também o exemplo que era dado pelo nosso líder, que era o Faustino, que não tinha essa coisa, então a gente abraçava tudo e tentava fazer, dar o máximo da gente em qualquer atividade que tivesse.¹⁷²

Essa prática de acumular funções fazia parte também do cotidiano de Rocicleide Pinheiro. No capítulo anterior mencionamos que ela Coordenava a Casa de Idoso e também a Creche. Quanto ao seu trabalho na Creche Comunitária, ela salienta que esta atividade foi desenvolvida em várias comunidades, como Monte Grave, Fazenda Nova, Cipó e Vila Nova, tendo sido a primeira fundada em 1992 e em seguida as demais. Ambos contavam com um/a professor/a e com um ou dois auxiliares de limpeza que também eram responsáveis pela feitura da merenda. Os principais parceiros financeiros foram a Legião Brasileira de Assistência e o Ministério da Ação Social. A “escolinha”, como era chamada pela comunidade, funcionou até 2004. Houve anos em que 120 crianças estavam matriculadas regularmente na Creche Comunitária, quando foi fechada a “escolinha” tinha 66 crianças inscritas, e entre professores e servidores de limpeza o número de empregados eram 10. Atualmente o prédio localizado no Distrito de Monte Grave se encontra fechado. A creche localizada nos sítios Fazenda Nova, Cipó e Vila Nova funcionavam em Centros comunitários dessas comunidades. A seguir uma fotografia da parte externa da Creche Comunitária de Monte Grave, esta era a única que possuía sede construída pelo CSMG. A creche contava com espaços para atividades lúdicas, uma sala com recursos didáticos e saguão de entrada, além de um pequeno terraço livre em suas laterais.

¹⁷² Entrevista com Valmir Isidoro da Cunha, realizada em Milhã/CE em 18 de setembro de 2013, ex-diretor do Hospital e financeiro do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

Fotografia 21 – Parte externa da Creche Comunitária de Monte Grave, 1992.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

Além da Creche Comunitária outro prédio que se encontra ocioso é o do Conselho de Segurança. Ele foi construído em 1987 como sede própria, após a construção foi escolhido um grupo de voluntários, de três mulheres e três homens, para resolver desacordos entre vizinhos da comunidade. Durante muito tempo o grupo de voluntários buscou harmonizar, através do diálogo, as relações em comunidade. Não há uma razão pela qual o Conselho tenha deixado de existir ou pelo menos de atuar. A constatação de Ari do Nascimento que explicitamos no capítulo anterior, de que várias atividades foram desarticuladas por falta de uma boa gestão tenha uma grande razão de ser quando levamos em consideração o Conselho de Segurança. Ao falar de sua trajetória nos projetos do CSMG Osvaldo de Lima menciona em vários momentos que esse trabalho era voluntário. Se o Conselho não carecia de gastos para o pagamento de empregados ou coisas afins, por que então foi fechado? O que resta, seja na visualização da fotografia, ou do prédio, é a lembrança de muitas histórias comunitárias, de muitas querências resolvidas ou não, mas que ainda povoam as memórias de quem ali esteve como é o caso de Osvaldo Lima, que dedicou vários anos ao trabalho voluntário.

Fotografia 22 – Parte externa do Conselho Comunitária de Segurança, 1992.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

Além dos projetos que já mencionamos existiram outras atividades, estas não foram permanentes, mas durante algum tempo fizeram parte do cotidiano da Associação, como, por exemplo, a fábrica de costura (não conseguimos fotografia) e a horta comunitária e outros. À exemplo do apiário e da plantação de cajueiros o plantio de hortaliças recebia o apoio dos técnicos agrícolas do CSMG. Como percebemos na iconografia abaixo as crianças eram envolvidas no trabalho de regar a plantação. Isso não significa que havia uma exploração do trabalho infantil, a nosso ver a intenção da fotografia foi produzida para registrar o envolvimento familiar nos projetos comunitários.

Fotografia 23 – Plantio de hortaliças comunitárias. Década de 1990.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

Fotografia 24 – Plantio de hortaliças comunitárias. Década de 1990.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

Outros projetos também eram temporários como os cursos básicos de computação, e de bordados. O projeto de inclusão digital, realizado no final da década de 1990, foi destinado aos jovens que possuíam entre 14 e 20 anos. Já o curso de bordado era destinado às mulheres da região. Não era necessário ser sócio para poder participar, os cursos eram abertos para toda a comunidade. No entanto, segundo Faustino Pinheiro, nesse contexto 90% das famílias já havia se associado ao CSMG. A seguir, podemos visualizar registros desses momentos. Na primeira imagem vemos a parte interna de um ônibus que funcionava como laboratório de informática e abaixo peças bordadas por mulheres da comunidade.

Fotografia 25 – Curso básico de computação oferecido pelo CSMG. Década de 1990.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

Fotografia 26 – Bordados produzidos no curso de crochê oferecido pelo CSMG na década de 1990.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

Todas essas atividades que foram citadas ao longo do texto eram dirigidas pelo Centro Administrativo, que foi construído em 1995, numa parceria entre comunidade, SEPLAN e Projeto São José. Vale dizer, porém, que a Equipe Técnica que passou a contar com sede própria em 1995, funcionava desde 1988. O Centro era a sede de trabalho do Presidente e de outros funcionários tais como; um técnico em agropecuária; um técnico em contabilidade; uma instrutora prática em ação social e dois auxiliares administrativos. Essa equipe recebia pagamento inicialmente do CSMG, a partir de eventos promovidos pela comunidade e depois instituições como: CESE, SEPLAN/Projeto São José e Manos Unidas. O prédio possuía espaço para as reuniões do setor administrativo, sala da presidência, sala de informática, cantina e banheiro, os equipamentos foram financiados pela Manos Unidas ¹⁷³. Na fotografia abaixo, vemos Faustino Pinheiro (Presidente do CSMG) em conversa com Rivânia Pinheiro (na época instrutora em Ação Social). Assim como outros prédios o Centro Administrativo se encontra inativo.

Fotografia 27 – Reinauguração do Hospital Comunitário. Década de 1990.



Fonte: Acervo do CSMG, sob guarda de Rociceide Pinheiro. Reprodução da pesquisadora.

A variedade de atividades que foi descrita brevemente, a partir das icnografias, não se restringem a imagem em si, elas não são a realidade do vivido, elas representam um pequeno fragmento que nos possibilita interpretar os campos de ações do CSMG. Entendemos as fotografias como representações de um mundo, carregando consigo um conjunto de valores ora expressos, ora ocultos, que se apresentam como uma leitura possível de um dado fato. A configuração do espaço, os arranjos de cenários, a intenção do registro são fatores relevantes

¹⁷³ Essas informações constam nos Livros produzidos pela direção do CSMS. *Centro Social de Monte Grave 26 Anos e uma história para contar* (junho de 1997), *Centro Social de Monte Grave 27 Anos e uma história para contar Monte grave ontem e hoje da Ascensão à destruição* (Março de 2004).

para a compreensão da imagem. Dessa forma, considerando a realidade da Associação, notamos que a intenção era antes de tudo uma vontade, tão somente, de aprisionar cenas e momentos significativos para as suas vidas particulares e também registro de eventos sociais. Como atesta Eliza Borges (2011), a expansão do uso da fotografia propiciou novas e diferentes percepções na maneira de olhar para fazer as apreensões de acontecimentos partilhados no social. Com a câmera na mão é um sujeito comum que escolhe o que vai ser ou não capturado pela lente fotográfica. Vale dizer, lembra a autora, que as técnicas normatizadas nas Academias de Pintura, não são conhecidas por fotógrafos amadores, isso implica, a nosso ver, uma liberdade no modo (ângulo) como a cena vai ser registrada e no que vai ser imortalizado na fotografia.

A imagem não é um testemunho puro da realidade. Contudo, concordamos com Eliza Borges (2011, p.34), quando ela salienta que “o mundo a ser *dessacralizado* pelo homem de ciência não é feito de coisas, mas de relações sociais plenas de significados porque perpassadas pela força de valores, crenças, mitos, rituais e simbolismos”. Portanto, querendo ou não, ao pesquisar precisamos levar em conta as subjetividades dos sujeitos. Max Weber defende essa perspectiva de que a pretensão da verdade deve ser substituída pela compreensão e interpretação das significações que os homens atribuem aos seus comportamentos sociais¹⁷⁴. Não nos interessa aqui se as imagens possuem um caráter verídico, mas antes o que elas representam para esses sujeitos.

Ao possibilitar o constante desejo de eternizar a condição humana, por certo transitória, a imagem fotográfica se aproxima de outras icnografias produzidas no passado. Como essas, a fotografia também desperta sentimentos de medo, angústia, paixão, e encanto. Reúne e separa homens e mulheres, informa e celebra, reedita e produz comportamentos e valores. Comunica e simboliza. Representa (BORGES, 2011, p.37).

Partindo desse pressuposto, ainda que as atividades gerenciadas pelo CSMG tenham deixado de existir na prática, elas ainda fazem parte da vida de muitos sujeitos, as lembranças latentes na memória, são aguçadas por evidências imagéticas. Essa representação varia de acordo com as intenções sociais de quem a produz, e sempre há uma intencionalidade subjacente à produção, e, a imagem funciona como veículo de divulgação dessas visões de realidade. “Uma dada imagem é uma representação do mundo que varia de acordo com os códigos culturais de quem a produz” (BORGES, 2011, p.80). “Longe de ser um documento

¹⁷⁴ COHN, Gabriel (org.). *Max Weber*. 2. Ed., São Paulo: Ática, 1982. (Coleção grandes cientistas).

neutro, a fotografia cria novas formas de documentar a vida em sociedade” (BORGES, 2011, p.69). E passa a figurar não apenas como documento, mas como a materialização do vivido, informando sobre determinados acontecimentos, mas, sobretudo, como diz a mesma autora, cria verdades a partir de fantasias do imaginário, não que as significações dadas às imagens sejam desprovidas de veracidade, entretanto certamente ela não sintetiza nenhuma experiência porque não é real, ela é antes de tudo uma expressão cultural.

Diante dessas discussões, torna-se essencial perceber que pode haver ao longo do tempo uma transformação de sentidos. Muitas dessas fotografias foram produzidas com o intuito de documentar as atividades, para o envio de relatórios as ONG's, ou simplesmente para ocasionalmente rememorar momentos excepcionais da Associação. Não podemos descartar a possibilidade de resguardar a memória do CSMG. Tanto é que foram registradas as atividades de todos os projetos. Mais do que capturar um momento específico, havia a intenção de manter viva a história da Associação. Concordamos com Maria Eliza Borges (2011, p. 41) quando ela defende que, “desde cedo o retrato fotográfico se coloca como uma prova material da existência humana, além de alimentar a memória individual e coletiva de homens públicos e de grupos sociais”.

Ali, em um cenário meio quieto, nos prédios fechados, em meio às máquinas enferrujadas, nos objetos soltos, abandonados, nas pilhas de papéis e fotografias, no silêncio da pacata vila, o ausente se faz presente.

A fotografia vista como um conjunto narrativo de histórias, e não como mero fragmento imagético, se propõe como memória dos dilaceramentos, das rupturas, dos abismos e distanciamentos, como recordação do impossível, do que não ficou e não retornará. Memória das perdas. Memória desejada e indesejada. Memória do que opõe a sociedade moderna à sociedade tradicional, **memória do comunitário que não dura, que não permanece**. Memória de uma sociedade de rupturas, e não de coesões e permanências. Memória de uma sociedade de perdas sociais e contínuas e constitutivas, de uma sociedade que precisa ser recriada todos os dias, de uma sociedade mais de estranhamentos do que de afetos (MARTINS, 2011, p.45). (grifos nossos).

Tomando como base a experiência fotográfica do CSMG, discordamos em parte de José de Souza Martins quando ele defende a tese de que a fotografia cumpre funções de ocultação do cotidiano, onde antes do registro o cenário é ajeitado, as roupas são previamente escolhidas e etc., isso para apresentar a sociedade uma realidade que não a sua, numa espécie

de teatralização. Ele afirma ainda que “a câmera popular se inscreve no cotidiano, usada, porém, para negar na imagem esse mesmo cotidiano (p.53)”. Esses argumentos encontram razão de ser em muitos álbuns familiares, mas ainda assim não se pode generalizar. No caso do álbum de fotografias do CSMG, notamos que não havia uma pretensão de aparentar ou ostentar uma realidade diferente do cotidiano. Até porque a intenção era a de documentar e resguardar determinados acontecimentos, e no caso do CSMG devemos ter em mente que a lente fotográfica estava inserida no meio popular, daí a necessidade de não homogeneizar determinadas práticas. Cada realidade se apropria desses suportes de uma maneira bastante peculiar e com intencionalidades variadas. Evidentemente que houve sim uma preocupação com enquadramento e etc., mas nesse caso não acreditamos que houve uma alteração de aspectos do cotidiano, não houve no nosso entender a vontade de negar o cotidiano, justamente pela necessidade que eles tinham de mostrar a realidade local, muitas vezes como prova a ser enviada às instituições colaboradoras.

Hoje certamente essas fotografias funcionam muito mais no sentido de resguardar a memória do CSMG do que qualquer outra coisa. Os valores atribuídos às fotografias e qualquer outro documento vão se modificando a partir do que acontece no presente. Esses sentidos variam também de sujeito para sujeito. Pode ser que para alguns seja doloroso ficar cara a cara com o passado e perceber que muitas coisas não deram certo, por outro lado muitos podem ver a fotografia como um registro valioso de um determinado tempo, pode ser ainda que esses dois sentimentos estejam presentes nos sujeitos ao mesmo tempo. A intenção do registro não deixa de ter importância, mas o valor que ele adquiriu se metamorfoseia ao passar dos anos, numa relação simbiótica entre passado e presente.

Notamos essa mudança de sentido ao analisarmos os documentos do CSMG. De início as fotografias eram produzidas, sobretudo, para serem anexadas a relatórios de prestação de contas, posteriormente essas mesmas imagens foram usadas em pequenos livros produzidos pela Direção da Associação, que se preocupava dentre outras coisas pela construção de uma memória positiva do Centro. Nos livros constam as áreas de atuação da Associação e ao longo do texto vão sendo expostas as fotografias que já não serviam apenas para compor relatórios, mas como provas definitivas do trabalho desenvolvido pela Associação. Há também uma clara intenção de divulgação dessa história, haja vista que esses livretos eram distribuídos em reuniões dos sócios, muitas famílias ainda possuem esse registro, como é o caso da família de Geraldo de Lima, morador da comunidade de Fazenda Nova, que nos doou uma cópia do livro “Monte Grave ontem e hoje: da ascensão à

destruição”, cujo subtítulo é “ações do governo estadual apoiam, ações dos governos municipais e estaduais destroem”. A pequena produção ilustra bem essa vontade de manter viva a história da Associação, as narrativas dos entrevistados também, até mesmo dos que tiveram problemas com a diretoria, revelam esse anseio de construir uma memória positiva do CSMG.

Nos livros, produzidos pela direção do CSMG foram registrados alguns feitos da Associação, bem como o objetivo da mesma, o desencanto com a política municipal e a esperança de dias melhores. O primeiro livro tem o seguinte título: *Centro Social de Monte Grave 26 Anos e uma história para contar* (junho de 1997), a obra foi escrita por Faustino Pinheiro, presidente da Associação. O segundo livro, *Centro Social de Monte Grave 27 Anos e uma história para contar* (junho de 1998), têm basicamente as mesmas configurações do primeiro, com pequenos acréscimos, inclusive com dados manuscritos e outras elementos adicionais, como a especificação de cada projeto realizado. O terceiro livro chama-se: *Monte grave ontem e hoje da Ascensão à destruição* (Março de 2004), escrito pela Diretoria do CSMG. Essas produções têm claramente dois objetivos, primeiro manter viva a história da Associação a partir de uma visão memorável de seus feitos e depois massificar a ideia de que a falência dos projetos possuía uma causa específica que era a perseguição política perpetrada pelo prefeito municipal de Milhã. No tópico seguinte falaremos sobre a desarticulação das atividades do CSMG e suas possíveis causas.

4.2 BATENDO AS PORTAS: O DECLÍNIO DOS PROJETOS DO CSMG.

Por vários anos as atividades empreendidas pelo CSMG dinamizaram a vida da região, gerando emprego, proporcionando o acesso à saúde e educação, bem como o lazer a população do Distrito, dentre outras benfeitorias. No entanto, todas essas atividades foram gradativamente deixando de existir e à Associação que se apresentava como modelo de organização foi perdendo a sua força e foi aos poucos vendo seus projetos chegarem ao fim. Assim questionamo-nos, como se deram os declínios desses projetos e quais as razões da falência? Para entender esse processo contamos com as falas dos entrevistados que revelam uma gama de conflitos que foram o estopim da decadência. Além disso, temos acesso aos livros anteriormente citados, que nos ajudam a refletir o papel da política local nesse cenário de decaimento da Associação.

Como dissemos no tópico anterior, a produção e a distribuição dos livretos procuravam, dentre outras coisas, divulgar a história do CSMG e a ideia de que a política municipal era a grande inimiga do CSMG. Trechos como: “No intuito exclusivo de expor aos amigos e conhecedores do trabalho desenvolvido pelo CSMG, resolvi registrar nossa história”;¹⁷⁵ “tenho como meta fazer conhecer a realidade dos fatos, os colaboradores, os oponentes e os admiradores”¹⁷⁶ e “com muita luta, participação coletiva e uma liderança bem informada, Monte Grave é orgulho para os Milhãenses”¹⁷⁷, reforçam nosso argumento.

Além de avigorar constantemente a história positiva do CSMG, o modelo de gestão, e a organização da comunidade, Faustino Pinheiro vai apontando as principais causas de declínio do trabalho comunitário. Sugere a todo instante, no livro, que à Associação sempre sofreu perseguição política por ser uma comunidade organizada. Podemos notar isso no seguinte trecho: “Para a política do atraso, a organização do povo é uma ameaça, tendo em vista a ruptura do processo de empobrecimento”¹⁷⁸. Também em sua narrativa ele mantém essa mesma visão ao dizer, “foi e é sempre travada uma guerra digamos assim mais pessoal, com medo da organização”¹⁷⁹. Essa noção de que o trabalho comunitário incomodava os adversários é partilhada por Rivânia Maria quando ela diz que,

No município pequeno, ele não tem só as ações políticas, mas a politicagem. E não se visa um bem em comum, se visa mais um bem estar próprio e nesse bem estar próprio **uma Associação ela é uma ameaça**. Ela de certa forma, ela organiza as pessoas e de certa forma ela planeja também as famílias, lhe dando aquela estruturação, aquela visão mais ampla. Isso em município pequeno, isso não é bom para os políticos (grifos nossos)¹⁸⁰.

Tanto Faustino como Rivânia entendem que o trabalho desenvolvido pelo CSMG contribuiu na formação de um pensamento mais crítico, e que a partir da organização em comunidade as pessoas se tornaram mais conscientes para buscar os seus direitos, mais fortalecidas para a luta e isso era temido por outros políticos do município, porque uma comunidade organizada podia dificultar alguma pretensão política. Como disse Cícero Neto,

¹⁷⁵ Essas informações constam no Livro, produzido pela direção do CSMS, intitulado *Centro Social de Monte Grave 26 Anos e uma história para contar* (junho de 1997).

¹⁷⁶ *Idem.*

¹⁷⁷ *Ibidem.*

¹⁷⁸ *Id. Ibidem.*

¹⁷⁹ *Id. Ibidem.*

¹⁸⁰ Entrevista com Rivânia Maria Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 08 de março de 2013, sócia e ex-vice-presidente do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

quando se tratava de uma escolha política, Monte Grave se destacava “porque passava a ideia de uma comunidade mais coesa, mais unida”¹⁸¹.

Ainda no livro que mencionamos a pouco, Faustino Pinheiro faz um retrospecto do governo municipal de Milhã acusando a gestão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de clientelista e justificando a necessidade de mudança. No texto, Faustino Pinheiro justifica ainda, o apoio do CSMG à candidatura de Manuel Gecimar para prefeito de Milhã em 1996. A partir de sua escrita é possível perceber uma disputa interna acirrada pelo poder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no município. Ele conta com detalhes que o Presidente do PSDB de Milhã, Eudes de Oliveira, e o então vereador Gecimar Pinheiro, queriam apoiar o candidato Itamar Pinheiro do PMDB para as referidas eleições. Enquanto membros do PSDB, Faustino e Rocicleide Pinheiro defendiam a candidatura própria de um membro do partido. Segundo Faustino Pinheiro, essa tensão foi resolvida com uma reunião com o Presidente regional do PSDB, Marco Penaforte, que sugeriu que se fizesse uma pesquisa com os nomes de Rocicleide Pinheiro, Gecimar Pinheiro, Eudes de Oliveira e Edson de Oliveira. Ainda no livro Faustino Pinheiro faz claramente uma denúncia afirmando que a pesquisa foi fraudulenta e os resultados que apontaram Gecimar e Rocicleide em um empate técnico foram tendenciosos. Ele salienta que houve um trabalho por parte do primeiro, junto à população Milhãense, para que a mesma não aceitasse a candidatura de Rocicleide Pinheiro. Tenha sido o resultado da pesquisa fraudado, ou não, o fato é que ela apontou Gecimar Pinheiro como um forte nome para a candidatura do PSDB, mesmo o Dep. Mauro Filho apoiando o nome de Rocicleide Pinheiro, o presidente do partido em Milhã, Eudes de Oliveira, não abriu mão da candidatura de Gecimar Pinheiro. Apesar da briga interna Faustino Pinheiro e Rocicleide Pinheiro apoiaram o referido partido, sobre isso ele diz o seguinte: “com respeito à fidelidade partidária e mais ainda ao projeto do Dr. Tasso Jereissati, aderimos à campanha”¹⁸². Gecimar Pinheiro saiu vitorioso, mas segundo o presidente do CSMG essa vitória só aconteceu por conta do apoio da Associação, “aos interessados é bom que saiba a razão do PSDB ter ganho (*sic*) a prefeitura de Milhã. Tudo isso deve-se ao trabalho incansável e organizacional de Monte Grave”¹⁸³.

¹⁸¹ Entrevista com Cícero Pinheiro Neto, realizada em Milhã/CE em 12 de fevereiro de 2014, gerente da Cooperativa do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹⁸² Essas informações constam no Livro, produzido pela direção do CSMS, intitulado *Centro Social de Monte Grave 26 Anos e uma história para contar* (junho de 1997).

¹⁸³ *Idem*.

Como podemos perceber, mesmo tendo apoiado Gecimar Pinheiro a relação do presidente da Associação com este era bastante tensa. Não demorou muito para isso se tornar uma disputa desenfreada no cenário político de Milhã. No livro, Faustino Pinheiro diz ainda que “na busca do acerto fomos enganados. O que estamos assistindo em Milhã é um retrocesso do projeto do PSDB”¹⁸⁴. Essa frase ilustra bem o que na visão de Faustino Pinheiro acontecia no ano de 1997. No seu texto ele tece inúmeros elogios ao projeto político de Tasso Jereissati e ao mesmo tempo aponta a diferença entre o plano de governo do PSDB em termos de município e a gestão do Governo do Estado. Ele usa um fragmento de uma nota do Jornal O POVO de 10 de março de 1997 para sustentar a tese de que o Prefeito de Milhã tinha uma intriga pessoal com a história da Associação. Na nota o então Prefeito de Milhã, Manuel Gecimar faz a seguinte ponderação: “As diretrizes traçadas para o município excluem Monte Grave, aquela comunidade não precisa do apoio municipal, pois recebe a atenção do Estado”¹⁸⁵. Ele continua dizendo “[...] A maioria dos programas destinados a Milhã vai para o Monte Grave, das seis ações do Projeto São José, cinco estão em Monte Grave”¹⁸⁶.

Assim como Faustino Pinheiro, Rivânia Maria também acredita que “começou esse declínio exatamente nas perseguições políticas municipais”¹⁸⁷. E isso provocou uma desarticulação, segundo ela, “quebrou o grupo, sabe. Porque começaram a fazer um jogo, [...] um grupo organizado ele é uma ameaça, e quando sentiram essa ameaça, aí começou a criar casos polêmicos, para que realmente isso acontecesse e de certa forma conseguiram quebrar”¹⁸⁸. Outros depoentes partilham da mesma visão,

Osvaldo de Lima: Os políticos não queriam que o Distrito crescesse mais que o município. E na realidade o Distrito tava tendo coisa que no município não tinha, então os políticos ficavam com raiva. Aí toda vida que vinha um projeto para o Monte Grave eles tentavam acabar com aquele projeto. Tanto que a gente sabe que o Monte Grave foi fechado mais por questão política¹⁸⁹.

Gedileuza Pinheiro: Eu acho que foi a questão política, não sei se foi 100% política, mas eu posso lhe garantir que 99%. Nunca a comunidade teve a ajuda de nenhum político, seja prefeito, seja vereador. E conseguiu muito, mas de governo, de deputados, mas do município [...] nunca teve¹⁹⁰.

¹⁸⁴ *Ibidem*.

¹⁸⁵ Jornal O POVO de 10 de março de 1997.

¹⁸⁶ *Idem*.

¹⁸⁷ Entrevista com Rivânia Maria Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 08 de março de 2013, sócia e ex-vice-presidente do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹⁸⁸ *Idem*.

¹⁸⁹ Entrevista com Francisco Osvaldo de Lima, realizada em Milhã/CE em 10 de março de 2013, Sócio e Componente do Conselho de Segurança do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹⁹⁰ Entrevista com Gedileuza Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 19 de setembro de 2013, ex-auxiliar de enfermagem do Hospital do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

Ainda no livro, Faustino Pinheiro busca descrever a descentralização dos Projetos São José, afirmando que apesar do CSMG gerenciá-los, eles eram desenvolvidos em várias localidades do município e não somente em Monte Grave. Ele apresenta a seguinte tabela:

Tabela 1 – Projetos Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) - São José aprovados e liberados entre 1993/96 e gerenciados pelo CSMG.

PROJETOS PAPP - SÃO JOSÉ APROVADOS E LIBERADOS 93/96	
PROJETOS	BENEFICIÁRIOS
Eletrificação rural	Sítio Liberdade.
Açudes	Sítios: Cipó e pedra Fina, Distrito de Carnaubinha.
ADS – Abastecimento d’água	Sítios: Santa Paz, Cipó, Fazenda Nova, Taboleirinho, Vista Alegre, Fortaleza e Bairro Bom Acerto.
Casa de Farinha	Sítio Extrema.
Centro integrado	Sítio Liberdade.
Passagem molhada	Sítios: Barra do Rio e Cipó
Poços Amazonas	Sítios: Quandú, Barra, Cipó 1 e 2.
Trator com implementos	Distrito de Monte Grave.
Equipamentos para escola de lapidação e artesanato mineral	Distrito de Monte Grave.
Unidade do leite – Área física	Distrito de Monte Grave.
Centro Administrativo	Distrito de Monte Grave.
Equipamentos Hospital Comunitário	Distrito de Monte Grave.
Equipamentos Centro de treinamento	Distrito de Monte Grave.
Ambulância	Distrito de Monte Grave.
Assistência técnica gerencial	Distrito de Monte Grave.

Fonte: Livro produzido pela direção do CSMS, intitulado *Centro Social de Monte Grave 26 Anos e uma história para contar* (junho de 1997).

A intenção de mostrar isso no livro é: em primeiro lugar para informar os projetos conseguidos pelo CSMG e a descentralização das atividades, e, em segundo para combater o discurso de Gecimar Pinheiro que alegou a monopolização dos projetos São José pelo Distrito de Monte Grave. Após fazer esse inventário dos projetos, Faustino Pinheiro salienta que não acreditava em uma mudança na política local e faz um apelo para os líderes do Governo do Estado para que mantenham o apoio ao CSMG.

Percebemos a partir da leitura desses documentos que cada um, tanto Faustino Pinheiro como Gecimar Pinheiro, buscavam afetar a imagem um do outro utilizando a imprensa escrita ou a produção gráfica para massificar as suas percepções sobre o cenário político milhãense. No capítulo anterior falamos sobre a repercussão da saída de Cícero Neto do CSMG e o apoio que o mesmo recebeu do Prefeito de Milhã. Esse caso foi demasiadamente valorizado tanto pelo CSMG como pelos líderes políticos ligados ao PSBD. Nesse contexto, Faustino Pinheiro já havia se desligado do partido, ele e sua esposa Rocicleide Pinheiro eram os mais exímios opositores do Prefeito. Eles passaram a fazer parte do Partido Social Democrático (PSD).

O Centro Social de Monte Grave vivia na metade da década de 1990 o auge de suas atividades. Os vários projetos aprovados, mostrados no quadro anterior, sustentavam a força da Associação. Contudo, a verba inicial não dava conta de tudo, era preciso manter as atividades em funcionamento, pagar funcionários e etc. O Governo do Estado que mantinha uma boa relação com o CSMG não podia negligenciar a Prefeitura que também era psdebista. Desde 1989 até 1997 o Governo do Estado tinha concedido apoio ao CSMG, mas as condições políticas eram outras, sobretudo, após a Constituição aprovada em 1988. O modelo assistencialista continuou vivo, o que mudou foram os beneficiários. No caso milhãense se antes os recursos iam para projetos específicos agora iam para o governo municipal. É preciso dizer que desde 1985 quando Milhã havia se emancipado, a Prefeitura era comandada pelo PMDB e o Estado desde 1986 tinha sido assumido por coligações do PSDB. A representação mais forte do PSDB em Milhã e que fazia oposição ao governo peemedebista era as representações políticas e comunitárias do CSMG, isso fazia com que a direção do mesmo gozasse de certo prestígio com o Governo do Estado. Mas essa importância foi comprometida com a eleição vitoriosa de Gecimar Pinheiro em 1996. Essa visão de que o poder político do Prefeito era mais expressivo do que de um líder comunitário, era percebido por Cícero Neto que avalia essa questão dizendo que,

[...] você sabe que na política tem muito isso, quando o Prefeito era adversário do Governo, o Governo direcionava algumas ajudas direto para o Monte Grave, até porque Monte Grave tinha uma estrutura que o próprio município, que a sede do município não tinha. A partir do momento que o prefeito passou a ser aliado do Governo aí o Governo já... Como na política você vale quanto pesa, então claro que entre um prefeito e uma liderança comunitária, uma comunidade que tinha menos de mil votos então o governador ia priorizar o município, tanto pela questão política quanto em outras coisas mais. Mas a gente sabe que na política a gente vale muito mais a questão do voto mesmo. Então aí começou-se a ter dificuldades, porque os recursos que iam antes, alguns iam direto para o Monte Grave e com isso ajudava um pouco mais, começaram a ser distribuídos pela Prefeitura, aliás, a Prefeitura teria que aprovar aquele, ela direcionava aquele recurso, e isso teve uma certa dificuldade principalmente no Hospital que era o que gastava mais, até porque se tratava de profissionais bem mais qualificados, médicos, enfermeiros e tal, então aí começou a se ter uma dificuldade maior [...] ¹⁹¹.

As leis aprovadas na nova constituição tinham um prazo específico para entrarem em vigor e combinou exatamente com esse período. Tomemos como exemplo a municipalização dos serviços de saúde. Tendo como pano de fundo a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) os municípios deveriam formular suas próprias políticas de ação. O Governo Central definia o apoio técnico e financeiro e o governo municipal deveria cumprir as competências do SUS, mas teria um tempo hábil para isso. Segundo Marta Arretche (2002, p.41),

A descentralização e a universalização da política federal de saúde e a conseqüente (*sic*) construção do SUS (Sistema Único de Saúde) passaram a serem normas constitucionais com a Constituição de 1988. Embora o princípio do direito universal de acesso aos serviços públicos de saúde passasse a ter validade imediatamente após a promulgação da Constituição, a municipalização dos serviços implicava um processo de reestruturação da estrutura nacional de organização dos serviços, cuja principal consequência (*sic*) seria a transferência de atividades até então desempenhadas pelo nível federal para os municípios. O novo modelo estaria assentado na separação entre financiamento e provisão dos serviços, ficando o financiamento a cargo das três esferas de governo e a provisão dos serviços a cargo dos municípios.

Isso repercutiu muito negativamente para o CSMG, pois, se antes os repasses seja do Governo Federal ou Estadual vinham direto para à Associação agora tinham de ser aprovados pela gestão municipal. “A democratização – particularmente a retomada de eleições diretas para todos os níveis de governo – e a descentralização fiscal da Constituição

¹⁹¹ Entrevista com Cícero Pinheiro Neto, realizada em Milhã/CE em 12 de fevereiro de 2014, gerente da Cooperativa do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

de 1988 alteraram profundamente as bases de autoridade dos governos locais (ARRETCHE, 2002, p.25)”. Não bastasse ter perdido a disputa pela liderança do PSDB milhãense, agora Faustino Pinheiro via todos os projetos do CSMG ficar a mercê da boa vontade de Gecimar Pinheiro em aprová-los e fazer os repasses financeiros.

A situação tornou-se crítica, as disputas retóricas já haviam ganhado a imprensa e os debates cotidianos. O espaço para o diálogo aparentemente foi tomado por um forte ressentimento tanto de um lado como do outro, em um processo permanente de interações sociais que foram sendo construídas e desconstruídas, obedecendo a demandas contextuais. Concordamos com Pierre Ansart (2004, p.21), quando ele alerta que dificilmente, “um sentimento, não tenha consequências e manifestações nas condutas dos indivíduos”. Baseado na perspectiva nietzschiana, o mesmo autor salienta que, para um indivíduo que acredita estar livre dos maus sentimentos delegando essa obscuridade ao outro, é comum que as manifestações ou explosões de sentimento sejam gratificantes. Partimos do princípio que qualquer disputa de poder é um berço para a revelação de sentimentos variados, e, os líderes sociais, políticos e etc., são provocadores, lembra o mesmo Ansart (2004), de ressentimentos, eles são capazes de articular fusões emocionais em torno de um acontecimento para arregimentar o apoio de seus pares. Dessa forma, entendemos que “os ressentimentos têm um lugar, um papel no mecanismo político (ANSART, 2004, p.28)”.

Esse campo subjetivo tão expressamente difícil de adentrar nos parece muito instigante, porque percebemos que ele está subjacente na narrativa. As expressões espontâneas, escondida em uma retórica cuidadosa, limitada conscientemente pela agudeza de manter uma postura “correta”, escondem sentimentos vis. Ora, então como materializar o inaudível, o indizível? Como determinar que o não dito, aquilo que é pretensamente negado, se institui como um móbil das compreensões e percepções da política local? cremos que algumas perguntas sejam valorosas na interpretação da narrativa: que imagem um narrador constrói de seus desafetos? Como é construída a própria imagem? Seja por meio da narrativa oral ou pela escrita o que notamos é que Faustino Pinheiro atribui e constrói uma imagem muito positiva do CSMG, e evidentemente essa visão respiga na sua própria imagem, e por outro lado faz conhecer, usando uma expressão usada por ele, os seus e os inimigos do CSMG.

Tanto a narrativa como a produção dos livros quer dizer em alto e bom tom que a história da Associação não pode ser esquecida a despeito de qualquer negligência política.

Esse tipo de manifestação surge para afirmar uma identidade de luta e ao mesmo tempo sugere a condição de vítima. Sim, essa contradição está presente nessas produções exatamente porque os próprios sentimentos revelados na disputa política são também contraditórios. A indignação ou ressentimento são expressos na amostragem de uma história repleta de conquistas, como, por exemplo, na frase “uma estrutura jamais vista no Ceará e no Nordeste, uma região onde todos têm o direito a seus direitos, sem ter que sair pedindo. Uma população consciente e participativa” ¹⁹². A vitimização, embora não revelada claramente, porque inclusive o discurso de Faustino Pinheiro era o seguinte “digo em público, ninguém nunca nos venceu e jamais nos vencerá, pois temos uma arma forte, chamada DEUS, chamada amor” ¹⁹³, ela está justamente na necessidade de afirmação da história do CSMG e também no próprio título e subtítulo de um dos livros, *Monte grave ontem e hoje da Ascensão à destruição: Ações do Governo estadual apoiam e ações dos governos municipal e estadual destroem*. Entendemos que assumir que os projetos foram sufocados, por falta de repasse, é também apresentar, consciente ou inconscientemente, que o CSMG é vítima de um processo político que se recusou a o fortalecer. Um trecho que também atesta essa característica está presente na última frase do livro mencionado a pouco, “nosso maior dilema é termos uma estrutura como a nossa e vê-la fechada e vendo pessoas passando necessidades das mais variadas formas” ¹⁹⁴.

Não pretendemos definir o termo ressentimento, e talvez até o tenhamos utilizado de maneira demasiado simplista, contudo, a nossa aspiração é tão somente, tomando como base à perspectiva de Carlos Galvão (2004, p. 314), “destacar o papel ‘ativo’ do ressentimento na estruturação de um certo comportamento político”. Isso porque desde final dos anos de 1996, Faustino Pinheiro presidente do CSMG, e, Rocicleide Pinheiro vereadora na Câmara Municipal de Milhã, sempre se opuseram ao PSDB milhãense ou de qualquer coligação que tivesse Gecimar Pinheiro como liderança política. Que outra razão haveria se não a percepção de que ele foi o grande carrasco da história do CSMG? Aliás, essa visão era compartilhada por outras pessoas ligadas à Associação. Quando perguntamos o que contribui para o declínio dos projetos eles disseram,

Ari do Nascimento: Rapaz o sentimento que eu tenho é a política. Porque enquanto não era política, as coisas funcionavam muito bem. Não tinha o

¹⁹² Essas informações constam no Livro, produzido pela direção do CSMS, intitulado *Centro Social de Monte Grave 27 Anos e uma história para contar* (junho de 1998).

¹⁹³ *Idem*.

¹⁹⁴ *Ibidem*.

recurso total, mas que o recurso que vinha era bem empregado era, não tinha quem perseguisse e depois que passou a ser pela política aí deixou de vir a verba por causa que passasse do Estado, aí a gente começou o fracasso. E vem fracassando até hoje ¹⁹⁵.

Rocicleide Pinheiro: A política teve papel de destaque no declínio. Inclusive não só na falta de apoio, como destruindo mesmo o que já existia na comunidade. [...] tinha muitas atividades realizadas aqui no Distrito, através da Associação e alguns prefeitos fizeram foi destruir. Porque se, a gente dizia sempre, se não ajudasse, mas se pelo menos não destruísse o que a gente vinha realizando, já estava ajudando. Mas infelizmente tiveram alguns... A gente tinha convênios com a Secretaria de Saúde do Estado, nós tínhamos, como eu já disse, com o Ministério da Saúde e vinha um recurso direto do Ministério para o Centro Social de Monte Grave e quando, com a entrada de um prefeito aí Gecimar, ele, foi na época da municipalização e com a municipalização, o recurso vinha do Ministério tinha que passar pela Secretaria de Saúde do Município e o Município repassar para o Centro Social, mesmo vindo destinado para o Centro Social de Monte Grave. Só que na época dele, quando o recurso chegou à Secretaria de Saúde do Município que vinha destinado para o Monte Grave, para o Centro Social de Monte Grave ele já não repassou. Então aí começou. [...] Então assim a maioria dos políticos municipais, tivemos muito apoio do Estado, várias secretarias do Estado apoiavam o nosso trabalho. Tivemos alguns projetos apoiados pelas Secretarias do Estado, mas o governo do município a gente teve mais destruição do que progressão ¹⁹⁶.

Faustino Pinheiro: A decadência veio exatamente com os políticos locais, enciumados continuavam na mesma, na mesma situação, enciumados. Aquela politicagem antiga que não fazia nada para ninguém, só batia no ombro, só promessa. Então eram os nossos inimigos mesmo durante o governo Tasso isso tudo crescendo, o governo fazia um trabalho direto com às associações daí podia... Mais tarde, no início de 97, 98 quando entrou no município um novo gestor, mas com as ideias as mesmas inclusive, porque foi exatamente naquela ocasião que o Congresso Nacional fez uma miséria para todas as filantropias do Brasil. Foi quando o Congresso Nacional, no começo da década de noventa, 93, 94 mais ou menos isso, 95, mais ou menos nessa altura, votaram uma lei da municipalização dos setores: da saúde, da ação social de tudo. Então para tu teres uma ideia todo o recurso que a filantropia, que à Associação de Monte Grave recebia direto de Brasília, dos ministérios a partir daquele momento, a partir de 96, começo de 97, passou por força da lei ter que vir pelo município, e o município entregar para a filantropia. Aí foi o grande golpe que o Congresso nacional deu em toda a filantropia no Brasil. Você vai aí consultar por aí as Casas de Misericórdias, enfim, quem fazia esse trabalho, quase todo mundo fechou a porta porque quando chegou ao município o prefeito irresponsavelmente não deu mais, não passou mais nenhum centavo para a Associação ¹⁹⁷.

¹⁹⁵ Entrevista com Manuel Ari do Nascimento, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, sócio fundador e colaborador do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹⁹⁶ Entrevista com Francisca Rocicleide Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 04 de janeiro de 2014, Sócia fundadora, coordenadora da Creche Comunitária e da Casa do Idoso. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

¹⁹⁷ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

Os três narradores citados sinalizam para uma mesma questão, de que houve uma legítima perseguição ao CSMG perpetrada pelo então Prefeito de Milhã, Gecimar Pinheiro. Eles mencionam o advento da municipalização dos municípios, onde os recursos passariam a ser administrados pelo governo municipal, mas em nenhum momento assumem a falta de preparo da instituição para esse momento. Adiante, destacaremos trechos da narrativa de Valmir Isidoro e Cícero Neto que avaliam a situação por outra perspectiva.

Essa visão de que Gecimar Pinheiro foi o maior responsável pela desativação dos projetos da Associação, embora massificada seja no jogo retórico, ou na publicação dos materiais que já mencionamos, não é aceita por todos, ou melhor, ela é levada em consideração somada a outros fatores. Talvez pelo envolvimento mais profundo que tinha com a trajetória do CSMG ou mesmo pela expectativa de ver a comunidade crescendo ainda mais, tudo isso tenha sido tão sentido por Faustino Pinheiro e sua esposa e outros depoentes que estiveram presente desde a fundação. No entanto, para outras pessoas como Valmir Isidoro e Cícero Neto, que fizeram parte por um determinado tempo desse projeto, as percepções sejam mais desprovidas de sentimentos e sejam apresentadas com maior clareza. Valmir Isidoro avalia esse panorama da seguinte maneira,

Olha o Centro Social de Monte Grave viveu seus momentos de glória no final da década de 80 e eu diria até meados da década de 90, quando começou aí o seu chamado declínio. Foram basicamente 10 anos onde à Associação recebeu bastantes projetos, que à Associação recebeu bastantes recursos e foi um exemplo, não apenas em termos de região, mas em nível de Estado a gente era tido como referência, era tido como destaque. Infelizmente **naquela época a gente prismou apenas na questão do assistencialismo**. Nós não visamos a autossustentabilidade que... Creio eu que foi um dos maiores problemas que a gente... Um dos nossos pecados, posso dizer assim, que nós cometemos foi não ter pensado em algo que fosse autossustentável para dar continuidade à Associação (grifos nossos)¹⁹⁸.

As diferentes visões são construídas a partir das experiências, que cada um vivenciou, no trabalho, na família e etc., e também dos sentidos a elas atribuídos. Houve elementos que colaboraram para a construção dessas diferentes percepções. A despeito disso, o que queremos deixar claro é que não se pode atribuir a algo ou alguém em específico, a culpa pelo declínio do CSMG. Não foram somente as dissensões no campo político que desencadearam o retrocesso. Sobre o fechamento do Hospital, por exemplo, Valmir Isidoro

¹⁹⁸ Entrevista com Valmir Isidoro da Cunha, realizada em Milhã/CE em 18 de setembro de 2013, ex-diretor do Hospital e financeiro do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

chama à atenção para aquilo que já refletimos anteriormente sobre a nova conjuntura proporcionada pela Constituição de 1988. Ele diz que,

Eu só quero deixar claro, como eu disse anteriormente, que a questão política ela teve um embate muito grande nesse período. Ocorre que quanto ao fechamento do hospital não podemos delegar apenas a uma questão política interna. **Nós temos que analisar uma gama de fatores que também são, foram, aliás, imposições e mudanças com a chegada da nova constituição que foi promulgada em 88**, e que determinava que no prazo de dez anos os municípios obrigatoriamente teriam que se municipalizar. Então foi o prazo máximo dado pra que os municípios pudessem ter a sua municipalidade. E com isso mudou os critérios. E essas mudanças elas trazem coisas diferentes. Então quando chegam as mudanças, quando você não está preparado para ela, quando você não está informado, quando você não está ciente de como ela vem, aí é um choque e esse choque provoca destruição e **essa destruição ela pode ter sido obviamente uma intransigência, acho eu, de administradores**. Mas eu não vou direcionar apenas a um fator político, ou seja, como se parecesse ser um capricho. Eu acho que não. Eu acho que teve todo um processo de mudança em nível de Brasil e que consequentemente chegou até a comunidade e como eu já disse antes, **nós não estávamos preparados pra a auto sustentabilidade** (grifos nossos) ¹⁹⁹.

Pensamos ser bastante lúcida essa avaliação de Valmir Isidoro por que ele leva em conta pelo menos três fatores importantes para o referido problema financeiro do CSMG. Os trechos que demos destaque apresentam esses diferentes fatores, quais sejam: a inserção da nova Constituição, a “intransigência de administradores”, e falha na gestão. Falando um pouco sobre essa intolerância por parte da administração municipal, ele diz ainda,

Eu acredito que a política em si, ela tem que buscar valores diferentes, ela tem que buscar ver a parte do social, ela tem que buscar ver experiências que dão certo, pra que sejam dados continuidade, pra que não se deixe acabar, por quê? Porque resolve problemas. Resolve problemas de pequenas comunidades e que essas pequenas comunidades já não vão mais levar problemas para a gestão municipal. E eu acredito que o que aconteceu no Centro Social de Monte Grave, como eu já disse antes, foi uma intolerância de administradores. Então quando há um choque de ideais, quando há um choque de discussão é impossível que alguém não saia perdendo. E infelizmente o Centro Social de Monte Grave foi quem mais perdeu nesse embate ²⁰⁰.

Já mencionamos anteriormente que essa tensão política foi em grande medida alimentada pela polêmica saída de Cícero Neto do CSMG. Falando sobre algumas razões

¹⁹⁹ *Idem.*

²⁰⁰ *Ibidem.*

pelas quais o seu relacionamento se tornou insustentável na Associação, Cícero Neto salienta que a sua postura contundente de questionar a Diretoria foi decisiva para que ele fosse demitido. Um dos questionamentos feito por Cícero Neto era sobre problemas de gestão, isso incide justamente com o que Valmir Isidoro avaliou como sendo um fator importante para o desgaste. Vejamos o que Cícero Neto diz,

A minha grande preocupação é que a gente tava investindo numa coisa... O nosso sonho, eu acho que eu comecei a perceber que aquele sonho que ele, que eu e que tantos outros abraçaram nunca ia passar de um sonho se a gente continuasse fazendo do jeito que tava fazendo. Que a situação chegou a um ponto que se a gente... A cada ano a nossa dificuldade ia aumentando, a dificuldade que eu digo é a dificuldade de se manter de pé, **e aí eu comecei a questionar muito isso, será que se a gente fizesse diferente?** Será que se a gente fizesse a... Nós não tínhamos assim nenhuma atividade que rendesse o suficiente para nos manter, então nós chegamos, eu assim como outros, chegamos há ficar alguns meses sem receber nada, sem receber salário exatamente porque não tinha, depois chegava ajuda de fora e sanava a situação. Mas eu comecei a perceber que a situação daquele jeito era insustentável e aí eu acho que infelizmente a coisa pegou um viés assim meio político (grifos nossos) ²⁰¹.

Essa dupla avaliação sugere que havia problemas internos de gestão, e que algumas escolhas também comprometiam o andamento das atividades. A aplicação de recursos em atividades não rentáveis é apontada por Cícero Neto como um dos fatores que muito contribuiu para a desativação dos projetos. Em sua narrativa, inclusive, ele menciona que essas críticas também eram perpetradas por instituições que ajudavam ao CSMG,

[...] eu acho que foi uma sequência, veio um momento em que os recursos começaram a ficar (*sic*) escassos, os investimentos que tinham sido feito, por exemplo, foi investido numa escola de lapidação de pedras semipreciosas e, no entanto não gerava recursos. Então todos os projetos, eu acho que se não todos, mas quase todos os projetos em que foram investidos não geravam recursos para se manterem. E esse era inclusive um dos grandes questionamentos que eu fazia. Que também era feito por alguns representantes de instituições que lá visitavam ²⁰².

Tomando como base essa visão de Cícero Neto, a narrativa de Rivânia Pinheiro se contrapõe afirmando que na verdade o que faltou foi uma política de continuidade do Estado, que financiava, mas não mantinha o apoio depois que o projeto era iniciado.

²⁰¹ Entrevista com Cícero Pinheiro Neto, realizada em Milhã/CE em 12 de fevereiro de 2014, gerente da Cooperativa do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²⁰² *Idem*.

Existe ainda muito a se planejar e a pensar numa política dessa, numa política social. Porque o projeto ele vem e quando um projeto chega numa localidade depois de muita luta e muitas vezes o projeto é implantado e o próprio Governo que foi um parceiro a realizar aquele projeto, ele trava na continuidade do projeto. Numa instituição assim como eu vou dar só um exemplo da lapidação que foi de muita importância, que profissionalizou muitos jovens que passou por ela e que o sonho era essa lapidação formar o seu grupo e a gente encontrar onde vender essas peças. Quer dizer e um parceiro que foi tão forte na hora de uma busca, de uma comercialização a gente travou e ficou aí com muita coisa pronta e não tinha onde vender. E o que foi o ponto final? Parou né! Hoje nós temos uma lapidação que ainda tem muitos equipamentos bons lá dentro que poderiam ser um meio de emprego, ela está parada, porque faltou aquela política pública da continuidade²⁰³.

Para Rivânia Pinheiro não houve um mau gerenciamento de recursos, na verdade faltou um apoio efetivo do Estado na hora de comercializar as peças produzidas na Escola de lapidação, por exemplo. A partir desse relato percebemos a postura do Governo do Estado com os trabalhos desenvolvido no campo social, era liberado o financiamento e daí em diante à instituição devia trabalhar por conta própria, não havia um planejamento comum.

Fica evidente, a partir do cruzamento das narrativas, que é exagero atribuírem, somente, às divergências políticas, o fato do Centro Social de Monte Grave ter, sobretudo, depois do ano 2000 fechado as portas de suas atividades. Foram diversos fatores que contribuíram para esse momento. Evidentemente o cenário político local teve um peso muito grande, haja vista, que caso houvesse um bom relacionamento entre a Direção do CSMG e o então prefeito de Milhã, a história poderia ser outra. Somado a esta constatação de um atrito constante entre as partes citadas, vem à falta de recursos financeiros e os possíveis erros na aplicação desses recursos. É preciso dizer, porém, que embora o gerenciamento fosse feito pelo Presidente havia ao seu lado outras pessoas que compunham a Administração do CSMG, então se houve algum erro na administração isso não pode ser direcionado para uma pessoa apenas. Comungamos com Cícero Neto, quando ele diz, “não se deve ir buscar culpados, até porque eu acho que não teve um culpado. Cada um de nós que passou por ali teve a sua parcela de contribuição tanto para que ali fosse o que foi como para ser o que é hoje”²⁰⁴.

²⁰³ Entrevista com Rivânia Maria Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 08 de março de 2013, sócia e ex-vice-presidente do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²⁰⁴ Entrevista com Cícero Pinheiro Neto, realizada em Milhã/CE em 12 de fevereiro de 2014, gerente da Cooperativa do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

Todas as relações sociais são permeadas por conflitos, e sempre haverá a máxima de que tudo poderia ser diferente caso as escolhas fossem outras. Ao falar de suas vidas os narradores informam e expressam, suas reflexões sobre distintos universos sociais e culturais. São eles que constroem sentidos e atribuem significações aos arcabouços físicos. O que notamos, a partir das ponderações feitas ao longo do texto, é que são as histórias de vida, são as experiências partilhadas no social que nutrem a história do CSMG. Dessa feita concordamos com Yara Khoury (2001, p. 80), quando ela salienta que,

Abordando a história como um processo construído pelos homens, de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas.

4.3 SENTIDOS E EMOÇÕES: A REPERCUSSÃO DA FALÊNCIA DAS ATIVIDADES DO CSMG.

Entendemos que as sensibilidades são formas pelas quais os indivíduos e os grupos se dão a perceber, a si e ao mundo. A sensibilidade é, pois, capacidade humana, que fundamenta a apreensão do real; é uma habilitação sensorial que marca a capacidade de ser afetada pelo mundo ou de reagir a estímulos físicos ou psíquicos por meio das sensações.

(PESAVENTO, 2004, 222).

Adentrar ao campo subjetivo dos sujeitos é, por ventura, um exercício carregado de limites, exatamente porque se de um lado as sensibilidades correspondem à maneira como os indivíduos percebem a si e ao mundo, por outro, “a sensibilidade estaria na base do próprio conhecimento sobre o mundo que o espírito é capaz de produzir” (PESAVENTO, 2004, 222). Entretanto, é preciso levar em conta que o conhecimento sensível sinaliza uma ofensiva contra o modo de perceber e interpretar a si mesmo, “porque opera na esfera das sensações e pertence à ordem da intimidade, porque atua na esfera dos sentimentos e fundamenta a percepção, interpretando e qualificando o mundo” (PESAVENTO, 2004, 222). Entendendo, pois, que a sensibilidade, apesar de não seguir as regras da racionalidade, produz ‘verdades’, observaremos como a comunidade de Monte Grave e região interpretou o momento em que as

atividades da Associação foram desativadas. Para tanto nos questionamos: qual a reação da população ao ver hospital, creche, casa do idoso e as demais atividades do CSMG serem fechados? Todos os projetos foram gestados tendo como escopo a melhoria da região e por diversos anos a comunidade tinha em sua volta um acesso rápido à saúde e outros serviços. O fechamento desses estabelecimentos desencadeou sentimentos vários, buscaremos evidenciar por meio das narrativas a compreensão dessas sensações.

À medida que os narradores iam falando sobre as suas experiências, eles expressavam suas emoções na tonalidade da voz, no jeito nostálgico de se lembrar de alguns fatos, na euforia de contar uma conquista, na simplicidade de falar das amizades construídas, na melancolia de olhar tudo parado no tempo. As palavras são, pois, uma linguagem pelas quais se expressam os sentidos e as emoções desencadeados pelos fatos sociais e políticos. Ao longo desses diálogos, escutamos histórias sobre: o nascimento de um filho, o primeiro emprego, a construção de uma casa, a festa na casa do idoso, a melhora de um paciente, a chegada de um projeto aprovado e financiado, e também de portas que fecharam. Cada um desses acontecimentos provocaram diversas sensações e elas parecem serem reportadas pela fala dos narradores. As significações dadas aos fatos passados até podem variar no tempo, mas algumas permanecem ali guardadas na memória. Às vezes essas lembranças são silenciadas por uma voz embargada que parece pouco contente com a presença de fatos dolorosos. Em outros momentos falar dessas lembranças desagradáveis parece até revigorar a vontade de seguir adiante. Notamos assim, que os dias no CSMG foram sentidos e vividos de variadas formas. Houve planos que se frustraram, houve alegrias pelo sucesso, lágrimas de felicidade e tristeza, a espera pelo salário, amizades construídas, enfim, houve um mosaico de vivências que se cruzaram e entrecruzaram na convivência em comunidade e que ainda hoje marcam e delimitam a maneira como a vida é pensada, significada e vivida no cotidiano.

Algo interessante nas narrativas dos interlocutores é que, de alguma forma, a maioria carrega consigo uma lição particular sobre as experiências no CSMG. Quando se referiam ao momento mais triste, que foi a ocasião em que os projetos foram desativados, eles faziam questão de registrar a importância da Associação na vida deles. Em dois momentos Cícero Neto deixa isso transparecer, no primeiro ele fala do exemplo que carrega consigo sobre a forma aguerrida de se encarar o trabalho na Associação, no segundo momento ele menciona o valor que o CSMG tem na vida da comunidade. Vejamos,

Eu acho que pra mim assim uma coisa que eu sempre vou levar, era aquela vontade de transformar aquela região que o Faustino sempre teve. Então mesmo quando a gente não tinha nenhum recurso, mesmo quando tudo parecia que não ia dar certo, ele tinha aquela empolgação, aquela vontade, e era contagiante e fazia com que a gente acreditasse que também, que era possível²⁰⁵.

[...] Então esses conhecimentos, aquele trabalho que foi feito rendeu frutos não só na questão agrícola, mas eu acho que também em todos os aspectos, fez as pessoas buscarem mais os seus direitos também. Porque é bem verdade que muitas dessas confusões que haviam, políticas, eram exatamente porque eram cobranças que eram feitas também, exigindo os seus direitos. Então eu acho que esse deve ter sido assim, se não o maior, mas um dos grandes frutos daquele trabalho que começou muito antes de mim²⁰⁶.

Já Valmir Isidoro lembra com muita altivez de momentos significativos para a história do Centro, como, por exemplo, do momento em que o Hospital Comunitário de Monte Grave, do qual ele era diretor, foi “uma das unidades hospitalares, naquela época, em implantar o primeiro atendimento de ultrassonografia na região. Nós conseguimos o aparelho de ultrassonografia e na verdade foram conquistas que só trouxeram benefícios para aquela comunidade e para aquela população”²⁰⁷. Faustino Pinheiro, ao refletir sobre o momento de crise não deixa de enaltecer a história da Associação dizendo, “na verdade em todos os setores que nós conseguimos no decorrer daqueles anos, que começou do zero até chegar às atividades que atenderam o povo, tornou o povo mais gente, tornou o povo mais humano também, então tudo isso eu olhando essa história me deixa altamente contente”²⁰⁸. Gedileuza Pinheiro fala emocionada do seu trabalho e enfatiza que as experiências vividas no Hospital estarão sempre presentes em sua memória,

Muita coisa boa, muita coisa boa aconteceu lá, sabe? Muita coisa boa. Pessoas conhecidas... Essa de você ver uma pessoa super doente chegar e você tratar, isso é muito gratificante e você não esquece. Tem pessoas que marcam, tem pessoas que até quando te vê e diz: *ai como eu tenho saudades de você, se Monte Grave, se o hospital tivesse aberto você tava lá ainda. Então assim isso é para sempre.* [...] Assim, é muito gratificante, é ótimo. Quer dizer, poxa, hoje é que devia tá crescendo e ter acabado tudo. Então assim é gratificante porque você sabe que todas aquelas pessoas de 16, 17, 20 tantos anos, todas nasceram lá, hoje num tem mais esse atendimento. Hoje não se nasce mais crianças lá, hoje você não tem mais o que você tinha

²⁰⁵ *Idem.*

²⁰⁶ *Ibidem.*

²⁰⁷ Entrevista com Valmir Isidoro da Cunha, realizada em Milhã/CE em 18 de setembro de 2013, ex-diretor do Hospital e financeiro do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²⁰⁸ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

antes de ver pessoas de outros municípios, a convivência com as pessoas, não se tem mais isso. (grifo nosso) ²⁰⁹.

Já para Rivânia Maria o que ficou marcado foi a importância das atividades na vida das pessoas, mesmo que não tenha durado para sempre o que importa é que em muitos momentos as ações do CSMG fizeram a diferença no cotidiano da comunidade. Ela chama a atenção para o fato de que as experiências, que condicionaram a realização desses projetos, permitiram aos indivíduos daquela espacialidade construir uma mentalidade, uma consciência de luta diferenciada.

Olha o que valeu apenas é a conscientização das pessoas, a visão e o alívio do sofrimento, sabe. Hoje graças a Deus não existe mais pobre no nosso Distrito, mas já existiu a pobreza predominante nessa região e foi nesse momento em que o projeto foi vida, sabe, quando o projeto tinha como fazer doações de roupa de filtros, de portas, de alimentos, de cisternas, de passagens molhada, sabe. Começou com essas pequenas ações que foram somando, que foram trazendo vida, que foi fazendo o grupo crescer, que foi fazendo a visão da gente ficar mais clara e entender que a gente podia mais ²¹⁰.

Ela salienta ainda que essa visão aguerrida foi construída passo a passo, foi plantada, cultivada e regada, e que a maneira como enxerga o mundo, os valores que cultivava foram influenciados pela convivência social. A valorização pelo ser humano é destacada como a maior lição que ela aprendeu na experiência associativa.

A luta traz esse crescimento, e que hoje eu teria só assim eu teria não eu tenho muito a agradecer a Instituição pela a oportunidade que me deu de valorizar tanto o associativismo, do respeito ao ser humano de acreditar. Hoje eu vejo qualquer pessoa e eu acredito que ela é capaz, qualquer pessoa, qualquer cidadão que eu vejo, principalmente quando eu vejo um alcoolizado, quando eu vejo bêbado, eu fico olhando para ele, esta pessoa é tão capaz. E assim isso, essa consciência de valorização do ser humano de eu valorizar que as pessoas podem ser é por causa da luta com o associativismo sabe, de presenciar muitas pessoas pequenas de ações grandes ²¹¹.

²⁰⁹ Entrevista com Gedileuza Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 19 de setembro de 2013, ex-auxiliar de enfermagem do Hospital do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²¹⁰ Entrevista com Rivânia Maria Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 08 de março de 2013, sócia e ex-vice-presidente do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²¹¹ *Idem*.

As várias narrativas por diversas vezes se encontraram e em alguns momentos pareciam falar no mesmo tom. A repercussão gerada pela desativação dos projetos do CSMG foi sentida, certamente, de maneira particular, mas ao mesmo tempo todos parecem ter compartilhado de sentimentos comuns. O desapontamento, a tristeza e outras tantas emoções atravessaram o rebobinar do tempo desses sujeitos.

Cícero Neto: Na verdade o que eu tenho hoje assim como frustração, e eu acho que como todas as pessoas que se dedicaram aquele projeto, é ter visto aquilo ali, eu não vou dizer morrer porque eu acho que ainda há, ainda existe alguma coisa lá, mas pelo menos diante do sonho comparado ao sonho que se tinha, ele tá muito longe do que nós imaginamos. Eu acho que tanto o idealizador disso tudo, que foi o Faustino, como todas aquelas pessoas que acreditaram nisso, então para nós isso é muito ruim. [...] Então eu acho que uma coisa é verdade, ou pelo menos eu quero crer nisso, **todas as pessoas que apostaram naquilo ali se sentiram assim frustrados, decepcionados porque não era esse o fim que nós imaginávamos pro Monte Grave**, não era esse ou pelo menos não era o Monte Grave que se queria ver nesse 2014²¹².

Valmir Isidoro: Olha, você imagina o que é você passar 10 anos fazendo algo prazeroso vendo um retorno muito bom e de repente você ver tudo isso desmoronando? Então você parece se sente impotente perante uma situação que você fica assim imaginando, mas por quê? O que é que está acontecendo? Onde erramos? Onde podemos concertar? O que deve ser feito? Enfim, são respostas, aliás, são perguntas que você faz e que parece que não tem respostas. Por quê? Porque você sonha com um projeto, você idealiza um projeto e o melhor de tudo isso é que você constrói o projeto e depois vê o projeto praticamente acabado, então **isso é muito cruel**. Psicologicamente eu diria que isso afeta as pessoas que estiveram à frente da Associação e **pra comunidade foi assim uma perda irreparável**. Embora saibamos que existem outros pontos de atendimento, mas não era, não são como uma referência que a gente tinha e que a gente teve durante todo esse período²¹³.

Gedileuza Pinheiro: Ali não era só o seu trabalho assim, como eu falei, a gente ficou meses sem receber pra ajudar o outro, o próximo. Então assim, ali você estava deixando a saúde da sua família, a saúde do seu amigo sem ter... **Então é muito difícil. A sua cidade tá crescendo e você quer sempre mais, então assim, quando você vê tudo se acabando, você vê um hospital fechando, assim a tua família tá ficando doente**. Porque o que você tinha ali em meia hora, em pouco tempo, você vai ter num dia, dois, uma semana. Então é assim, não era só o seu trabalho era a saúde da sua família, porque assim a gente sempre bota a família em primeiro lugar. E se minha família ficar doente, se meu pai adoecer, se meu irmão adoecer? Então assim é a família, você ter a doença chegando a sua porta, porque você tinha a certeza que tinha um hospital para atender a qualquer hora, ou na

²¹² Entrevista com Cícero Pinheiro Neto, realizada em Milhã/CE em 12 de fevereiro de 2014, gerente da Cooperativa do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²¹³ Entrevista com Valmir Isidoro da Cunha, realizada em Milhã/CE em 18 de setembro de 2013, ex-diretor do Hospital e financeiro do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

hora que você quisesse e só complicou porque a gente depende muito de transporte ²¹⁴.

Fernando Nogueira: É triste de certa forma, **fica um vazio dentro da gente**, a gente que nasceu cresceu aqui e conviveu com tudo isso e hoje a gente olhar para trás e ver tudo aquilo fechado, parado, sem funcionar. **Dá um sentimento de tristeza e de revolta ao mesmo tempo**, porque era um projeto que poderia ter ido muito longe e que hoje esse projeto poderia tá beneficiando ainda muitas e muitas famílias aqui da região ²¹⁵.

Rocicleide Pinheiro: Sinceramente **eu sinto muita tristeza**, assim porque a gente vê quem foi Monte Grave que tinha tudo, olha era um trabalho tão importante e na verdade realizado assim com tanta responsabilidade... Então isso a gente lembra assim feliz por ter acontecido todas essas maravilhas, mas triste porque por não poder ter dado continuidade. E a gente saber que tudo isso foi embora por conta da politicagem! Não digo da política, mas da politicagem, de perseguição política mesmo. Aí fica muito mais difícil de a gente trabalhar, porque além da dificuldade de tudo destruído, destruíram tudo. E continua sem ter apoio dos políticos municipais [...] ²¹⁶.

Rivânia Maria: É nessa hora que a gente vê tamanha é a crueldade. E assim o descaso com a população, eu vejo como uma crueldade ver um projeto desses que custou tantas vidas, tantos esforços de alguns, custou até mesmo à própria saúde de alguns. E hoje, por coisas que não estavam no seu poder quer dizer o projeto, cada projeto, cada prédio desse ele tem uma história, um objetivo diferente e se você for ver o que uma Casa do idoso dessa trazia para o idoso um incentivo muito grande vida, de fazer eles se sentirem útil, o que que uma rádio dessa traz para a população, um meio de comunicação onde as pessoas tinham onde se expressar, o centro recreativo do mesmo jeito, um Hospital desse, que quantas crianças nasceram aqui, quantos remédios foram comprados pela própria entidade para beneficiar os sócios. Quer dizer hoje você vê toda essa estrutura que custou sem dúvida, tanto dos sócios como da Diretoria muita boa vontade, muito empenho você vê tudo parado você acha uma crueldade [...] ²¹⁷.

O reconhecimento do trabalho coletivo perpassa todos os discursos, mas cada um elenca um motivo que justifica a frustração. Para um, o ponto crucial e doloroso é ver que o sonho que virou realidade vai dando lugar ao pesadelo, para outro, o cruel é a impotência de ver tudo ficando para trás sem que se pudesse fazer muito, aquele entende que as atividades representavam mais que um trabalho, (para alguns) representava a saúde da comunidade, outros, porém, se frustram por perceber que tudo podia estar beneficiando as famílias, mas

²¹⁴ Entrevista com Gedileuza Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 19 de setembro de 2013, ex-auxiliar de enfermagem do Hospital do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²¹⁵ Entrevista com Luiz Fernando Nogueira, realizada em Milhã/CE em 06 de janeiro de 2014, ex-sócio, artesão, e radialista do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²¹⁶ Entrevista com Francisca Rocicleide Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 04 de janeiro de 2014, Sócia fundadora, coordenadora da Creche Comunitária e da Casa do Idoso. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²¹⁷ Entrevista com Rivânia Maria Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 08 de março de 2013, sócia e ex-vice-presidente do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

está estático. Por fim, há quem se indigne por ver anos de luta representados por portas batidas por conta de intransigência política. Essa pequena análise permite-nos entender que o declínio dos projetos torna-se uma questão sensível, na medida em que interfere nas relações sociais, nas escolhas individuais e nas decisões comunitárias. Essa constatação leva em conta as próprias narrativas, onde fica visível que a crença de que os fatores políticos intervíram negativamente na história da Associação, e, por ventura na história da própria comunidade, foram determinantes nas escolhas políticas que os indivíduos fizeram daí em diante.

Ainda sobre as atividades que foram desativadas, é preciso destacar que uma gerou uma comoção coletiva, todos os narradores falaram com muita tristeza do fechamento do Hospital Comunitário. No depoimento de Gedileuza Pinheiro citado anteriormente, ela chama a atenção para o fato de que não se tratava apenas de um ambiente de trabalho, mais do que isso, aquele espaço era a certeza de que as famílias podiam contar com um atendimento próximo de casa e a recepção ia ser feita por pessoas da própria comunidade. Isso era visto de maneira muito positiva para os narradores. O fechamento do Hospital não representou apenas a perda de emprego, por exemplo, para Valmir Isidoro e Gedileuza Pinheiro, representou também o distanciamento dos colegas de trabalho, dos pacientes, das amizades construídas. Sobre isso Gedileuza Pinheiro fala,

A equipe são pessoas que cada um foi para um lado. As pessoas que coordenavam, a equipe de trabalho, as pessoas que você atendia, pessoas que você tinha bastante amizade, pessoas que você conhecia. Então assim, se distancia muito, você já não tem mais essas pessoas, pessoas que moram em outro município que tavam lá duas, três vezes por semana, desde que fechou você não vê nunca mais ²¹⁸.

Vejamos o que alguns narradores expressaram sobre o que significou para eles, e, para a comunidade, o fechar das portas do Hospital Comunitário.

Rocicleide Pinheiro: Com certeza o fechamento de todas essas atividades chocou muito a todos, principalmente o Hospital, foi muito triste. Eu me lembro do dia em que esse hospital fechou, tinha gente que chorava. Até hoje eu me emociono (lágrimas), foi assim difícil, eu acho que todos mexeram muito, mas o fechamento do Hospital foi o pior ²¹⁹.

²¹⁸ Entrevista com Gedileuza Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 19 de setembro de 2013, ex-auxiliar de enfermagem do Hospital do CSMG. Arquivo de Antônio Natália de Lima.

²¹⁹ Entrevista com Francisca Rocicleide Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 04 de janeiro de 2014, Sócia fundadora, coordenadora da Creche Comunitária e da Casa do Idoso. Arquivo de Antônio Natália de Lima.

Fernando Nogueira: O mais triste foi quando a gente viu, eu acho que assim o Hospital, o fechamento do Hospital, eu acho que foi um dos momentos mais tristes, porque a lapidação, a rádio, os outros setores, eram coisas que o povo já era acostumado, assim já não existia, já não tinha antes até que passava. Agora sem a saúde, sem um atendimento, o povo, já todo aqui acostumado, chegava ao Hospital de Monte Grave tinha leitos para internar, a pessoa podia tomar um soro, podia ficar, tinha uma maternidade, que tinha uma parteira, juntamente com um médico que fazia esse serviço. Então tudo isso aí eu acho que foi assim um momento crucial de tristeza da gente aqui, que foi o fechamento do Hospital ²²⁰.

Gedileuza Pinheiro: O hospital era tudo pra mim, porque é uma área que amo e que era tudo para todo mundo. Mas assim, fez falta todos os setores, fez falta porque a castanha empregava muita, bastante jovens, o Centro de lapidação de pedras, tinha muitos jovens trabalhando ali, aprendendo ali. Então assim todos os setores atingiu a comunidade, mas o hospital foi o que mais atingiu ²²¹.

Rivânia Maria: Quando o primeiro projeto do Centro Social a ser atingido foi o hospital, quando foram tiradas as AIH's, que funcionava, onde esse hospital fazia um atendimento, muito grande não só ao município de Milhã, mas como a municípios vizinhos, como historicamente é conhecido. Ainda hoje depois de tantos anos, eu me encontrei esse mês com um pessoal de Betânia e uma senhora chorou com saudades deste hospital. Quer dizer ele foi de grande relevância na vida de muita gente. E assim foi o primeiro projeto a ser atingido e eu até digo, foi assim, o que mais mexeu com a população de revolta, de ressentimento, de dor mesmo. Eu lembro uma vez de Eudócia da Fazenda Nova, que ela tinha problema asmático, ela sofreu demais com o fechamento desse hospital ²²².

Essas constatações são resgatadas a partir de lembranças carregadas de sentidos com recorte temporal e espacial definido, mas nem mesmo o tempo parece ter jogado às sensações em armários trancados. À medida que esses sujeitos lembram-se desses momentos as suas emoções se expressam mais rápido do que as próprias palavras. Conter uma lágrima torna-se difícil quando se trata de encarar uma lembrança dolorosa. A lágrima não surge somente por conta do que é lembrado, mas por conta do que essa lembrança significa. Ver as portas do Hospital fechadas representa mais que a impossibilidade de ter um atendimento à saúde próximo de casa, significa também ver um processo de luta ser interrompido e desvalorizado. É preciso dizer que os sentimentos, embora, estejam sempre presentes na narrativa, eles sofrem no decorrer dos anos “fluxos e refluxos, de ascendência e queda, mas,

²²⁰ Entrevista com Luiz Fernando Nogueira, realizada em Milhã/CE em 06 de janeiro de 2014, ex-sócio, artesão, e radialista do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²²¹ Entrevista com Gedileuza Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 19 de setembro de 2013, ex-auxiliar de enfermagem do Hospital do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²²² Entrevista com Rivânia Maria Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 08 de março de 2013, sócia e ex-vice-presidente do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

de certa forma, pode-se dizer que ainda guiam as sensibilidades locais” (PESAVENTO, 2004, p. 234) influenciando na maneira de perceber um fato passado. Essas peculiaridades tão presentes na História oral se configuram como “territórios do não dito ou mesmo do não provado, porque pertencem à esfera do sentimento, que tocam não só na subjetividade, mas também no coletivo” (PESAVENTO, 2004, p. 234).

Apesar da desilusão de ver que o que se construiu em décadas foi desfeito em poucos anos, há nas narrativas uma expectativa de que em algum momento algumas coisas voltem a funcionar. Essa percepção é compartilhada por muitos narradores. Eles sempre falam da impossibilidade de que as coisas voltem a ser como antes, mas mantêm viva a esperança de reabrir alguns projetos.

Faustino Pinheiro: Eu confesso com toda honestidade, às vezes em olhava esse cenário, depois que aconteceu o fechamento da maioria das atividades... Mas eu sou honesto contigo, eu nunca, eu nunca fiquei desanimado porque eu acho que o nosso, o tempo valeu e fez muita gente entender e hoje muita gente já entende que o poder público devia fazer e não vem fazendo e ainda, pra ser honesto contigo eu tenho muita esperança que nós ainda possamos ter em Milhã um governo que olhe para esse tipo de coisa. Por exemplo, tudo o que nós tivemos e ainda temos estrutura em Monte Grave a maioria parada, imagina que uma gestão, um gestor, um prefeito que ele entenda que o caminho para o progresso do povo é começando pelas comunidades, e ele reabra tudo no Monte Grave, ele crie o que tem aqui nas outras comunidades. Então isso seria o sucesso para qualquer gestão tanto da educação, quanto no social em tudo, na saúde na agricultura especialmente que é o que é a maioria do nosso município²²³.

Valmir Isidoro: É (tom melancólico) difícil você, você enxergar tudo aquilo ali e dizer quantos elefantes brancos você, você construiu. Mas se você analisar durante o período de funcionamento, durante o período de atividade de todas, de todos aqueles setores você, você volta assim no tempo aí você fica assim imaginando, então eu acredito que hoje é basicamente isso, é você viver de um sonho. É foi uma perda terrível hoje, hoje a comunidade ela, volto a te dizer, ela teve uma queda muito grande, principalmente na sua população, pessoas foram embora de lá e isso, e isso traz prejuízo também para a comunidade. E outras coisas que, que a gente, que a gente fica assim só se imaginado, como seria bom se a gente tivesse condição de reativar, e foi uma das minhas sugestões dita na reunião do último sábado. Os tempos mudaram, nós estamos aí vivendo tempos modernos, as pessoas adquiriram um certo potencial econômico graças a Deus, então são valores diferentes que a gente tem que buscar, trabalhar pra saber se realmente dá certo, pra saber se realmente compensa buscar reativar as atividades principais. A gente sabe que é impossível que volte a funcionar tudo, mas que pelo menos

²²³ Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

as principais que elas venham a fazer parte do funcionamento daquela comunidade ²²⁴.

Fernando Nogueira: Monte Grave foi uma história bonita no passado. Que hoje deixa um pouco de tristeza a gente ver a situação que tá, mas que a gente acredita que pode ainda no futuro... surgir alguém com uma força de vontade pra correr atrás e que os governantes se interessem mais e que possam trazer melhorias para nós ²²⁵.

Rocicleide Pinheiro: Na verdade a gente sonha, eu não sei se a gente consegue transformar em realidade, mas a gente sonha e, não como antes, porque não, com certeza não tem mais a mínima possibilidade, até porque eu já lhe adiantei, infelizmente os políticos não colaboram pra isso e às vezes quando a gente tá tentando concertar outros tentam destruir. Mas a gente ainda sonha, que pelo menos alguma atividade a gente retome. Inclusive agora recente, Faustino era o Presidente e com o falecimento dele me elegeram como Presidente e eu to com esse sonho que pelo menos alguma coisa a gente reativar, não sei como, mas a gente tá tentando buscar alguns meios aí para reativar alguma atividade ²²⁶.

Rivânia Maria: Eu sonho, sabe, que um dia tudo isso venha a atingir o objetivo a qual foi implantado, um objetivo de tanta luta, de tanto sacrifício não foi de ver parar, de estacionar, foi de desenvolver como algum tempo já desenvolveu onde mais de 50 pessoas eram beneficiadas aqui. Tá aí né. Tá aí nas estruturas, que foi feita com muita vontade de funcionar, mas eu ainda tenho muita fé, sabe, que nós ainda vamos pegar políticos de visão coletiva, de visão comunitária para ver que isso traz vida para o povo e não morte. E que isso traz a melhora ²²⁷.

É presença constante nas narrativas uma intensão de resguardar uma imagem positiva da instituição e também de apontá-la como um modelo de organização. Até mesmo os que tiveram desgaste em relacionamentos com a diretoria, expressaram as suas visões positivas pelo trabalho visto num todo. O fato é que a história da Associação é também a história de vida desses sujeitos e a necessidade de manter essa história viva é também uma vontade de dar sentido a essas experiências. A sugestão, de que o CSMG é um modelo a ser seguido, retém a possibilidade de que a história começada e alimentada por cada um deles continue em algum lugar, sempre viva.

Valmir Isidoro: A gente queria que não deixasse morrer ao menos a memória que foi à Associação Centro Social de Monte Grave, não que a gente deva

²²⁴ Entrevista com Valmir Isidoro da Cunha, realizada em Milhã/CE em 18 de setembro de 2013, ex-diretor do Hospital e financeiro do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²²⁵ Entrevista com Luiz Fernando Nogueira, realizada em Milhã/CE em 06 de janeiro de 2014, ex-sócio, artesão, e radialista do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²²⁶ Entrevista com Francisca Rocicleide Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 04 de janeiro de 2014, Sócia fundadora, coordenadora da Creche Comunitária e da Casa do Idoso. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²²⁷ Entrevista com Rivânia Maria Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 08 de março de 2013, sócia e ex-vice-presidente do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

viver apenas de histórias, mas que ela sirva de exemplo, que ela sirva talvez de uma nova moldura para novas comunidades que queiram e que possam surgir. E que conheçam a trajetória do Centro Social de Monte Grave, e quem sabe um dia a gente veja ele revestido em outra comunidade porque é disso que nosso povo precisa ²²⁸.

Cícero Neto: Eu acho que essa situação comunitária, vivida lá, serviu também de semente para outras comunidades do município e até na região e eu acho que se não foi como a gente imaginava, mas pelo menos foi como era possível ²²⁹.

Vemos assim que todas as percepções e emoções são a expressão de um modelo de luta que foi forjado na convivência social, ali naquela espacialidade esses sujeitos foram construindo a si e ao meio. O Distrito, nesta perspectiva, é visto como palco de confrontos e experiências de diferentes sujeitos, que, embora sofram procedimentos de disciplinas, de perdas etc., elaboram em seu cotidiano práticas culturais que ressignificam o lugar onde vivem e cria para si novos referenciais para sua existência. Dessa feita nosso trabalho se insere “[...] dentro da perspectiva de construir um conhecimento histórico que incorpore toda a experiência humana e no qual todos possam se reconhecer como sujeitos sociais” (Yara Khoury, 2001,118).

Não há, pois, uma maneira mais justa de evidenciar essas experiências e reconhecer a validade da história desses sujeitos, do que pela via da História oral. Dessa feita assentimos com Alessandro Portelli que entende a memória como uma construção dos sujeitos a partir de suas experiências de vida. Nesse capítulo, em específico, vimos como o espaço foi modelado com a presença de projetos construído, e experimentado por cada um desses sujeitos. Notamos como eles atribuíram sentido e se apegaram ao modelo de luta empreendido, bem como, compreendemos como eles construíram suas percepções a respeito do declínio. Todas essas significações foram e são perpassadas por sentimentos variados. Ratificamos o papel das sensibilidades na maneira como os sujeitos percebem a si e aos outros, sempre levando em conta o papel do tempo na construção dessas percepções.

Qualquer trabalho histórico não deve ter por objetivo notabilizar uma memória particular ou ressuscitar o que se já se foi com o tempo, mas “tornar compreensíveis, em toda sua complexidade, as relações que unem ou dividem os homens e as mulheres, os diversos

²²⁸ Entrevista com Valmir Isidoro da Cunha, realizada em Milhã/CE em 18 de setembro de 2013, ex-diretor do Hospital e financeiro do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

²²⁹ Entrevista com Cícero Pinheiro Neto, realizada em Milhã/CE em 12 de fevereiro de 2014, gerente da Cooperativa do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

grupos sociais, os governantes e os governados [...] sem apagar nenhuma de suas asperezas” (BOUTIER; JULIA, 1998. p.53). A história da Associação nos interessa na medida em que os sujeitos lhes atribuem sentido, até porque ela só existe em virtude da disposição desses indivíduos que fizeram em muitos momentos a história do CSMG a sua própria história. Mesmo que atualmente o Centro Social de Monte Grave não exerça uma influência direta na vida dessas pessoas, ele ainda significa muito para cada uma delas. Como muitos dos narradores disseram “nada foi em vão, tudo valeu a pena”. Como todo processo histórico, as histórias dessas pessoas e da própria Associação se inserem dentro de uma dinâmica irregular cheia de rupturas, de continuísmos e em permanece construção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira linha de um texto surge depois de muita leitura e reflexão sobre a temática pesquisada. As linhas subsequentes são fruto do diálogo do pesquisador com as experiências cotidianas dos sujeitos interlocutores da pesquisa. Nesse percurso de conhecer o outro, de se conhecer e de lidar com essas memórias, aprendemos que é necessário sermos éticos com a história desses sujeitos. Durante todo o texto buscamos ao máximo não extrapolar o sentido das narrativas, interpretando-as não de forma definitiva, mas apresentando uma versão possível dos fatos sem violar o que foi dito.

Nessa perspectiva, finalizamos esse trabalho sem concluir, pois ainda há muito para ser dito, muitas lacunas certamente permeiam a nossa abordagem, muitas perguntas pairam sem respostas. Muitas histórias ainda estão para serem contadas.

Contudo, algumas reflexões são possíveis a partir das narrativas e interpretações do vivido. Partindo desse pressuposto, procuramos entender a história oral dentro da movimentação de tempos, que não se sucedem, mas que estão em simbiose a todo o momento. As lembranças operam dentro dessa dinâmica que leva em consideração fatos do passado a partir do presente, abrangendo as vivências em suas várias facetas. “Lidar com o tempo nas narrativas é também lidar com a memória. A fala oral está sempre impregnada de memória. Nas conversas estamos em contato direto com modos como as pessoas costumam significar o passado, marcar e usar o tempo” (Yara Khoury, 2004, p.128). Tomando como base a reflexão das narrativas, em contato direto com os documentos do CSMG, são enfoques da nossa discussão questões como: práticas de políticas com teor de favoritismo, sociabilidade, ausência dos gestores municipais e o emprego propiciado pelo CSMG dentre outros.

É importante salientar que a Igreja foi a responsável pelo desenvolvimento, e, amadurecimento das questões sociais na região de Monte Grave. A CEB's e o grupo da JAC propiciaram o amadurecimento da comunidade. A atuação da Igreja, representada pela presença desses movimentos, permitiu a inclusão desses sujeitos ao cenário público na luta por melhores condições sociais. Outra questão que é *míster* destacar é que o CSMG se constituiu no primeiro momento mediante uma vertente progressista da Igreja católica e depois se estruturou através de forças políticas diferenciadas. As novas posturas do Estado com incentivo financeiro aos projetos do CSMG, após reabertura da democracia, surgiram do embate travado pelos movimentos sociais em todo o país e isso permitiu conquistas

significativas à Associação. Os serviços realizados pelo CSMG eram mantidos por patrimônio próprio, de subsídios ordinários e extraordinários de particulares, de doações, assim como doações que lhe eram destinadas. Contudo, é importante mencionar que como os recursos eram bastante escassos foram fundamentais as parcerias com outras instituições filantrópicas e/ou governamentais e também com os sócios sem os quais o CSMG não teria alcançado o volume de projetos que atingiu. Além das parcerias e doações, o CSMG era mantido pelos sócios, que contribuíam com uma mensalidade fixa.

Todos os triunfos da Associação advêm da trajetória de muitos indivíduos que foram essenciais para a estruturação das atividades do CSMG. Foram esses sujeitos que no cotidiano lutaram por melhorias sociais e transformaram o seu meio com a presença de hospital, creche, rádio, casa do idoso e etc.

Como salientamos no texto, à Associação atuou em diversas áreas como educação, recreação, inclusão digital, mas a saúde foi o carro chefe da entidade. O Hospital Comunitário foi à atividade mais bem sucedida. Foram vários anos de trabalho, tudo começou em uma sala de estar, depois a comunidade conseguiu construir um Posto de Saúde e anos mais tarde o Hospital. Toda essa luta hoje está representada por portas fechadas e isso despertou no passado e ainda continua despertando muita comoção. Isso porque o CSMG foi o responsável pelas mudanças no cenário social da região de Monte Grave. Essas atividades que mencionamos a pouco foram permitindo um novo padrão de convivência na comunidade. Os conflitos, as teias sociais e a desativação das atividades são fatores que permanecem vivos na memória dos narradores. A disputa política e o abandono que a região sofreu na última década são expostos por alguns narradores que manifestaram seus sentimentos, suas esperanças e também decepções.

Ainda nas narrativas notamos que o espaço da Associação foi em muitos momentos alvo de disputas. Através de seus moradores determinados lugares criam relações comuns e identificações sociais por intermédio de experiências vividas e compartilhadas. Essas experiências experimentadas na convivência comunitária têm como locus principal as atividades do CSMG. Mesmo incidindo uma divisão de serviços, as pessoas envolvidas na entidade comungavam de um espírito comunitário em prol do desenvolvimento integral do ser humano.

À medida que essas pessoas se relacionavam, se reuniam, um e outro colaboravam para modificações na forma de pensar e ver o mundo. Cada um ao seu modo, com finalidade, metodologia e intensidade distinta ajudou para que a comunidade fosse transformada. Houve um esforço coletivo dos sócios, dos parceiros financeiros e da comunidade em geral, para o desenvolvimento integral da região de Monte Grave, para que esta tivesse acesso a serviços básicos, mas também passasse a ter contato mais direto no tocante as mobilizações sociais e políticas. (THOMPSON, 1981).

A história do CSMG sem dúvida interfere na história da comunidade, que era uma antes da sua existência, foi modificada pela presença dos projetos da Associação e mais uma vez foi transformada quando à Associação começou o processo de defasagem. É evidente que a região de Monte Grave parece mesmo ter parado no tempo, ela não se compara àquela região de 20 anos atrás. Muitas mudanças, sobretudo, políticas contribuíram para que aquele espaço fosse negligenciado. Isto é um resultado de um processo de inoperância da administração municipal, da falta de apoio do Estado, e etc. Essas tensões são exaltadas e expostas pelos sujeitos sociais que estiveram presente na constituição, desenvolvimento e desarticulação das atividades do CSMG e que sentem as mais variadas sensações, seja de saudade, nostalgia, remorso e coisas afins.

Essas constatações surgiram da reflexão das narrativas dos interlocutores da pesquisa que, além de revelarem por meio de suas memórias aspectos de suas vidas particulares, expressaram também uma história compartilhada no social, construindo a partir disso uma memória social. Essas experiências materializadas nas falas se constituem em uma fonte relacional. A História oral tem esse fascínio de fazer do diálogo entre narrador e pesquisador um trabalho histórico. “A partir dessas parcelas de discurso, desses fragmentos de vida, é, [...] possível reconstruir os modos de racionalidade que regulam práticas e ações, os códigos que regem as relações sociais no bairro, na oficina ou no botequim, as relações entre homens e mulheres”. (BOUTIER; JULIA, 1998, p. 49).

Quando falamos em memória social, entendemos que ela é urdida por aqueles que fundaram, estruturaram, teceram relações, habitaram o meio no qual o CSMG estava inserido. Essas são algumas das histórias de pessoas que fizeram parte da constituição do CSMG. São histórias corriqueiras, das vivências cotidianas, mas revelam os limites das ações políticas no correspondente ao poder local, bem como a ligação desse movimento específico com as lutas empreendidas em termos macros e etc. Investigar as narrativas dos moradores nos possibilitou

“identificar e compreender melhor modos como esses moradores projetam, disputam, constroem seus territórios [...]” (KHOURY, 2001, p. 95).

Como já dissemos antes, muitas histórias ainda continuam silenciadas. Como todo trabalho histórico esse não abordou todas as questões possíveis. Outras muitas histórias se mesclam as dos narradores desta pesquisa. Muitos outros sujeitos ajudaram a construir a história do Centro Social de Monte Grave, que não é a história de um e sim de uma comunidade inteira que forjou junta um jeito de experimentar o cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. História dentro da história. In: PINSKY, C. B. et. al.(Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In Stella Bresciani; Marcia Naxara (orgs.), **Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. 2ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

ARRETCHE, Marta. Relações federativas nas políticas sociais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n.80, p. 25-48, 2002.

BEM, Arim Soares. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1137 – 1157, set./dez. 2006.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BETTO, Frei. O que é Comunidade Eclesial de Base. São Paulo: Abril, 1985.

BEZERRA, Caroline Silva; FREITAS, Nilson Almino de. **Narrativas sobre a “política”**: o caso dos moradores do bairro Alto da Brasília em Sobral/ CE (1997/2008). In: Encontro Estadual de História do Ceará – ANPUH/CE XII, 2010, Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Nova Olinda e Assaré. *Resumos...* Ceará: Copyright©, 2010.p. 13.

BEZERRA, Viviane Prado. **“Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo”**: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960 – 1980). Dissertação (Mestrado em História Social Centro de Humanidades) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

_____. **“A Igreja está ao lado da libertação”**: experiências de uma pastoral popular no contexto da ditadura militar no Ceará. IN: *Revista Historiar*, ano II, n. I (2010).

BLOCH, Marc Léopold Benjamin, **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**; tradução: André Telles, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. 2ª ed., 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ e Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 21-53.

BRAGA, Elza Franco; BARREIRA, Irllys Firmo. **A política da escassez**: lutas urbanas e programas sociais governamentais. – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1991.

BURKE, Peter. **O Testemunho ocular**. História e imagem. Bauru: Edusc, 2004.

CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: culturas, memórias e territórios da cidade. In: **História e perspectivas**. N. 42 – jan/jun. 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**, (coord.). – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CRUZ, Heloisa de Faria e TESSITORE, Viviane. Documentação, memória e pesquisa: o Cedec faz 30anos. IN: **Projeto história** nº 40, junho de 2010.

DARNTON, Robert. “A Leitura Rousseauiana de um leitor ‘comum’” IN: BOURDIEU, Pierre. BRESSON, François; CHARTIER, Roger (orgs.). **Práticas da Leitura**. Tradução Cristiane Nascimento: revisão da tradução Angel Bojadsen I. – São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

FARGE, Arllet. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FARIAS, José Airton de. **Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar (1968 – 72)**. Dissertação (Mestrado em História Social Centro de Humanidades) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

FENELON, Dea Ribeiro. “Introdução”. In: **Cidades: Pesquisa em História**. Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP, coletânea. São Paulo: Educ, 1999.

_____. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. In: **Proj. História**. São Paulo, (10). Dez, 1993.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.) **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**, (coord.). – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. História, tempo presente e história oral. **Topoi**. Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

FICO, Carlos. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História**, vol. 24, nº 47. p. 29-60, 2004.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**, (coord.). – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FREITAS, Nilson Almino. **Astúcias da memória**: imagens, narrativas de espaço e práticas cotidianas dos moradores da cidade de Sobral/CE. Rio de Janeiro: Editora Torre, 2012.

GALVÃO, Ana Ma. de Oliveira. “Oralidade, Memória e Narrativa: Elementos para a Construção de uma História da Cultura Escrita” e GALVÃO e SILVA, Sandra Batista de Araújo. “Práticas Religiosas e Processos de Inserção na Cultura Escrita (Pernambuco, 1950 - 1970)” IN: GALVÃO et alli. **História da Cultura Escrita. Séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

GALVÃO, Carlos. Autocracia, ressentimento e engajamento político no principado romano. In Stella Bresciani; Marcia Naxara (orgs.), **Memória (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

GINZBURG, Carlo. Introdução. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. **Mitos, Emblemas, Sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONDIM, Linda M. P. Os “Governos das Mudanças” (1987 – 1994). IN: **Uma nova história do Ceará**. Org. Simone de Souza; Adelaide Gonçalves ...[et al] – 4. ed. rev. e atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOBBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedram. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. “From Social History to the History of Society”. In: **Daedalus**. Winter, 1971, p.20/45.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

KARNAL, Leandro e TATSCH, Flávia Galli. Documento e História: a memória evanescente. IN: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina (orgs). **O Historiador e suas fontes**. 1. Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. In: **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). São Paulo: EDUC. História e Oralidade, n.22, jun. 2001.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: **Muitas memórias, Outras histórias**. São Paulo, Olho D'Água, 2004, p. 297-313.

KOFES, Suely. Experiências Sociais, Interpretações Individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**. Vol.3, 1994, pp.117-141.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. Uma Entrevista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 4. n. 8. 1991. p. 262-270.

LIMA, Solange Ferraz de e CARVALHO, Vânia Carneiro de. Fotografias: Usos sociais e historiográficos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes**. – 1. Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012. p. 29-60.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. **Memórias de luta**: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 195-222.

MARTINS, José de Souza. Clientelismo e Corrupção no Brasil Contemporâneo in_ **O Poder do Atraso**: Ensaios de Sociologia da História Lenta. 2ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1999, p. 19-51.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2. Ed. – São Paulo, Contexto, 2011.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MAUAD, Ana Maria. **As Imagens que Educam e Instruem**: usos e funções das ilustrações nos livros didáticos de História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de & STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). O Livro Didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino. Natal: EDUFRN, 2007.

MAYER, Adrian C. A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas. In.: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo, Global, 1987.

MONTENEGRO, Antônio T. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.) **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 242-271.

_____. As Ligas Camponesas às vésperas do Golpe de 1964. **Proj. História**, São Paulo, (29). Tomo 2, p. 391-416, dez. 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) São Paulo, SP – Brasil, 1981.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na História. **Literatura e Autoritarismo: o esquecimento da violência**. UFSM. Santa Maria - RS. Revista nº 4, 2002.

PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Marcio (orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). IN: **Uma nova história do Ceará**. Org. Simone de Souza; Adelaide Gonçalves ...[et al] – 4. ed. rev. e atual. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8. Nº 16, 1995, p. 279-290.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2º ed. – Belo Horizonte: autêntica, 2008.

_____. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In Stella Bresciani; Marcia Naxara (orgs.), **Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. 2ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

PICOLI, Bruno A. Memória, História e oralidade. **Mnemosine**. Passo Fundo, RS: UPF, volume 1, nº 1, jan./jun., 2010.

PINHEIRO, Iana Vlândia. **Memória, cultura e fé: Histórias de Milhã na oralidade dos velhos (1957 a 1965)**. 2011, 57p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia de Graduação em História). Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Quixadá, 2011.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Projeto História**: São Paulo, n. 17, Educ, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**: Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1989, pp. 3-15.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro. Vol. 5. N. 10, 1992. p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como Gênero. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) São Paulo, SP – Brasil, 2001.

_____. O massacre de civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1994): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**, (coord.). – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Depoimentos. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) São Paulo, SP – Brasil, abr. 1997.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) São Paulo, SP – Brasil, abr. 1997:1.

_____. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. Tradução de Helen Hughes e Yara Aun Khoury In: **Muitas memórias, Outras histórias**. São Paulo, Olho D’Água, 2004, p. 297-313.

_____. **Ensaio de História oral**./[seleção de textos Alessandro Portelli e Ricardo Santhiago; tradução Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago]. – São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. A história oral e poder. IN: **Mnemosine**. Vol.6, nº 2, p. 2-13, 2010:1.

RICOEUR, Paul. A memória e imaginação. IN: **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. Pág. 25-70.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: MORAES, João Quartim de, e AARÃO, Daniel (organizadores). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, volume V, 2003.

_____. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Orgs.) **O Brasil republicano. O tempo da ditadura**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALES, Telma Bessa. **Memórias e Experiências de canudenses na cidade de São Paulo - 1950-2000**. 2006. 216 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2006.

_____. Trabalhadores da fábrica de tecidos de Sobral – muitas histórias e outras memórias. **Revista Historiar** -Universidade Estadual Vale do Acaraú – v.4. n. 4 (jan./jun. 2011). Sobral-CE: UVA, 2010. ISSN 2176-3267 [www.uvanet.br/revistahistoriar].

SALES, Telma Bessa; ARAÚJO, Alana. **Sobral: outros olhares, outras memórias, outras histórias**. – Sobral, CE: Instituto ECOA, 2012.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado (org.). **O tempo da ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro (IV Brasileira, 2003) O Brasil Republicano v. 04.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. –São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de História: problemáticas atuais. IN: BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia (organizadoras). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. **Rumores: a paisagem sonora de Fortaleza (1930-1950)** – Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. – Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SILVA, Vera Lúcia; AGUIAR, Ana Selma Silva. **“Um oásis dos menos favorecidos da sorte”**: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim/Ce. FERREIRA, Benedito Genésio, SALES, Telma Bessa, Organizadores. – Sobral, CE: EGUS, 2014.

THOMPSON, Edward. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIDAL, Laurent. Acervos Pessoais e Memória Coletiva – Alguns elementos de reflexão. **Patrimônio e memória**. UNESP – FCLAS – CEDAP, v. 3, n. 1, 2007, p.1.

LISTAGEM DE FONTES

DOCUMENTOS ESCRITOS

- + Estatuto do Centro Social de Monte Grave.
- + Ata de fundação do Centro Social de Monte Grave
- + Histórico de Monte Grave (Produzido pelo Centro Social de Monte Grave, contém apenas 01 página).
- + Livretos: Centro Social de Monte Grave 26 Anos e uma história para contar (junho de 1997); Centro Social de Monte Grave 27 Anos e uma história para contar (junho de 1998); Monte Grave ontem e hoje: da ascensão à destruição (Março de 2004).

PERÍODICOS

- + Diário do Nordeste, 1 de maio de 1999. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/1999/05/01/010029.htm>. Acesso em 16 de agosto de 2012.
- + Jornal O POVO de 10 de março de 1997. Disponível nos arquivos do CSMG.

ENTREVISTAS

- + Entrevista com Francisco Faustino Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2013, Presidente do CSMG de 1973 a 2013. Arquivo de Antônia Natália de Lima.
- + Entrevista com Rivânia Maria Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 08 de março de 2013, sócia e ex-vice-presidente do CSMG Arquivo de Antônia Natália de Lima.
- + Entrevista com Manuel Ari do Nascimento, realizada em Milhã/CE em 23 de setembro de 2012, sócio fundador e colaborador do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.
- + Entrevista com Francisco Osvaldo de Lima, realizada em Milhã/CE em 10 de março de 2013, Sócio e Componente do Conselho de Segurança do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.
- + Entrevista com Luiz Fernando Nogueira, realizada em Milhã/CE em 06 de janeiro de 2014, ex-sócio, artesão, e radialista do CSMG Arquivo de Antônia Natália de Lima.

- ✚ Entrevista com Francisca Rocicleide Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 04 de janeiro de 2014, Sócia fundadora, coordenadora da Creche Comunitária e da Casa do Idoso. Arquivo de Antônia Natália de Lima.
- ✚ Entrevista com Valmir Isidoro da Cunha, realizada em Milhã/CE em 18 de setembro de 2013, ex-diretor do Hospital e financeiro do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.
- ✚ Entrevista com Gedileuza Pinheiro, realizada em Milhã/CE em 19 de setembro de 2013, ex-auxiliar de enfermagem do Hospital do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.
- ✚ Entrevista com Cícero Pinheiro Neto, realizada em Milhã/CE em 12 de fevereiro de 2014, gerente da Cooperativa do CSMG. Arquivo de Antônia Natália de Lima.

✚ IMAGENS

- ✚ Álbum de fotografias do Centro Social de Monte Grave.

SITIOS VISITADOS NA WEB

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_ce.pdf. Acesso em 02/10/2013.

[IBGE::Cidades@::Milhã-CE www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=23083515/17](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=23083515/17). Acesso em: 22/10/12.

www.cps.fgv.br/ibrecps/CPS_infra/tabela/.../MORTALIDADE/01/Brasil.xls. Acesso em 02/10/2013.

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0CEgQFjAE&url=http%3A%2F%2Frevistas.pucsp.br%2Findex.php%2Frevph%2Farticle%2Fdownload%2F6139%2F4460&ei=A7lVUtLaMs-r4AOw-IHgCg&usg=AFQjCNGn9ewm28-dAltC8CX-qvfdVvSh1Q>. Acesso em 09/10/2013.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Milh%C3%A3>. Acesso em 10/06/2013.

<http://blogs.ei.columbia.edu/2011/09/28/community-associations-and-sustainable-development-in-rural-brazil/>. Acesso em 10/06/2013.

<http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=230835&search=ceara%7Cmilha%7Cinfograficos:-historico&lang=>. Acesso em 10/06/2013.

http://osmarlucenafilho.blogspot.com.br/2011_09_01_archive.html. Acesso em 04/09/2014.

<http://diariodonordeste.globo.com/1999/05/01/010029.htm>. Acesso em 16/08/2012.

<http://www.manosunidas.org/organizacion>. Acesso em 29/07/2014.

http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/projeto_sao_jose.pdf. Acesso em 14/12/2014.

ANEXOS

ANEXO A - Logo da Associação Centro Social de Monte Grave.



Fonte: Livro 27 Anos e uma história para contar, junho de 1998.

ANEXO B - Cópias de Carteiras do Registro de Sócios.

“ Quando alguém luta para crescer como gente aí está o espírito de vida, o espírito de DEUS.”

Centro Social de Monte Grave
Milhã - Ceará

NOME JOSÉ VITOLO PINHEIRO

Data nascimento 01 / 02 / 1964.

Identidade No. 469.825.82

Profissão agricultor

Estado civil Casado

Residência Nova Paz

Em 10 / 04 / 1987.

Nº. 89

PRESIDENTE DO CENTRO

“ Quando alguém luta para crescer como gente aí está o espírito de vida, o espírito de DEUS.”

Centro Social de Monte Grave
Milhã - Ceará

NOME Maria Auzerina Pinheiro

Data nascimento / /

Identidade No. 324

Profissão Agricultora

Estado civil Viuva

Residência Fazenda Nova

Em 10 / 05 / 99.

Nº. 107

PRESIDENTE DO CENTRO

“ Quando alguém luta para crescer como gente aí está o espírito de vida, o espírito de DEUS.”

Centro Social de Monte Grave
Milhã - Ceará

NOME JOSÉ MARCOS SEZAR PINHEIRO

Data nascimento 19 / 10 / 1964.

Identidade No. 25130201724-8

Profissão Agricultor

Estado civil Casado

Residência Fazenda Nova

Em 10 / 02 / 94.

Nº. 212

PRESIDENTE DO CENTRO

“ Quando alguém luta para crescer como gente aí está o espírito de vida, o espírito de DEUS.”

Centro Social de Monte Grave
Milhã - Ceará

NOME FRANCISCO CANDIDO DE LIMA

Data nascimento 09 / 04 / 1921.

Identidade No. 11

Profissão Agricultor

Estado civil Casado

Residência Fazenda Nova

Em 23 / 02 / 93.

Nº. 110

PRESIDENTE DO CENTRO

Fonte: Arquivo da autora. Carteiras cedidas pelos sócios para cópia.

ANEXO C - Fotografias de atividades do CSMG.



Sala de parto do Hospital Comunitário.



Curso de Panificação oferecido pelo CSMG.



Reunião da Diretoria do CSMG.



Plantações de cajueiros.



Fachada do Hospital Comunitário.



Casa de farinha no Distrito de Monte Grave.

Fonte: Arquivo do CSMG. Reprodução da autora. Fotografias cedidas por Rocicleide Pinheiro para cópia. Década de 1990.

ANEXO D - Atestado de Registro no Conselho Nacional de Assistência Social.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATESTADO DE REGISTRO

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 e, de acordo com o artigo 8º da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951,

ATESTA, que o(a) CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE
CGC Nº 07.733.629/0001-90

sediado(a) SOLONÓPOLE
 Estado CEARÁ acha-se REGISTRADO(A) neste Conselho, conforme Processo nº 219.134/81 deferido em Sessão realizada no dia 06 / 11 / 1981.

Brasília, CNAS, 02 de julho de 1996




Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social
 CNAS/MPAS

AVERBAÇÕES:
 Processo nº 28977.011291/94-89, deferido pela Resolução nº 059, de 30/04/96, DOU de 03/05/96.x.x.x.x.x.x.x.x.

Fonte: Arquivo do CSMG. Reprodução da autora. Documento cedido por Rocicleide Pinheiro para cópia.

ANEXO E - Declaração de Utilidade Pública Estadual.



Editoração SEAD

CEARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 15 de junho de 1998
ANO I Nº 088
Caderno UNICO
Preço: R\$ 1,30

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 12.814, de 10 de junho de 1998.

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É considerada de Utilidade Pública o Centro Social de Monte Grave, sediado no Distrito de Monte Grave, s/n, na cidade de Milhã, Estado do Ceará.

Art. 2º - A entidade é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo prestar serviços a comunidade dentro dos setores de educação, desporto, saúde, nutrição, assistência e trabalho.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 10 de junho de 1998.

Tasso Ribeiro Jereissati
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

*** **

DECRETO Nº 24.979, de 12 de junho de 1998

CRIA A ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 88, incisos IV e VI da Constituição do Estado e, CONSIDERANDO o "déficit" na oferta de vagas para o Ensino Fundamental e Médio, no município de Quiterianópolis; CONSIDERANDO a necessidade de atender a comunidade estudantil, no que concerne ao Ensino Fundamental e Médio, aumentando a possibilidade de universalização deste ensino. CONSIDERANDO, finalmente, ser necessária a consecução plena do PROJETO: "TODOS PELA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS".

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado na estrutura organizacional do ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, da Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará, o Estabelecimento de Ensino, localizado no município de QUITERIANÓPOLIS, com a denominação ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MARIA JOSÉ COUTINHO.

Art. 2º - Este Decreto terá vigência, a partir da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 12 de junho de 1998.

Tasso Ribeiro Jereissati
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Antenor Manoel Napolini
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

*** **

DECRETO Nº 24.978, de 12 de junho de 1998

CRIA A ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 88, incisos IV e VI da Constituição do Estado e, CONSIDERANDO o "déficit" na oferta de vagas para o Ensino Fundamental e Médio, no município de Fortaleza; CONSIDERANDO a necessidade de atender a comunidade estudantil, no que concerne ao Ensino Fundamental e Médio, aumentando a possibilidade de universalização deste ensino. CONSIDERANDO, finalmente, ser necessária a consecução plena do PROJETO: "TODOS PELA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS".

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado na estrutura organizacional do ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, da Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará, o Estabelecimento de Ensino, localizado no município de FORTALEZA, com a denominação ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSOR CÉSAR CAMPELO.

Art. 2º - Este Decreto terá vigência, a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, a constante no Decreto nº 13.157 de 09/03/79, Art. 1º, inciso I, 3º item, publicado no Diário Oficial de 14/03/79.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 12 de junho de 1998.

Tasso Ribeiro Jereissati
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
Antenor Manoel Napolini
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

*** **

DECRETO Nº 24.980, de 12 de junho de 1998.

DECRETA "ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA" NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ QUE INDICA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, incisos IV e XIX da Constituição Estadual, combinado com o Decreto Federal nº 895, de 16 de agosto de 1993, e CONSIDERANDO a constatação pelo poder público de situação anormal provocada pela irregularidade significativa na quantidade e na distribuição temporal e espacial das chuvas no território do Estado do Ceará; CONSIDERANDO que a seca contribui para intensificar a estagnação econômica, o desemprego, a fome e a desesperança provocando convulsões sociais e gerando migrações; CONSIDERANDO os enormes prejuízos de ordem moral, material e ambiental que afetam gravemente a qualidade de vida das comunidades atingidas;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecido o Estado de Calamidade Pública nos Municípios do Estado do Ceará, relacionados no Anexo Único desse Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, mantidas as disposições contidas no Decreto nº 24.922/98.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 12 de junho de 1998.

Tasso Ribeiro Jereissati
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ
José Rosa Abreu Vale
SECRETÁRIO DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

*** **

ANEXO F - Declaração de Utilidade Pública Municipal.

 **ESTADO DO CEARÁ**
Prefeitura Municipal de Milhã

LEI Nº 006/90 DE 01 DE JUNHO DE 1990

**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA
A ENTIDADE QUE INDICA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

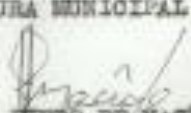
O PREFEITO MUNICIPAL DE MILHÃ, faço saber que a
Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

L E I :

Art. 1º - É declara de Utilidade Pública a Associação CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE, com sede no Distrito de Monte Grave, neste Município, sociedade civil sem fins lucrativos.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MILHÃ, em 01 de junho de 1990.


JOSÉ PINTO DE MACEDO
Prefeito Municipal


27 FEV. 2012

Antonio Gessimar Pinheiro
Título de Oficial de Notas e de Registro
Fone/Fax: (81) 3828 1450

Fonte: Arquivo do CSMG. Reprodução da autora. Documento cedido por Rocicleide Pinheiro para cópia.